

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2013 | 2014



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA



EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

2013|2014



BANCO DE
PORTUGAL
EUROSISTEMA

Lisboa, 2014 • www.bportugal.pt

Índice

ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Desenvolvimentos recentes e perspetivas | **9**

EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

1. Angola | **15**

2. Cabo Verde | **35**

3. Guiné-Bissau | **53**

4. Moçambique | **71**

5. São Tomé e Príncipe | **89**

6. Timor-Leste | **107**

RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE

1. Relações comerciais e balanças de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste | **127**

2. Investimento direto bilateral com os PALOP e Timor-Leste | **133**

3. Dívida dos PALOP a Portugal | **137**

Nota prévia

Tal como as edições anteriores, a *Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste – 2013-2014* pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, tanto no que diz respeito aos dados macroeconómicos fundamentais como no que se refere às respetivas relações económicas e financeiras com Portugal.

Com exceção do Enquadramento internacional, os textos foram elaborados com base em informação recebida até ao final de julho do

corrente ano, a qual corresponde, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, eventualmente passíveis de revisão.

Agradece-se a prestimosa colaboração das diversas entidades contactadas – em particular, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste e a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau – que se revelou fundamental para a obtenção dos elementos necessários à elaboração do presente relatório.

Setembro de 2014





ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Desenvolvimentos recentes e perspetivas*

A recuperação económica global tem vindo a concretizar-se em 2014 – de forma desigual consoante as regiões, conforme esperado, mas a um ritmo mais lento do que inicialmente previsto – ao mesmo tempo que persistem riscos consideráveis de uma deterioração do panorama macroeconómico.

A avaliar pelos dados mais recentes que estão disponíveis (cf. Gráfico 1), parece confirmar-se o prolongamento de certas tendências transversais, já antes identificadas, cujo impacto líquido de curto / médio prazo é favorável à aceleração do crescimento. Em contrapartida, esse impacto terá sido parcialmente mitigado, nos primeiros meses de 2014, pela ocorrência de alguns fenómenos conjunturais, de sinal negativo, com incidência regional mas repercussões globais.

Por outro lado, as pressões inflacionistas têm permanecido predominantemente reduzidas (sobretudo, mas não apenas, nos casos mais conhecidos de algumas economias avançadas – cf. Gráfico 2) e as posições externas das principais regiões do mundo parecem tender a estabilizar em 2014, ou seja, mantendo de forma aproximada o padrão

relativo de desequilíbrios globais definido no ano precedente (que refletia algumas alterações face ao apurado em 2012 – cf. Gráfico 3).

Entre as tendências transversais atrás referidas, que favorecem a intensificação próxima do crescimento, destacam-se sobretudo a manutenção do pendor acomodatório na esfera da política monetária por parte das principais economias avançadas e a evolução que se vem observando ao nível das finanças públicas e das condições financeiras globais. No domínio orçamental, as economias avançadas têm evidenciado, no seu conjunto, um ritmo de consolidação menos intenso do que até 2012, ao mesmo tempo que algumas das principais economias emergentes adotavam uma orientação orçamental mais expansionista (cf. Gráfico 4). No tocante às condições financeiras, constata-se o prolongamento da tendência para a redução das rendibilidades nos mercados obrigacionistas das economias avançadas (incluindo os de dívida soberana), em paralelo com uma moderação generalizada da volatilidade financeira e uma recuperação dos fluxos de capitais dirigidos às economias emergentes e em desenvolvimento.

* Este texto foi elaborado com base na informação disponível até 12 de setembro de 2014, pelo que não pôde ainda levar em conta a habitual atualização das projeções macroeconómicas que as principais instituições financeiras internacionais efetuam, anualmente, nas semanas seguintes à data em causa. Por este motivo, os gráficos apresentados assentam em valores que poderão ter sido posteriormente revistos no âmbito dessa atualização regular (nomeadamente os valores relativos a 2014, que correspondem às projeções disponibilizadas pelo FMI, na sua base de dados do *World Economic Outlook*, aquando da data acima referida). A análise efetuada no texto procura, porém, levar já em consideração diversas informações parciais e indicadores avançados que permitem traçar um panorama mais atualizado e rigoroso do contexto macroeconómico recente.

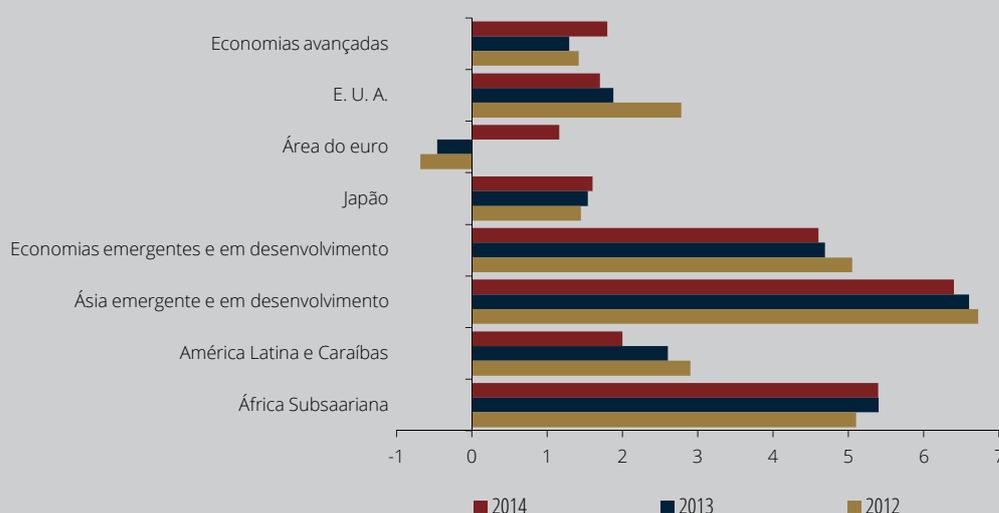


Gráfico 1 •
PIB real

Taxas de variação anual em percentagem; Economias selecionadas

Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, agosto 2014.

Apesar dos efeitos favoráveis induzidos por essas tendências, a dinâmica de aceleração do crescimento esperada para 2014 tem-se revelado relativamente pouco robusta. Parece, contudo, confirmar-se o cenário de uma recuperação das economias avançadas, no seu conjunto (mas mais desigual e, na maioria dos casos, menos pronunciada do que se tinha perspectivado à partida), assim como de um ligeiro abrandamento na maior parte das principais economias emergentes e em desenvolvimento. Conforme foi atrás referido, esses desempenhos um pouco menos robustos estão parcialmente associados a certos fatores desfavoráveis, de natureza diversa, que se fizeram sentir sobretudo no início de 2014 – desde o mau tempo e a redução mais intensa de inventários nos EUA até ao enfraquecimento do mercado imobiliário na China.

A relevância destes fatores poderá eventualmente revelar-se apenas conjuntural – ou seja, não penalizando de forma significativa as perspetivas de sustentação da retoma previamente traçadas para 2015. Importa, porém, referir que aos riscos de sinal negativo já antes identificados se terão vindo recentemente adicionar dois outros, também desfavoráveis, acentuando assim a probabilidade de um enviesamento negativo da conjuntura. Entre os riscos presentes em análises anteriores, contavam-se as eventuais perturbações associadas à retirada dos estímulos monetários nos EUA, o possível

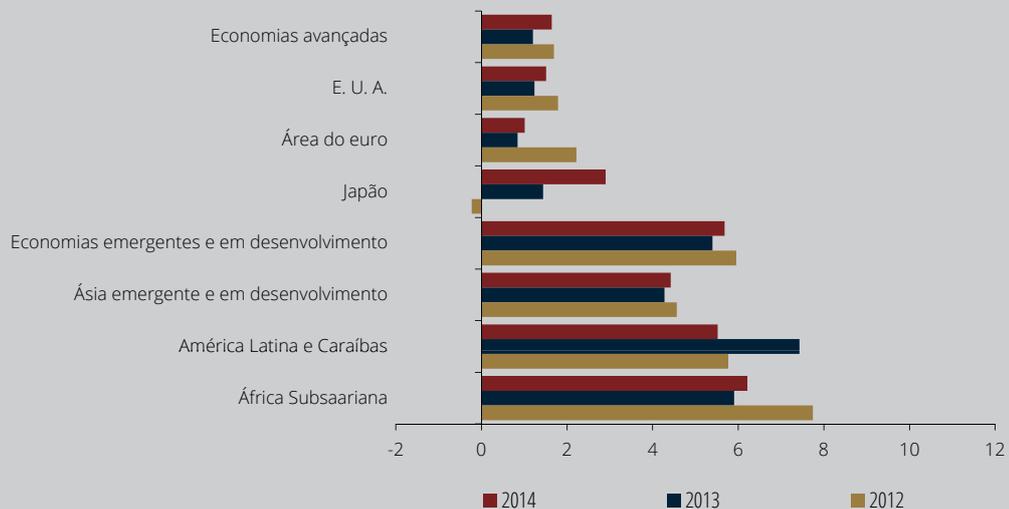
agravamento do processo de desinflação na área do euro e a hipotética deterioração das condições prevaletentes nos diferentes segmentos dos mercados financeiros chineses. Quanto aos dois novos riscos, são eles o agravamento das tensões geopolíticas, em especial no Próximo / Médio Oriente e na Ucrânia (com potencial para provocar perturbações globais por diversas vias, com destaque para os mercados das matérias-primas) e também a possibilidade acrescida de que as condições excecionalmente benignas vigentes nos mercados globais de capitais possam redundar no surgimento de bolhas financeiras.

No que diz respeito à conjuntura macroeconómica específica das principais economias mundiais, ou agrupamentos de economias, os **EUA** continuam a evidenciar sinais de uma aceleração do crescimento, depois da moderação observada em 2013 – e inesperadamente prolongada em princípios de 2014 (devido sobretudo aos fatores já referidos: condições meteorológicas excecionalmente severas e variação de existências mais acentuada que o previsto). Essa aceleração deverá continuar a refletir-se numa recuperação do mercado de trabalho e assenta na manutenção de condições propícias a vários níveis: desde a política monetária acomodatória (com os estímulos, convencionais e não-convencionais, a serem retirados de forma gradual) até à redução do

Gráfico 2 •
Inflação

Taxas de variação
homóloga do IPC
em percentagem;
Economias
selecionadas

Fonte: FMI, *World Economic
Outlook Database*,
agosto 2014



ritmo de consolidação orçamental e à evolução favorável de diversos segmentos dos mercados financeiros, incluindo o imobiliário.

Relativamente à **área do euro**, deverá confirmar-se o regresso a taxas de crescimento positivas em 2014, para o conjunto da mesma, embora com contornos desiguais consoante os países (também no que diz respeito ao impacto em termos de redução do desemprego). Essa retoma parece ser, todavia, menos marcada do que se admitia – em parte devido a um dinamismo inferior ao esperado por parte da procura interna em alguns dos principais países da área (ao mesmo tempo que as respetivas posições externas permanecem excedentárias e/ou tendem, predominantemente, a melhorar). A persistência da inflação em níveis inferiores aos objetivos de médio prazo tem, por sua vez, conferido margem para a orientação mais acomodatória que o BCE imprimiu à política monetária, contribuindo assim para a manutenção de condições favoráveis ao crescimento – refletidas, em particular, na tendência de queda das taxas praticadas quer para a dívida soberana quer para o financiamento das empresas.

Quanto ao **Japão**, permanecem válidos os contornos do cenário macroeconómico já antes esboçado para 2014 e 2015, ou seja a sustentação da retoma do crescimento (embora modesto) e a aceleração da cadência inflacionária – para

valores baixos, à escala internacional, mas substancialmente acima dos patamares, de quase deflação, que marcaram a economia japonesa durante boa parte das duas últimas décadas. Confirmou-se também o impacto provocado pelo aumento do imposto sobre o consumo, em abril passado – um impacto que se admite ser apenas temporário e contrabalançado por outros fatores, favoráveis à recuperação do investimento privado. Já o grau de consolidação das finanças públicas japonesas, induzido sobretudo por essa medida, deverá ser o mais pronunciado das principais economias avançadas, tanto em termos de défice como de dívida – indicadores em que o Japão permanece, todavia, na pior posição entre essas mesmas economias (embora as necessidades de financiamento do Estado japonês continuem a ser essencialmente asseguradas pela poupança interna).

A **Ásia emergente**, no seu conjunto, conserva a posição de principal motor do crescimento económico global, estimando-se que a desaceleração antecipada para 2014 e 2015 não assumam expressão significativa. As suas principais economias nacionais deverão, aliás, evoluir em sentidos diferentes, merecendo destaque uma esperada intensificação da retoma na Índia. Não obstante tal tendência, as pressões inflacionistas na economia indiana parecem estar a abrandar – ao mesmo tempo que permanecem reduzidas na generalidade dos países da região. Esta continua também a caracterizar-se pela posição

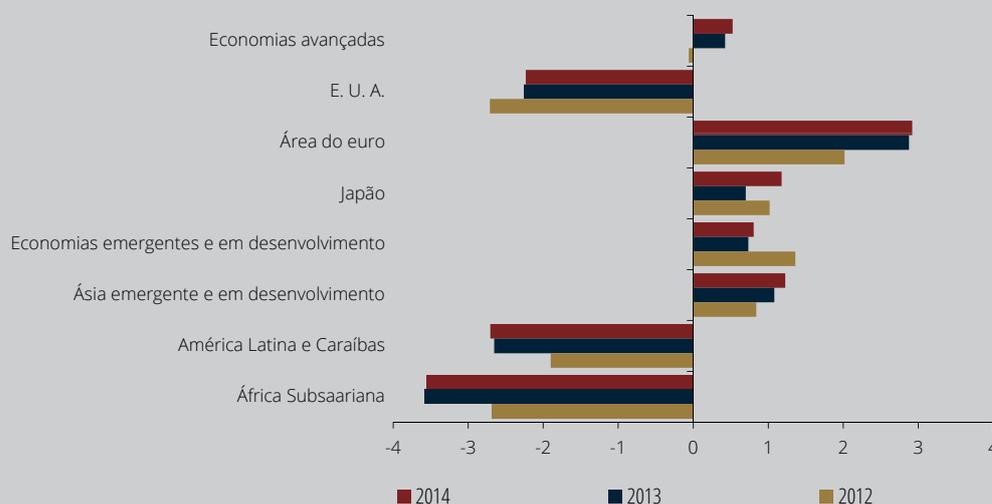


Gráfico 3 •
Balança corrente externa

Em percentagem do PIB; Economias selecionadas

Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, agosto 2014.

externa positiva – aliás, com tendência para se acentuar, dado o esperado fortalecimento da procura por parte das economias avançadas. É um fenómeno que deverá beneficiar, em particular, a China, cujo ritmo de crescimento no início de 2014 ficou abaixo do esperado – levando as autoridades a introduzir medidas de estímulo orçamental e monetário, para as quais a economia chinesa dispunha de alguma margem. Por outro lado, a evolução desta última continua largamente condicionada pela sua transição gradual no sentido de uma estrutura produtiva mais orientada para o consumo privado e menos para o investimento e a procura externa.

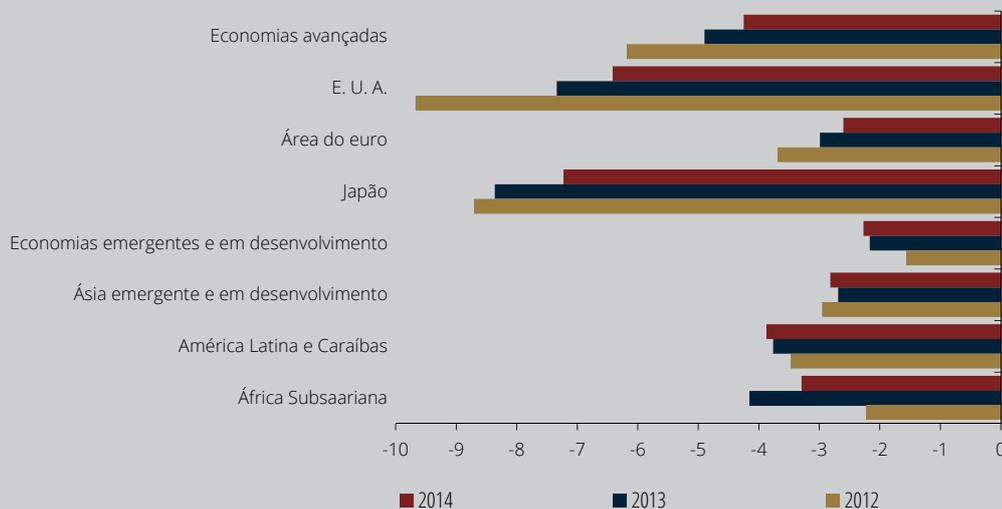
Em relação à **América Latina e Caraíbas**, sobressai o abrandamento antecipado para 2014 – o mais expressivo de todas as grandes regiões económicas globais, à exceção da Comunidade de Estados Independentes (com destaque para a Rússia, particularmente afetada pela tensão na Ucrânia). À tendência geral de desaceleração deverão escapar apenas duas das principais economias latino-americanas (México e Colômbia), mas já não a maior de todas elas (o Brasil) e menos ainda duas outras que podem mesmo entrar em recessão (Argentina e Venezuela) – num contexto marcado, em diferentes graus, pelo abrandamento da procura externa e a deterioração dos termos de troca, mas também por diversos fenómenos com impacto desfavorável ao nível da procura interna. Não se antevê, porém, uma deterioração significativa da posição externa – nem uma intensificação das pressões inflacionistas, já

combatidas desde 2013, em alguns dos principais países da região, através do aperto da política monetária (que favoreceu, aliás, uma recuperação dos afluxos de capitais externos).

No tocante à **África Subsaariana**, fica patente a perspetiva de uma sustentação do ritmo de crescimento regional a níveis elevados, embora com diferenças consideráveis entre os países. De facto, parecem tender a acelerar sobretudo os produtores de petróleo (quase todos), mas também vários dos países de rendimento mais baixo – enquanto boa parte dos países de rendimento médio enfrenta maiores dificuldades relativas (nomeadamente a África do Sul, afetada em especial por constrangimentos ao nível das infraestruturas e das relações laborais). A expansão das economias subsaarianas continua a beneficiar de condições propícias na esfera da procura externa, mas tem assentado sobretudo no dinamismo do consumo e do investimento internos (o que tem também contribuído, em especial no caso do investimento público, para alguma pressão adicional sobre a situação orçamental de alguns dos países em causa). Registe-se ainda um alargamento do acesso aos mercados internacionais de capitais por parte de vários dos países subsaarianos e a revisão das contas nacionais em alguns deles – de onde resultou, em geral, uma imagem de economias maiores e mais diversificadas do que antes se supunha, com destaque para a Nigéria (que passou, aliás, a ser considerada a principal economia do continente, ultrapassando a África do Sul).

Gráfico 4 •
Saldo orçamental
Em percentagem do PIB; Economias selecionadas

Fonte: FMI, *World Economic Outlook Database*, agosto 2014.





EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE

1. Angola
2. Cabo Verde
3. Guiné-Bissau
4. Moçambique
5. São Tomé e Príncipe
6. Timor-Leste

1. ANGOLA

Área: 1 246 700 Km²

Capital: Luanda

População: 21,6 milhões

(2013; fonte: ONU)

Moeda: Kwanza

Continuou patente em 2013 e nos primeiros meses de 2014 a dinâmica de recuperação que a economia angolana vinha já antes evidenciando, depois do esforço de ajustamento encetado em 2009 para absorver o impacto da crise financeira internacional. Essa dinâmica refletiu-se na verificação simultânea de uma aceleração do crescimento económico e de um abrandamento da inflação para mínimos históricos. A evolução desfavorável do setor petrolífero e o estímulo orçamental centrado na despesa de investimento determinariam, porém, uma redução significativa dos excedentes orçamental e externo (que foram todavia preservados).

1.1. Síntese

De acordo com as melhores estimativas disponíveis para 2013 e para os primeiros meses de 2014, em parte ainda preliminares, a economia angolana manteve a dinâmica de recuperação que vem essencialmente predominando desde 2010, na sequência do programa de ajustamento então adotado, com apoio do FMI, para a ultrapassagem do impacto provocado pela crise financeira internacional. Essa dinâmica ficou particularmente patente na intensificação estimada do ritmo de crescimento económico (com o desempenho real das atividades não-petrolíferas a superar novamente o registo do setor petrolífero) e no abrandamento sustentado da cadência inflacionária (que antes se tinha ressentido, em especial, da depreciação cambial efetuada no âmbito do referido esforço de ajustamento) – cf. Quadro 1.

Não obstante o prolongamento das trajetórias positivas evidenciadas por esses indicadores cruciais, ficaram também notórios alguns sinais de tensão na conjuntura macroeconómica, com particular clareza no que diz respeito às contas externas e às finanças públicas. De facto, registou-se em ambos os casos uma redução considerável dos substanciais “excedentes gémeos” apurados nos anos anteriores ao nível da balança corrente externa e do saldo orçamental global (cf. Quadro 1), devido à conjugação de dois fatores principais: a concretização do estímulo orçamental programado (que se terá traduzido sobretudo na intensificação das despesas de investimento, encetada já em 2012) e a evolução marginalmente desfavorável da atividade petrolífera.

Esta última continua a assumir uma importância fundamental na economia angolana (cerca de 44 por cento do PIB, 73 por cento das receitas públicas e 97 por cento das exportações de mercadorias, segundo os dados mais recentes), pelo que os respetivos desenvolvimentos têm sempre repercussões significativas. No período em análise, o setor foi afetado por efeitos negativos de quantidade e preço (que penalizaram as exportações, determinando mais de 2/3 da redução registada em 2013 no excedente da balança corrente externa). A esses efeitos acresceram ainda outros elementos, como o facto de a extração estar a deslocar-se para novas áreas (onde a parcela dos rendimentos que reverte para o Estado angolano é inicialmente menor, para compensar os elevados investimentos das companhias petrolíferas) – no seu conjunto, todos esses fatores levaram a que a receita pública petrolífera passasse de 37,9 por cento do PIB em 2012 para uma estimativa de 30,6 por cento em 2013.

Importa, todavia, sublinhar que tanto a posição externa como a situação orçamental permanecem confortáveis, ao mesmo tempo que continuam a avançar diversas reformas das quais as autoridades angolanas esperam obter benefícios, a prazo, em termos de diversificação produtiva, eficiência e equidade. Foi o caso, no período em análise, de iniciativas como o novo enquadramento cambial do setor petrolífero, a reforma da tributação não-petrolífera e a operacionalização do Fundo Soberano (FSDEA) – genericamente alinhadas com o esforço mais global para reduzir constrangimentos estruturais em domínios como as infraestruturas, os recursos humanos e o ambiente de negócios.

Quadro 1 • Principais indicadores económicos

	2010	2011	2012	2013		2014
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	3,4	3,9	5,2	7,1	6,8	3,9
Inflação (t.v.a. homóloga)	15,3	11,4	9,0	9,0	7,7	8,0
Massa monetária (t.v. anual)	7,1	34,0	6,0	49,4	14,3	22,5
Balança corrente (% PIB)	9,1	12,6	12,2	4,2	4,9	2,2
Saldo orçamental global (% PIB)	5,3	10,2	6,7	-3,8	0,3	-4,9
Dívida pública externa (% PIB)	21,6	20,2	19,9	20,4	22,7	22,7

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola) e Fundo Monetário Internacional.

1.2. Procura, produção e preços

A economia angolana terá intensificado o seu ritmo de expansão em 2013, apesar da persistência de dificuldades na esfera petrolífera, que deverão penalizar o crescimento em 2014. As estimativas mais recentes, ainda preliminares, apontam para que se tenha verificado no ano passado uma aceleração da retoma – em curso desde 2010, depois do forte impacto provocado pela crise financeira internacional (cf. Gráfico 5). Induzido pela via da queda nas receitas petrolíferas, esse choque exógeno veio interromper a expansão acelerada que tinha marcado os anos precedentes e impôs um esforço de ajustamento que forçosamente condicionou o crescimento económico, em recuperação gradual desde então.

O ritmo a que essa recuperação se vem processando tem sido, todavia, mais lento que o programado, devido em larga medida ao desempenho do setor petrolífero. Representando ainda 45,2 por cento do PIB em 2010-2012 (contra 55,4 por cento no período 2005-2007), este último tem enfrentado problemas operacionais que afetam o volume de produção. Tais problemas – associados a necessidades de manutenção e, em geral, à exigência técnica da exploração *offshore* – não se limitam, aliás, à vertente petrolífera, tendo perturbado também a produção de gás natural liquefeito (iniciada em 2013 e interrompida no segundo trimestre de 2014).

Segundo dados oficiais da OPEP (à qual Angola aderiu em 2007), o pico da produção de petróleo angolano foi atingido em 2008 (uma média anual de quase 1,90 milhões de barris por dia: mbd). Sucederam-se então três anos de queda, contrariada apenas em 2012 (quando se atingiu cerca de 1,70 mbd). Não houve, porém, continuidade, estimando-se agora que a produção tenha praticamente estagnado em 2013 – refletindo sobretudo a quebra ocorrida no segundo semestre (-2,1 por cento face à primeira metade do ano), que aliás se prolongou no primeiro semestre de 2014 (-5,1 por cento em relação ao período anterior). Os dados da OPEP indicam que a produção média chegou mesmo a cair para 1,54 mbd em março deste ano (embora recuperasse depois nos três meses seguintes) – sem, todavia, afetar a posição de Angola como segundo maior produtor de petróleo em África (e 13.º no mundo, com cerca de 2,34 por cento de quota global).

Quanto às atividades não-petrolíferas, as estimativas mais recentes indicam que terão crescido, no seu conjunto, acima do programado para 2013, sustentando a aceleração geral da atividade económica em Angola. Volta, assim, a verificar-se, pelo oitavo ano consecutivo, que a economia não-petrolífera superou a taxa de crescimento real do setor petrolífero, prolongando a tendência para a diversificação gradual da estrutura produtiva que as autoridades



Gráfico 5 • PIB real

Taxas de variação anual em percentagem;

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

angolanas consideram crucial para o desenvolvimento do país a longo prazo.

Apesar de não terem sido ainda divulgadas estimativas completas para a decomposição setorial do PIB em 2013, estão todavia disponíveis algumas indicações parcelares. Admite-se, assim, que a seca do ano precedente não terá penalizado a agricultura tanto quanto se temia. Sobretudo, estima-se que setores como a energia, a indústria transformadora e a construção tenham registado um desempenho particularmente robusto – beneficiando do impacto induzido a curto prazo pelo estímulo orçamental de 2012-2013, entre outros fatores.

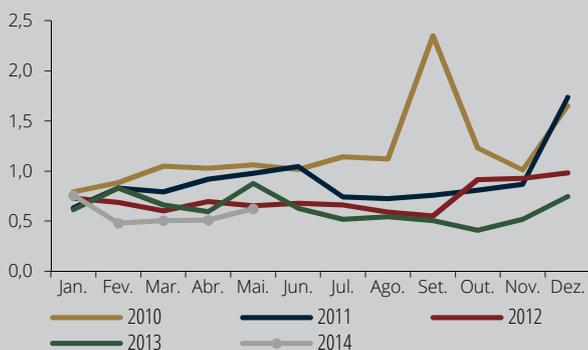
Na esfera dos preços, a tendência para o abrandamento da cadência inflacionária continuou claramente predominante em 2013 e nos primeiros meses de 2014. Especialmente a partir de meados daquele ano (depois de ultrapassada uma ligeira pressão altista, em larga medida associada ao comportamento dos preços de certos bens alimentares), a inflação angolana foi batendo mínimos históricos de forma quase contínua. Essa evolução está bem patente no perfil das variações mensais do IPC ao longo do referido período (cf. Gráfico 6), assim como na sua variação média anual, com 34 quebras mensais consecutivas desde julho de 2011 (cf. Gráfico 7). Está também, sobretudo, refletida na taxa de variação homóloga anual do IPC (principal medida da inflação), que ficou em

7,7 por cento no final de 2013 – confortavelmente abaixo dos 9,0 por cento programados – e continuou a cair até aos 7,0 por cento apurados em maio de 2014.

Este processo de desinflação é habitualmente reconhecido como um dos principais avanços macroeconómicos registados por Angola desde 2002, quando a inflação estava ainda a três dígitos (ou seja, no período caracterizado pela paz e pelo aumento dos rendimentos petrolíferos). A evolução dos últimos três anos reata a tendência clara de desaceleração observada até meados de 2006 (cf. Gráfico 7), então interrompida devido à pressão da procura interna e à alta dos preços internacionais das matérias-primas – bem como, numa segunda fase, ao efeito induzido pelo esforço de ajustamento que foi necessário introduzir em 2009 (sobretudo o efeito da depreciação cambial). O novo fôlego de desinflação pode ser, em boa medida, associado ao rigor da política monetária (tanto no tocante à sua vertente mais tradicional, de base cambial, como ao seu novo enquadramento, vigente desde princípios de 2012, que terá permitido um acréscimo adicional de eficácia). O prolongamento da tendência nos próximos tempos estará, porém, condicionado pelo impacto de fatores como a nova pauta aduaneira e o estímulo orçamental.

Gráfico 6 • Inflação

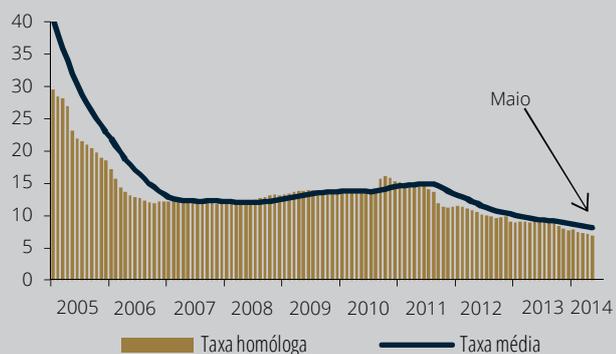
Variação mensal do IPC, em percentagem



Fonte: Banco Nacional de Angola

Gráfico 7 • Inflação

Variação anual do IPC, em percentagem



1.3. Contas externas

A posição externa angolana permaneceu sólida em 2013, embora tenha acusado uma deterioração que veio interromper o ciclo de reforço significativo registado no triénio precedente.

De acordo com as estimativas mais recentes, essa deterioração ficou, desde logo, patente na substancial redução do excedente apurado ao nível da balança corrente – ainda assim, preservado num patamar bastante confortável (correspondente a 4,9 por cento do PIB).

Quadro 2 • Balança de pagamentos

Em percentagem do PIB

	2010	2011	2012	2013		2014
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Balança corrente	9,1	12,6	12,2	4,2	4,9	2,2
Balança comercial	41,2	45,2	41,7	31,9	37,2	33,1
Exportações	61,4	64,6	62,6	51,7	57,7	54,8
das quais: Exportações petrolíferas	59,9	63,0	61,4	50,5	56,2	53,4
Importações	-20,2	-19,4	-20,9	-19,7	-20,5	-21,7
Serviços e rendimentos	-31,5	-31,3	-28,0	-27,4	-32,1	-30,8
Transferências correntes	-0,5	-1,3	-1,6	-0,4	-0,2	-0,2
Balança de capital e financeira	-1,1	-3,8	-8,1	-1,7	-5,9	-1,2
da qual: Investimento direto estrangeiro	-5,5	-4,9	-8,5	0,5	-2,4	-1,3

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Tal resultado foi determinado sobretudo pela evolução da balança comercial, mas também pelo desempenho, igualmente desfavorável e de dimensão quase equivalente, da balança de serviços e rendimentos. O défice desta última ultrapassou, de facto, os níveis contabilizados nos anos mais recentes (em percentagem do PIB), aproximando-se dos patamares anteriores à crise de 2009 (cf. Quadro 2). Para tanto, terá sido decisiva a pressão da procura interna (em especial o estímulo orçamental), que,

no contexto angolano, tende a impulsionar de forma particularmente acentuada as principais categorias de serviços importados: assistência técnica, construção e viagens. Mas terá sido também relevante o prolongamento da tendência para maiores saídas de dividendos e lucros (que quase duplicaram entre 2009 e 2013, em dólares correntes) – rubrica esta largamente dominada pelo peso das companhias petrolíferas, podendo assim sugerir uma melhoria da respetiva rentabilidade.

Gráfico 8 • Exportações de petróleo bruto

Destinos em percentagem; Total em mil milhões de USD

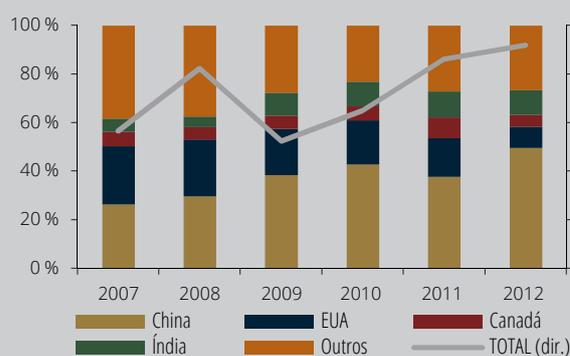
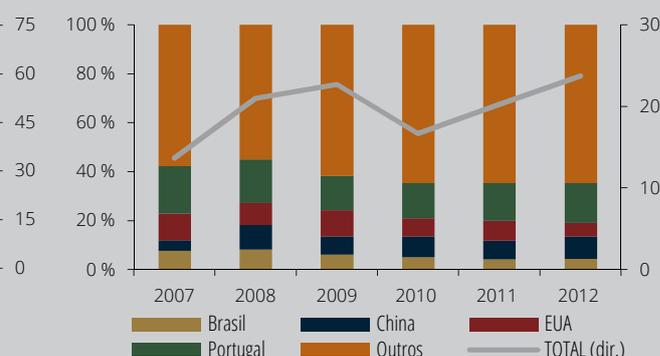


Gráfico 9 • Importações de mercadorias

Origens em percentagem; Total em mil milhões de USD



Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

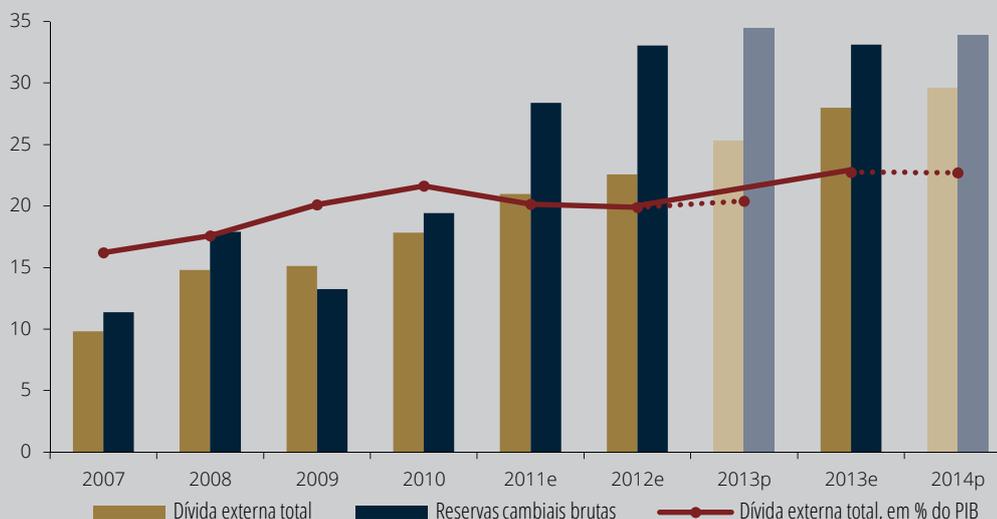
O desempenho global do setor petrolífero continuou, de facto, bastante positivo, com as exportações de petróleo bruto a atingirem em 2013 um valor que terá sido o segundo mais elevado de sempre, em termos nominais. Ficou, todavia, um pouco aquém do contabilizado em 2012 (uma redução de 1,5 por cento), devido não apenas à quase estagnação da quantidade produzida, mas também à descida do preço médio do petróleo angolano (para USD 107,3 por barril, contra USD 110,9 em 2012, segundo o FMI).

Essa contração das vendas de petróleo bruto seria decisiva para a deterioração da balança comercial, dada a sua tradicional preponderância: 95,7 por cento do total de bens exportados em 2013. As restantes classes de exportações evidenciaram, contudo, uma evolução favorável, com um crescimento anual de 7,2 por cento por parte dos diamantes e as primeiras remessas de gás natural liquefeito – na sequência de um investimento que rondou USD 10 mil milhões. A propósito de investimento direto, constatou-se aliás uma alteração significativa em 2013: embora o respetivo valor líquido continue negativo, pelo quarto ano consecutivo (refletindo sobretudo as aquisições angolanas no exterior e a recuperação do investimento feito em Angola pelas companhias petrolíferas), a parcela de investimento dirigido ao interior registou uma variação positiva de quase USD 2 mil milhões face a 2012.

A tendencial aceleração do investimento foi um dos fatores que impulsionaram as importações de mercadorias em 2013, tendo estas acusado uma variação anual de 6,4 por cento, ou seja, um ritmo superior ao das exportações, pelo segundo ano consecutivo. No tocante ao padrão geográfico de fornecedores, embora não tenham sido ainda disponibilizados dados completos para 2013, há indicações de que se terá essencialmente mantido o panorama de 2012 – tal como, aliás, no caso das exportações (cf. Gráficos 8 e 9). Ainda na esfera das importações, merece destaque a nova pauta aduaneira, vigente desde março de 2014, que veio onerar consideravelmente um conjunto alargado de bens importados (a tarifa máxima passou de 30 para 50 por cento).

A evolução, em sentido menos favorável, que a balança de pagamentos angolana evidenciou no ano passado não foi suficiente para afetar a solidez global da posição externa mas teve, ainda assim, dois corolários significativos: o aumento do peso assumido pela dívida externa em percentagem do PIB e a redução das disponibilidades líquidas sobre o exterior (embora não das reservas cambiais brutas, cujo valor final de 2013 ficou praticamente ao mesmo nível de 2012) – cf. Gráfico 10.

Gráfico 10 •
Dívida pública externa e reservas cambiais
Em mil milhões de USD; Total em % do PIB
Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.



1.4. Finanças públicas

O estímulo orçamental programado para 2013 terá sido largamente concretizado, determinando o apuramento de um saldo quase equilibrado, após três anos de excedentes confortáveis. Embora se trate ainda de dados preliminares, as estimativas mais recentes indicam que o saldo orçamental global permaneceu ligeiramente positivo (num montante equivalente a 0,3 por cento do PIB). Foi, por conseguinte, um resultado melhor que o previsto (cf. Quadro 3), com a ressalva de o OGE/2013 ter ainda assentado (embora em menor medida) nas orientações de projeção prudente do preço internacional do petróleo que eram prática habitual das autoridades angolanas – funcionando como uma almofada para a criação de espaço orçamental do lado da despesa, caso o preço do petróleo efetivamente praticado acabasse por ficar acima do projetado (conforme sucedeu na maior parte dos anos).

A anulação do excedente orçamental que se estima ter ocorrido em 2013 resultou, em primeiro lugar, da queda substancial evidenciada pelas receitas petrolíferas (cifradas no equivalente a 30,6 por cento do PIB, contra 37,9 por cento em 2012). Este desempenho foi determinado pela conjugação dos efeitos de quantidade e preço já atrás referidos (a propósito da produção e da exportação de petróleo) – acrescidos ainda de pelo menos mais um elemento: o facto de a produção estar a diminuir em algumas das áreas tradicionais e a deslocar-se para novas áreas (parte das quais em águas ditas ultraprofundas, além dos 1500 metros), áreas estas em que a parcela dos rendimentos atribuída às companhias petrolíferas internacionais

é inicialmente maior, para compensar os investimentos feitos.

A evolução desfavorável das receitas petrolíferas foi parcialmente contrabalançada pelo bom desempenho das restantes receitas, tanto tributárias como não-tributárias (com especial destaque para as aduaneiras), embora o peso conjugado de todas elas não tenha, ainda assim, ido além de 26,8 por cento das receitas totais (ou 11,2 por cento do PIB – cf. Gráfico 11). Admite-se, porém, que esse peso tenda a aumentar, devido ao impacto da nova pauta aduaneira e também de um novo pacote tributário, aprovado em meados de 2014. Este último abrange diversos aspetos da tributação não-petrolífera – incluindo a redução de taxas, no caso do Imposto Industrial (para estimular o investimento), mas também um alargamento da base tributária e uma simplificação de procedimentos que deverão permitir o aumento da arrecadação, de acordo com as expectativas das autoridades angolanas.

Para além do impacto principal, provocado pela queda das receitas petrolíferas, a redução significativa do excedente orçamental registada em 2013 ficou também a dever-se ao aumento das despesas totais. Verificado tanto em valor absoluto como em percentagem do PIB, este terá sido já o terceiro acréscimo anual consecutivo (e de maior magnitude que nos anos precedentes), embora ficasse ainda um pouco aquém do orçamentado – cf. Gráfico 12. A diferença entre o montante executado e o previsto no OGE/2013 foi especialmente acentuada no caso das despesas de investimento (cujo grau de realização estimada não ultrapassou 85,5 por cento do orçamentado), refletindo dificuldades operacionais de vária ordem.

Quadro 3 • Execução orçamental

Em percentagem do PIB

	2010	2011	2012	2013		2014
	Est.	Est.	Est.	Orç.	Est.	Orç.
Receitas Totais	43,5	48,8	46,7	38,2	41,9	37,2
das quais: Receitas petrolíferas	33,0	39,0	37,9	27,5	30,6	26,0
Despesas totais	38,2	38,6	39,9	42,0	41,5	42,1
Despesas correntes	28,5	29,9	29,4	28,0	29,3	28,8
Despesas de investimento	9,7	8,6	10,6	14,1	12,2	13,3
Saldo global (base compromissos)	5,3	10,2	6,7	-3,8	0,3	-4,9

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola) e Fundo Monetário Internacional.

Já no tocante às despesas correntes, merece destaque a contenção registada na esfera das despesas com o pessoal (executadas a 89,1 por cento do inscrito no OGE/2013). Contrastou, assim, com a classe de bens e serviços, que terá ultrapassado em 21,4 por cento o orçamentado – embora acuse uma variação relativamente modesta face ao apurado em 2012, dado ter sido (juntamente com os juros da dívida) uma das duas grandes classes de despesa em que se projetou uma poupança.

Foi ainda concretizada, em meados de 2013, uma importante alteração na estrutura alargada das finanças públicas angolanas. Trata-se da definição do enquadramento em que vai funcionar o Fundo Soberano de Angola (FSDEA), criado em 2012. Este instrumento orienta-se essencialmente para a preservação de parte dos rendimentos petrolíferos em favor das gerações futuras e para a promoção do investimento interno tendente ao desenvolvimento económico e social. Para além da dotação inicial de USD 5 mil milhões (vindos do anterior Fundo Petrolífero para Infraestruturas), o FSDEA deverá ser alimentado com uma parte da Reserva Financeira Estratégica Petrolífera para Infraestruturas de Base anualmente estipulada no OGE (em 2013, um valor equivalente a 100 mil barris de petróleo / dia).

1.5. Situação monetária e cambial

A evolução favorável da inflação permitiu um alívio gradual da política monetária, com impacto sobre a liquidez mas preservando a âncora cambial, ao mesmo tempo que se reforçava o papel da moeda nacional na economia. Este reforço era um dos principais objetivos das autoridades angolanas quando introduziram o novo enquadramento cambial do setor petrolífero, cuja última fase ficou concluída em outubro de 2013. Dele resulta que uma parte substancial das operações relativas ao setor passa a ser obrigatoriamente realizada através do sistema bancário residente (criando oportunidades para o respetivo crescimento) e que uma parcela maior das mesmas terá que ser expressa em kwanzas (fomentando assim a desdolarização).

Esta reforma teve já um impacto significativo na esfera monetária e cambial, desde logo ao nível da composição dos meios de pagamento, com o peso dos depósitos em moeda nacional a aumentar significativamente face ao total: de 49 por cento em dezembro de 2011 (antes do anúncio da reforma) para 63 por cento em abril de 2014, no caso dos depósitos à ordem, e de 44 para 56 por cento, ao longo do mesmo período, no caso dos depósitos a prazo. O novo enquadramento gerou também uma nova fonte de abastecimento do mercado cambial,

Gráfico 11 • Receitas públicas

Em percentagem do PIB

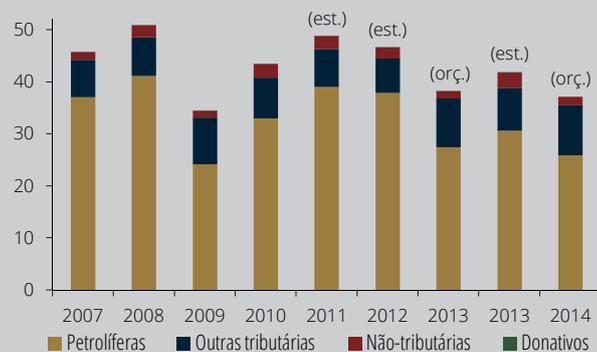
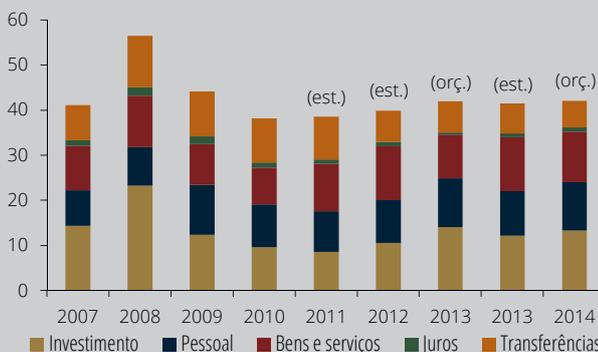


Gráfico 12 • Despesas públicas

Em percentagem do PIB



favorecendo assim um alívio das pressões sobre a oferta – tradicionalmente assegurada sobretudo pela venda de divisas por parte do BNA. De facto, aumentou o volume das transações cambiais interbancárias, permitindo inicialmente uma redução nos montantes colocados pelo banco central – embora o surgimento de tensões em alguns segmentos do mercado tenha levado a que este último voltasse a intensificar as suas intervenções: as vendas médias mensais caíram de USD 1,61 mil milhões em 2013 (com um pico de USD 1,95 mil milhões em julho) para USD 950 milhões em abril de 2014, recuperando depois para USD 2,62 mil milhões em junho de 2014 (um máximo absoluto, em termos nominais).

A sustentação da oferta no mercado cambial significou também que foi preservada a principal vertente em que a autoridade monetária tem feito assentar a sua estratégia de progressiva estabilização do nível geral de preços (tanto na fase inicial, em princípios do século, como na mais recente, após o impacto da crise de 2009) – ou seja a relativa estabilidade da taxa USD/AOK. Este fenómeno vem refletido numa tendência para a depreciação moderada da taxa de câmbio efetiva do kwanza, em termos nominais – prevalecente desde 2009 mas todavia insuficiente para contrariar a respetiva apreciação em termos reais, que atingiu 4,3 por cento em 2013, indiciando a perda de competitividade-preço da economia angolana (cf. Gráfico 15).

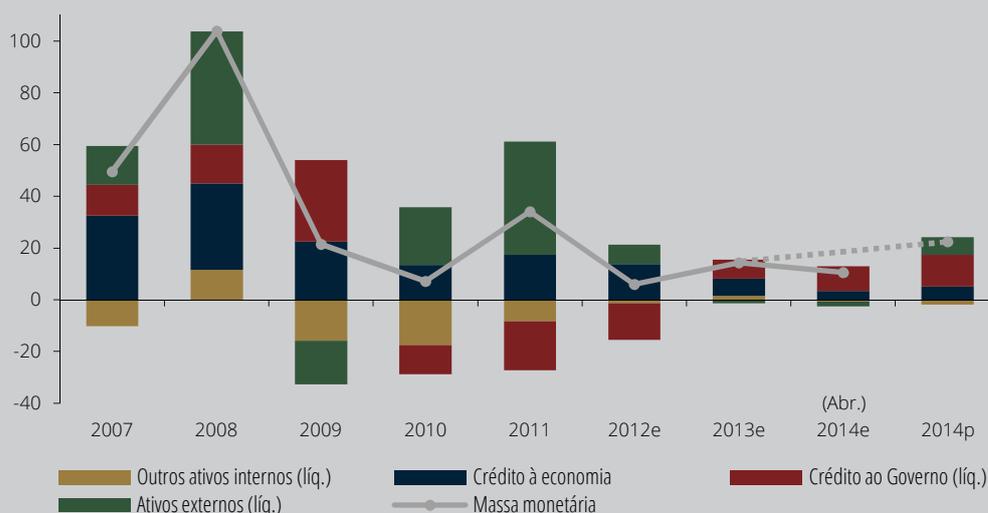


Gráfico 14 • Taxas de juro

Taxas anuais

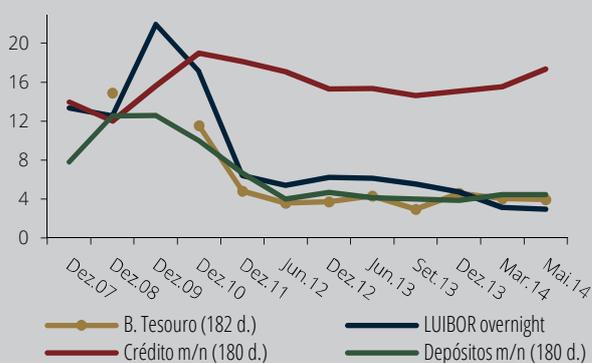


Gráfico 15 • Taxa de câmbio efetiva

Índices (base 100: 2000); Médias mensais



Tendo-se prolongado em 2013 e na primeira metade de 2014, o abrandamento gradual da cadência inflacionária refletiu o sucesso na condução da política monetária por parte do BNA, permitindo-lhe também ir procedendo a um alívio gradual da mesma. Esse alívio foi sendo concretizado através dos diversos instrumentos que a autoridade monetária passou a ter à sua disposição desde o início de 2012, com a adoção do novo quadro operacional da política monetária (que terá gerado ganhos de flexibilidade e eficiência na respetiva condução). Verificaram-se, assim, diversas descidas das taxas de intervenção do BNA ao longo do período em causa, com destaque para a taxa de redesconto, a taxa básica e a taxa da Facilidade de Cedência de Liquidez – embora com impacto limitado sobre as taxas praticadas nos diversos segmentos da praça financeira angolana, que incorporam também outros efeitos (cf. Gráfico 14).

Um último instrumento a que o BNA recorreu foi o coeficiente das reservas mínimas de caixa

nos depósitos em moeda nacional, reduzido de 20 para 15 por cento em junho de 2013 e para 12,5 por cento em janeiro de 2014. Esta medida terá sido, aliás, um dos três fatores principais (juntamente com a execução mais intensa do programa de investimento público no segundo semestre de 2013 e a nova lei cambial do setor petrolífero) que determinaram a expansão mais acelerada da liquidez na economia em 2013 e nos primeiros meses de 2014 (cf. Gráfico 13). Ao nível dos ativos monetários, esta expansão foi impulsionada sobretudo pelo comportamento do crédito líquido ao Governo Geral (com um acréscimo equivalente a 7,2 por cento da massa monetária inicial em 2013 – e mais 9,5 por cento até abril de 2014). Também a evolução do crédito à economia induziu um impacto expansionista sobre a liquidez (aliás, de dimensão semelhante à da componente anterior) mas neste caso em clara desaceleração face aos anos precedentes, num contexto de aumento do incumprimento e da perceção de risco.

Quadro 4 • Principais indicadores económicos

			2009	2010	2011	2012	2013		2014	
			Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços										
PIB nominal	mil milhões de AOK		5989	7579	9780	10 830	11 951	11 745	12 767	
	mil milhões de EUR		54,1	62,1	74,9	88,3		91,6		
	mil milhões de USD		75,2	82,4	104,2	113,5	124,1	123,0	130,3	
PIB real	tx. variação anual		2,4	3,4	3,9	5,2	7,1	6,8	3,9	
Setor petrolífero	tx. variação anual		-5,1	-3,0	-5,4	4,5	6,6	-1,1	-3,5	
Outros setores	tx. variação anual		8,1	7,6	9,5	5,5	7,3	10,8	7,3	
Inflação (IPC-Luanda)	t.v. homóloga anual		14,0	15,3	11,4	9,0	9,0	7,7	8,0	7,0 mai.
	t.v. média anual		13,7	14,5	13,5	10,3		8,8		8,1 mai.
Finanças públicas										
Receitas totais	% do PIB		34,6	43,5	48,8	46,7	38,2	41,9	37,2	
Receitas petrolíferas	% do PIB		24,2	33,0	39,0	37,9	27,5	30,6	26,0	
Despesas totais ^(a)	% do PIB		44,2	38,2	38,6	39,9	42,0	41,5	42,1	
Despesas correntes	% do PIB		31,7	28,5	29,9	29,4	28,0	29,3	28,8	
Despesas de investimento	% do PIB		12,4	9,7	8,6	10,6	14,1	12,2	13,3	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB		-9,6	5,3	10,2	6,7	-3,8	0,3	-4,9	
Saldo global (base caixa)	% do PIB		-8,6	4,3	11,8	9,4	-3,8	0,2	-4,9	
Moeda e crédito										
Ativos externos líquidos	tx. variação anual		-23,8	50,4	70,3	9,4	55,0	-1,5	9,8	-7,7 abr.
Crédito à economia	tx. variação anual		55,4	25,8	28,5	23,7	8,0	9,9	7,8	15,1 abr.
Massa monetária (M3)	tx. variação anual		21,5	7,1	34,0	6,0	49,4	14,3	22,5	28,4 abr.
Taxas de juro										
Crédito em moeda nac. ^(b) (180 d)	taxa anual		15,6	19,0	18,1	15,3		15,1	17,3 mai.	
Depósitos em moeda nac. (180 d)	taxa anual		12,6	10,0	6,7	4,7		3,9	4,5 mai.	
Depósitos em moeda estr. (180 d)	taxa anual		4,9	7,2	2,7	2,3		2,2	2,5 mai.	
Títulos do Banco Central (63 d)	taxa anual		21,4	10,0	7,2	4,1		4,0		
Bilhetes do Tesouro (182 d)	taxa anual			11,6	4,8	3,7		4,6	3,8 jun.	
Obrigações do Tesouro ^(c) (3 anos)	taxa anual		5,5	7,0	7,0	7,3		7,3	7,8 jun.	
Balança de pagamentos										
Exportações (em USD correntes)	tx. variação anual		-36,1	23,9	33,0	5,6	-9,8	-0,2	0,7	
Importações (em USD correntes)	tx. variação anual		8,0	-26,4	21,4	17,2	3,3	6,4	12,3	
Balança comercial	% do PIB		24,1	41,2	45,2	41,7	31,9	37,2	33,1	
Balança corrente	% do PIB		-10,1	9,1	12,6	12,2	4,2	4,9	2,2	
Reservas cambiais (brutas)	mil milhões de USD		13,2	19,4	28,4	33,0	34,4	33,1	33,9	32,4 abr.
Dívida pública externa										
Dívida pública externa total	mil milhões de EUR		10,9	13,4	15,1	17,6		20,8		
	mil milhões de USD		15,1	17,8	21,0	22,6	25,3	28,0	29,6	
	% do PIB		20,1	21,6	20,2	19,9	20,4	22,7	22,7	
Taxas de câmbio										
Taxa bilateral EUR / AOK	taxa média		110,7	122,0	130,5	122,6		128,2	134,3 mai.	
Taxa bilateral USD / AOK	taxa média		79,6	92,0	93,9	95,4		95,5	97,7 mai.	
ITCE nominal (apreciação: +) ^(d)	tx. variação anual		-5,8	-13,0	-4,8	-1,5		-2,4	-1,8 mai.	
ITCE real (apreciação: +) ^(d)	tx. variação anual		7,7	-2,7	3,7	6,1		4,3	3,0 mai.	

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Inclui, para todos os anos apresentados, despesas correntes e de capital que tinham sido efetuadas por empresas públicas (essencialmente, a Sonangol) e foram agora incluídas no perímetro orçamental, sendo consideradas operações quase-fiscais (*quasi-fiscal operations*). (b) Crédito concedido a empresas. (c) Obrigações emitidas em AOK mas indexadas à taxa de câmbio USD/AOK. (d) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2005-2009.

Quadro 5 • Produto interno bruto

Preços correntes, em mil milhões de Kwanzas

	2009	2010	2011	2012	2013		2014
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Setor primário	3326	4213	5638	5936			
Agricultura, pescas e derivados	611	746	909	1138			
Indústria extrativa	2715	3467	4730	4798			
Petróleo e gás	2662	3396	4641	4709			
Outros (incl. Diamantes)	54	71	89	89			
Setor secundário	821	1075	1346	1587			
Indústria transformadora	364	464	584	685			
Eletricidade e água	7	10	11	15			
Construção	450	602	751	888			
Setor terciário	1694	2103	2565	3062			
Comércio e serviços transacionáveis	1240	1555	1896	2294			
Serviços não-transacionáveis	454	548	669	767			
Produto interno bruto (custo de fatores)	5841	7392	9549	10 584			
Impostos indiretos e subsídios	147	188	231	246			
Produto interno bruto (preços de mercado)	5989	7579	9780	10 830	11 951	11 745	12 767
Para memória:							
PIBpm nominal (em mil milhões de EUR)	54,1	62,1	74,9	88,3		91,6	
PIBpm nominal (em mil milhões de USD)	75,2	82,4	104,2	113,5	124,1	123,0	130,3
PIBpm nominal (em AOK, variação anual em %)	-5,2	26,6	29,0	10,7	10,4	8,4	8,7
PIB real (variação anual em %)	2,4	3,4	3,9	5,2	7,1	6,8	3,9
Setor petrolífero	-5,1	-3,0	-5,4	4,5	6,6	-1,1	-3,5
Outros setores	8,1	7,6	9,5	5,5	7,3	10,8	7,3

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 6 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2000	Dezembro		268,4	268,4	325,0
2001	Dezembro		116,1	116,1	152,6
2002	Dezembro		105,6	105,6	109,0
2003	Dezembro		76,6	76,6	98,2
2004	Dezembro		31,0	31,0	43,5
2005	Dezembro		18,5	18,5	23,0
2006	Dezembro		12,2	12,2	13,3
2007	Dezembro		11,7	11,7	12,2
2008	Dezembro		13,2	13,2	12,5
2009	Dezembro		14,0	14,0	13,7
2010	Dezembro		15,3	15,3	14,5
2011	Dezembro		11,4	11,4	13,5
2012	Dezembro		9,0	9,0	10,3
2013	Dezembro		7,7	7,7	8,8
2012	Janeiro	0,7	0,7	11,5	13,2
	Fevereiro	0,7	1,4	11,3	12,9
	Março	0,6	2,0	11,1	12,6
	Abril	0,7	2,7	10,9	12,3
	Mai	0,7	3,4	10,5	11,9
	Junho	0,7	4,1	10,1	11,6
	Julho	0,7	4,8	10,0	11,2
	Agosto	0,6	5,4	9,9	10,9
	Setembro	0,6	6,0	9,7	10,7
	Outubro	0,9	7,0	9,8	10,6
	Novembro	0,9	8,0	9,8	10,5
	Dezembro	1,0	9,0	9,0	10,3
	Dezembro (prog.)			9,6	10,8
2013	Janeiro	0,6	0,6	8,9	10,1
	Fevereiro	0,8	1,4	9,1	9,9
	Março	0,7	2,1	9,1	9,7
	Abril	0,6	2,7	9,0	9,6
	Mai	0,9	3,6	9,2	9,5
	Junho	0,6	4,3	9,2	9,4
	Julho	0,5	4,8	9,0	9,3
	Agosto	0,5	5,4	9,0	9,2
	Setembro	0,5	5,9	8,9	9,2
	Outubro	0,4	6,3	8,4	9,1
	Novembro	0,5	6,9	7,9	8,9
	Dezembro	0,7	7,7	7,7	8,8
	Dezembro (prog.)			9,0	
2014	Janeiro	0,8	0,8	7,8	8,7
	Fevereiro	0,5	1,2	7,5	8,6
	Março	0,5	1,8	7,3	8,4
	Abril	0,5	2,3	7,2	8,3
	Mai	0,6	2,9	7,0	8,1
	Dezembro (prog.)			8,0	

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1). [2] mês (n) / Dezembro anterior. [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior. [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 7 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013		2014
		Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
1. Balança Corrente	-7572	7506	13 085	13 853	5170	6038	2823
Mercadorias	18 168	33 928	47 082	47 376	39 647	45 725	43 132
Exportações (f.o.b.)	40 828	50 595	67 310	71 093	64 144	70 951	71 450
Setor petrolífero	39 803	49 352	65 591	69 716	62 700	69 119	69 513
das quais: Petróleo bruto	39 271	48 629	64 539	68 871	61 718	67 865	68 180
Diamantes	814	976	1205	1159	1110	1243	1331
Outras	212	267	514	218	334	589	606
Importações (f.o.b.)	-22 660	-16 667	-20 228	-23 717	-24 497	-25 226	-28 318
Serviços e rendimentos	-25 369	-25 984	-32 635	-31 761	-34 013	-39 464	-40 084
Serviços (líq.)	-18 546	-17 897	-22 938	-21 339	-23 068	-26 996	-27 375
Créditos	623	857	732	780	724	760	802
Débitos	-19 169	-18 754	-23 670	-22 119	-23 792	-27 756	-28 177
dos quais: Transportes e viagens	-4288	-3237	-3810	-4597			
Construção	-4676	-4643	-7932	-6230			
Assistência técnica	-7114	-6158	-9173	-8908			
Rendimentos (líq.)	-6823	-8087	-9697	-10 422	-10 945	-12 468	-12 709
dos quais: Débito de juros	-504	-392	-534	-662			
Dividendos e lucros	-6130	-7525	-9040	-9722			
Transferências correntes (líq.)	-370	-438	-1362	-1762	-464	-223	-225
2. Balança de Capital e Financeira	2955	-897	-3997	-9210	-2050	-6351	-1539
Transferências de capital (líq.)	11	1	2	0	3	3	2
Investimento direto estrangeiro (líq.)	2199	-4568	-5116	-9639	597	-2992	-1755
No interior (líq.) ^(a)	2205	-3227	-3024			-1044	-1000
No exterior (líq.)	-7	-1340	-2093			-1948	-755
Outros capitais líq. (inc. Erros e omissões)	185	3670	1117	428	-2 650	-3362	214
3. Balança Global: (1. + 2.)	-4616	6609	9088	4643	3120	-313	1284
4. Financiamento	4616	-6609	-9088	-4643	-3120	313	-1284
Variação das Reservas oficiais (líq.) (aumento: -)	4631	-6101	-9054	-4642	-3120	313	-1284
Financiamento excecional ^(b)	-15	-508	-34	-1	0	0	0
5. Diferencial de Financiamento	0	0	0	0	0	0	0
Para memória:							
Balança comercial (em percentagem do PIB)	24,1	41,2	45,2	41,7	31,9	37,2	33,1
Balança corrente (em percentagem do PIB)	-10,1	9,1	12,6	12,2	4,2	4,9	2,2

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Os valores negativos posteriores a 2010 (desinvestimento em Angola) refletem sobretudo o maior peso da componente que corresponde à recuperação do investimento anteriormente feito por empresas petrolíferas estrangeiras; (b) Essencialmente variação de atrasados e perdão ou reescalonamento de dívida.

Quadro 8 • Exportações de mercadorias

Produtos, em milhões de USD; Países, em % do total

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2006 a 2012
					Est.	Est.	Est.	Est.
Exportações totais	31 862	44 396	63 914	40 828	50 595	67 310	71 093	
Petróleo bruto	29 929	42 352	61 666	39 271	48 629	64 539	68 871	
Prod. refinados de petróleo e gás	554	652	792	532	722	1052	845	
Diamantes	1155	1182	1210	814	976	1205	1159	
Outros	225	211	247	212	267	292	292	
Exportações por destino ^(a)								
África do Sul	1,8	3,9	4,1	3,2	3,1	2,6	4,2	3,4
Canadá	5,5	5,9	5,2	5,4	5,8	8,7	5,0	6,0
China	30,1	26,4	29,7	38,5	42,8	37,7	49,6	37,4
EUA	31,4	24,0	23,3	19,0	18,1	15,9	8,7	18,7
França	3,5	5,2	5,0	7,6	3,7	3,2	1,6	4,0
Índia	2,0	5,5	4,3	9,4	10,1	10,7	10,1	7,9
Portugal	0,0	1,0	0,8	0,5	1,8	2,4	2,5	1,5
Taiwan	5,2	4,2	2,5	2,9	4,8	8,2	6,1	5,0
Outros	20,5	24,0	25,1	13,5	9,8	10,6	12,2	16,1

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Apenas exportações de petróleo bruto.

Quadro 9 • Importações de mercadorias

Produtos, em milhões de USD ; Países, em % do total

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2006 a 2012
					Est.	Est.	Est.	Est.
Importações totais	8778	13 662	20 982	22 660	16 667	20 228	23 717	
das quais: SNA ^(a)	5664	8 590	14 828	22 548	16 667	20 228	23 717	
Importações por origem								
África do Sul	8,7	6,6	5,7	3,9	4,0	3,8	3,8	4,6
Bélgica	4,8	5,0	4,5	6,4	7,3	6,0	6,7	6,1
Brasil	8,7	7,7	8,2	6,2	5,1	4,2	4,4	5,8
China	9,6	4,3	10,0	7,4	8,5	7,6	9,2	8,2
EUA	6,4	11,0	9,1	10,7	7,4	8,2	5,5	8,3
Portugal	18,5	19,3	17,7	14,0	14,5	15,4	16,4	15,9
Reino Unido	3,4	4,8	3,6	4,4	5,1	2,9	2,4	3,7
Outros	39,8	41,3	41,3	46,9	48,1	52,0	51,7	47,5

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Dados do Serviço Nacional das Alfândegas de Angola.

Quadro 10 • Dívida pública externa e reservas cambiais

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013		2014
		Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
1. Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior	12 628	18 425	30 341	33 011	48 909	31 916	31 289
das quais: Reservas cambiais (brutas)	13 238	19 444	28 393	33 035	34 416	33 125	33 931
2. Dívida Pública Externa (incluindo Atrasados)	15 125	17 829	20 992	22 583	25 317	27 980	29 573
Comercial	9002	10 676	13 125	13 786		18 522	
Banca	8114	9882	12 105	12 813		17 549	
Empresas	888	794	1020	974		973	
Oficial bilateral	5386	5816	6221	6978		7809	
Oficial multilateral	738	1328	1640	1813		1645	
Comissões		8	5	6		4	
Para memória:							
DLX (em % do PIB)	16,8	22,4	29,1	29,1	39,4	25,9	24,0
Reservas cambiais brutas (em % do PIB)	17,6	23,6	27,3	29,1	27,7	26,9	26,0
Dívida externa total (em % do PIB)	20,1	21,6	20,2	19,9	20,4	22,7	22,7

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 11 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de Kwanzas

	2009	2010	2011	2012	2013		2014	
	Est.	Est.	Est.	Est.	Orç.	Est.	g.e. ^(a)	Orç.
1. Receitas Totais	2070	3295	4776	5054	4571	4920	107,6	4745
Receitas tributárias	1988	3094	4528	4826	4401	4571	103,9	4540
Receitas petrolíferas	1449	2500	3817	4103	3282	3599	109,7	3313
Receitas não-petrolíferas	539	594	711	723	1119	972	86,8	1227
Receitas não-tributárias	80	199	246	226	169	347	204,8	205
Donativos	2	2	2	2	0	2		0
2. Despesas Totais ^(b)	2644	2894	3774	4325	5021	4879	97,2	5375
Despesas correntes	1901	2161	2928	3180	3341	3442	103,0	3674
Despesas com o pessoal	665	714	877	1031	1296	1155	89,1	1369
Bens e serviços	539	619	1031	1297	1156	1403	121,4	1431
Juros da dívida	103	90	95	101	65	99	152,7	128
Internos	24	27	56	69	27	59	217,3	69
Externos	79	63	38	33	38	40	106,2	59
Transferências e subsídios	594	738	926	752	824	785	95,3	746
Despesas de investimento	743	733	846	1145	1680	1437	85,5	1701
3. Saldo Global (base compromissos) (1. - 2.)	-575	402	1002	729	-450	41		-630
4. Variação de Atrasados (líq.)	59	-73	150	289	0	-18		0
Internos ^(c)	95	-73	150	289	0	-18		0
Juros externos	-36	0	0	0	0	0		0
5. Saldo Global (base caixa) (3.+ 4.)	-516	328	1153	1018	-450	23		-630
6. Financiamento	516	-328	-1153	-1018	450	-23		630
Financiamento Externo (líquido)	111	16	51	218	596	233		733
Desembolsos	380	154	186	384	775	432		1036
Amortizações	-269	-138	-135	-166	-179	-199		-303
Financiamento Interno (líquido)	405	-344	-1203	-1236	-146	-256		-103
Financiamento bancário	514	-324	-826	-432	289	29		116
Financiamento não-bancário	-109	-20	-378	-804	-434	-285		-219
Para memória:								
Saldo global, base compromissos (% do PIB)	-9,6	5,3	10,2	6,7	-3,8	0,3		-4,9

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças (Angola), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Inclui, para todos os anos apresentados, despesas correntes e de capital que tinham sido efetuadas por empresas públicas (essencialmente a Sonangol) e foram agora incluídas no perímetro orçamental (operações quase-fiscais – *quasi-fiscal operations*); (c) Valores líquidos da variação de atrasados a fornecedores (despesas) e da variação de atrasados da Sonangol para com o Tesouro (receitas).

Quadro 12 • Síntese monetária

Em mil milhões de Kwanzas

	2009	2010	2011	2012	2013		2013 / 2012		2014	Abr.14 / Dez.13		2014
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	[1]	[2]	Abr	[1]	[2]	Dez.
			Est.	Est.	Prog.	Est.			Est.			Prog.
Ativos Externos Líquidos	1129	1698	2891	3163	4904	3116	-1,5	-1,2	3029	-2,8	-2,0	3422
Em mil milhões de USD	13	18	30	33	49	32	-3,3		31	-2,8		31
Banco Nacional de Angola	1127	1683	2568	3014	3399	3097	2,7	2,1	3009	-2,8	-2,0	3252
Reservas internacionais líquidas	1128	1605	2485	2935	3219	3021	2,9	2,2	2966	-1,8	-1,2	3499
Reservas brutas	1183	1792	2705	3166		3234	2,1	1,8	3159	-2,3	-1,7	
Em mil milhões de USD	13	19	28	33	34	33	0,3		32	-2,3		34
Responsabilidades de curto prazo	-55	-186	-220	-230		-213	-7,6	0,4	-193	-9,3	0,4	
Outros ativos externos (líquidos)	-2	78	82	79	180	76	-3,9	-0,1	43	-43,2	-0,7	-247
Bancos Comerciais	2	14	323	149	1505	19	-87,4	-3,4	20	5,2	0,0	170
Ativos Internos Líquidos	1419	1031	765	713	887	1316	84,7	15,6	1867	41,9	12,4	2005
Crédito Interno (líquido)	1728	1782	1742	1733	1595	2277	31,3	14,0	2851	25,2	13,0	3047
Crédito ao Governo Geral (líquido)	396	106	-412	-931	-1282	-651	30,1	7,2	-231	64,5	9,5	-108
Crédito à economia	1332	1676	2154	2664	2877	2928	9,9	6,8	3083	5,3	3,5	3155
Outros ativos internos (líquidos)	-309	-751	-977	-1021	-708	-961	5,9	1,6	-984	-2,5	-0,5	-1042
Ativos Totais	2548	2728	3656	3876	5791	4432	14,3	14,3	4896	10,5	10,5	5427
Massa Monetária (M3)	2548	2728	3656	3876	5791	4432	14,3	14,3	4896	10,5	10,5	5427
Moeda e Quase-Moeda (M2)	2304	2626	3506	3799	5641	4379	15,3		4838	10,5		5375
Moeda	1635	1700	2151	2215		2574	16,2		2932	13,9		
Circulação Monetária	170	172	209	245	325	276	12,9		259	-6,3		350
Depósitos à ordem	1466	1528	1942	1970		2298	16,6		2673	16,3		
em moeda nacional	609	733	956	1041	1490	1463	40,5		1683	15,1		1755
em moeda estrangeira	857	795	986	929		835	-10,1		990	18,5		
Quase-Moeda	669	926	1356	1584		1805	13,9		1906	5,6		
Depósitos a prazo em moeda nacional	260	409	596	724		899	24,2		1073	19,4		
Depósitos a prazo em moeda estrangeira	409	517	759	861		907	5,3		833	-8,1		
Outros Instrumentos Financeiros	244	102	150	77	150	52	-32,1		58	11,1		52

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão/contração da liquidez).

Quadro 13 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2009	2010	2011	2012	2013			2014		
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Mai.	Jun.
Depósitos										
(em Moeda Nacional)										
Depósitos à ordem	2,56	2,44	5,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	12,06	8,18	4,32	3,07	2,91	2,97	3,32	3,11	4,05	
91-180 dias	12,59	9,99	6,67	4,69	4,13	4,01	3,87	4,47	4,45	
181-365 dias	11,62	6,81	5,55	4,90	4,28	5,36	5,10	6,02	5,93	
Mais de 1 ano	4,62	1,65	8,58	7,02	7,23	5,50	5,56	4,87	4,95	
(em Moeda Estrangeira)										
Depósitos à ordem	0,95	0,08	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Depósitos a prazo										
Até 90 dias	4,05	2,32	2,38	1,84	1,82	1,79	2,10	1,99	1,83	
91-180 dias	4,91	7,15	2,68	2,32	1,92	1,98	2,25	1,83	2,46	
181-365 dias	5,78	2,73	3,72	2,65	2,47	2,74	2,87	2,57	2,88	
Mais de 1 ano	5,95	1,12	3,88	3,11	3,88	2,73	4,96	4,77	4,96	
Crédito (a empresas)										
(em Moeda Nacional)										
Até 180 dias	15,62	18,96	18,09	15,32	15,35	14,62	15,08	15,51	17,33	
181-365 dias	19,39	18,23	15,98	14,36	14,42	14,11	13,86	13,88	14,31	
Mais de 1 ano	19,02	23,74	17,70	15,09	15,33	14,47	13,11	12,91	13,67	
(em Moeda Estrangeira)										
Até 180 dias	11,32	14,84	10,17	8,94	12,64	7,70	11,78	14,53	11,21	
181-365 dias	9,90	8,72	10,03	11,54	10,32	10,81	12,07	13,11	12,85	
Mais de 1 ano	8,57	9,86	10,42	11,29	12,99	11,71	9,83	10,12	9,58	
Taxas de Intervenção do BNA										
Redesconto	30,00	25,00	20,00	20,00	15,00	15,00	15,00	10,00	10,00	10,00
Taxa Básica			10,50	10,25	10,00	9,75	9,75	9,25	9,25	9,25
Facilidades Permanentes										
Cedência de liquidez			12,50	11,50	11,25	11,00	10,25	10,00	10,00	10,00
Depósito <i>overnight</i>			2,00	1,50	1,00	0,75	0,75	1,50	1,75	1,75
Operações de Merc. Aberto										
Cedência			15,45							
Absorção			5,22		2,00	2,11	3,00	3,50	3,50	3,50
LUIBOR ^(b) <i>overnight</i>	21,94	17,12	6,39	6,20	6,13	5,53	4,71	3,15	2,96	2,94
Títulos do Banco Central										
a 14 dias		7,00								
a 28 dias	20,04	8,50								
a 63 dias	21,44	9,99	7,18	4,12			3,97			
a 91 dias	23,28	10,82								
a 182 dias	20,88	11,55	6,80	5,08						
a 364 dias		13,69								
Bilhetes do Tesouro										
a 91 dias	23,28	10,82	3,94	3,35	3,00	2,46	3,64	3,82	3,71	3,64
a 182 dias		11,55	4,82	3,71	4,31	2,94	4,60	4,06	3,94	3,75
a 364 dias		13,69	5,18	5,10	5,96	3,97		5,07	4,84	5,41
Obrigações do Tesouro ^(a)										
a 1 ano	4,46									
a 2 anos	4,96			7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
a 3 anos	5,46	7,00	7,00	7,25	7,25	7,25	7,25	7,75	7,75	7,75
a 4 anos	6,46	7,00	7,25	7,50		7,50	7,50	8,00	8,00	8,00
a 5 anos		7,00	7,75	7,75	7,75	7,75	7,75	8,25	8,25	8,25
a 6 anos			8,00							
Para memória:										
Inflação (t.v. homóloga anual)	14,00	15,30	11,38	9,02	9,19	8,93	7,70	7,31	6,96	

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Notas: (a) *Luanda Interbank Offered Rate* (taxa média ponderada das operações de cedência de liquidez, sem garantia, praticadas pelos bancos no mercado monetário interbancário). (b) OT emitidas em kwanzas mas indexadas à taxa de câmbio USD/AOK.

Quadro 14 • Taxas de câmbio

Taxas médias (mercado primário – taxas de referência do BNA)

		EUR / AOK	USD / AOK	ITCE ^(a) (b)	
				Nominal	Real
2000		9,02	9,89	100,00	100,00
2001		19,58	21,84	45,45	112,68
2002		41,21	43,34	22,74	116,98
2003		83,98	74,35	12,91	129,34
2004		103,56	83,36	11,33	157,98
2005		108,91	87,24	10,75	179,92
2006		100,79	80,38	11,54	213,65
2007		105,11	76,71	11,66	233,84
2008		110,44	75,03	11,30	243,61
2009		110,66	79,59	10,65	262,39
2010		122,00	91,98	9,26	255,38
2011		130,53	93,90	8,82	264,84
2012		122,65	95,42	8,69	280,90
2013		128,19	95,47	8,48	292,84
2012	Janeiro	122,77	95,29	8,70	272,95
	Fevereiro	125,99	95,30	8,65	272,78
	Março	125,84	95,32	8,66	273,09
	Abril	125,53	95,33	8,65	274,59
	Maio	122,19	95,35	8,69	278,18
	Junho	119,41	95,36	8,76	283,25
	Julho	117,46	95,38	8,78	285,88
	Agosto	118,07	95,39	8,78	285,89
	Setembro	122,60	95,42	8,70	283,84
	Outubro	123,78	95,38	8,65	285,20
	Novembro	122,54	95,71	8,63	287,32
	Dezembro	125,56	95,80	8,58	287,80
2013	Janeiro	127,23	95,89	8,55	287,40
	Fevereiro	128,42	95,95	8,53	286,56
	Março	124,48	95,97	8,56	289,91
	Abril	124,98	96,01	8,54	290,73
	Maio	124,77	96,10	8,50	292,69
	Junho	126,83	96,25	8,47	293,03
	Julho	125,91	96,28	8,48	294,72
	Agosto	128,28	96,34	8,44	294,15
	Setembro	129,26	96,79	8,39	292,81
	Outubro	132,97	97,44	8,30	290,90
	Novembro	131,57	97,42	8,30	293,07
	Dezembro	133,63	97,56	8,27	293,43
2014	Janeiro	133,03	97,62	8,25	293,54
	Fevereiro	133,20	97,61	8,27	294,78
	Março	135,01	97,60	8,31	296,94
	Abril	134,87	97,62	8,34	299,80
	Maio	134,27	97,66	8,35	301,41

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE, nominal e real), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2005-2009. (b) Um aumento / diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação / depreciação do Kwana.

2. CABO VERDE

Área: 4033 Km²

Capital: Cidade da praia

População: 512 milhares
(2013; fonte: ONU)

Moeda: Escudo CV

A fraca dinâmica da procura interna e o contexto externo adverso, provocaram uma quase estagnação económica em Cabo Verde em 2013. Contudo, a resultante diminuição das importações e o continuado crescimento do turismo melhoraram as contas externas e reforçaram as reservas cambiais, apoiando o regime de ancoragem ao euro. O abrandamento da atividade económica repercutiu-se negativamente nas receitas públicas, obrigando à contenção acrescida nas despesas para refrear as necessidades de financiamento do Estado.

2.1. Síntese

O ambiente externo desfavorável e o nível de confiança baixo dos agentes económicos em Cabo Verde marcaram a evolução macroeconómica do país em 2013. O prolongamento das dificuldades em alguns países da UE teve impacto nas receitas do turismo, nas transferências oficiais, no investimento direto do exterior (IDE) e nas remessas de emigrantes.

A manutenção de baixas expectativas e a estagnação do crédito à economia refletiram-se negativamente na procura interna, sobretudo no consumo e investimento privados. O produto interno terá continuado a tendência de abrandamento anterior, atingindo um crescimento real de 0,5 por cento, face a 1,2 por cento de 2012.

A redução dos preços de alguns bens importados bem como a contração da procura interna e o aumento da produção nacional de bens alimentares frescos repercutiram-se na taxa de inflação, que atingiu valores negativos em termos homólogos no segundo trimestre de 2014. Conduziram também à diminuição dos montantes de importações de bens e de serviços em 2013, o que induziu uma melhoria significativa do défice corrente externo (para 2,8 por cento do PIB), contando ainda com o crescimento das exportações de bens e das receitas de turismo. O desagravamento do défice corrente permitiu uma acumulação de reservas cambiais de EUR 50 milhões, passando a cobrir 5,0 meses das importações de bens e serviços.

O abrandamento económico condicionou igualmente a arrecadação de receitas fiscais, à qual

se juntou a redução dos donativos. As autoridades adotaram medidas de redução dos encargos correntes e ajustamentos no programa de investimento, fechando 2013 com um défice orçamental de 9 por cento do PIB (inferior aos 10,5 por cento de 2012). As dificuldades foram sobretudo sentidas nos impostos sobre o rendimento e sobre as transações internacionais. As medidas de contenção tomadas tiveram maior expressão nas despesas com o programa de investimento.

Como habitualmente, o Estado cabo-verdiano financiou-se sobretudo através de desembolsos de dívida externa, subindo o *stock* a 75,9 por cento do PIB, tendo ainda recorrido ao financiamento junto dos agentes económicos nacionais, elevando a dívida interna a 24 por cento do PIB (excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira – TCMF).

A melhoria externa e o crescimento do crédito ao setor público aceleraram a expansão monetária em 2013, num contexto de excedente de liquidez, com elevadas reservas excedentárias e acesso crescente à facilidade permanente de depósito do Banco de Cabo Verde (BCV). Limitadas oportunidades internas e grande aversão ao risco levaram os bancos a condicionar a concessão de crédito ao setor privado e a procurar soluções alternativas, incluindo depósitos no exterior. A reduzida rentabilidade dessas aplicações e a diminuição das taxas dos Bilhetes do Tesouro e dos títulos do BCV, aliadas à deterioração da qualidade do crédito, têm-se repercutido na rentabilidade e solvabilidade da maioria das instituições bancárias.

Quadro 15 • Principais indicadores económicos

	2011	2012	2013	2014
			Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	4,0	1,2	0,5	3,0
Inflação (taxa de variação homóloga)	3,6	4,1	0,1	2,2
Massa monetária (taxa de variação anual)	3,6	6,0	10,8	7,8
Balança corrente (% do PIB)	-16,3	-10,9	-2,8	-9,2
Reservas oficiais (meses de importações)	3,2	4,0	5,0	5,0
Saldo orçamental (% do PIB)	-7,7	-10,5	-9,0	-8,1
Dívida pública (% do PIB)	86,0	98,4	107,2	-

Fontes: FMI, BCV, Ministério das Finanças e Planeamento de Cabo Verde e INE de Cabo Verde.

Espera-se, para 2014, alguma recuperação económica, com impacto positivo nas contas públicas, prevendo-se uma redução do défice orçamental (não confirmada pela execução até março), contando com o aumento das receitas e sobretudo com o programado abrandamento do programa de investimento. A prevista retoma do consumo e investimento privados deverá acarretar a deterioração das contas externas, sobretudo com a subida das importações. O primeiro trimestre do corrente ano denotou uma redução homóloga das receitas do turismo, com menos turistas nacionais e estrangeiros, principalmente do Reino Unido, Alemanha e Portugal.

Os principais riscos mantêm-se ligados ao eventual arrastamento das dificuldades na UE e a um aumento da concorrência do norte de África como destino turístico. Internamente terão de ser levadas em conta e acompanhadas de perto a evolução das finanças públicas e da dívida pública, bem como da situação financeira dos bancos.

2.2. Procura, produção e preços

Em 2013, aprofundou-se a tendência de abrandamento económico iniciada no ano anterior. As estimativas existentes apontam para um crescimento real de 0,5 por cento no ano passado, 0,7 p.p. abaixo dos valores

provisórios apurados para as contas nacionais de 2012.

A atividade do setor do turismo terá permanecido o principal impulsionador do produto em 2013. Ainda que em desaceleração, as receitas brutas diretas do turismo registaram um novo aumento no ano passado, subindo a 23,6 por cento do PIB, com o sucessivo reforço da procura turística dirigida a Cabo Verde. Adicionalmente, a diminuição das importações potenciou o contributo da poupança externa líquida para o crescimento económico.

O abrandamento terá sido praticamente transversal a todos os setores de atividade no país em 2013, com especial incidência nos transportes e comunicações, comércio e construção, espelhando a quebra da procura interna. O consumo privado terá sofrido com a redução do rendimento disponível das famílias, influenciado, entre outros, pelo decréscimo das remessas de emigrantes. O investimento privado terá registado uma redução como resultado do baixo nível de confiança dos agentes económicos internos, num contexto de condições de financiamento pouco favoráveis, e da diminuição do IDE, patente, entre outros, no investimento imobiliário.

A prevista melhoria da situação económica na UE deverá permitir alguma recuperação da atividade em Cabo Verde, projetando-se um crescimento real de 3 por cento para 2014. Um ambiente



Gráfico 16 •
PIB real

Taxas de variação
anual em
percentagem

Fontes: Banco e Cabo
Verde, INE de Cabo
Verde e FMI.

externo mais favorável contribuirá para um melhor desempenho das remessas, do IDE e do turismo, possibilitando igualmente a reversão dos níveis de confiança de consumidores e investidores.

Ao longo de 2013, a taxa de inflação demonstrou uma trajetória descendente, atingindo 1,5 por cento em dezembro em termos médios (2,5 por cento no ano anterior). A descida da taxa de inflação tem sido mais vincada em termos homólogos, tendo mesmo valores negativos no segundo trimestre de 2014. Esta evolução é principalmente atribuída ao comportamento da componente importada, em particular nos bens alimentares e energia, bem como à contração da procura interna e aumento da produção nacional de bens alimentares frescos e de energia. Internamente esses fatores traduziram-se sobretudo na evolução dos preços das classes alimentação e bebidas não alcoólicas e transportes.

Para 2014, no quadro de alguma recuperação do crescimento económico, projeta-se um ligeiro aumento da taxa de inflação, para valores próximos de 2 por cento em termos médios anuais.

2.3. Contas externas

A fraca dinâmica da procura interna traduziu-se em menores importações, o que, a par do bom comportamento das exportações, determinou uma diminuição substancial do défice corrente em 2013, para 2,8 por cento do PIB (10,9 por cento em 2012), passando a cerca de EUR 39 milhões.

O impacto da menor atividade económica repercutiu-se principalmente na diminuição das importações de bens, com destaque para os bens de capital e para os produtos transformados para a construção. Adicionalmente, com o crescimento das exportações de bens, destacando-se os produtos do mar, o défice da balança comercial reduziu-se para 33,3 por cento do PIB (37,3 por cento em 2012) e o grau de cobertura das importações pelas exportações subiu a 24 por cento (22 por cento em 2012).

A balança de serviços e rendimentos voltou a apresentar em 2013 uma melhoria do seu saldo, com destaque para novo aumento das receitas brutas de turismo (em 9 por cento, para 23,6 por cento do PIB), ainda que em ritmo claramente decrescente (crescimento de 21 por cento no ano anterior), e a diminuição das importações de serviços. A menor dinâmica das exportações de serviços turísticos esteve principalmente ligada ao abrandamento da procura (número de turistas) e o decréscimo da importação de serviços decorreu sobretudo nos ligados aos transportes (aéreos), viagens (negócios e turismo) e empresariais (alugueres e profissionais e técnicos diversos). O abrandamento da atividade económica terá contribuído para a redução dos montantes distribuídos de rendimentos de IDE.

Por outro lado, as dificuldades sentidas pelos principais parceiros de Cabo Verde repercutiram-se nas transferências correntes, com reduções das oficiais (para a administração central e

Gráfico 17 • Inflação

Variação mensal do IPC, em percentagem



Fontes: Banco de Cabo Verde e INE de Cabo Verde.

Gráfico 18 • Inflação

Variação anual do IPC, em percentagem



Quadro 16 • Balança de pagamentos

Em percentagem do PIB

	2011	2012	2013	2014
		Est.	Est.	Prog.
Balança corrente	-16,3	-10,9	-2,8	-9,2
Balança comercial	-45,4	-37,3	-33,3	-37,2
Exportações	11,3	10,5	10,6	10,8
Importações	-56,8	-47,7	-43,9	-48,0
Balança de Serviços e Rendimentos	9,9	11,6	16,3	15,5
dq: Receitas de Turismo	18,8	22,4	23,6	24,6
Transferências correntes	19,2	14,8	14,3	12,5
dq: Remessas de emigrantes	9,0	9,6	8,9	-
Balança de capitais e financeira	15,0	15,8	10,5	12,5
Balança Global	-3,0	2,7	3,5	3,2

Fontes: FMI e Banco de Cabo Verde.

local) e das remessas de emigrantes. Invertendo a tendência dos últimos anos, as remessas dos emigrantes residentes no conjunto dos países da UE reduziram-se em 7 por cento, particularmente as oriundas de Portugal, França e Holanda. Contudo, registaram-se aumentos dos fluxos entrados dos EUA, de Itália e da Suíça.

A envolvente externa desfavorável traduziu-se ainda na redução das transferências oficiais de capitais e na contínua quebra do IDE, para além de ter influenciado as decisões financeiras do setor empresarial, com menor recurso a financiamento no exterior e aumento das aplicações fora do país, comportamento que se estendeu ao setor bancário.

Apesar da conseqüente diminuição do saldo da conta de capital e de operações financeiras, a redução da conta corrente permitiu a acumulação de reservas cambiais em EUR 50 milhões, elevando o seu *stock* a EUR 347 milhões no final de 2013, permitindo cobrir 5,0 meses das importações de bens e serviços do ano.

Para 2014, projeta-se um aumento do défice corrente (para 9,2 por cento do PIB), conjugando principalmente evoluções negativas na balança comercial e nas transferências correntes, para além do aumento das importações de serviços e das saídas relacionadas com rendimentos distribuídos de IDE.

Gráfico 19 • Exportações de mercadorias
Destinos em percentagem, total em milhões de USD

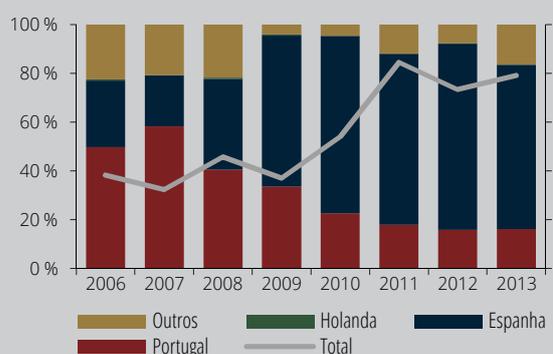
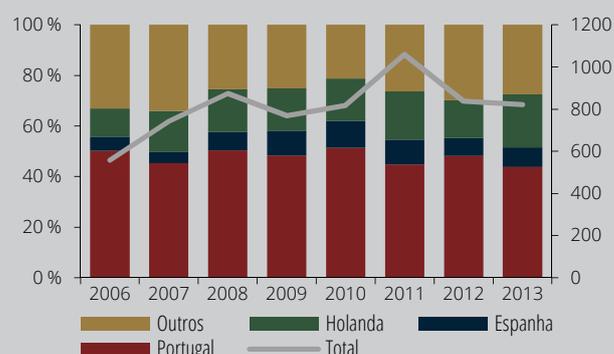


Gráfico 20 • Importações de mercadorias
Origens em percentagem, total em milhões de USD



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os valores do primeiro trimestre do ano confirmam parte dessas tendências, com a recuperação das importações de bens e o aumento das saídas de rendimentos de IDE em termos homólogos. Ao invés do previsto, verificou-se uma redução das receitas brutas do turismo (com menos hóspedes nacionais e estrangeiros, principalmente do Reino Unido, Alemanha e Portugal) e, em sentido contrário, o crescimento das remessas de emigrantes, principalmente da diáspora residente na Holanda, Portugal e Reino Unido.

2.4. Finanças públicas

A situação pouco favorável em alguns dos principais países parceiros e o consequente abrandamento da atividade económica condicionaram a execução orçamental em 2013, impondo a tomada de medidas de contenção e suspensão de despesas. Com a receita aquém do esperado, as autoridades reforçaram o ímpeto de contenção no segundo semestre e elaboraram uma reprogramação para o conjunto do ano. Apesar destas medidas o défice orçamental elevou-se a 9 por cento do PIB, maior em 1,6 p.p. que o reprogramado, mas abaixo dos 10,5 por cento de 2012. A melhoria evidenciada relativamente ao ano anterior resultou da conjugação de um aumento das receitas correntes (não atingindo contudo os valores da reprogramação) e

da redução das despesas com o programa de investimento.

Ao nível das receitas, destaca-se o crescimento das não-fiscais, para o qual terá contribuído a implementação do projeto Bancarização do Tesouro, o bom comportamento dos impostos sobre consumos especiais e o montante arrecadado com a contribuição turística no seu primeiro ano de existência (começou a vigorar em maio de 2013). Pela negativa salientaram-se a coleta de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares e sobre as transações internacionais, ambos relacionados com o menor dinamismo da atividade económica. Manteve-se a tendência para a redução dos donativos, tendo, no entanto, a ajuda direta ao orçamento e a ajuda alimentar registado evoluções positivas.

A execução antecipada de alguns projetos em 2012 resultou numa redução de 11,5 por cento das despesas em ativos não financeiros do programa de investimento público em 2013. Adicionalmente, as medidas de contenção implementadas traduziram-se sobretudo em menores encargos com aquisições de bens e serviços, subsídios e nos registados em outras despesas. Contudo, as despesas correntes no seu conjunto denotaram algum crescimento face ao ano anterior, principalmente com pessoal (novas admissões e reformulação do plano de cargos, carreiras e salários), juros da dívida pública e benefícios sociais (pensões de aposentação).

Quadro 17 • Execução orçamental

Em percentagem do PIB

	2011	2012	2013	2014
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	25,6	24,1	24,1	27,3
Receitas correntes	22,7	21,4	21,6	24,0
Donativos	2,9	2,8	2,4	3,2
Despesas totais	33,3	34,6	33,0	35,2
Despesas correntes	23,2	22,9	23,0	26,7
Juros da dívida programados	1,5	1,9	2,2	2,6
Programa de investimento	10,1	11,7	10,1	8,5
Ativos não financeiros	0,0	0,1	0,0	0,1
Saldo corrente	-0,5	-1,5	-1,3	-2,7
Saldo global	-7,7	-10,5	-9,0	-8,1

Fontes: FMI e Ministério das Finanças e Planeamento de Cabo Verde.

Sobre as contas públicas pende ainda pressão adicional exercida pelas operações com ativos financeiros, as quais corresponderam a necessidades líquidas equivalentes a EUR 70 milhões em 2013 (5 por cento do PIB). Estas operações incluem a compra de ações e outras participações e os empréstimos contratados pelo Estado para financiamento de projetos de investimento de empresas públicas (denominados de retrocessão).

O Estado manteve o endividamento no exterior como principal meio de financiamento do seu programa de investimento. Deste modo a dívida pública externa continuou em tendência ascendente, atingindo 75,9 por cento do PIB em 2013 (67,9 por cento em 2012). Adicionalmente, para apoiar a gestão de tesouraria e satisfazer

contrapartidas nacionais do programa de investimento, o Estado cabo-verdiano recorreu ao endividamento interno, aumentando a respetiva dívida para 24 por cento do PIB (sem TCMF), através da emissão de Obrigações do Tesouro colocadas junto dos tomadores tradicionais.

A execução do primeiro trimestre de 2014 denota um agravamento do défice orçamental em termos homólogos, decorrente da diminuição das receitas correntes (impostos sobre o rendimento de pessoas coletivas e de rendimentos de propriedade) e dos donativos, bem como do aumento das despesas correntes, apesar da redução dos encargos com o programa de investimento. As despesas com pessoal e os encargos com juros mantiveram a tendência crescente, tendo as aquisições de

Gráfico 21 • Receitas públicas

Em percentagem do PIB

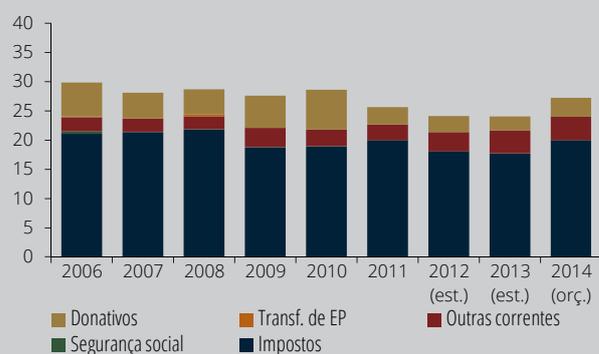
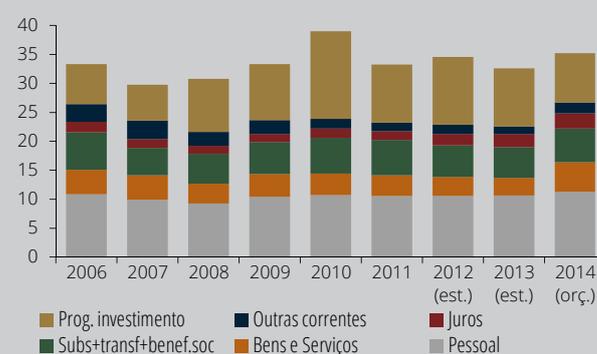


Gráfico 22 • Despesas públicas

Em percentagem do PIB



Fontes: Ministério das Finanças e Planeamento de Cabo Verde e FMI.

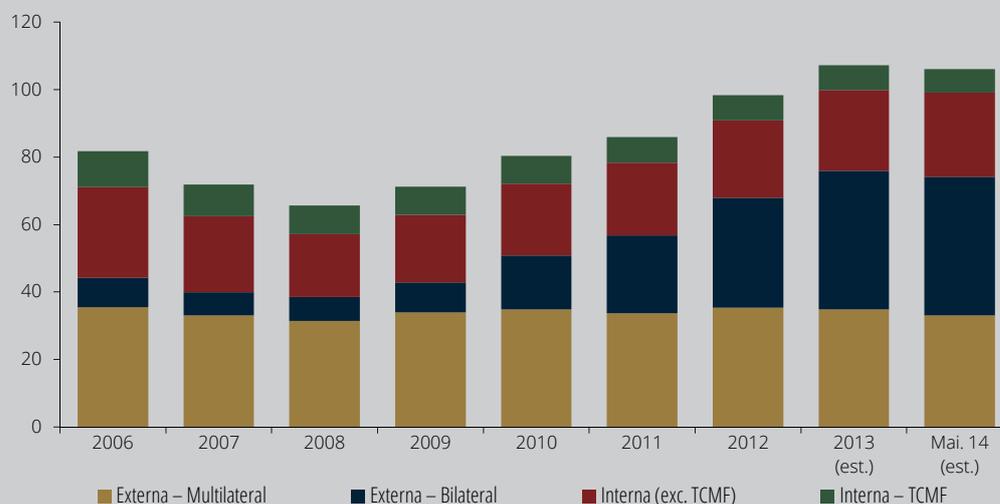


Gráfico 23 • Dívida pública

Em percentagem do PIB

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças e Planeamento de Cabo Verde e FMI.

bens e serviços evidenciado também um ligeiro aumento.

Com base na execução entretanto conhecida, as autoridades refizeram as projeções para o conjunto do ano, apontando agora para um défice orçamental de 8,3 por cento do PIB (8,1 por cento na programação inicial). Reconhecendo algum otimismo na previsão das receitas, os valores agora indicados incluem uma maior contenção das despesas correntes e do programa de investimento. O financiamento, novamente pressionado pelos ativos financeiros, deverá manter-se maioritariamente externo, embora se anteveja necessidade de recorrer ao aumento do endividamento interno.

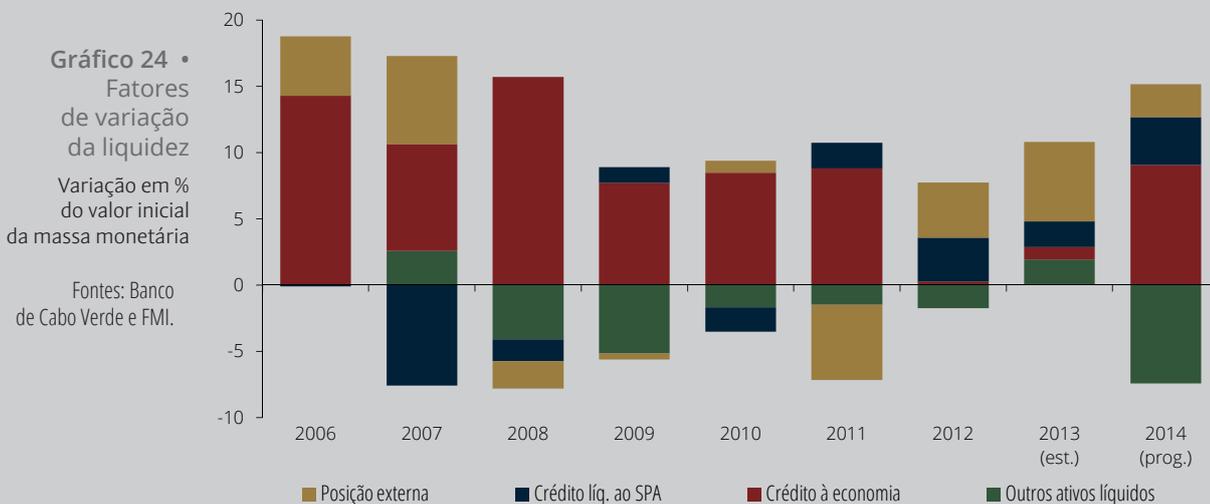
2.5. Situação monetária e cambial

Em 2013 registou-se uma aceleração da expansão monetária, para a qual contribuiu principalmente a melhoria das contas externas. A massa monetária cresceu 10,8 por cento no ano que findou, acima dos 6 por cento de 2012, conjugando o aumento das disponibilidades líquidas sobre o exterior do BCV (em EUR 50 milhões) e o crescimento dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais (em EUR 16 milhões, ainda que o *stock* se tenha mantido em valores negativos). No mesmo sentido evoluiu o crédito ao setor público administrativo (+10,3 por cento), para apoio à gestão de

tesouraria no curto-prazo e cumprimento das contrapartidas nacionais do programa de investimento público. O Estado tem recorrido sobretudo à emissão de Obrigações do Tesouro, colocadas junto dos investidores institucionais, nomeadamente bancos e Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Destaque ainda para o ligeiro crescimento do crédito à economia em 2013 (+1,2 por cento), o que constituiu ainda assim alguma aceleração face ao ano anterior, no qual evidenciou uma quase estagnação. A fraca dinâmica do crédito à economia reflete a adoção de critérios mais restritivos por parte dos bancos comerciais e algum esgotamento da procura por parte de contrapartes com garantias satisfatórias de cumprimento. Face ao conseqüente aumento da liquidez, potenciado pela limitação pelo BCV dos montantes das emissões de títulos, com a redução para metade da meta de esterilização, os bancos têm registado aplicações recorrentes e avultadas na facilidade permanente de depósito do BCV, apesar da redução da respetiva taxa para 1 por cento em setembro de 2013.

A expansão monetária tem sido acompanhada de um contínuo aumento da base monetária (+18 por cento em 2013 e +8,1 por cento até maio de 2014), como resultado dos crescentes montantes de reservas excedentárias que os bancos comerciais mantêm no banco central.



Com a escassez de oportunidades de investimento e a redução das taxas de rentabilidade das aplicações internas, nomeadamente dos títulos do Estado (sobretudo dos Bilhetes do Tesouro) e do BCV (particularmente desde a alteração em maio de 2013 do mecanismo dos leilões, passando o banco central a emitir a taxa variável, de acordo com as propostas apresentadas), os bancos comerciais recorreram a depósitos no exterior (tendência entretanto revertida em abril e maio de 2014).

Contudo, as repercussões do abrandamento da atividade económica e dos níveis de confiança baixos dos agentes económicos, conjugadas com reduzidas oportunidades para aplicações financeiras internas, baixas taxas de rentabilidade das existentes e manutenção do custo do *funding* bancário (nomeadamente nos depósitos de emigrantes, apesar de alguma redução das taxas praticadas) têm-se repercutido na rentabilidade e solvabilidade da maioria das instituições bancárias e na deterioração da qualidade da carteira de crédito.

Com o intuito de garantir a estabilidade do sistema financeiro, o BCV tem vindo a atuar junto dos bancos comerciais no sentido do reforço das suas provisões e da obrigatoriedade do registo das imparidades. Paralelamente, procedeu em março de 2014 a uma redução da sua taxa de referência com o objetivo de estimular o

financiamento de projetos de investimento viáveis e, conseqüentemente, da atividade económica, num contexto de acumulação de reservas externas e de pressões inflacionistas contidas.

A circulação monetária tem prosseguido a tendência para a redução do seu peso no total dos meios de pagamento, tendo passado a representar apenas 5,4 por cento em maio de 2014 (mais de 10 por cento em 2005). Assistiu-se ao abrandamento do ritmo de constituição de depósitos de emigrantes até fevereiro de 2014 (chegando a um crescimento homólogo em torno de 7 por cento face a 9 por cento no final de 2012), tendo então retomado uma cadência crescente. Tem ainda vindo a registar-se uma aceleração no ritmo de constituição dos depósitos à ordem e a prazo de residentes em moeda nacional, crescendo a mais de 20 por cento em relação ao ano anterior.



Gráfico 25 •
Taxas de câmbio efetivas

Índices base 100:
2000, médias mensais

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 18 • Principais indicadores económicos

		2009	2010	2011	2012	2013		2014	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB p.m.	milhões de EUR	1232	1257	1342	1367	1473	1409	1484	
	t. var. real	-1,3	1,5	4,0	1,2	1,5	0,5	3,0	
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	-0,4	3,4	3,6	4,1	2,2	0,1	2,2	-0,1 jun.
	t. var. média	1,0	2,1	4,5	2,5	3,3	1,5	3,3	0,3 jun.
Finanças públicas									
Receitas totais	% PIB	27,6	28,6	25,6	24,1	25,3	24,1	27,3	
Donativos	% PIB	5,5	6,8	2,9	2,8	3,1	2,4	3,2	
Despesas totais	% PIB	33,3	39,0	33,3	34,6	33,0	33,0	35,2	
Saldo global (base compromissos)	% PIB	-5,8	-10,6	-7,7	-10,5	-7,5	-9,0	-8,1	
Sem donativos	% PIB	-11,3	-17,4	-10,6	-13,3	-10,6	-11,4	-11,3	
Dívida interna	% PIB	28,3	29,5	29,1	30,5		31,3	31,9 mai.	
dq: TCMF ^(a)	% PIB	8,4	8,2	7,7	7,6		7,3	7,0 mai.	
Moeda e crédito									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	7,0	-10,3	12,7	20,3	24,6	10,3	19,6	13,0 mai. ^(e)
Crédito à economia	t. var. anual	11,8	12,0	11,8	0,3	4,5	1,2	13,0	-0,9 mai. ^(e)
Massa monetária (M3)	t. var. anual	3,3	5,9	3,6	6,0	5,8	10,8	7,8	0,7 mai. ^(e)
Taxas de juro ^(b)									
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	4,14	4,53	4,22	3,80		4,29	4,34 mai.	
Redesconto	taxa anual	7,50	7,50	7,50	9,75		9,75	8,25 mai.	
Cedência de liquidez	taxa anual	8,25	7,25	7,25	8,75		8,75	7,25 mai.	
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	3,59	4,00	4,10	4,06		2,88	1,50 mai.	
Balança de pagamentos									
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	-19,1	46,0	56,0	-13,1	-2,4	7,8	7,2	
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	-12,0	6,2	29,5	-20,9	6,0	-2,0	15,1	
Balança corrente	% PIB	-14,6	-13,5	-16,3	-10,9	-9,8	-2,8	-9,2	
Excluindo transferências oficiais	% PIB	-19,6	-19,9	-20,0	-14,3	-11,9	-5,8	-10,9	
Balança corrente e de capital	% PIB	-11,9	-11,1	-15,6	-10,2	-10,3	-2,4	-9,0	
Reservas oficiais	meses import. ^(d)	4,2	4,2	3,2	4,0	4,1	5,0	5,0	4,5 mai.
Dívida externa									
Valor total	milhões de EUR	527,9	638,8	762,5	928,7		1069,8	1101,2 mai.	
	% PIB	42,8	50,8	56,8	67,9		75,9	74,2 mai.	
	% exportações ^(d)	128,4	133,1	134,5	152,9		167,5	161,5 mai.	
Serviço da dívida	% exportações ^(d)	5,5	4,7	4,1	4,3		4,6	4,5 mai.	
Taxas de câmbio (médias)									
EUR/CVE (mercado oficial)	t. média	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3	110,3 jun.
USD/CVE (mercado oficial)	t. média	79,4	83,3	79,3	85,8	84,2	83,1	83,0	81,1 jun.
ITCE nominal (base 100:2000) ^(c)	t. var. anual	0,3	-1,3	0,0	0,6		1,0	-0,4 jun. ^(e)	
ITCE real (base 100:2000) ^(c)	t. var. anual	1,3	-0,9	0,9	0,3		1,2	-2,4 jun. ^(e)	

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. das Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; (b) Médias mensais (correspondentes a dezembro para os valores anuais); (c) Índice da taxa de câmbio efetiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2005-2009 (valorização: +; desvalorização: -); (d) Importações e exportações de bens e serviços; (e) Variação face a dezembro anterior.

Quadro 19 • Produto interno bruto

Preços correntes, em milhões de CVE

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
						Est.	Est.	Proj.
Setor primário	11 191	11 456	12 077	11 779	12 214	12 975		
Agricultura, produção animal, caça e floresta	9386	9655	10043	9705	10595			
Pesca e aquacultura	1003	786	1261	1367	1030			
Indústrias extractivas	802	1014	774	708	589			
Setor secundário	19 816	24 253	25 398	24 441	25 666	25 275		
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	2704	3365	3810	3974	4632			
Outras indústrias transformadoras	2837	3161	2879	3554	3452			
Eletricidade, gás e água	900	1318	2125	1940	2227			
Atividade de construção	13 376	16 409	16 584	14 973	15 355			
Setor terciário	74 355	80 511	81 782	84 751	89 645	93 685		
Comércio; reparação de veículos automóveis e motociclos	15 389	15 540	16 833	17 610	18 994			
Alojamento, restaurantes e estabelecimentos de bebidas	4255	4712	4653	4793	5976			
Transporte, armazenagem e comunicações	19 929	22 083	20 917	21 035	20 296			
Intermediação financeira; seguros; fundos de pensões e outras atividades financeiras	4844	6016	5316	5119	5030			
Outros serviços mercantis	13 897	15 465	15 587	16 668	17 899			
Serviços não mercantis	16 041	16 695	18 476	19 526	21 450			
Valor acrescentado bruto	105 362	116 219	119 258	120 970	127 525	131 935		
Impostos líquidos de subsídios	16 612	18 479	16 621	17 598	20 399	18 789		
Produto interno bruto (p. m.)	121 974	134 698	135 879	138 569	147 924	150 724	155 359	163 659
Consumo	98 067	104 603	111 547	112 865	120 265	122 813	131 698	138 769
Público	21 296	22 739	24 708	25 536	27 401	29 499	30 358	33 425
Privado	76 770	81 864	86 839	87 328	92 864	93 314	101 340	105 344
Investimento	60 731	65 376	59 501	66 024	70 277	54 128	45 415	46 299
Formação bruta de capital fixo	53 944	57 285	52 337	62 625	69 128	49 177	41 249	42 883
Público	10 085	14 828	14 403	23 935	17 286	19 765	17 560	16 959
Privado	43 858	42 457	37 934	38 690	51 842	29 412	23 689	25 924
Variação de existências	6787	8091	7164	3399	1149	4951	4166	3416
Procura interna	158 798	169 979	171 048	178 889	190 542	176 941	177 113	185 068
Exportações de bens e serviços	38 470	43 242	36 699	40 059	46 555	52 638	55 699	59 013
Procura global	197 268	213 221	207 747	218 948	237 098	229 579	232 812	244 081
Importações de bens e serviços	75 294	78 523	71 867	80 379	89 173	78 855	77 453	80 422
Para memória:								
Poupança interna bruta	23 907	30 095	24 332	25 704	27 659	27 911	23 660	24 890
PIBpm nominal (milhões de EUR)	1106	1222	1232	1257	1342	1367	1409	1484
PIBpm nominal (milhões de USD)	1513	1788	1712	1664	1866	1756	1870	1971
Deflator do PIB (variação anual em %)	3,9	3,5	2,2	0,5	2,7	0,6	2,6	2,3
PIB nominal (variação anual em %)	13,5	10,4	0,9	2,0	6,8	1,9	3,1	5,3
PIB real (variação anual em %)	9,2	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,2	0,5	3,0

Fontes: INE de Cabo Verde, Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 20 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2001	Dezembro	-	4,14	3,35
2002	Dezembro	-	2,98	1,88
2003	Dezembro	-	-2,28	1,19
2004	Dezembro	-	0,61	-1,89
2005	Dezembro	-	1,80	0,40
2006	Dezembro	-	5,81	4,85
2007	Dezembro	-	3,97	4,40
2008	Dezembro	-	6,69	6,78
2009	Dezembro	-	-0,37	0,98
2010	Dezembro	-	3,43	2,08
2011	Dezembro	-	3,58	4,47
2012	Dezembro	-	4,15	2,54
2013	Dezembro	-	0,08	1,51
2012	Janeiro	-0,61	2,95	4,45
	Fevereiro	0,70	2,48	4,32
	Março	0,00	2,03	4,13
	Abril	0,43	1,04	3,77
	Maio	0,86	2,00	3,50
	Junho	0,26	1,55	3,19
	Julho	1,02	2,50	2,97
	Agosto	-0,17	2,15	2,80
	Setembro	0,59	2,23	2,59
	Outubro	0,75	3,62	2,52
	Novembro	-0,17	3,81	2,49
	Dezembro	0,42	4,15	2,54
	Dezembro (proj.)	-	4,00	2,60
2013	Janeiro	-0,25	4,52	2,67
	Fevereiro	-0,67	3,11	2,73
	Março	-0,50	2,59	2,77
	Abril	0,17	2,32	2,88
	Maio	0,00	1,45	2,83
	Junho	0,00	1,19	2,80
	Julho	0,50	0,67	2,64
	Agosto	0,42	1,26	2,57
	Setembro	0,42	1,09	2,47
	Outubro	-0,25	0,08	2,17
	Novembro	-0,25	0,00	1,85
	Dezembro	0,50	0,08	1,51
	Dezembro (proj.)	-	2,20	3,30
2014	Janeiro	-0,33	0,00	1,14
	Fevereiro	-0,17	0,50	0,93
	Março	-0,42	0,59	0,76
	Abril	-0,67	-0,25	0,55
	Maio	0,08	-0,17	0,42
	Junho	0,08	-0,08	0,31
	Dezembro (proj.)	-	2,20	3,30

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 21 • Balança de pagamentos

Em milhões de CVE

	2010	2011	2012	2013		2014		
	Est.	Est.	Est.	Proj.	Trim. I	Est.	Proj.	Trim. I
1. Conta Corrente	-18 722	-24 093	-16 456	-15 878	688	-4288	-15 106	134
Balança comercial	-56 822	-67 206	-56 176	-59 653	-11 159	-51 801	-60 866	-11 162
Exportações (f.o.b.) ^(a)	11 282	16 759	15 777	15 106	3 264	16 462	17 642	5054
Importações (f.o.b.)	-68 104	-83 965	-71 953	-74 760	-14 423	-68 263	-78 509	-16 216
Balança de serviços (líq.)	16 529	20 448	23 936	28 338	7 865	30 393	31 426	7966
Exportações	41 634	45 749	51 208	54 140	13 719	53 951	57 558	12 632
dq: Transportes	14 321	11 749	10 806		2979	10 149		2544
Turismo	22 026	27 851	33 799	36 718	8965	36 716	40 247	8656
Importações	-25 105	-25 300	-27 272	-25 802	-5854	-23 558	-26 133	-4666
dq: Transportes	-8472	-8953	-8589		-2143	-6981		-1359
Turismo	-4838	-4579	-4343		-924	-3728		-581
Balança de rendimentos (líq.)	-6710	-5798	-6448	-5513	-959	-5137	-6065	-1532
Exportações	1171	1124	1068	1103	155	1121	1158	130
dq: Rendimento TF ^(b) (anos anteriores)	518	486	373	373	0	373	373	0
Importações	-7881	-6922	-7515	-6616	-1115	-6258	-7222	-1662
dq: Juros da dívida pública prog.	-667	-805	-1151	-1213	-351	-1407	-1433	-363
Transferências correntes	28 281	28 463	22 233	20 950	4941	22 257	20 399	4862
Transferências oficiais	8790	5535	5084	3528	842	4796	2757	1102
Transferências privadas	19 492	22 928	17 148	17 422	4100	17 461	17 642	3760
dq: Remessas de emigrantes	10 338	13 381	14 446		2906	13 762		3372
2. Conta de capital e operações financeiras	27 944	22 115	23 811	17 312	4489	16 306	20 399	2029
Conta de Capital	3311	985	1122	-882	120	533	441	389
Transferências de capital	3311	985	1122	-882	120	533	441	389
Conta de Operações Financeiras	24 634	21 130	22 689	18 194	4369	15 773	19 958	1640
Investimento direto	9645	8312	4832	6120	1404	3017	4411	-534
Investimento de carteira	458	0	-134	0	20	19	0	0
Outras operações	14 531	12 818	17 990	12 074	2945	12 737	15 547	2174
dq: Desembolsos de empréstimos SPA	16 488	16 043	18 930	19 737	2774	17 787	18 635	4874
Amortizações programadas	-1832	-1778	-1723	-1875	-351	-1811	-1985	-555
3. Erros e omissões	-6969	-2454	-3329	0	-3942	-6516	0	-2746
4. Balança global: (1.)+(2.)+(3.)	2253	-4432	4026	1433	1235	5502	5293	-583
5. Financiamento	-2253	4432	-4026	-1433	-1235	-5502	-5293	583
Variação das reservas oficiais (aumento: -)	-2185	3676	-4026	-1433	-1235	-5502	-5293	583
Financiamento excepcional	-68	756	0	0	0	0	0	0
dq: Saques sobre a Facilidade do ACC ^(c)	0	0	0	0	0	0	0	0
Reemb. progr. Facilidade do ACC ^(c)	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (aumento: +)	-68	756	0	0	0	0	0	0
6. Dif. de financiamento ^(d) : (4.)+(5.)	0	0	0	0	0	0	0	0
Para memória:								
Conta Corrente (em % do PIB)	-13,5	-16,3	-10,9	-10,2	-	-2,8	-9,2	-
Conta Corrente e de Capital (em % do PIB)	-11,1	-15,6	-10,2	-10,8	-	-2,4	-9,0	-
Reservas oficiais (em meses de importações) ^(e)	4,2	3,2	4,0	4,1	4,1	5,0	5,0	4,3

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas:(a) Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; (b) Fundo estabelecido *off-shore* para suporte à conversão da dívida interna; (c) Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; (d) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; (e) Ativos Externos Líquidos do BCV e importações de bens e serviços do ano.

Quadro 22 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2005 a 2013
Alemanha	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0
Espanha	21,3	27,3	20,9	37,2	62,0	72,6	70,2	76,3	67,4	56,8
Holanda	0,6	0,6	0,2	0,5	0,5	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3
Portugal	51,6	49,8	58,3	40,6	33,6	22,7	18,0	16,0	16,2	29,0
E.U.A.	12,3	1,4	1,4	0,4	0,9	1,6	0,5	1,3	1,1	1,9
Outros	14,1	20,9	19,2	21,3	3,0	2,8	11,1	6,2	15,0	12,0
Exportações totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 23 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2005 a 2013
Alemanha	0,7	1,1	1,4	1,6	2,3	0,4	0,5	1,0	1,4	1,2
Brasil	8,0	6,4	6,3	5,7	4,5	3,7	2,7	4,0	3,6	4,7
Espanha	7,6	5,6	4,5	7,3	9,8	10,6	9,9	7,2	7,9	8,0
E.U.A.	2,7	1,4	1,2	0,9	1,0	1,6	0,9	5,3	1,2	1,8
Holanda	15,7	11,2	16,3	17,0	16,7	16,8	19,1	15,0	20,8	16,9
Portugal	45,6	50,2	45,2	50,3	48,3	51,4	44,7	48,2	43,8	47,5
Outros	19,6	24,1	25,1	17,3	17,3	15,4	22,0	19,3	21,4	20,1
Exportações totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 24 • Dívida pública

Em milhões de CVE

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Mai.14	
				Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	
Dívida externa total	48 664	51 880	58 210	70 433	84 074	102 404	117 962	121 426	
Credores Multilaterais	40 391	42 248	46 185	48 274	49 777	53 261	54 159	54 026	
Credores Bilaterais	8 273	9 632	12 026	22 159	34 297	49 143	63 803	67 400	
Governo	5 608	7 375	9 846	13 369	18 131	21 800	23 993	24 225	
Outros	2 665	2 257	2 179	8 790	16 166	27 343	39 810	43 175	
Dívida interna total	38 991	36 492	38 519	40 907	43 106	45 934	48 618	52 140	
dq: Bilhetes do Tesouro	4 285	3 005	1 730	600	1 550	680	682	2 630	
Obrigações do Tesouro	21 207	20 182	23 870	27 369	28 609	32 254	34 870	36 470	
Sistema Bancário	16 082	13 421	14 379	15 162	17 236	17 429	20 801	25 067	
Sistema Não-Bancário	11 520	11 682	12 752	14 356	14 482	17 117	16 428	15 685	
TCMF ^(a)	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	11 389	
				(em % do PIB)					
Dívida externa total	39,9	38,5	42,8	50,8	56,8	67,9	75,9	74,2	
Dívida interna total (exc. TCMF)	22,6	18,6	20,0	21,3	21,4	22,9	24,0	24,9	
TCMF	9,3	8,5	8,4	8,2	7,7	7,6	7,3	7,0	
Dívida interna total (inc. TCMF)	32,0	27,1	28,3	29,5	29,1	30,5	31,3	31,9	
				(em % das exportações de bens e serviços)					
Dívida externa total	105,9	97,3	128,4	133,1	134,5	152,9	167,5	161,5	
Serviço dív. de médio e longo prazo	5,1	4,6	5,5	4,7	4,1	4,3	4,6	4,5	

Fontes: Banco de Cabo Verde, Ministério das Finanças de Cabo Verde, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Quadro 25 • Operações financeiras do Estado

Em milhões de CVE

	2010	2011	2012	2013				2014		
	Est.	Est.	Est.	Orç.	Trim. I	Est.	g.e. ^(a)	Orç.	Trim. I	g.e. ^(a)
1. Receitas totais	39 679	37 915	36 385	41 079	8690	37 420	91,1	44 623	12 326	27,6
1.1. Receitas correntes	30 239	33 573	32 183	36 054	8271	33 629	93,3	39 346	7984	20,3
Impostos	26 241	29 581	27 268	29 639	6708	27 500	92,8	32 692	6726	20,6
Impostos s/ rendimento	7892	8678	8311	8497	2307	8325	98,0	9572	2110	22,0
Impostos s/ bens e serviços	12 015	13 840	12 512	14 440	2970	12 808	88,7	16 159	3216	19,9
dq: IVA	10 521	11 603	10 405	11 500	2398	10 522	91,5	12 893	2536	19,7
Imp. s/ transações internac.	5634	6228	5778	5816	1267	5700	98,0	6129	1208	19,7
Outros impostos	701	835	668	885	164	668	75,4	832	191	23,0
Segurança social	42	37	43	4	9	38	-	17	10	59,7
Transferências (Admin. Pública)	0	0	0	26	0	0	-	0	3	-
Outras receitas	3956	3956	4872	6386	1553	6091	95,4	6637	1245	18,8
1.2. Donativos	9440	4342	4203	5021	419	3791	75,5	5241	4342	82,9
1.3. Transf. de empresas públicas ^(b)	0	0	0	4	0	0	0,0	36	0	0,0
2. Despesas totais ^(c)	54 060	49 214	52 127	53 578	10 309	51 344	95,8	57 662	22 854	39,6
2.1. Despesas correntes ^(d)	33 099	34 329	34 464	39 181	7727	35 720	91,2	43 694	7968	18,2
dq: Relativas a proj. de invest.	5602	5515	4668	6379	650	4477	70,2	8372	5515	65,9
Despesas com o pessoal	14 810	15 679	15 886	17 761	3929	16 495	92,9	18 486	4129	22,3
Bens e serviços	5171	5248	4995	6591	672	4757	72,2	8396	729	8,7
Juros e outros encargos	2173	2276	2863	3681	703	3426	93,1	4200	743	17,7
dq: Dívida interna	1460	1425	1715	1850	314	1878	101,5	2266	368	16,2
Dívida externa	699	852	1142	1753	383	1489	84,9	1838	376	20,4
Subsídios	752	994	274	434	38	101	23,3	170	31	18,5
Transferências	4939	4309	4070	4636	889	4073	87,9	5371	862	16,0
Benefícios sociais	2893	3715	3918	3852	1013	4148	107,7	3986	1047	26,3
Outras despesas	2362	2107	2457	2227	274	2046	91,8	3085	216	7,0
dq: Bolsas de estudo	455	465	565	585	110	568	97,2	584	75	12,9
2.2. Programa de investimento	20 961	14 885	17 663	14 397	2582	15 624	109	13 968	14 885	106,6
3. Ativos não financeiros: (3.1.-3.2.)	248	27	81	-315	3	27	-8,4	198	27	13,4
3.1. Compra de ativos não financeiros	252	97	81	35	3	41	116,0	198	97	48,7
3.2. Venda de ativos não financeiros	4	70	0	350	0	14	4,1	1	70	-
4. Saldo corrente: (1.1.-2.1.)	-2860	-755	-2281	-3127	544	-2090	-	-4348	16	-
5. Saldo global S/Donat.: (1.-2.-3.-1.2.)	-24 069	-15 667	-20 025	-17 205	-2041	-17 741	-	-18 477	-14 896	-
6. Saldo global: (1.-2.-3.) (base compromissos)	-14 629	-11 325	-15 823	-12 184	-1622	-13 950	-	-13 237	-10 554	-
7. Financiamento	14 629	11 325	15 823	12 184	1572	13 950	-	13 236	11 325	-
7.1. Ativos financeiros	-1445	-5350	-6645	-7265	-1544	-7718	-	-8244	-5350	-
Reembolso empréstimos a EP	29	58	0	238	0	4	-	354	58	-
Concessão de empréstimos a EP	-1459	-5362	-5601	-4941	-990	-7175	-	-7652	-5362	-
Ações e outras participações	-15	-46	-1044	-1500	-553	-546	-	-500	-46	-
Outros ativos financeiros	0	0	0	-1062	0	0	-	-446	0	-
7.2. Passivos financeiros	16 075	16 676	22 468	19 449	3116	21 668	-	21 480	16 676	-
Externos (líq.)	14 524	14 237	17 728	15 724	2780	19 722	-	17 257	14 237	-
Desembolsos	16 498	16 052	19 474	17 724	3403	21 497	-	19 319	16 052	-
Amortizações	-1975	-1815	-1746	-2001	-623	-1775	-	-2062	-1815	-
Internos (líq.)	1551	2439	4740	3726	336	1946	-	4224	2439	-
Sistema bancário	-1936	2143	3849	2658	1451	2350	-	3186	2143	-
Outros	3486	296	891	1067	-1115	-404	-	1037	296	-
8. Dif. financ. / discrepância ^(e) : (6.+7.)	0	0	0	0	-49	0	-	0	771	-

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Finanças de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado (em %); (b) Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à atividade dessas mesmas empresas); (c) Inclui despesas relativas a atrasados e despesas não discriminadas; (d) Inclui valores a regularizar em 2011 e 2012; (e) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 26 • Síntese monetária
Em mil milhões de CVE

	2009		2010		2011		2012		2012 / 2011		2013		2013 / 2012		2014		2014p / 2013		2014	
	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	[1]	[2]	Est.	Prog.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Mar.	Mai.	
Posição externa	28 442	29 417	23 060	27 897	21,0	4,2	29 420	35 270	26,4	6,0	35 270	38 619	9,5	2,5	38 619	9,5	2,5	37 345	35 637	
Ativos externos (líq.)	31 064	33 686	26 810	29 164	8,8	2,0	36 394	36 394	24,8	5,9	36 394	38 437	24,8	5,9	38 437	24,8	5,9	38 437	37 106	
Banco de Cabo Verde	30 445	32 505	28 837	32 861	14,0	3,5	38 360	38 360	16,7	4,5	38 360	37 777	16,7	4,5	37 777	16,7	4,5	37 777	39 402	
Disp.líq. s/ exterior	30 242	32 427	28 752	32 778	14,0	3,5	34 450	38 280	16,8	4,5	38 280	43 652	14,0	4,0	43 652	14,0	4,0	37 697	39 321	
Outros ativos (líq.)	203	78	86	83	-2,8	0,0	80	80	-3,8	0,0	80	80	-3,8	0,0	80	-3,8	0,0	80	81	
Bancos comerciais	619	1 181	-2028	-3698	82,4	-1,4	-1965	-1965	-46,8	1,4	-1965	660	-46,8	1,4	660	-46,8	1,4	660	-2296	
Responsab. m/l prazo	-2622	-4269	-3750	-1267	-66,2	2,1	-1124	-1124	-11,2	0,1	-1124	-1091	-11,2	0,1	-1091	-11,2	0,1	-1091	-1469	
Ativos internos (líq.)	77 010	82 245	92 589	94 693	2,3	1,8	100 265	100 586	6,2	4,8	100 586	107 773	7,1	5,3	107 773	7,1	5,3	100 961	101 177	
Crédito interno total	93 324	100 330	112 326	116 458	3,7	3,6	126 319	119 956	3,0	2,9	119 956	137 204	14,4	12,7	137 204	14,4	12,7	121 395	122 347	
Crédito líquido ao S.P.A.	18 784	16 848	18 992	22 841	20,3	3,3	28 454	25 191	10,3	1,9	25 191	30 131	19,6	3,6	30 131	19,6	3,6	27 212	28 457	
dq. ao Gov. Central	7528	5954	8362	12 176	45,6	3,3	16 468	14 268	17,2	1,7	14 268	17 872	25,3	2,7	17 872	25,3	2,7	16 941	18 126	
s/ <i>Trust Fund</i> ^(a)	11 339	11 597	10 802	11 192	3,6	0,3	11 499	11 192	0,0	0,0	11 192	11 499	2,7	0,2	11 499	2,7	0,2	11 192	11 192	
Crédito à economia	74 540	83 481	93 334	93 617	0,3	0,2	97 865	94 765	1,2	0,9	94 765	107 073	13,0	9,1	107 073	13,0	9,1	94 183	93 890	
Empresas públicas	189	174	863	824	-4,5	0,0	721	721	-12,5	-0,1	721	726	-12,5	-0,1	726	-12,5	-0,1	726	708	
Setor privado	74 351	83 307	92 471	92 794	0,3	0,3	94 044	94 044	1,3	1,0	94 044	93 457	1,3	1,0	93 457	1,3	1,0	93 457	93 182	
Crédito às IFNM	0	0	0	0	-	-	0	0	-	-	0	0	-	-	0	-	-	0	0	
Outras rubricas (líq.)	-16 314	-18 085	-19 737	-21 765	-10,3	-1,8	-26 054	-19 369	11,0	2,0	-19 369	-29 431	-51,9	-7,4	-29 431	-51,9	-7,4	-20 434	-21 170	
Total do ativo	105 452	111 662	115 649	122 590	6,0	-	129 685	135 856	10,8	-	135 856	146 392	7,8	-	146 392	7,8	-	138 306	136 814	
Massa monetária	105 452	111 662	115 649	122 590	6,0	6,0	129 685	135 856	10,8	10,8	135 856	146 392	7,8	7,8	146 392	7,8	7,8	138 306	136 814	
Base monetária	26 830	25 922	24 439	32 574	33,3	7,0	33 791	38 427	18,0	4,8	38 427	43 201	12,4	3,5	43 201	12,4	3,5	40 131	41 549	
Circulação monetária	8362	8514	8376	7886	-5,9	-0,4	7553	8096	2,7	0,2	8096	9125	12,7	0,8	9125	12,7	0,8	7526	7452	
Dep. à ordem em m/n	31 505	35 050	31 113	33 187	6,7	1,8	40 416	39 462	18,9	5,1	39 462	45 024	14,1	4,1	45 024	14,1	4,1	40 788	40 019	
Quase-moeda	65 585	68 098	76 159	81 517	7,0	4,6	81 715	88 298	8,3	5,5	88 298	92 243	4,5	2,9	92 243	4,5	2,9	89 993	89 343	
Total do passivo	105 452	111 662	115 649	122 590	6,0	-	129 685	135 856	10,8	-	135 856	146 392	7,8	-	146 392	7,8	-	138 306	136 814	

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Fundo estabelecido *off-shore* para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).
[1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão / contração da liquidez).

Quadro 27 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013			2014		
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Mai.
Taxas ativas												
De 7 a 30 dias	12,84	11,59	12,99	13,91	9,33	11,54	12,33	11,42	12,98	12,46	11,84	12,91
De 31 a 90 dias	9,79	11,80	12,09	11,55	9,38	11,69	12,07	12,77	11,52	11,33	10,90	11,36
De 91 a 180 dias	10,78	10,17	11,26	11,80	9,04	10,11	10,03	10,14	11,17	11,20	10,57	10,57
De 181 dias a 1 ano	9,83	9,33	9,30	9,04	9,52	9,31	9,41	9,18	8,47	8,97	9,45	9,02
De 1 a 2 anos	11,81	11,82	10,69	10,08	10,13	10,03	10,88	10,51	10,43	10,38	10,46	10,68
De 2 a 5 anos	12,03	11,15	10,84	10,05	10,07	10,21	10,14	9,99	10,22	10,46	10,66	10,77
De 5 a 10 anos	10,71	10,27	10,20	10,23	9,55	9,51	9,27	9,40	9,49	9,47	9,66	9,72
Superior a 10 anos	10,77	10,43	10,12	9,83	9,22	8,83	8,79	8,80	8,84	8,91	8,83	8,80
Descoberto	16,04	15,38	14,95	15,72	16,27	16,30	16,55	16,51	18,31	17,85	18,02	18,07
Taxas passivas												
Residentes												
De 7 a 30 dias	4,10	3,06	3,01	2,94	2,91	3,35	3,39	3,38	4,59	4,43	2,00	2,53
De 31 a 90 dias	3,05	2,83	3,40	3,39	3,40	4,08	4,40	4,20	4,22	4,26	4,19	3,90
De 91 a 180 dias	3,69	3,85	4,26	4,10	4,04	4,13	4,04	4,00	4,14	4,15	3,73	3,61
De 181 dias a 1 ano	4,16	4,15	4,14	4,53	4,22	3,80	4,27	4,28	4,28	4,29	4,33	4,34
De 1 a 2 anos	4,17	4,19	4,47	4,14	4,67	4,85	5,18	5,39	4,93	4,91	4,90	4,83
Não Residentes												
De 7 a 30 dias	2,25	2,21	1,62	2,98	2,98	2,06	2,20	2,16	4,24	4,01	2,35	2,59
De 31 a 90 dias	3,56	3,81	1,81	2,88	3,13	4,06	3,52	3,89	3,39	3,75	2,78	2,53
De 91 a 180 dias	3,99	3,99	3,52	3,92	3,76	3,77	4,03	3,88	4,07	3,85	3,78	3,50
De 181 dias a 1 ano	4,31	4,19	3,96	3,91	3,98	3,42	4,01	4,05	4,04	4,12	4,22	3,91
De 1 a 2 anos	4,08	4,14	4,59	4,66	4,72	5,09	5,29	5,60	5,24	4,79	5,08	4,95
Emigrantes												
De 7 a 30 dias	3,70	3,42	3,49	3,49	3,49	1,76	1,77	1,77	4,28	4,31	2,54	2,36
De 31 a 90 dias	3,41	3,43	3,48	3,51	3,52	5,56	5,47	5,48	4,25	4,49	3,42	3,34
De 91 a 180 dias	4,20	4,13	4,08	4,10	4,22	4,04	4,45	4,32	4,34	4,33	3,67	4,68
De 181 dias a 1 ano	4,33	4,32	3,71	4,14	4,17	3,69	4,15	4,15	4,16	4,17	4,13	4,17
De 1 a 2 anos	4,36	4,25	4,44	4,93	4,99	5,48	5,63	5,63	5,48	5,42	5,40	5,32
Taxas de referência												
Instrumentos do BCV												
Redesconto	8,50	7,50	7,50	7,50	7,50	9,75	9,75	9,75	9,75	9,75	8,25	8,25
Cedência de liquidez	7,50	8,25	8,25	7,25	7,25	8,75	8,75	8,75	8,75	8,75	7,25	7,25
Absorção de liquidez	1,00	2,75	2,75	1,75	1,75	3,25	3,25	3,25	1,00	1,00	1,00	1,00
TRM (14 dias)	4,00	5,25	5,25	4,25	4,25	5,75	5,75	3,49	2,16		0,64	0,73
Bilhetes do Tesouro												
91 dias		3,40	3,59	4,00	4,10			3,63				1,50
182 dias	3,49				4,19							1,94
364 dias	3,49					4,50						
Para memória:												
Inflação (t.v. homóloga no mês)	3,97	6,69	-0,37	3,43	3,58	4,15	2,59	1,19	1,09	0,08	0,59	-0,17

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: As taxas ativas e passivas apresentadas dizem respeito às taxas de juro efetivas, resultantes do cálculo das taxas médias ponderadas pelos montantes dos créditos / aplicações relativos às operações ativas / passivas praticadas para os residentes, não residentes e emigrantes.

Quadro 28 • Taxas de câmbio

Taxas médias

		USD/CVE	ITCE ^(a) base 100:2000	
			Nominal	Real
2001		123,21	101,59	100,47
2002		117,26	103,41	100,28
2003		97,80	105,53	99,60
2004		88,74	105,91	95,64
2005		88,65	104,42	92,31
2006		87,93	103,67	94,35
2007		80,62	103,47	96,16
2008		75,34	103,46	99,75
2009		79,38	103,75	101,01
2010		83,28	102,45	100,14
2011		79,28	102,43	101,01
2012		85,84	103,00	101,33
2013		83,07	104,01	102,52
2012	Janeiro	85,58	102,38	99,76
	Fevereiro	83,47	102,26	100,09
	Março	83,51	102,57	99,34
	Abril	83,77	102,80	99,54
	Mai	86,01	103,10	100,87
	Junho	88,02	103,19	101,45
	Julho	89,69	102,96	101,99
	Agosto	89,05	103,04	101,83
	Setembro	85,89	103,31	102,21
	Outubro	85,01	103,39	102,73
	Novembro	85,98	103,44	102,92
	Dezembro	84,10	103,66	103,41
2013	Janeiro	83,09	103,58	103,97
	Fevereiro	82,45	103,40	102,94
	Março	84,95	103,20	100,87
	Abril	84,81	103,31	100,98
	Mai	84,92	103,41	100,90
	Junho	83,64	104,04	101,49
	Julho	84,31	104,26	102,23
	Agosto	82,83	104,70	103,53
	Setembro	82,70	104,49	103,42
	Outubro	80,91	104,37	103,07
	Novembro	81,72	104,65	103,33
	Dezembro	80,54	104,94	103,86
2014	Janeiro	80,95	105,02	104,64
	Fevereiro	80,82	105,05	104,56
	Março	79,76	104,96	102,88
	Abril	79,84	104,63	101,43
	Mai	80,23	104,54	101,39
	Junho	81,14	104,50	101,42

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2005-2009 (apreciação: +; depreciação: -).

3. GUINÉ-BISSAU

Área: 36 125 Km²

Capital: Bissau

População: 1716 milhares
(2013; fonte: ONU)

Moeda: Franco CFA

O clima de instabilidade política continuou a condicionar a economia guineense em 2013. A economia apresentou um crescimento modesto, acompanhado por uma descida generalizada dos preços. Apesar da contração do apoio dos parceiros de desenvolvimento, as contas externas apresentaram sinais de recuperação dos desequilíbrios verificados no ano anterior, enquanto a situação das finanças públicas se deteriorou, principalmente em virtude de uma fraca arrecadação de receitas, o que resultou numa acumulação de atrasados e no aumento da dívida externa.

3.1. Síntese

Os desenvolvimentos económicos na Guiné-Bissau ao longo de 2013 continuaram a ser condicionados pelas perturbações políticas ocorridas em abril de 2012. Ainda assim, a economia mostrou sinais de alguma recuperação face ao ano anterior, tendo o produto interno bruto progredido 0,3 por cento. A eleição de um novo Presidente da República e de uma nova Assembleia Nacional Popular resultante das eleições gerais da primeira metade de 2014 deverá contribuir para a normalização do clima político no país e proporcionar as condições necessárias para uma retoma mais vigorosa da atividade económica, esperando-se por isso um crescimento de 2,7 por cento este ano, de acordo com as mais recentes previsões do Fundo Monetário Internacional (FMI). As previsões mais otimistas para a evolução da economia assentam ainda no comportamento mais favorável do preço da castanha de caju, o principal bem exportado pela Guiné-Bissau. O regresso esperado do apoio por parte dosadores tradicionais, que tinha sofrido uma forte diminuição em consequência da situação política do país, deverá ser outro dos motores do crescimento da economia em 2014.

O fraco desempenho da economia e o pouco dinamismo da procura interna nos últimos anos ajudarão a explicar a acentuação da tendência de redução do nível geral de preços iniciada em meados de 2011, ao ponto de recentemente a economia ter entrado numa situação de deflação. Espera-se contudo que os preços recuperem na segunda metade do ano corrente, em função das perspetivas mais otimistas para a evolução da economia.

Relativamente à vertente externa, verificaram-se algumas melhorias face a 2012, apesar da maior

contração do apoio dos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau. O défice comercial diminuiu – ainda que tenha sido prejudicado pela descida acentuada do preço internacional da castanha de caju – e o saldo da balança corrente melhorou significativamente. Verificou-se também uma recuperação do investimento direto estrangeiro e de outras categorias de investimento que permitiram o regresso a uma posição excedentária na balança de pagamentos. Para 2014 prevê-se que o saldo das transações com o exterior continue a ser positivo e se mantenha relativamente estável em relação a 2013, com o esperado aumento do défice comercial a ser financiado pela recuperação dos donativos e dos novos desembolsos.

A melhoria das contas externas permitiu uma acumulação de reservas cambiais, cuja acentuada redução em 2012 tinha contribuído decisivamente para a redução da massa monetária. Como consequência desta recuperação e de um crescimento moderado do crédito interno, a massa monetária voltou a expandir-se em 2013, o que ocorre num contexto de ausência de pressões inflacionárias. Este crescimento da massa monetária prolongou-se até abril de 2014, apesar das projeções apontarem para uma nova contração.

Os desenvolvimentos ao nível das finanças públicas foram menos positivos, particularmente no respeitante à arrecadação de receitas, destacando-se a redução nos donativos e nas receitas tributárias. Apesar de um esforço de contenção orçamental, o défice público agravou-se face a 2012 e originou uma acumulação de atrasados, tendo estes desenvolvimentos afetado negativamente a dívida pública ao exterior.

Quadro 29 • Principais indicadores económicos

	2010	2011	2012	2013	2014
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	4,5	5,3	-1,5	0,3	2,7
Inflação (taxa de variação homóloga)	5,6	3,4	1,7	-0,1	2,8
Massa monetária (taxa de variação anual)	29,6	39,1	-6,0	14,8	-4,8
Balança corrente (% do PIB)	-8,4	-1,4	-9,1	-4,9	-4,9
Saldo orçamental (% do PIB)	-0,2	-0,6	-2,7	-3,4	-3,7
Dívida externa (% do PIB)	35,3	30,1	33,0	33,5	–

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Em 2014 espera-se uma recuperação robusta na arrecadação de receitas, que permitirá financiar um aumento significativo da despesa – com especial destaque para o investimento

público –, prevendo-se que no final do ano o défice aumente ligeiramente (0,3 pontos percentuais) face a 2013.

3.2. Procura, produção e preços

A evolução da economia guineense continuou condicionada pela instabilidade política desencadeada em 2012, registando-se contudo sinais ténues de recuperação em 2013 que se deverão consolidar no corrente ano. No seguimento da contração de 1,5 por cento verificada em 2012, que interrompeu uma sequência de nove anos consecutivos de expansão da economia, verificou-se um crescimento tímido do PIB de 0,3 por cento em 2013 – cf. Gráfico 26.

Após a quebra muito significativa no ano anterior (superior a 40 por cento), as exportações recuperaram ligeiramente em 2013, principalmente em resultado da recuperação no volume de exportações da castanha de caju, a principal exportação da Guiné-Bissau. Ainda assim, a robustez desta recuperação acabou por ser penalizada pela evolução desfavorável do preço deste bem nos mercados internacionais.

O consumo interno e o investimento sofreram reduções de 1,6 e 5,2 por cento, respetivamente, com o aumento da despesa do setor privado a ser insuficiente para anular a diminuição

da despesa pública, imposta pela forte quebra na arrecadação de receitas. A diminuição da procura global foi contudo compensada por uma descida das importações, que acabou por determinar a quase estagnação da procura agregada.

À semelhança do verificado em 2012, o setor primário apresentou algum crescimento, impulsionado pela produção de castanha de caju. O setor secundário conseguiu inverter o retrocesso verificado em 2012, principalmente devido ao bom desempenho da indústria transformadora (2,1 por cento) e a uma retoma no setor da construção (1,5 por cento). Já o fornecimento de água e eletricidade (-15,8 por cento) sofreu algumas interrupções durante o ano, que acabariam por afetar negativamente o desempenho global da economia guineense. O setor terciário acabaria por ser o único a apresentar uma evolução negativa, resultante de uma quebra significativa no fornecimento de serviços públicos (-6 por cento), ao passo que nos restantes subsectores se verificou uma recuperação face a 2012.

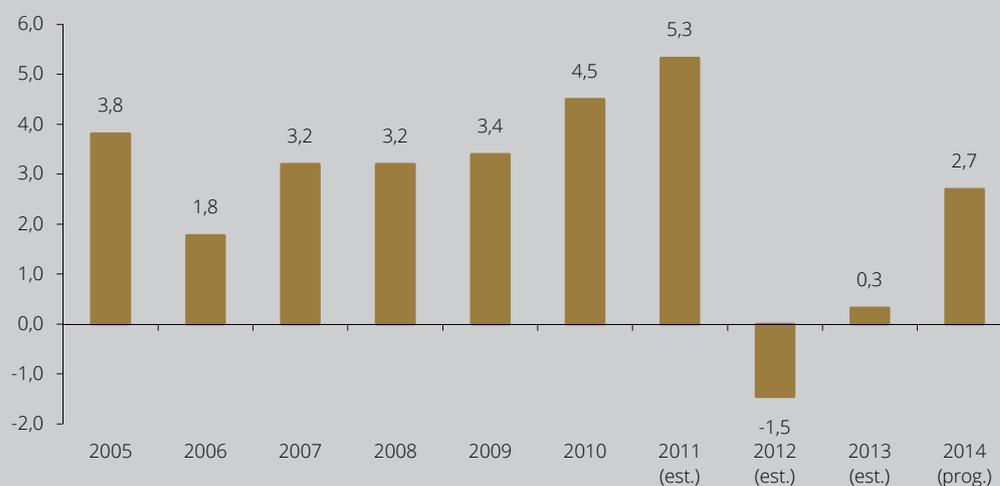


Gráfico 26 •
PIB real

Taxas de variação anual em percentagem

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

A estabilização da situação política no país e o consequente regresso do apoio financeiro por parte dos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau, aliados à subida do preço internacional da castanha de caju, fomentam a expectativa de que a economia possa retomar uma trajetória de crescimento mais robusta em 2014, projetando-se uma variação de 2,7 por cento do PIB.

O nível geral de preços tem acentuado a trajetória descendente iniciada em meados de 2011, ao ponto de a economia guineense estar já a enfrentar um cenário de deflação.

Este processo de abrandamento da inflação tem sido gradual, apesar de se verificarem oscilações algo pronunciadas nas variações mensais do Índice de Preços no Consumidor nos últimos anos – cf. Gráfico 27.

Após um período de alguma estabilidade em 2012, o ano de 2013 ficou marcado por uma maior irregularidade no comportamento dos preços, mas sempre mantendo uma tendência de descida. Em dezembro, a taxa de inflação homóloga situou-se em -0,1 por cento, face a 1,7 por cento no ano anterior e a taxa de inflação média em 0,7 por cento, contra 2,1 por cento verificados em 2012.

Na primeira metade de 2014, a tendência de descida da inflação acentuou-se, com a taxa de inflação homóloga a apresentar valores negativos em todos os primeiros seis meses do

ano e a taxa média de inflação a atingir um valor inferior a zero em março, algo que não sucedia desde setembro de 2010 – cf. Gráfico 28.

Esta descida generalizada dos preços na Guiné-Bissau não será alheia à fraca dinâmica que a economia tem apresentado nos últimos dois anos e às reduzidas pressões inflacionistas do lado da procura interna. Adicionalmente, os cenários de baixa inflação (ou até mesmo deflação) que alguns dos principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau enfrentam – entre os quais Portugal – ajudam também a explicar o comportamento recente dos preços, pela diminuição da inflação “importada”.

Espera-se contudo que os preços recuperem até ao final do ano, em resultado da melhoria da atividade económica e do consumo privado, estimulado pelo aumento dos rendimentos obtidos com as exportações de castanha de caju e pela diminuição dos atrasados do Estado.

3.3. Contas externas

As contas externas da Guiné-Bissau, que se degradaram consideravelmente devido às perturbações de 2012, apresentaram sinais de melhoria em 2013.

A balança de pagamentos voltou a apresentar um saldo global excedentário (2,1 por cento do PIB), resultado conseguido em virtude das melhorias ocorridas na balança corrente e na balança financeira – cf. Quadro 30.

Gráfico 27 • Inflação

Variação mensal do IPC, em percentagem



Fonte: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau.

Gráfico 28 • Inflação

Variação anual do IPC, em percentagem



Quadro 30 • Balança de pagamentos

Em percentagem do PIB

	2010	2011	2012	2013	2014
	Est.	Est.	Est.	Est.	Orç.
Balança corrente	-8,4	-1,4	-9,1	-4,9	-4,9
Balança comercial	-8,3	-0,2	-5,5	-4,1	-5,8
Exportações	15,0	24,1	14,3	14,8	15,3
Importações	-23,3	-24,4	-19,8	-18,9	-21,1
Serviços e rendimentos	-7,2	-7,5	-9,1	-6,1	-5,4
Transferências correntes	7,1	6,3	5,5	5,3	6,2
Bal. de capital e financeira	11,8	7,7	3,0	6,4	7,4
Desembolsos	1,1	2,2	1,6	1,9	3,3
Transf. Capital e IDE	120,5	8,2	4,1	3,3	4,2
Erros e omissões	-0,5	-0,5	-1,0	0,6	0,0
Balança global	2,9	5,8	-7,1	2,1	2,4

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

O défice da balança comercial reduziu-se em 2013, beneficiando simultaneamente do aumento das exportações, particularmente de castanha de caju, e de uma ligeira redução das importações. O impacto positivo na balança comercial do aumento do volume de exportação da castanha de caju só não foi mais pronunciado devido à quebra acentuada do preço internacional deste bem.

Outro dos fenómenos com maior impacto nas contas externas em 2013 foi a diminuição ainda mais acentuada dos fluxos de ajuda pública provenientes dosadores tradicionais da Guiné-Bissau. Ainda que a Guiné-Bissau tenha podido contar com um aumento do apoio por parte dos seus parceiros regionais durante este período, tal acabou por não ser suficiente para contrabalançar a redução ocorrida ao nível do apoio dosadores tradicionais, especialmente no ano de 2013 (diminuição de 68,1 por cento nas transferências correntes associadas à ajuda pública proveniente dos parceiros de desenvolvimento).

O saldo conjunto das balanças de capital e financeira apresentou uma franca melhoria face a 2012, embora resultando de comportamentos distintos nas balanças individualmente consideradas. A balança de capital reforçou a tendência de diminuição dos fluxos de entrada, ao passo que, quanto aos movimentos

financeiros, se assistiu a uma recuperação do investimento direto estrangeiro (ainda que para níveis abaixo dos verificados antes de 2012), de outras categorias de investimento e também do montante de novos desembolsos.

O destino das exportações de mercadorias apresentou algumas alterações em 2012 face aos anos precedentes, decorrente da redução do peso do tradicional maior cliente – a Índia – devido à quebra nas vendas de castanha de caju. Registe-se que igualmente se reduziram em 2012 os pesos das exportações para Portugal e para Singapura (que funciona igualmente como entreposto no comércio internacional de caju), tendo ganho maior expressão as exportações para países da região, como o Senegal (cf. Gráfico 29).

Já a estrutura das importações por país de origem não se alterou significativamente em 2012 face aos anos precedentes. Portugal deixou neste ano de ser o principal fornecedor da Guiné-Bissau, posição que havia conquistado no ano anterior, tendo o Senegal voltado a ser a principal fonte de origem das importações guineenses (cf. Gráfico 30).

Depois do perdão de dívida concedido à Guiné-Bissau em 2010 no quadro da iniciativa *MDRI* (*Multilateral Debt Relief Initiative*), que possibilitou a redução da dívida pública externa para níveis sustentáveis (em 2009 a dívida externa

era superior a 125 por cento do PIB), os últimos anos têm sido caracterizados por um retomar, ainda que ligeiro, da tendência de aumento da mesma (e de atrasados). Apesar disto, a dívida pública externa em percentagem do PIB era em 2013 inferior ao verificado em 2010, tendo contudo vindo a aumentar o seu peso desde o mínimo de 2011, situando-se no final de 2013 em 33,5 por cento do PIB (cf. Gráfico 31).

As previsões relativas às transações com o exterior para 2014 vão no sentido da manutenção de um saldo superavitário na balança de pagamentos, sendo que se espera uma recuperação das transferências dos parceiros de desenvolvimento da Guiné-Bissau e do

montante de novos desembolsos que deverão servir para financiar o aumento do défice comercial.

3.4. Finanças públicas

A situação das finanças públicas guineenses voltou a agravar-se em 2013, facto para o qual contribuiu, em larga medida, a significativa quebra (24,5 por cento) verificada ao nível das receitas totais – cf. Gráfico 32.

A situação política e económica tinha já ditado uma redução importante das receitas no ano anterior (21,7 por cento), levando a que a perda total de receita entre 2011 e 2013 seja superior a 40 por cento.

Gráfico 29 • Exportações de mercadorias
Destinos em percentagem, total em milhões de USD

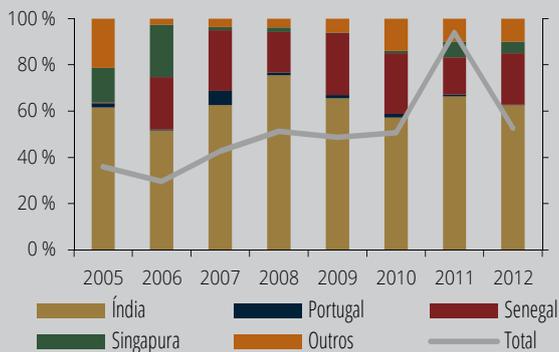
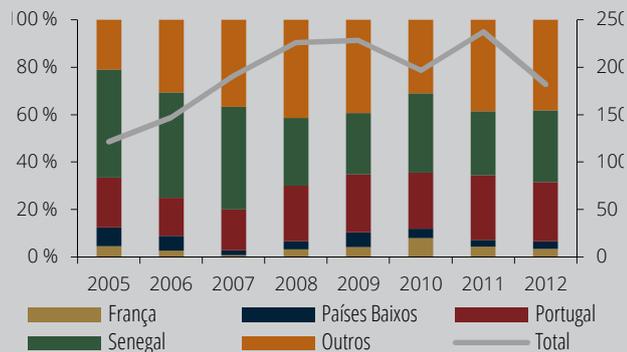


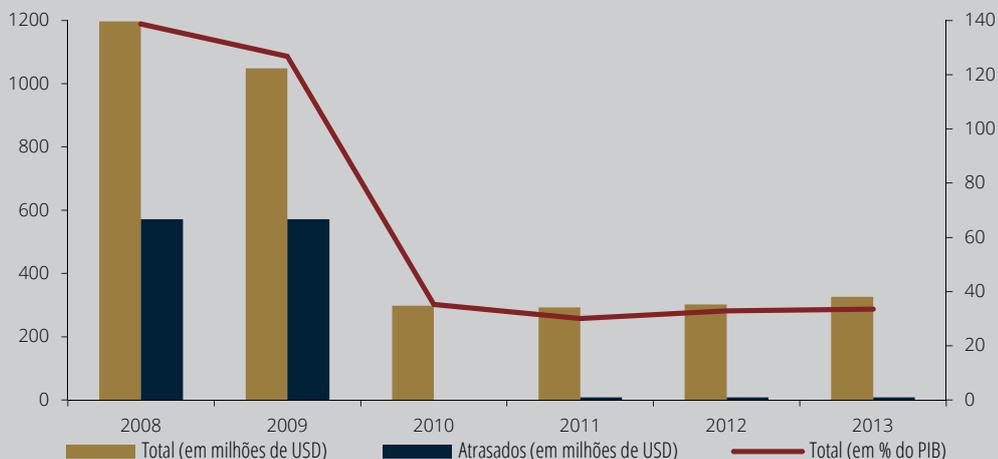
Gráfico 30 • Importações de mercadorias
Origens em percentagem, total em milhões de USD



Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Gráfico 31 • Dívida pública externa

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.



Apesar das previsões relativamente conservadoras para as receitas públicas – as autoridades estimaram um crescimento de 3,9 por cento em 2013 – o grau de execução ficou em 72,6 por cento. Os donativos, que haviam já caído 34,4 por cento em 2012, recuaram 50,4 por cento em 2013, continuando a refletir a retirada de apoio dos parceiros de desenvolvimento tradicionais da Guiné-Bissau. Num contexto de pouco dinamismo da atividade económica, as receitas

tributárias também caíram (-9 por cento), principalmente em resultado da diminuição de 12,7 por cento no valor arrecadado com os impostos sobre o rendimento e sobre o consumo. Por fim, as receitas não tributárias, cujo peso no total da receita é o menos significativo, não escapou igualmente a uma redução, essencialmente resultante da não renovação das licenças de pesca de embarcações da União Europeia.

Quadro 31 • Execução orçamental

Em percentagem do PIB

	2010	2011	2012	2013	2014
	Est.	Est.	Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	20,2	19,5	15,1	11,2	14,2
Receitas correntes	10,7	11,3	9,8	8,6	9,7
Receitas não-tributárias	2,7	2,7	1,5	1,2	1,4
Receitas tributárias	7,9	8,7	8,3	7,4	8,2
Donativos	9,6	8,2	5,3	2,6	4,5
Despesas totais	20,4	20,1	17,9	14,5	17,8
Despesas correntes	11,8	12,1	13,3	10,8	11,8
Juros da dívida programados	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1
Despesas de capital	8,7	8,0	4,6	3,7	6,1
Saldo corrente	-1,1	-0,8	-3,5	-2,2	-2,1
Saldo global	-0,2	-0,6	-2,7	-3,4	-3,7

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

A acentuada redução das receitas públicas obrigou ao ajustamento das despesas totais para um nível consentâneo com a maior exigência da restrição orçamental – cf. Gráfico 33. Assim, em 2013 o total da despesa pública caiu 16,7 por cento, depois de já ter recuado 10,1 por cento no ano anterior. Contudo, ao contrário do que se tinha verificado em 2012, o esforço de contenção orçamental não se limitou ao investimento público, que recuou 17 por cento (em 2012 a redução tinha sido de 41,4 por cento), tendo também sido visível ao nível dos gastos correntes do Estado (16,6 por cento).

No entanto, apesar do comprometimento das autoridades na redução da despesa pública, a fraca arrecadação de receitas, que em 2013 representou 11,2 por cento do PIB, bastante aquém dos 16,9 por cento orçamentados e ainda mais dos 19,5 por cento registados em 2011, acabou por comprometer a

execução orçamental – cf. Quadro 31. O saldo orçamental global, que se pretendia que encerrasse 2013 numa situação próxima do equilíbrio, apresentou em vez disso um défice de -3,4 por cento do PIB, um aumento de 0,7 pontos percentuais face ao verificado um ano antes.

A deterioração das contas públicas refletiu-se também na acumulação de atrasados internos, tal como já sucedera em 2012 (recorde-se que nos anos anteriores estes haviam diminuído de forma consistente), atingindo nos primeiros meses de 2014 cerca de 1,2 por cento do PIB. Mais recentemente, contudo, esta situação apresentou alguns sinais de melhoria, com as autoridades guineenses a conseguirem reduzir os salários em atraso dos trabalhadores do Estado de quatro para dois meses, existindo expectativas para a regularização do remanescente através de um donativo do Banco Mundial e com as receitas obtidas com

a recente colocação de 15 mil milhões de francos CFA (cerca de 3 por cento do PIB) em bilhetes do Tesouro.

A realização de eleições gerais na primeira metade de 2014, condição exigida pelos principais parceiros de desenvolvimento para retomarem o apoio financeiro, deverá contribuir para a recuperação gradual do nível de receitas públicas. Simultaneamente, espera-se que o melhor desempenho previsto para a economia em 2014 se reflita numa maior arrecadação de receitas tributárias. Deste modo, as autoridades estimam que as receitas públicas totais sejam superiores em 1/3 ao montante realizado em 2013.

Dadas as expectativas de alívio na restrição orçamental do Estado, as autoridades projetam um aumento significativo dos gastos públicos (28,9 por cento), que contribuirá para a recuperação da procura agregada, com especial destaque para o investimento público, que se espera cresça 70 por cento.

3.5. Situação monetária e cambial

Depois da contração da massa monetária em 2012 (-6 por cento), que acompanhou a quebra registada ao nível da atividade económica, o ano de 2013 fica marcado por uma nova expansão da liquidez (14,8 por cento),

significativamente superior à estimativa de crescimento do PIB nominal (2,4 por cento). Em abril de 2014, a massa monetária apresentava um crescimento de 8,6 por cento, apesar das projeções apontarem para uma contração de 4,8 por cento no final do ano – cf. Gráfico 34.

O principal destaque vai para o reforço das reservas cambiais, que no ano anterior tinham sofrido uma acentuada redução (29,1 por cento) em função dos desenvolvimentos desfavoráveis da balança de pagamentos. Com a melhoria verificada nas contas externas em 2013, o sistema bancário guineense viu os seus ativos líquidos sobre o exterior expandirem 12,2 por cento, ficando no entanto ainda aquém do nível com que encerraram 2011, ano excepcionalmente favorável no tocante às transações com o exterior. Nos primeiros quatro meses de 2014, esta tendência reforçou-se e as disponibilidades líquidas sobre o exterior aumentaram em 35,7 por cento, afastando-se para já do cenário traçado para o ano, em que é projetada uma quebra de 15,9 por cento.

O crédito interno, que desde 2010 foi um dos principais fatores de expansão da liquidez na economia guineense, apresentou um crescimento mais moderado em 2013 (3,1 por cento). Depois do crescimento muito acentuado do crédito líquido ao Governo nos três anos anteriores – entre 2009 e 2012, este valor

Gráfico 32 • Receitas públicas

Em percentagem do PIB

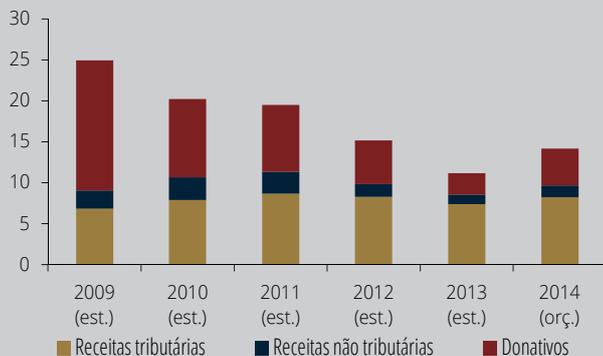


Gráfico 33 • Despesas públicas

Em percentagem do PIB



passou de -1,6 mil milhões de francos CFA (o valor dos depósitos do setor público administrativo era superior ao crédito obtido junto do sistema bancário) para 21,4 mil milhões – que resultou de uma deterioração gradual das finanças públicas, o recurso ao crédito junto da banca estabilizou em 2013 (1,5 por cento). Já o crédito à economia, que há vários anos se tem expandido de forma significativa, perdeu dinamismo em 2013, aumentado apenas 3,6 por cento face a 2012. As projeções para 2014 vão no sentido do acelerar da expansão do crédito interno, impulsionado pelo crédito à economia, que deverá mais do que compensar a redução esperada no crédito líquido ao Governo, à medida que aumenta o acesso a financiamento externo. Porém, a situação em abril de 2014 afastava-se das previsões, verificando-se ao invés uma quebra de 5,3 por cento no crédito interno, provocada pelos desenvolvimentos no crédito à economia (-8,9 por cento).

Num contexto de ausência de pressões inflacionárias – que não colocam em risco o objetivo de estabilidade de preços – e com o propósito de promover o crescimento económico, o Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) tem vindo a promover sucessivas reduções da taxa de juro de referência desde junho de 2012, tendo esta se situado em 3,5 por cento no final de 2013, o que representa uma descida de 75

pontos base. O sistema de reservas mínimas, revisto em 2010 por forma a garantir a harmonização entre todos os Estados-Membros da União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), não tem sofrido alterações desde março de 2012, quando o rácio de reservas mínimas passou de 7 para 5 por cento.

Os desenvolvimentos cambiais na Guiné-Bissau encontram-se fortemente condicionados pela participação do país na UEMOA. A paridade fixa entre o franco CFA e o euro implica que se verifique uma estabilidade cambial entre a Guiné-Bissau e os seus principais parceiros comerciais, uma vez que estes são na sua grande maioria países vizinhos que também utilizam o franco CFA como moeda oficial e países pertencentes à área do euro. A principal exceção é a Índia, principal destino das exportações guineenses (essencialmente castanha de caju). Por este motivo, a evolução dos índices de taxa de câmbio efetiva, quer nominal, quer real, reflete em grande medida o comportamento da taxa de câmbio entre o franco CFA e a rupia indiana.

Assim, o passado mais recente ficou marcado por um período de significativa depreciação dos índices (nominal e real) de taxa de câmbio efetiva da Guiné-Bissau entre o final de 2009 e meados de 2010, período marcado pela ocorrência de um episódio de deflação na

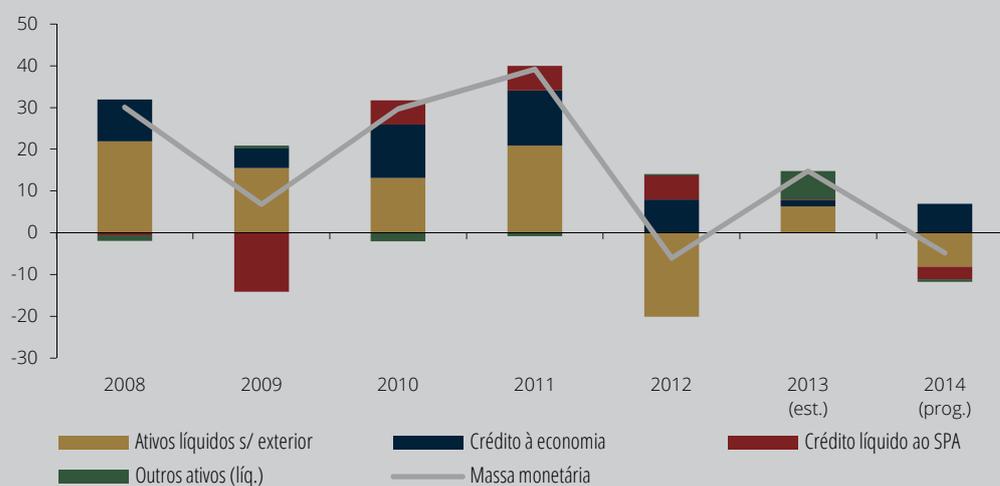
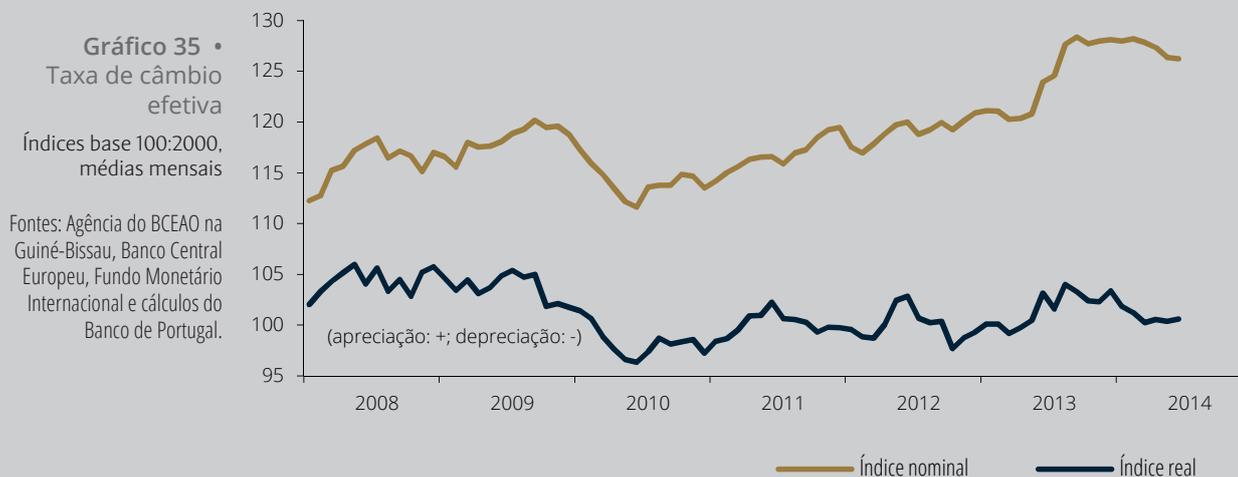


Gráfico 34 •
Fatores de variação da liquidez

Variação em % do valor inicial da massa monetária

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Guiné-Bissau e pela apreciação da rupia face ao franco CFA. Desde esse mínimo atingido em junho de 2010, assistiu-se a uma apreciação gradual do índice nominal – que refletiu uma apreciação geral do franco CFA face à rupia – e à ausência de uma tendência clara do índice real, que apresentou oscilações frequentes. Durante o ano de 2013 verificou-se uma forte apreciação nominal (5,9 por cento), principalmente como resultado de uma queda de 17,3 por cento da cotação da rupia face ao franco CFA entre março e setembro de 2013. Esta forte depreciação da rupia refletiu-se também numa apreciação real de 4,1 por cento. Nos primeiros meses de 2014 verificou-se uma recuperação na cotação da rupia, o que originou alguma correção em ambos os índices – cf. Gráfico 35.



Quadro 32 • Principais indicadores económicos

		2009	2010	2011	2012	2013		2014	
			Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB nominal	mil milhões de francos CFA	390,5	418,5	465,1	469,0	501,0	480,4	505,6	
	milhões de euros	595,3	638,0	709,0	714,9	763,8	732,4	770,8	
PIB real	taxa variação anual	3,4	4,5	5,3	-1,5	3,5	0,3	2,7	
Inflação (I. P. Consumidor)	taxa variação homóloga	-4,5	5,6	3,4	1,7	1,7	-0,1	2,8	-1,9 jun.
	taxa variação média anual	-2,4	2,3	5,0	2,1	2,6	0,7	2,5	-0,5 jun.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	25,0	20,2	19,5	15,1	14,7	11,2	14,2	
Despesas totais	% do PIB	21,3	20,4	20,1	17,9	14,8	14,5	17,8	
Saldo global	% do PIB	3,7	-0,2	-0,6	-2,7	-0,1	-3,4	-3,7	
Saldo global sem donativos	% do PIB	-12,2	-9,8	-8,8	-8,1	-4,5	-6,0	-8,1	
Moeda e crédito									
Crédito líquido ao SPA	taxa variação anual	-114,0	n/a	183,3	90,7	-8,4	1,5	-25,8	5,4 abr. ^(d)
Crédito à economia	taxa variação anual	24,9	56,4	48,3	27,2	14,6	3,6	19,4	-8,9 abr. ^(d)
Massa monetária (M2)	taxa variação anual	6,8	29,6	39,1	-6,0	3,1	14,8	-4,8	8,6 abr. ^(d)
Taxas de juro									
Passiva, a 1 ano	taxa anual	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0		
Ativa, a 1 ano	taxa anual	10,0	11,0	11,0	11,0	11,0	11,0		
Balança de pagamentos									
Exportações f.o.b.	taxa variação anual	-5,2	15,8	57,8	-41,4	25,5	5,5	8,2	
Importações f.o.b.	taxa variação anual	7,4	8,5	8,3	-19,1	19,3	-4,4	14,1	
Balança corrente	% do PIB	-5,7	-8,4	-1,4	-9,1	-5,2	-4,9	-4,9	
Bal. corrente s/ transf. oficiais ^(a)	% do PIB	-13,0	-10,8	-5,1	-11,6	-9,0	-5,7	-7,0	
Dívida externa									
Stock total	milhões de USD	1048,2	298,2	293,1	302,7	270,3	326,0		
	% do PIB	126,7	35,3	30,1	33,0	27,0	33,5		
	% exportações ^(b)	678,0	174,7	104,9	197,7	123,5	195,2		
Serviço da dívida	% exportações ^(b)	4,6	5,8	0,3	0,5	1,7	1,0		
Taxas de câmbio									
Taxa bilateral EUR/Franco CFA (mercado oficial)	taxa média	656,0	656,0	656,0	656,0	656,0		656,0 jun.	
Taxa bilateral USD/Franco CFA (mercado oficial)	taxa média	472,2	495,0	477,5	510,5	494,1		479,0 jun.	
ITCE nominal (base 100:2000) ^(c)	taxa variação anual	1,5	-4,5	5,3	1,2	5,9		-1,5 jun. ^(d)	
ITCE real (base 100:2000) ^(c)	taxa variação anual	-3,8	-4,4	2,6	-0,5	4,1		-2,7 jun. ^(d)	

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) As transferências oficiais não incluem as receitas de licenças de pesca; (b) Exportações de bens e serviços; (c) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais da Guiné-Bissau no período 2005-2009; (d) Variações face a dezembro anterior.

Quadro 33 • Produto interno bruto

Preços correntes, em mil milhões de francos CFA

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
			Est.	Est.	Est.	Prog.
Setor primário	170,4	188,7	211,4	216,0	223,8	233,7
Agropecuária, silvicultura e pesca	170,4	188,7	211,4	216,0	223,8	233,7
Setor secundário	49,9	53,2	57,2	56,4	59,1	63,1
Indústria ^(a)	46,7	48,5	51,9	51,3	53,6	56,6
Construção	3,2	4,7	5,2	5,1	5,5	6,5
Setor terciário	150,8	153,1	170,7	171,2	172,8	183,0
Comércio, restaurantes e hotéis	80,1	74,6	83,5	80,8	82,9	87,6
Transportes e comunicações	15,9	16,9	18,9	18,0	19,0	20,1
Administração pública	40,5	46,3	51,3	54,8	52,6	55,9
Banca, seguros e outros serviços	14,3	15,3	16,9	17,6	18,3	19,3
Produto Interno Bruto (custo de fatores)	371,1	395,0	439,2	443,6	455,6	479,8
Impostos indiretos	19,4	23,5	25,9	25,3	24,8	25,8
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	390,5	418,5	465,1	469,0	480,4	505,6
Consumo	429,3	454,0	458,3	493,2	495,5	526,7
Público	54,0	57,5	58,7	61,6	51,4	58,9
Privado	375,3	396,5	399,6	431,6	444,1	467,8
Investimento	24,6	28,1	33,8	27,5	26,6	31,2
Público	17,1	18,1	19,4	14,8	13,3	16,6
Privado	7,5	10,0	14,4	12,7	13,3	14,6
Procura interna	453,9	482,1	492,1	520,6	522,0	557,9
Exportações	73,0	84,5	133,4	78,2	82,5	89,3
Procura global	526,9	566,6	625,5	598,8	604,5	647,2
Importações	136,5	148,1	160,4	129,8	124,1	141,6
Para memória:						
Poupança interna bruta	-38,9	-35,5	6,8	-24,2	-15,0	-21,1
PIBpm nominal (milhões de USD)	827,0	845,5	974,1	918,6	972,4	1055,6
Deflador do PIBpm (variação anual em %)	-2,4	2,6	5,5	2,3	2,1	2,5
PIBpm nominal (variação anual em %)	0,9	7,2	11,1	0,8	2,4	5,2
PIBpm real (variação anual em %)	3,4	4,5	5,3	-1,5	0,3	2,7

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Inclui eletricidade e água.

Quadro 34 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2000	Dezembro		16,7	16,7	8,6
2001	Dezembro		-1,9	-1,9	3,3
2002	Dezembro		-0,5	-0,5	1,8
2003	Dezembro		0,7	0,7	-5,0
2004	Dezembro		2,9	2,9	0,9
2005	Dezembro		0,3	0,3	3,4
2006	Dezembro		3,2	3,2	2,0
2007	Dezembro		9,3	9,3	4,6
2008	Dezembro		4,6	4,6	7,9
2009	Dezembro		-4,5	-4,5	-2,4
2010	Dezembro		5,6	5,6	2,3
2011	Dezembro		3,4	3,4	5,0
2012	Dezembro		1,7	1,7	2,1
2013	Dezembro		-0,1	-0,1	0,7
2012	Janeiro	0,2	0,2	2,1	4,8
	Fevereiro	0,1	0,4	3,1	4,7
	Março	-0,3	0,0	2,2	4,5
	Abril	0,9	0,9	2,0	4,1
	Maio	1,4	2,3	2,2	3,7
	Junho	0,5	2,8	1,7	3,3
	Julho	-0,3	2,5	1,6	2,8
	Agosto	0,2	2,7	2,2	2,7
	Setembro	0,4	3,0	2,2	2,5
	Outubro	-1,3	1,7	2,3	2,4
	Novembro	0,3	2,0	2,3	2,3
	Dezembro	-0,3	1,7	1,7	2,1
2013	Janeiro	0,1	0,1	1,6	2,1
	Fevereiro	0,3	0,4	1,7	2,0
	Março	0,0	0,4	2,1	2,0
	Abril	-0,4	0,0	0,7	1,9
	Maio	0,4	0,4	-0,2	1,7
	Junho	-0,2	0,2	-0,8	1,4
	Julho	0,6	0,7	0,0	1,3
	Agosto	0,8	1,6	0,6	1,2
	Setembro	-0,4	1,2	-0,1	1,0
	Outubro	0,6	1,8	1,8	0,9
	Novembro	-0,5	1,3	1,0	0,8
	Dezembro	-1,4	-0,1	-0,1	0,7
2014	Janeiro	-0,3	-0,3	-0,5	0,5
	Fevereiro	-1,4	-1,7	-2,1	0,2
	Março	-0,4	-2,1	-2,5	-0,2
	Abril	0,8	-1,3	-1,4	-0,4
	Maio	0,5	-0,8	-1,3	-0,4
	Junho	-0,8	-1,6	-1,9	-0,5

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / Dezembro anterior; [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 35 • Balança de pagamentos

Em mil milhões de francos CFA

	2010	2011	2012	2013		2014
		Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Balança Corrente	-35,0	-6,6	-42,5	-26,3	-23,6	-25,0
Excluindo transferências oficiais ^(a)	-45,3	-23,9	-54,4	-45,2	-27,4	-35,6
Balança comercial	-34,6	-1,0	-25,7	-32,4	-19,9	-29,3
Exportações (f.o.b.)	62,7	112,3	67,1	79,4	71,0	77,3
Importações (f.o.b.)	-97,3	-113,3	-92,8	-111,8	-90,9	-106,6
Balança de serviços	-29,0	-26,0	-25,9	-29,6	-21,7	-23,0
Balança de rendimentos	-1,1	-8,7	-16,9	-0,4	-7,5	-4,3
dq: Juros programados	-0,9	-0,7	-0,3	-0,4	-1,5	-1,8
Transferências Correntes	29,7	29,1	26,0	36,2	25,5	31,6
Públicas	15,5	17,3	11,9	18,9	3,8	10,6
dq: Ajuda à balança de pagamentos	9,4	12,4	11,9	12,0	3,8	10,6
Licenças de pesca	5,2	-	0,0	0,0	0,0	0,0
Privadas	14,2	11,8	14,1	17,3	21,7	21,0
Balança de Capital e Financeira	49,3	35,7	14,1	24,3	30,9	37,2
Balança de Capital	490,4	27,0	15,9	8,0	8,9	12,3
Transferências de capital	490,4	27,0	15,9	-	8,9	12,3
dq: Alívio de dívida	454,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Balança Financeira	-441,0	8,7	-1,8	16,3	22,0	24,9
Admin. pública – Empréstimos de m/l prazo	-450,8	9,8	7,6	4,7	9,1	14,5
dq: Desembolsos	4,7	10,2	7,6	5,0	9,2	16,7
Amortizações	-455,5	-0,4	0,0	-0,3	-0,1	-2,2
Outros ativos (líq.)	9,8	-1,1	-9,3	11,6	12,9	10,4
dq: Investimento direto estrangeiro	13,7	11,4	3,5	0,0	7,0	9,0
Outro investimento – Outros setores	-4,0	-12,5	-12,8	11,6	5,1	0,4
Erros e omissões	-2,1	-2,3	-4,8	0,0	3,0	0,0
Balança Global	12,2	26,8	-33,2	-2,0	10,3	12,2
Financiamento	-12,2	-26,8	33,2	2,0	-10,3	-12,2
Variação das reservas oficiais (aumento: -) ^(b)	-11,4	-26,8	33,2	2,0	-10,3	-12,2
Variação de atrasados (redução: -)	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) As receitas das licenças de pesca não são consideradas transferências oficiais; (b) Inclui a contrapartida de flutuações cambiais.

Quadro 36 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2005 a 2012
Cabo Verde	0,6	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1
China	0,1	0,0	0,0	0,2	0,2	0,9	0,7	0,7	0,4
França	0,0	0,0	0,2	0,3	0,8	1,3	0,6	0,0	0,4
Gâmbia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Índia	61,5	51,6	62,5	75,5	65,5	57,2	66,4	62,6	63,6
Países Baixos	0,1	0,0	0,1	0,1	0,4	0,3	0,0	0,1	0,1
Portugal	1,8	0,5	6,2	1,3	1,5	1,7	0,7	0,1	1,6
Senegal	0,4	22,5	26,2	17,4	26,9	26,2	16,3	22,4	19,7
Singapura	14,9	22,8	1,5	2,1	0,0	0,8	6,7	5,0	5,9
Outros	20,5	2,4	3,3	3,0	4,6	11,3	8,6	9,2	8,0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 37 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2005 a 2012
China	2,3	1,6	0,3	2,4	2,6	2,9	2,9	1,3	2,1
Espanha	1,1	0,9	1,7	4,7	4,0	1,3	2,2	1,7	2,2
França	4,5	2,6	0,8	3,2	4,1	8,0	4,5	3,4	4,0
Gâmbia	1,4	7,4	1,9	1,3	0,9	0,8	0,5	1,0	1,7
Índia	0,6	0,3	1,7	0,3	0,3	0,7	0,5	3,6	1,0
Japão	0,7	0,7	1,9	1,5	2,9	3,1	2,4	0,6	1,8
Países Baixos	8,0	6,3	2,1	3,4	6,4	3,9	2,8	3,2	4,3
Portugal	21,0	16,1	17,1	23,4	24,4	23,6	27,1	25,1	22,7
Senegal	45,6	44,5	43,3	28,4	25,8	33,5	27,0	30,2	33,8
Outros	14,9	19,8	29,1	31,4	28,8	22,2	30,1	29,9	26,3

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 38 • Dívida pública externa

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013
Dívida de médio e longo prazo	1047,1	297,1	292,0	301,7	325,0
Credores multilaterais	493,2	125,1	113,7	135,0	152,7
Credores bilaterais	553,9	171,9	178,2	166,7	172,2
Dívida de curto prazo	1,1	1,1	1,1	1,1	1,0
Dívida Externa Total	1048,2	298,2	293,1	302,7	326,0
dq: Atrasados	571,9	0,0	8,1	7,6	7,9
Serviço de dívida de m/l prazo programado	7,0	9,9	0,9	0,8	1,6
Capital	5,2	7,7	0,6	0,6	0,6
Juros	1,8	2,2	0,3	0,2	1,1
	(em % das exportações de bens e serviços)				
Dívida externa total	678,0	174,7	104,9	197,7	195,2
Serviço de dívida de m/l prazo programado	4,6	5,8	0,3	0,5	1,0
Capital	3,4	4,5	0,2	0,4	0,3
Juros	1,2	1,3	0,1	0,1	0,6
	(em % do PIB)				
Dívida externa total	126,7	35,3	30,1	33,0	33,5

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: Os valores a partir de 2009 refletem o impacto do alívio de dívida da Iniciativa HIPC e da MDRI.

Quadro 39 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de francos CFA

	2009	2010	2011	2012	2013		2014	
	Est.	Est.	Est.	Est.	Orç.	Est. g.e. ^(a)	Orç.	
1. Receitas Totais	97,5	84,6	90,7	71,0	73,8	53,6	72,6	71,6
1.1. Receitas correntes	35,4	44,6	52,6	46,0	51,7	41,2	79,7	49,0
Receitas não-tributárias	8,8	11,5	12,3	7,1	6,5	5,8	89,2	7,3
dq: Licenças de pesca	3,0	5,2	-	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Receitas tributárias	26,6	33,1	40,3	38,9	45,2	35,4	78,3	41,7
1.2. Donativos	62,1	40,0	38,1	25,0	22,1	12,4	56,1	22,6
dq: Projetos	33,6	30,6	25,7	15,9	10,1	8,6	85,1	12,0
Ajuda orçamental	28,5	9,4	12,4	9,1	12,0	3,8	31,7	10,6
2. Despesas Totais	83,2	85,5	93,3	83,9	74,1	69,9	94,3	90,1
2.1. Despesas correntes	47,2	49,3	56,3	62,2	55,5	51,9	93,5	59,5
Despesas c/ pessoal	20,5	20,7	23,6	25,1	25,6	24,2	94,5	25,0
Transferências	11,0	10,7	11,8	12,8	11,7	12,9	110,3	14,0
Juros da dívida programados	1,8	0,7	0,4	0,1	0,5	0,0	0,0	0,6
Outras despesas	13,9	17,2	20,5	24,2	17,7	14,8	83,6	19,9
2.2. Despesas de capital	36,0	36,2	37,0	21,7	18,5	18,0	97,3	30,6
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-11,8	-4,7	-3,7	-16,2	-3,8	-10,7	-	-10,5
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-47,8	-40,9	-40,7	-37,9	-22,4	-28,7	-	-41,1
5. Saldo Global: (1.) - (2.) (base compromissos)	14,3	-0,9	-2,6	-12,9	-0,3	-16,3	-	-18,5
6. Variação de Atrasados	-3,6	-7,7	-3,5	2,9	0,0	3,1		0,0
6.1. Internos	-4,9	-7,7	-3,5	2,9	0,0	3,1		0,0
6.2. Externos	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
7. Valores em trânsito, erros e omissões	0,0	-1,6	-6,4	-3,8	0,0	-1,6		0,0
8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.) (base caixa)	10,7	-10,3	-12,5	-13,8	-0,3	-14,8		-18,5
9. Financiamento	-10,7	10,3	12,6	13,8	0,3	14,8		18,5
9.1. Interno (líq.)	-10,5	7,1	3,5	9,0	-4,4	5,7		4,0
dq: Sistema bancário	-10,5	7,1	3,5	9,0	-4,4	5,7		4,0
9.2. Externo (líq.)	-0,2	3,2	9,1	4,8	4,7	9,1		14,5
dq: Desembolsos	1,0	4,7	9,4	5,0	5,0	9,2		16,7
dq: Amortizações	-10,7	-455,5	-0,4	-0,2	-0,3	-0,1		-2,2
dq: Alívio de Dívida	5,7	454,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0
10. Diferencial de Financiamento ^(b)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução: valor realizado em percentagem do valor orçamentado; (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 40 • Síntese monetária

Em mil milhões de francos CFA

	2009	2010	2011	2012	2013		2013/2012		2014	Abr. 2014/2013		2014
					Prog.	Est.	[1]	[2]	Abr	[1]	[2]	Prog.
Ativos Líquidos s/ Exterior	80,6	93,3	119,3	84,5	82,1	94,9	12,2	6,3	128,8	35,7	18,1	79,8
Banco Central	61,4	64,4	95,4	65,0	63,0	72,1	10,9	4,4	93,7	30,0	11,6	61,3
Bancos Comerciais	19,2	28,9	23,9	19,5	19,1	22,8	16,6	2,0	35,1	54,0	6,6	18,5
Crédito Interno Total	20,2	38,0	61,7	85,6	93,2	88,3	3,1	1,6	83,5	-5,3	-2,5	95,6
Crédito líquido ao SPA	-1,6	4,0	11,2	21,4	19,6	21,7	1,5	0,2	22,9	5,4	0,6	16,1
Crédito à economia	21,8	34,0	50,5	64,2	73,6	66,6	3,6	1,4	60,7	-8,9	-3,2	79,5
Outros Ativos (líq.)	-4,7	-6,7	-7,7	-7,3	-7,5	3,8	-	6,8	-9,3	-347,6	-7,0	2,5
Total do Ativo	96,1	124,6	173,3	162,8	167,8	186,9	14,8		203,0	8,6		177,9
Massa Monetária (M2)	96,1	124,6	173,3	162,8	167,8	186,9	14,8		203,0	8,6		177,9
Circulação monetária	57,1	64,1	85,5	83,4	86,3	90,9	9,1		109,3	20,2		91,5
Depósitos à ordem	33,1	49,3	63,4	53,8	58,6	72,3	34,4		71,1	-1,7		86,4*
Quase-Moeda / Dep. Prazo	5,8	11,1	24,3	25,6	22,9	23,7	-7,7		22,6	-4,6		
Total do Passivo	96,1	124,6	173,3	162,8	167,8	186,9	14,8		203,0	8,6		177,9

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, BCEAO, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação percentual face ao final do ano anterior; [2] Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão/contração da liquidez).

*O valor apresentado corresponde ao montante de depósitos à ordem e de quase-moeda / depósitos a prazo, uma vez que não foi possível obter os valores desagregados.

Quadro 41 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2009	2010	2011	2012	2013
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.
Depósitos					
Depósitos a prazo:					
Até 90 dias	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
De 91 a 180 dias	1,80	1,75	1,75	1,75	1,75
De 181 a 365 dias	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Crédito					
Até 90 dias	13,0	13,0	12,0	12,0	12,0
De 90 a 180 dias	12,0	8,0	10,0	10,0	10,0
De 181 a 365 dias	10,0	11,0	11,0	11,0	11,0
Descoberto em Dep. Ordem	18,0	18,0	18,0	18,0	18,0
Operações do Banco Central					
Sistema bancário					
Taxa de desconto	4,25	4,25	4,25	4,00	3,50
Coeficiente de Reservas	3,0	7,0	7,0	5,0	5,0
Para memória:					
Inflação (t.v.h. no mês)	-4,5	5,6	3,4	1,7	-0,1

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Quadro 42 • Taxas de câmbio

Taxas médias

		EUR/XOF	USD/XOF	INR/XOF	ITCE ^(a) base 100: 2000	
					Nominal	Real
2000		655,96	711,64	15,87	100,00	100,00
2001		655,96	732,89	15,54	100,74	99,96
2002		655,96	696,87	14,33	103,58	101,89
2003		655,96	581,54	12,48	108,65	99,03
2004		655,96	528,28	11,67	111,19	99,33
2005		655,96	527,57	11,97	110,21	98,97
2006		655,96	523,13	11,56	111,54	98,59
2007		655,96	479,50	11,63	111,32	98,36
2008		655,96	448,19	10,34	115,92	104,27
2009		655,96	472,15	9,76	118,27	103,72
2010		655,96	494,96	10,83	114,07	98,29
2011		655,96	477,45	10,13	116,75	100,05
2012		655,96	510,54	9,57	119,07	99,92
2013		655,96	494,09	8,47	124,15	101,50
2012	Janeiro	655,96	508,37	9,93	117,55	99,56
	Fevereiro	655,96	496,08	10,08	116,93	98,84
	Março	655,96	496,92	9,86	117,84	98,73
	Abril	655,96	498,40	9,62	118,84	100,07
	Mai	655,96	513,07	9,42	119,71	102,46
	Junho	655,96	523,69	9,35	120,02	102,86
	Julho	655,96	533,87	9,63	118,79	100,71
	Agosto	655,96	529,04	9,53	119,24	100,25
	Setembro	655,96	510,33	9,36	119,95	100,35
	Outubro	655,96	505,60	9,53	119,24	97,71
	Novembro	655,96	511,39	9,33	120,11	98,75
	Dezembro	655,96	499,67	9,15	120,91	99,29
2013	Janeiro	655,96	493,71	9,10	121,13	100,09
	Fevereiro	655,96	490,98	9,12	121,05	100,13
	Março	655,96	506,10	9,30	120,25	99,19
	Abril	655,96	504,00	9,27	120,37	99,76
	Mai	655,96	505,08	9,18	120,78	100,46
	Junho	655,96	497,40	8,52	123,94	103,17
	Julho	655,96	501,55	8,39	124,57	101,60
	Agosto	655,96	492,86	7,81	127,67	103,99
	Setembro	655,96	491,49	7,69	128,36	103,28
	Outubro	655,96	481,11	7,81	127,70	102,39
	Novembro	655,96	486,16	7,76	127,96	102,31
	Dezembro	655,96	478,69	7,74	128,10	103,39
2014	Janeiro	655,96	481,97	7,76	127,96	101,84
	Fevereiro	655,96	480,24	7,72	128,19	101,22
	Março	655,96	474,54	7,78	127,85	100,26
	Abril	655,96	474,88	7,87	127,36	100,57
	Mai	655,96	477,68	8,06	126,34	100,40
	Junho	655,96	484,51	8,08	126,22	100,60

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Banco Central Europeu, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas:(a) Índice de taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2005-2009. Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do franco CFA.

4. MOÇAMBIQUE

Área: 799 380 Km²

Capital: Maputo

População: 23,2 milhões
(2013; fonte: INE-Moçambique)

Moeda: Metical

O crescimento em Moçambique manteve-se elevado em 2013, com a contribuição dos grandes projetos, sobretudo no setor do gás natural e exportações de carvão. O considerável déficit da balança corrente, embora menor que em 2012, foi compensado pelo investimento direto do exterior e pelo endividamento externo do Estado. Essas entradas de fundos possibilitaram o reforço das reservas cambiais e, face a uma política monetária acomodatória, em contexto de inflação controlada, permitiram a expansão do crédito à economia.

4.1. Síntese

A economia moçambicana voltou a apresentar um ritmo de crescimento elevado em 2013 (7,4 por cento), apesar das cheias de início do ano, afirmando-se como uma das mais dinâmicas da África subsaariana. Moçambique evidenciou na última década um crescimento real médio de 7,4 por cento, claramente superior aos 4,8 por cento do conjunto dos países da *Southern African Development Community (SADC)*, da qual é parte integrante.

O FMI tem vindo a apoiar de forma constante o processo de estabilização macroeconómica do país, estando em vigor um programa de três anos assinado em junho de 2013 ao abrigo do *Policy Support Instrument (PSI)*.

Embora mantendo ritmos elevados de investimento, principalmente em grandes projetos na área dos recursos naturais, a atividade económica em 2013 terá sido dinamizada pelo consumo e pelas exportações de bens, apesar do consequente aumento das importações de bens capital e de consumo.

O crescimento das importações impulsionou a arrecadação de receitas públicas (IVA e impostos sobre o comércio internacional), as quais beneficiaram ainda da tributação de mais-valias relativas à transação de ações de empresas do setor dos hidrocarbonetos. Contudo, e apesar de alguma contenção nas despesas correntes e no investimento (relacionado com atrasos

em alguns projetos), as operações financeiras do Estado (empréstimos a empresas públicas) acarretaram um agravamento do défice orçamental, para 5,3 por cento do PIB, totalmente financiado por dívida externa.

Essa entrada de fundos do exterior para o Estado, conjugada com novo crescimento do investimento direto do exterior (IDE), permitiu financiar o défice da balança corrente (que se reduziu em 2013 para 37,5 por cento do PIB, face a menores importações de serviços e ao aumento das transferências oficiais) e reforçar o stock de reservas cambiais, elevando-as a 4,2 meses das importações de bens e serviços, sem incluir as relativas a grandes projetos.

No contexto de aumento dos ativos líquidos sobre o exterior, e face ao comportamento moderado dos preços – a taxa de inflação registou um aumento ligeiro ao longo do ano – o banco central manteve a tendência de aligeiramento das condições monetárias, efetuando cortes nas taxas das suas facilidades de cedência e de absorção.

Ainda que em abrandamento, a expansão monetária manteve-se em ritmo elevado em 2013 (16,3 por cento), conjugando o aumento da posição externa líquida e o crescimento do crédito à economia, promovido sobretudo pelos particulares, para a aquisição de bens de consumo duradouro, mas também por alguns setores empresariais.

Quadro 43 • Principais indicadores económicos

	2011	2012	2013	2014
		Est.	Est.	Prog.
PIB real (taxa de variação anual)	7,4	7,1	7,4	8,3
Inflação (taxa de variação homóloga)	5,5	2,2	3,0	6,0
Massa monetária (taxa de variação anual)	7,8	29,4	16,3	18,5
Balança corrente (% do PIB)	-23,1	-42,4	-37,5	-46,8
Saldo orçamental (% do PIB)	-4,5	-4,6	-5,3	-12,0
Dívida pública externa (% do PIB)	31,8	32,1	36,9	-

Fontes: FMI, Banco de Moçambique, Direção Nacional do Orçamento de Moçambique e INE de Moçambique.

Para 2014 espera-se uma aceleração do crescimento (para 8,3 por cento), com base na atividade do setor do carvão e no investimento (IDE e público). O previsto aumento das despesas

públicas de capital (acomodando projetos em atraso de 2013), as despesas inerentes ao processo eleitoral e a nova pressão das operações financeiras deverão conduzir a um agravamento

do défice orçamental para 12 por cento do PIB. A subida das importações relativas a grandes projetos acarretará a deterioração do défice da balança corrente para 46,8 por cento do PIB. Contudo, o forte IDE e o aumento do endividamento líquido do Estado e dos outros setores permitirão não só financiar o défice corrente como ainda reforçar as reservas externas para 4,4 meses de importações.

Este aumento dos ativos líquidos sobre o exterior e o contínuo dinamismo do crédito à economia deverão contribuir para a aceleração da expansão monetária em 2014, para 18,5 por cento. A política monetária não deverá alterar o seu cariz desde que a inflação (que se tem mostrado estabilizada) esteja de acordo com os objetivos de médio prazo.

Os principais riscos associados à evolução da economia moçambicana prendem-se com possíveis choques exógenos, tais como catástrofes climáticas, alterações de preços das matérias-primas ou quebras de procura das suas principais exportações. Poderão ainda causar perturbações eventuais tensões políticas decorrentes das eleições ou riscos orçamentais associados a empresas públicas ou parcerias público-privadas.

4.2. Procura, produção preços

Em 2013, a economia moçambicana manteve uma dinâmica robusta da atividade

económica, com o crescimento real do produto a atingir 7,4 por cento, ligeiramente acima dos 7,1 por cento de 2012. Moçambique recuperou bem dos efeitos das cheias que afetaram o território nos primeiros meses do ano, com impactos sobre a produção agrícola e danos significativos em infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e de distribuição de energia elétrica. O país continua a afirmar-se como uma das economias com melhor desempenho da África subsaariana, com o crescimento médio dos últimos dez anos a subir a 7,4 por cento, superior ao registado no mesmo período na região e na SADC, no seu conjunto (5,6 e 4,8 por cento, respetivamente).

Tal como no ano anterior, o dinamismo económico assentou numa base bastante alargada, com a quase totalidade dos setores a demonstrarem evoluções positivas. Destacaram-se as produções dos setores dos transportes e comunicações (afirmando-se como o segundo mais significativo em termos reais), agrícola (ainda dominante, responsável por quase 23 por cento do produto real), dos serviços financeiros e da indústria de extração mineira (com a subida gradual da produção de carvão).

Ainda que o investimento tenha registado um ritmo considerável (com destaque para o IDE em grandes projetos da área dos recursos naturais), o ano que findou terá sido sobretudo dinamizado pelo consumo e pelas exportações

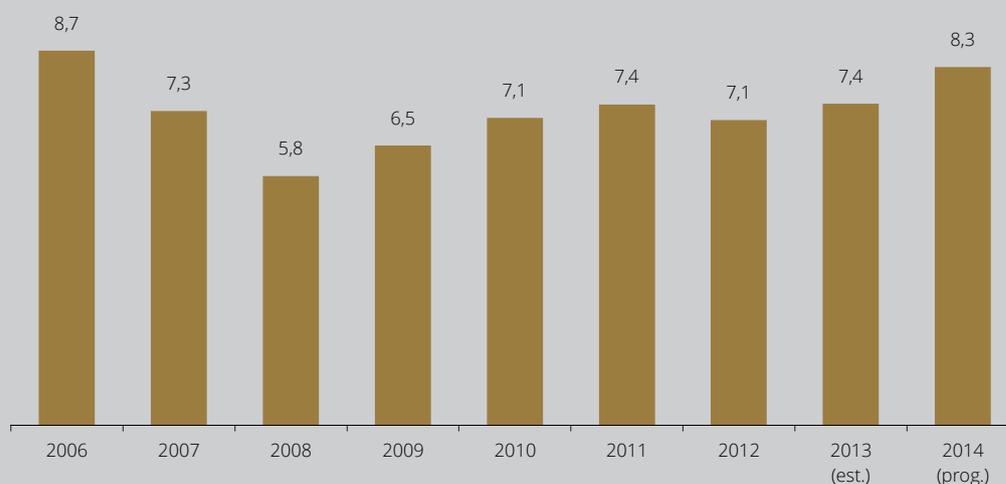


Gráfico 36 • PIB real

Taxas de variação anual em percentagem

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e FMI.

de bens, nomeadamente as relativas ao carvão mas também de produtos tradicionais (algodão e açúcar, entre outros). No entanto, o forte investimento e o aumento do consumo impeliram as importações, principalmente de bens de capital e de bens de consumo (com saliência para os cereais, o óleo alimentar e os medicamentos).

Para 2014, as projeções apontam para uma aceleração do ritmo de expansão da atividade económica para 8,3 por cento, com o aumento da produção e exportação de carvão e a construção de infraestruturas. À semelhança de 2013, a expansão da atividade económica terá contornos quase transversais em termos setoriais, espelhando também bons comportamentos dos setores agrícola, dos transportes e comunicações, serviços financeiros e eletricidade.

Apesar de ter evoluído em alta, a taxa de inflação manteve-se moderada em Moçambique ao longo de 2013, fechando o ano com um dos valores homólogos mais baixos dos países da SADC e entrando no primeiro terço dos melhores desempenhos da África subsaariana. A taxa de inflação moçambicana atingiu em dezembro do ano passado 4,2 por cento em termos médios (2,1 por cento em 2012), tendo o aumento homólogo sido menos pronunciado (3,0 por cento em 2013, face a 2,2 por cento no ano anterior). Terão contribuído para este comportamento a gestão prudente da

liquidez por parte do banco central, apesar do crescimento do crédito, a estabilização dos preços administrados e a recuperação da produção interna de bens alimentares após as cheias de início do ano.

Espera-se para 2014 alguma aceleração da taxa de inflação, para 4,6 e 6 por cento em termos médios anuais e homólogos, respetivamente, conjugando pressões inflacionistas externas presentes na região, a valorização do dólar norte-americano e os efeitos do cariz expansionista da política orçamental, face a uma política monetária de pendor acomodatório.

4.3. Contas externas

Ao invés do que vinha sucedendo nos últimos anos, as contas externas moçambicanas denotaram em 2013 alguma melhoria, com o défice corrente externo a reduzir-se para 37,5 por cento do PIB (42,4 por cento no ano anterior). Apesar de ostentar um valor ainda significativo, o défice corrente foi totalmente coberto pela balança de capitais e financeira, com destaque para o IDE e para o endividamento do Estado. Essas entradas de fundos possibilitaram a acumulação de reservas externas, elevando o seu *stock* a 4,2 meses de importações de bens e serviços não destinadas a grandes projetos.

Gráfico 37 • Inflação

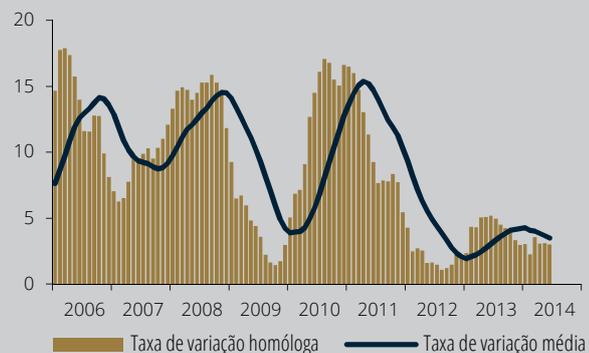
Variação mensal do IPC, em percentagem



Fontes: Banco de Moçambique e INE de Moçambique.

Gráfico 38 • Inflação

Variação anual do IPC, em percentagem



Quadro 44 • Balança de pagamentos

Em percentagem do PIB

	2011	2012	2013	2014
		Est.	Est.	Prog.
Balança Corrente	-23,1	-42,4	-37,5	-46,8
Balança Comercial	-17,0	-26,9	-27,7	-29,2
Exportações	23,5	25,7	26,2	28,8
Importações	-40,5	-52,6	-53,9	-57,9
Balança Serviços e Rendimentos	-12,6	-21,0	-17,6	-24,1
Transferências Correntes	6,5	5,5	7,8	6,5
Balança de Capitais e Financeira	25,4	44,7	39,7	49,2
dq: IDE (líq.)	19,6	37,4	37,7	28,5
Balança Global	2,4	2,5	2,5	2,3

Fonte: FMI e Banco de Moçambique.

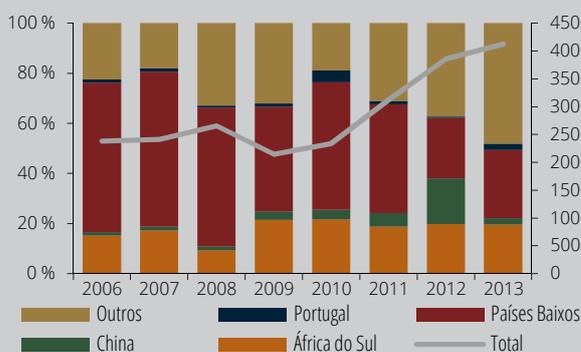
A diminuição do défice da balança corrente repercutiu principalmente a redução das importações de serviços (em 13,4 por cento), sobretudo de relativos a construção, após o aumento do ano anterior ligado a grandes projetos de exploração do gás natural. Com impacto positivo naquela melhoria destacou-se ainda a subida das transferências correntes oficiais (+48,8 por cento relativamente a 2012), passando a representar 6,9 por cento do PIB.

De realçar também o contínuo bom comportamento das exportações de bens (+6,9 por cento que no ano anterior), principalmente as ligadas aos grandes projetos, com saliência para a produção do emergente setor do carvão, para a energia elétrica e para o gás, mas também de produtos tradicionais, com destaque para os

valores exportados de algodão (que duplicou face a 2012) e de açúcar (que cresceu 20 por cento). Contudo, a balança comercial acabou por registar um aumento do seu défice, para 27,7 por cento do PIB (+0,8 p.p. que em 2012), face ao acréscimo evidenciado pelas importações de bens de capital, combustíveis e de bens de consumo, em particular cereais, óleo alimentar e medicamentos.

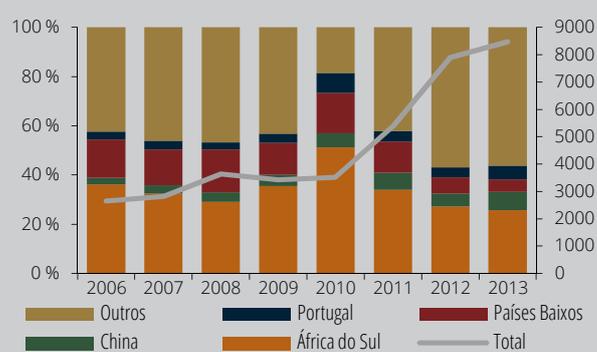
O volume de IDE voltou a evidenciar algum crescimento em 2013, ascendendo a 37,7 por cento do PIB, novamente liderado pelos grandes projetos no setor da indústria extrativa. A esta entrada de divisas juntou-se a expansão do endividamento externo por parte do Estado, o qual quase duplicou em termos líquidos. No entanto, o aumento das saídas relativas ao setor

Gráfico 39 • Exportações de mercadorias
Destinos em percentagem, totais em milhões de USD



Fonte: Banco de Moçambique.

Gráfico 40 • Importações de mercadorias
Origens em percentagem, totais em milhões de USD



privado (reforço das aplicações externas e pagamento de créditos comerciais anteriormente contratados) provocou uma redução no excedente da balança de capitais e financeira em 7,2 por cento, mas não impediu a acumulação de USD 393 milhões em reservas cambiais no conjunto de 2013.

Para 2014, espera-se uma deterioração da balança corrente, cujo défice deverá aumentar para 46,8 por cento do PIB, como resultado principalmente da subida das importações de bens e de serviços, relacionadas sobretudo com os grandes projetos (já implantados ou em fase de investimento), e com alguma redução das transferências correntes. Ainda que se antecipe algum abrandamento do IDE, o maior endividamento líquido do setor público e dos restantes setores deverá conduzir à melhoria da balança financeira e ao reforço das reservas externas do país (em USD 397 milhões, para 4,4 meses das importações programadas de bens e serviços não destinados a grandes projetos).

A execução do primeiro trimestre não confirma parte das tendências previstas, evidenciando uma redução do défice da balança corrente em termos homólogos, que conjuga principalmente a melhoria da balança de serviços (nova diminuição das importações relativas a construção) e o aumento dos donativos externos (em retoma após os atrasos verificados no ano passado). Também contrariando o projetado, o IDE mantém-se em crescendo, o que possibilitou uma acumulação de USD 197 milhões de reservas cambiais até março de 2014.

4.4. Finanças públicas

A pressão das operações financeiras levadas a cabo pelo Estado moçambicano acabou por conduzir a um agravamento do défice orçamental para 5,3 por cento do PIB (4,6 por cento em 2012). Apesar do aumento das receitas correntes e da contenção do ritmo de crescimento das despesas correntes e de capital, o défice orçamental cresceu 27,5 por cento face a 2012 como resultado do maior montante de empréstimos líquidos. Destas operações destacaram-se em 2013 os empréstimos contraídos pelo Estado para financiamento de projetos de empresas públicas, nomeadamente, o relativo à Maputo Sul, empresa responsável pela construção e gestão da Ponte da Ka Tembe e das estradas de Maputo à Ponta do Ouro.

O bom comportamento das receitas correntes decorreu em parte das coletas de impostos sobre o rendimento, com destaque para a tributação de mais-valias obtidas em operações em bolsa, resultantes da transação de ações de empresas do setor petrolífero. Subiram ainda as arrecadações de impostos sobre o consumo (sobretudo IVA) e sobre o comércio internacional, decorrentes do aumento das importações, e de receitas não tributárias, em particular em taxas sobre serviços, taxa sobre combustíveis e dividendos de empresas públicas. Em sentido inverso, mas continuando a tendência anterior, os donativos reduziram-se novamente em 2013, para 4,5 por cento do PIB (6,4 por cento em 2012), sobretudo como resultado de atrasos em desembolsos de apoio orçamental.

Quadro 45 • Execução orçamental

Em percentagem do PIB

	2011	2012	2013	2014
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	28,2	29,7	31,5	35,3
Receitas correntes	21,1	23,2	27,0	29,0
Donativos	7,1	6,4	4,5	5,8
Despesas totais	32,7	34,2	36,7	47,2
Despesas correntes	18,4	19,8	20,3	23,0
Juros da dívida	0,9	1,0	0,8	1,2
Despesas de capital	13,2	12,6	13,4	19,8
Empréstimos Líquidos	1,5	1,9	3,0	4,4
Saldo corrente	2,6	3,5	6,7	6,0
Saldo global	-4,5	-4,6	-5,3	-12,0

Fontes: FMI, Banco de Moçambique e Direção Nacional do Orçamento de Moçambique.

As despesas de capital denotaram algum crescimento no ano findo, tendo contudo ficado aquém do orçamentado. O investimento público ficou a 79 por cento do previsto, face a atrasos na execução de alguns projetos, devido a algum efeito das cheias ocorridas no primeiro trimestre e à fraca capacidade de absorção de fundos por parte de alguns órgãos e instituições do Estado.

Apesar de algum esforço de contenção, as despesas correntes aumentaram em 2013, atingindo 20,3 por cento do PIB (+0,5 p.p. que em 2012). Esta subida decorreu sobretudo de maiores despesas com o pessoal, que ascenderam a 10,5 por cento do PIB, decorrente da admissão de novos funcionários, em particular nos setores

prioritários da educação e da saúde. De destacar também o aumento dos encargos com a aquisição de bens e serviços, que ascenderam a 4 por cento do PIB (+0,6 p.p. que em 2012).

O Estado moçambicano recorreu a créditos externos para se financiar em 2013, tendo quase duplicado o volume de desembolsos. Face aos atrasos ocorridos na despesa, parte desses fundos foram canalizados para depósitos junto do setor bancário, reduzindo assim o financiamento interno líquido.

O adiamento de projetos de investimento previstos para 2013 e a necessidade de reforço de pessoal relacionado com o processo eleitoral (em outubro de 2014 realizam-se as eleições gerais – presidencial, legislativa e provincial),

Gráfico 41 • Receitas públicas

Em percentagem do PIB

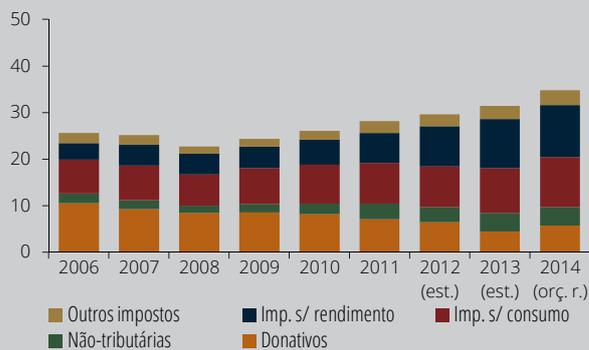
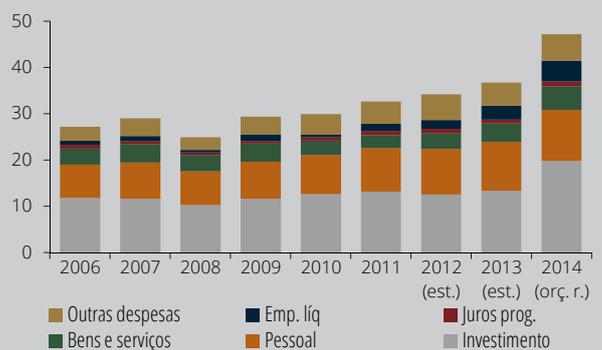


Gráfico 42 • Despesas públicas

Em percentagem do PIB



Fontes: FMI, Banco de Moçambique e Direção Nacional do Orçamento de Moçambique.



Gráfico 43 • Dívida pública externa

Em milhões de USD, total em percentagem do PIB

Fontes: Banco de Moçambique e FMI.

levaram as autoridades a apresentar um orçamento revisto para 2014. Este caracteriza-se pelo seu pendor expansionista, com o défice orçamental a subir para 12 por cento do PIB, traduzindo principalmente o crescimento das despesas de capital (conjugando os investimentos previstos para 2014 e os adiados do ano passado), o aumento das despesas com o pessoal e da aquisição de bens e serviços (sobretudo relacionados com encargos inerentes às eleições) e nova subida dos empréstimos de retrocessão. De realçar o previsto crescimento das receitas públicas, principalmente da coleta de impostos sobre rendimentos (nova tributação de mais-valias da transação de ações de empresas do setor dos hidrocarbonetos), da arrecadação de impostos sobre o consumo (sobretudo IVA) e da recuperação dos donativos.

Os valores da execução orçamental do primeiro trimestre de 2014 denotam um nível baixo de execução das despesas de investimento, decorrente de alguns atrasos registados na execução de projetos como resultado das cheias que voltaram a assolar o território no início do corrente ano, traduzindo-se numa ligeira redução do défice orçamental em termos homólogos.

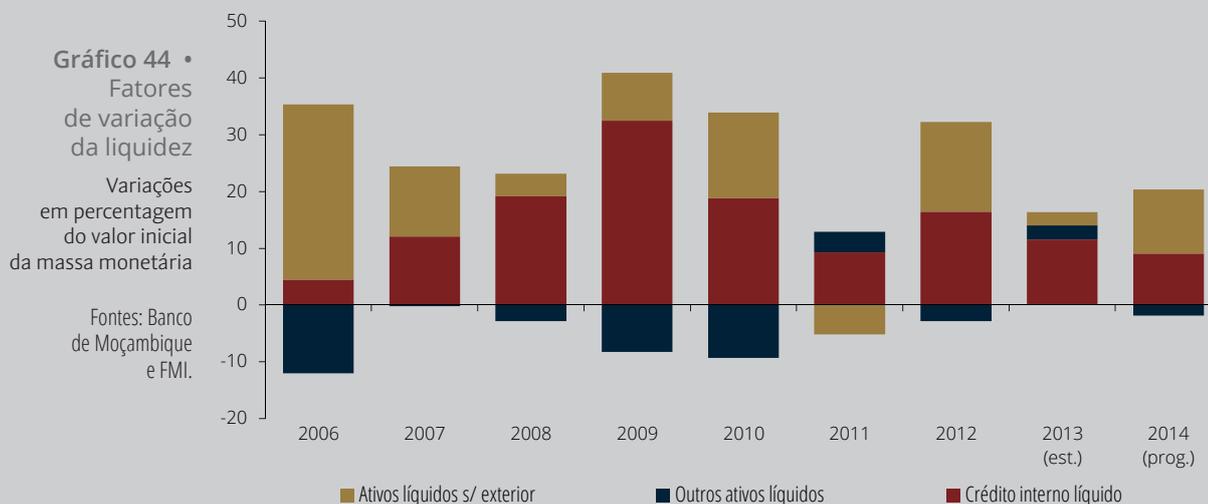
4.5. Situação monetária e cambial

Face à estabilização da taxa de inflação ao longo do ano, o Banco de Moçambique prolongou em 2013 a política de aligeiramento das condições

monetárias que iniciou em agosto de 2011. No ano findo, o banco central voltou a efetuar descidas progressivas nas suas taxas de referência, cortando por três vezes a taxa da facilidade de cedência, num total de 125 p.b., para 8,25 por cento, e por duas vezes a taxa da sua facilidade de depósitos, em 75 p.b. em termos acumulados, para 1,5 por cento, estreitando assim o diferencial entre as taxas das facilidades permanentes para mínimos históricos. Paralelamente, manteve em 8 por cento o coeficiente de reservas obrigatórias ao longo de 2013.

A manutenção do pendor acomodatório da política monetária continuou a permitir a libertação de liquidez para o sistema bancário, fomentando a concessão de crédito à economia, face à acumulação de reservas externas. A massa monetária voltou a expandir-se de forma expressiva (16,3 por cento em 2013, ainda que aquém dos 29,4 por cento do ano anterior), conjugando os aumentos das disponibilidades líquidas sobre o exterior do banco central e do crédito à economia.

Embora parte do setor empresarial tenha apresentado alguma dinâmica na procura de crédito, com destaque para a construção e obras públicas, comércio e indústria transformadora, o crescimento do crédito ao setor privado em 2013 voltou a ser sobretudo fomentado pela procura de financiamento para aquisição de bens consumo duradouro por



parte das famílias, apesar de as taxas de juro ativas praticadas pelos bancos se manterem a níveis elevados. As taxas de juro bancárias praticadas nas operações com os seus clientes apresentaram alguma redução ao longo do ano, mais pronunciada nas passivas, embora limitada relativamente aos objetivos que o banco central tem procurado alcançar neste domínio, o que revelará a existência de obstáculos no mecanismo de transmissão da política monetária.

No âmbito do programa em vigor acordado ao abrigo do PSI foi efetuada uma programação monetária para 2014 que aponta para uma aceleração da expansão monetária (para 18,5 por cento) e da base monetária (para 17 por cento, face aos 15,7 por cento de 2012). Para tal deverão concorrer novos crescimentos dos ativos externos líquidos do sistema (não só do Banco de Moçambique mas também dos bancos comerciais) e do crédito à economia, tendências que se estão em termos gerais a confirmar como atestam os valores conhecidos até maio.

O Banco de Moçambique mantém-se orientado para a condução da sua política monetária com o objetivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro, procurando apoiar o crescimento. Para tal pretende garantir um ritmo de expansão da base monetária alinhado com a previsão de aumento da massa monetária,

permitindo o contínuo crescimento do crédito à economia, sem pressionar a inflação, que se pretende contida entre 5 e 6 por cento no médio prazo.

O banco central assume-se ainda comprometido com o regime de câmbios flutuantes, recorrendo a intervenções no mercado cambial interbancário como instrumento de regulação de liquidez e de atenuação de pressões sobre a taxa de câmbio. A política de flexibilização das condições monetárias continuada em 2013 conduziu a uma desvalorização acumulada do metical face ao euro (em 4,5 por cento) e ao dólar norte-americano (em 1 por cento).

As dificuldades por que passa a economia sul-africana traduziram-se num progressivo enfraquecimento da sua moeda no mercado internacional, tendo o metical apreciado cerca de 16 por cento em relação ao rand ao longo de 2013. Sendo a África do Sul o principal parceiro comercial de Moçambique, essa valorização do metical conduziu a apreciações da taxa de câmbio efetiva de 6,2 e 5,8 por cento em termos nominais e reais, respetivamente. Contudo, ao longo do corrente ano, o metical tem evidenciado alguma perda de valor face ao rand, o que inverteu essa trajetória, apresentando depreciações acumuladas até junho.

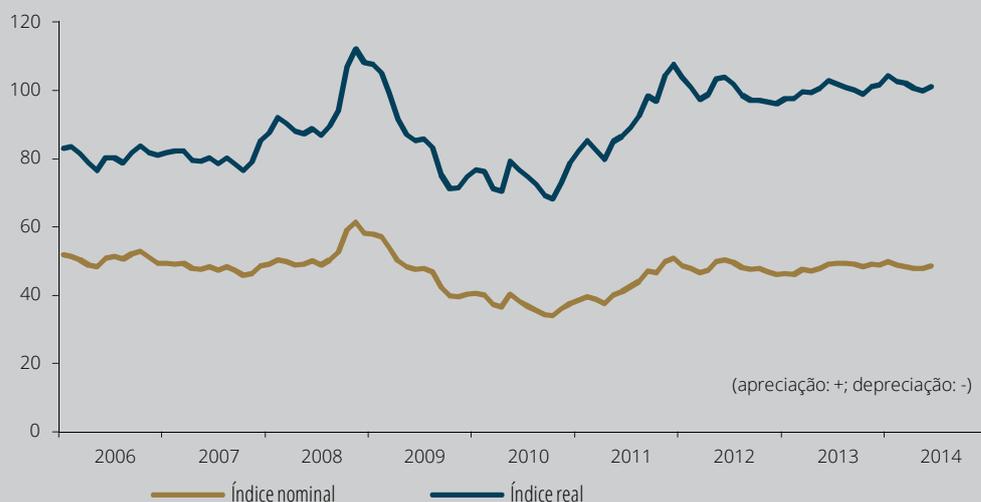


Gráfico 45 •
Taxas
de câmbio
efetivas

Índices base 100:
2000, médias
mensais

Fontes: Banco de
Moçambique e cálculos
do Banco de Portugal.

Quadro 46 • Principais indicadores económicos

		2009	2010	2011	2012	2013		2014	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB nominal	milhões de EUR	7579	7597	9558	11 627	11 363	11 847	12 896	
PIB real	t. var. anual	6,5	7,1	7,4	7,1	7,0	7,4	8,3	
Inflação (Índ.Preços no Consumidor)	t. variação homóloga	3,0	16,6	5,5	2,2	6,1	3,0	6,0	
	t. var. média	4,2	12,7	10,4	2,1	5,5	4,2	4,6	
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	24,4	26,2	28,2	29,7	29,6	31,5	35,3	
Despesas totais	% do PIB	29,4	30,0	32,7	34,2	36,3	36,7	47,2	
Défice global	% do PIB	-5,0	-3,8	-4,5	-4,6	-6,7	-5,3	-12,0	
Défice global sem donativos	% do PIB	-13,5	-12,0	-11,7	-11,0	-11,8	-9,8	-17,7	
Moeda e crédito									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-1,6	-6,5	53,6	99,0	-7587,3	-23 869,0	-83,9	
Crédito à economia	t. var. anual	58,6	29,3	6,4	18,3	21,5	30,5	20,7	
Massa monetária (M3)	t. var. anual	32,6	24,6	7,8	29,4	16,2	16,3	18,5	
Taxas de juro									
Passiva, a 1 ano	t. anual	10,2	12,2	13,4	11,5		9,1	10,0 mai.	
Ativa, a 1 ano	t. anual	19,2	21,7	23,7	21,4		19,8	21,2 mai.	
Balança de pagamentos									
Export. mercadorias (em USD)	t. var. anual	-19,1	8,7	33,6	23,7	2,5	6,9	19,3	
Import. mercadorias (em USD)	t. var. anual	-6,1	2,6	52,8	47,2	-10,0	7,3	16,9	
Balança corrente	% do PIB	-11,0	-10,6	-23,1	-42,4	-37,2	-37,5	-46,8	
Bal. corrente s/ transf. oficiais	% do PIB	-17,2	-16,4	-29,0	-47,1	-	-44,4	-	
Reservas oficiais	meses de import. ^(b)	4,8	3,3	2,4	2,6	2,7	2,5	2,6	
	meses de import. ^(c)		4,2	3,0	3,9	4,4	4,2	4,4	
Dívida externa									
Stock total	milhões de EUR	2707	2717	3040	3736		4367		
	% do PIB	35,7	35,8	31,8	32,1		36,9		
	% exp. ^(b)	124,7	121,6	109,7	107,5		122,2		
Serviço da dívida	% exp. ^(b)	1,6	2,2	1,9	2,2		2,5		
Taxas de câmbio									
EUR/MZM (mercado oficial)	t. média	38,95	45,44	40,28	36,49		39,71	41,62 jun.	
USD/MZM (mercado oficial)	t. média	26,71	32,99	29,06	28,23		29,91	30,63 jun.	
USD/MZM (mercado paralelo)	t. média	29,24	35,65	31,04	29,45		31,50	32,48 jun.	
ITCE nominal (base 100: 2000) ^(a)	t. variação ^(d)	-30,5	-7,1	35,4	-9,2		6,2	-0,8 jun.	
ITCE real (base 100: 2000) ^(a)	t. variação ^(d)	-30,9	5,2	36,9	-10,9		5,7	-0,5 jun.	

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2005-2009 (apreciação: +; depreciação: -); (b) De bens e serviços do ano seguinte; (c) De bens e serviços, excluindo megaprojetos; (d) Variação face a dezembro do ano anterior.

Quadro 47 • Produto interno bruto

Preços correntes, em milhões de MZM

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
					Est.	Est.	Prog.
Setor primário	74 712	84 521	96 920	109 056	115 337	127 720	
Agricultura e pecuária	71 483	80 538	90 650	102 533	108 476	120 241	
Pesca	3229	3983	6270	6523	6861	7479	
Setor secundário	52 203	56 560	67 070	73 587	82 995	91 564	
Indústria extrativa	4111	4489	5744	8663	13 333	15 405	
Indústria transformadora	35 390	35 860	40 797	42 909	44 818	47 843	
Eletricidade e água	7847	10 197	12 369	12 402	13 571	15 100	
Construção	4856	6014	8160	9613	11 273	13 215	
Setor terciário	120 776	132 443	156 381	173 583	192 689	210 001	
Comércio e Reparações	28 125	29 567	36 435	39 229	43 605	49 888	
Restaurantes e Hotéis	6872	7639	9833	10 661	11 202	12 438	
Transportes e Comunicações	24 422	27 002	32 703	35 818	40 398	43 612	
Serviços Financeiros	7477	9374	11 485	14 392	17 212	22 415	
Atividades imobiliárias, alugueres	21 278	22 715	25 070	27 128	29 591	32 654	
Administração pública	11 078	13 540	16 705	18 860	20 108	21 494	
Educação	18 424	20 041	22 202	25 345	28 717	28 210	
Saúde e ação social	4191	4790	5248	5997	6937	7019	
Outros	-1090	-2225	-3300	-3847	-5081	-7730	
Produto Interno Bruto (custo de fatores)	247 690	273 524	320 371	356 226	391 021	429 285	
Impostos indiretos	20 255	21 654	24 846	28 773	33 239	41 187	
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	267 945	295 178	345 217	384 999	424 260	470 472	527 552
Consumo	249 949	277 811	319 534	351 207	387 708	424 335	459 533
Público	47 102	54 191	65 270	71 574	85 924	96 027	
Privado	202 847	223 619	254 264	279 634	301 784	328 309	
Investimento	41 858	45 608	60 853	86 693	75 131	94 000	114 037
Formação Bruta de Capital Fixo	34 579	42 340	55 325	67 081	64 722	81 974	
Variação de Existências	7279	3268	5528	19 612	10 409	12 026	
Procura interna	291 807	323 419	380 387	437 900	462 839	518 335	573 569
Exportações de bens e serviços	77 627	84 564	101 559	111 655	126 764	141 971	165 297
Procura global	369 434	407 983	481 946	549 555	589 603	660 306	738 867
Importações de bens e serviços	101 489	112 805	136 729	164 556	165 343	189 834	211 315
Para memória:							
Poupança interna bruta	17 996	17 367	25 683	33 792	36 552	46 137	68 019
PIBpm nominal (milhões de USD)	11 084	11 052	10 466	13 249	15 030	15 730	17 104
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	22,0	3,5	9,2	3,8	2,9	3,2	3,5
PIBpm nominal (variação anual em %)	29,0	10,2	17,0	11,5	10,2	10,9	12,1
PIBpm real (variação anual em %)	5,8	6,5	7,1	7,4	7,1	7,4	8,3

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro 48 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2002	Dezembro	2,5	9,1	17,3
2003	Dezembro	2,8	11,4	11,5
2004	Dezembro	1,9	9,3	11,4
2005	Dezembro	3,9	13,1	7,0
2006	Dezembro	2,2	8,1	13,6
2007	Dezembro	3,2	12,1	9,2
2008	Dezembro	0,9	11,8	14,5
2009	Dezembro	2,1	3,0	4,2
2010	Dezembro	3,5	16,6	12,7
2011	Dezembro	1,3	5,5	10,4
2012	Dezembro	1,0	2,2	2,1
2013	Dezembro	0,6	3,0	4,2
2012	Janeiro	0,9	4,3	9,3
	Fevereiro	-0,5	2,5	8,2
	Março	0,3	2,7	7,2
	Abril	-0,1	2,5	6,4
	Maio	-0,4	1,6	5,6
	Junho	-0,5	1,6	4,9
	Julho	-0,1	1,5	4,4
	Agosto	-0,1	1,1	3,8
	Setembro	0,1	1,2	3,3
	Outubro	0,3	1,5	2,8
	Novembro	1,4	2,5	2,4
	Dezembro	1,0	2,2	2,1
2013	Janeiro	1,1	2,3	1,9
	Fevereiro	1,4	4,3	2,1
	Março	0,3	4,3	2,2
	Abril	0,6	5,1	2,4
	Maio	-0,4	5,1	2,7
	Junho	-0,5	5,2	3,0
	Julho	-0,3	4,9	3,3
	Agosto	-0,5	4,5	3,6
	Setembro	-0,1	4,3	3,9
	Outubro	0,2	4,2	4,1
	Novembro	0,6	3,3	4,1
	Dezembro	0,6	3,0	4,2
2014	Janeiro	1,1	3,0	4,3
	Fevereiro	0,7	2,3	4,1
	Março	1,5	3,5	4,0
	Abril	0,1	3,1	3,9
	Maio	-0,4	3,1	3,7
	Junho	-0,5	3,0	3,5

Fontes: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e cálculos do BP.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 49 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013			2014		
					Prog.	Trim. I	Est.	Prog.	Trim. I	Est.
Balança Corrente	-1220	-1113	-3056	-6371	-5854	-1278	-5 892	-8007	-1079	-904
Excluindo transferências oficiais	-1901	-1718	-3848	-7084	-	-1629	-6 980	-	-1686	-1 509
Balança comercial	-1275	-1179	-2250	-4048	-3163	-859	-4357	-4990	-909	-997
Exportações (f.o.b.)	2147	2333	3118	3856	3950	861	4123	4920	763	2243
dq: Megaprojetos	1311	1668	2015	2219	2623	-	2430	3071	-	1648
Importações (c.i.f)	-3422	-3512	-5368	-7903	-7112	-1720	-8480	-9910	-1672	-3240
dq: Megaprojetos	-791	-900	-1547	-2143	-2494	-	-2319	-3111	-	-883
Balança de serviços	-457	-506	-1482	-3136	-3225	-776	-2717	-3950	-731	-493
Balança de rendimentos	-251	-85	-190	-16	-23	-19	-52	-176	-60	-85
dq: Dividendos dos Megaprojetos	-224	0	-157	0	-17	-	-6	-166	-	-222
Juros programados	-20	-30	-35	-40	-	-4	-49	-	-21	-30
Transferências correntes	763	657	866	829	557	377	1234	1109	621	671
Transferências oficiais	682	605	792	713	-	351	1087	-	608	605
dq: Donativos externos	687	605	785	538	520	88	475	585	88	605
Transferências privadas	82	52	74	116	-	26	147	-	14	66
Balança de Capitais e Financeira	1288	1116	3364	6725	5954	958	6240	8407	1276	1059
Balança de Capitais	422	348	432	456	384	82	486	583	75	351
Balança Financeira	866	768	2932	6269	5571	876	5754	7825	1200	708
Investimento direto estrangeiro (líq.)	890	790	2599	5626	4719	1744	5935	4883	2510	790
Endividamento do SPA (líq.)	434	468	531	546	961	77	1055	1776	66	381
Endividamento do setor privado (líq.)	-487	-348	-39	515	-43	-744	-132	902	-1525	-146
Outras operações (líq.) ^(a)	28	-142	-159	-419	-66	-201	-1105	264	149	-316
Erros e Omissões	126	56	17	23	0	-9	49	0	0	-69
Balança Global	194	58	322	377	100	-329	396	400	197	87
Financiamento	-194	-58	-322	-377	-100	329	-396	-400	-197	-87
Variação das reservas oficiais ^(a)	-352	-87	-321	-375	-97	335	-393	-397	-197	-84
Utilização de fundos do FMI (líq.) ^(b)	156	18	-2	-2	-3	-6	-3	-3	-1	-3
Financiamento excepcional	2	10	0	0	0	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (redução: -)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferencial de Financiamento ^(c)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Em 2009 inclui a mobilização da alocação de DSE de 108.8 milhões, registada como passivos no investimento das autoridades monetárias, com contrapartida no aumento das reservas oficiais; (b) Desembolsos em 2009 e 2010 relativos ao acordo ao abrigo da *Exogenous Shocks Facility*; (c) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 50 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2005 a 2013
África do Sul	16,2	15,2	17,2	9,2	21,4	21,6	18,7	19,8	19,7	17,9
Bélgica	0,1	0,1	0,3	0,5	0,7	0,4	0,6	1,1	1,2	0,6
China	1,9	1,4	1,7	1,6	3,5	3,9	5,4	18,2	2,5	5,2
Espanha	1,9	1,8	1,5	1,3	1,5	1,7	2,7	1,5	1,8	1,7
E.U.A.	2,2	0,3	0,2	0,5	1,9	0,9	0,8	2,5	3,6	1,6
Países Baixos	59,7	59,7	61,8	55,5	41,6	51,0	43,5	24,1	27,3	44,1
Índia	1,5	1,3	0,7	0,8	2,6	1,5	1,8	4,5	16,5	4,4
Malawi	2,8	1,0	0,7	1,4	2,2	1,2	1,5	0,8	1,0	1,3
Portugal	1,2	1,2	1,3	0,8	1,5	4,7	1,4	0,5	2,5	1,7
Zimbábwe	2,9	3,2	2,9	2,1	3,4	3,2	2,5	2,4	2,0	2,7
Outros	9,6	14,7	11,7	26,2	19,6	10,0	21,1	24,5	22,1	18,8

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro 51 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012	2005 a 2013
África do Sul	42,9	36,3	32,4	29,1	35,5	51,2	34,0	27,2	25,7	32,6
Austrália	0,7	0,1	0,3	0,1	0,6	0,1	1,0	0,5	1,1	0,6
China	2,5	2,6	3,5	3,9	4,6	5,7	7,0	5,3	7,5	5,4
E.U.A.	2,6	2,2	2,7	4,0	3,6	0,5	2,8	11,9	2,2	4,4
França	0,9	0,8	0,8	0,6	0,8	0,3	1,2	1,4	0,8	0,9
Países Baixos	11,5	15,6	14,5	17,4	13,0	16,5	12,6	6,6	4,9	10,9
Índia	3,6	3,2	4,4	3,6	6,5	1,1	5,6	2,9	3,7	3,8
Japão	0,8	0,6	3,1	3,2	3,8	5,5	3,5	2,2	2,6	2,9
Portugal	3,6	3,3	3,5	2,9	3,8	8,0	4,2	4,0	5,7	4,5
Outros	30,9	35,3	34,9	35,2	28,0	11,0	28,2	38,0	45,9	34,1

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro 52 • Dívida pública externa

Em milhões de USD

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.
Dívida de médio ou longo prazo	3424,0	3581,3	3947,7	3743,6	4214,4	4829,2	5798,3
Credores multilaterais	1543,4	1672,9	2229,0	2436,6	2505,4	2926,9	3383,1
Credores bilaterais	1880,6	1908,4	1718,8	1307,0	1709,0	1902,4	2415,2
Países da OCDE	639,6	560,1	216,9	326,7	515,1	520,2	581,5
Países da OPEP	159,9	159,9	159,7	158,1	491,8	498,8	500,8
Países da Europa de Leste	107,1	107,2	227,5	148,5	112,3	136,6	190,2
Outros países	974,0	1081,2	1114,8	673,7	589,8	746,8	1142,7
Dívida pública externa total	3424,0	3581,3	3947,7	3743,6	4214,4	4829,2	5798,3
Serviço da dívida de m/l prazo programado	47,6	69,1	49,2	66,7	72,7	97,0	120,5
Capital	31,9	41,5	28,7	36,6	37,7	57,0	71,8
Juros	15,7	27,6	20,4	30,1	35,0	40,0	48,7
	(em % das exportações de bens e serviços)						
Dívida externa total	136,4	111,5	124,7	121,6	109,7	107,5	122,2
Serviço de dívida	1,9	2,2	1,6	2,2	1,9	2,2	2,5
	(em % do PIB)						
Dívida externa total	42,2	32,3	35,7	35,8	31,8	32,1	36,9

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro 53 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de MZM

	2009	2010	2010	2013				2014		
				Orç.R.	Trim. I	Est.	g.e. ^(a)	Orç.R.	Trim. I	g.e. ^(a)
1. Receitas Totais ^(b)	90,33	108,44	125,81	143,72	27,43	148,08	103,0	185,98	36,02	19,4
1.1. Receitas correntes	61,63	81,06	98,48	120,49	24,80	126,91	105,3	153,08	31,90	20,8
Receitas não-tributárias	7,94	12,80	14,02	19,66	3,86	18,76	95,4	20,81	4,93	23,7
Receitas tributárias	53,69	68,26	84,46	100,83	20,94	108,15	107,3	132,26	26,97	20,4
Impostos sobre o rendimento	18,48	24,90	36,80	39,12	7,52	49,39	126,3	59,24	11,94	20,1
Impostos sobre o consumo	28,84	33,76	36,91	47,12	10,22	45,20	95,9	56,50	11,68	20,7
Imp. s/ comércio internacional	5,26	6,73	7,54	9,58	2,40	10,02	104,6	10,84	2,44	22,5
Outros impostos	1,10	2,88	3,21	5,02	0,80	3,55	70,6	5,68	0,91	16,1
1.2. Donativos	28,34	27,38	27,33	23,23	2,62	21,17	91,1	30,40	4,12	13,5
2. Despesas Totais ^(c)	103,52	125,93	145,25	188,72	28,44	172,86	91,6	249,09	36,91	14,8
2.1. Despesas correntes ^(d)	57,89	70,99	83,80	100,47	21,25	95,47	95,0	121,21	26,79	22,1
Despesas com o pessoal	29,11	35,81	41,59	50,55	12,42	49,51	98,0	58,44	14,37	24,6
Bens e serviços	10,69	10,99	14,32	19,48	3,63	18,72	96,1	26,46	5,66	21,4
Transferências e subsídios	15,42	16,52	18,77	19,42	4,05	18,77	96,7	20,83	4,90	23,5
Juros da dívida programados	2,67	3,50	4,13	5,62	0,98	3,98	70,7	6,07	1,20	19,8
2.2. Despesas de capital	43,70	51,01	53,46	79,98	6,92	63,05	78,8	104,54	8,71	8,3
Financiamento Interno	20,03	20,41	24,93	34,61	4,63	33,60	97,1	46,26	5,85	12,6
Financiamento Externo	23,67	30,60	28,53	45,37	2,29	29,45	64,9	58,28	2,86	4,9
2.3. Empréstimos Líquidos	1,93	5,93	7,98	8,27	0,18	14,33	173,3	23,35	1,41	6,0
3. Saldo Corrente: (1.1-2.1)	3,74	10,07	14,67	20,02	3,55	31,43	-	31,87	5,11	-
4. Saldo Global s/ Donativos: (1-2-1.2)	-41,53	-44,87	-46,77	-68,23	-3,64	-45,95	-	-93,52	-5,00	-
5. Saldo Global: (1-2)	-13,19	-17,49	-19,44	-45,00	-1,02	-24,77	-	-63,12	-0,89	-
6. Financiamento	13,19	17,49	19,44	45,00	-6,10	24,77	-	63,12	0,89	-
6.1. Interno (líq.) ^{(e), (f)}	-0,05	2,62	3,81	3,57	-6,98	-4,98	-139,2	5,72	-1,73	-30,3
dq; Sistema bancário	-0,74	6,55	5,61	-	-6,36	-13,97	-	-	-21,02	-
6.2. Externo (líq.)	13,25	14,88	15,63	41,42	0,87	29,75	71,8	57,40	2,62	4,6
Desembolsos ^(e)	14,28	15,92	17,24	-	1,51	32,30	-	-	3,28	-
Amortizações	-1,03	-1,05	-1,61	-	-0,64	-2,55	-	-	-0,66	-
7. Diferencial de Financiamento ^(g)	0,00	0,00	0,00	0,00	-7,12	0,00	-	0,00	0,00	-

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em %; (b) Inclui receitas não discriminadas; (c) Inclui despesas não discriminadas; (d) Inclui outras despesas correntes; (e) Inclui movimentos contabilísticos relacionados com o estabelecimento de uma conta do Tesouro no exterior com os rendimentos da concessão da exploração das minas de carvão Moatize; (f) Inclui receitas de privatizações em 2009, 2010 e 2011; (g) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 54 • Síntese monetária

Em mil milhões de MZM

	2009	2010	2011	2012		2013		2013 / 2012		2014		2014p / 2013		2014		
				Est.	Prog.	Est.	[1]	[2]	Prog.	[1]	[2]	Mar.	Abr.	Mai.		
Ativos Líq. s/ Exterior	63,8	79,9	73,0	95,7	112,3	100,0	4,4	2,3	124,3	24,4	11,3	107,0	108,5	108,7		
Banco Central	49,7	57,1	56,9	73,1	81,9	85,7	17,2	6,8	103,1	20,3	8,0	95,6	95,8	95,1		
Disponib. s/ Exterior	59,6	68,9	66,9	84,2	-	97,0	15,3	6,9	-	-	-	108,0	108,0	107,6		
Responsab. s/ Exterior	-10,0	-11,8	-10,0	-11,1	-	-11,3	2,4	-0,1	-	-	-	-12,3	-12,2	-12,5		
Bancos Comerciais	14,1	22,8	16,1	22,6	30,5	14,3	-36,9	-4,5	21,2	48,8	3,2	11,4	12,7	13,5		
Crédito Interno Total	60,0	80,2	92,6	116,2	136,8	137,6	18,4	11,5	157,3	14,3	9,1	132,5	138,6	138,0		
Crédito líquido ao S.P.A.	-11,5	-12,2	-5,7	-0,1	-4,5	-14,0	-	-7,5	-25,8	83,9	-5,4	-25,5	-21,1	-25,4		
Crédito concedido	28,7	22,9	37,7	45,5	-	67,8	49,2	12,0	-	-	-	67,4	69,6	67,1		
Depósitos	-38,7	-34,3	-43,0	-45,4	-	-81,8	80,0	-19,5	-	-	-	-92,8	-90,6	-92,4		
Moeda nacional	-38,0	-34,0	-42,9	-45,4	-	-81,7	80,1	-19,5	-	-	-	-92,8	-90,6	-92,4		
Moeda estrangeira	-0,7	-0,3	-0,1	0,0	-	0,0	13,0	0,0	-	-	-	0,0	0,0	0,0		
Fundos consignados	-1,5	-0,9	-0,3	-0,1	-	-0,1	0,2	0,0	-	-	-	-0,1	-0,1	-0,1		
Crédito à economia	71,4	92,4	98,3	116,3	141,3	151,7	30,5	19,0	183,1	20,7	14,5	158,0	159,7	163,4		
Moeda nacional	48,7	65,2	76,5	87,5	111,6	117,3	34,1	16,0	145,2	23,8	12,9	123,9	125,7	128,8		
Moeda estrangeira	22,8	27,2	21,8	28,8	29,7	34,4	19,3	3,0	37,9	10,3	1,6	34,2	33,9	34,6		
Outras Rubricas (líq.)	-16,6	-26,6	-21,8	-25,9	-33,0	-21,2	-18,3	2,5	-25,2	18,8	-1,8	-23,2	-27,0	-24,5		
Total do Ativo	107,1	133,4	143,8	186,0	216,2	216,4	16,3	-	256,5	18,5	-	216,3	220,1	222,2		
Massa Monetária (M3)	107,1	133,4	143,8	186,0	216,2	216,4	16,3	16,3	256,5	18,5	18,5	216,3	220,1	222,2		
Base monetária	24,5	31,6	34,3	41,1	48,4	47,5	15,7	3,5	55,6	17,0	3,7	45,3	46,8	48,1		
Circulação monetária	13,1	17,4	17,5	19,7	20,2	22,7	15,5	-	27,4	20,5	-	21,4	21,7	23,2		
Depósitos à ordem	60,8	73,7	80,1	109,5	123,8	123,3	12,6	-	145,0	17,6	-	122,1	125,7	129,0		
Quase-moeda	33,2	42,3	46,2	56,8	72,2	70,4	23,9	-	84,2	19,6	-	72,9	72,6	70,0		
Total do Passivo	107,1	133,4	143,8	186,0	216,2	216,4	16,3	-	256,5	18,5	-	216,3	220,1	222,2		

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, BCEAO, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação face ao final do ano anterior; [2] Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (fatores de expansão/contração da liquidez).

Quadro 55 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014		
		Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Abr.	Mai.
Depósitos	91-180 dias	11,2	8,8	11,5	12,7	10,2	8,5	8,5	8,6	9,3
	181-365 dias	11,6	10,2	12,2	13,4	11,5	9,1	9,3	9,4	10,0
	1-2 anos	11,1	9,4	14,3	13,2	9,6	6,1	6,8	6,8	7,8
Crédito	Até 180 dias	22,0	18,6	22,0	24,4	20,6	19,8	19,6	19,6	19,8
	181-365 dias	21,8	19,2	21,7	23,7	21,4	19,8	21,0	21,1	21,2
	1-2 anos	20,7	18,8	22,6	24,9	21,0	21,1	22,2	22,1	22,2
Taxas de Referência										
	Facilidade Perm. de Cedência		14,5	11,5	15,5	15,0	9,5	8,3	8,3	8,3
	Bilhetes do Tesouro (91 dias)		14,0	9,5	14,7	11,8	2,6	6,6	5,6	6,4
	MMI sem garantia (Até 7 dias)		12,4	8,0	13,1	11,7	2,9	3,4	3,2	3,1

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro 56 • Taxas de câmbio

Taxas médias

	EUR/MZM			USD/MZM					ZAR/MZM	ITCE ^(a) base 100:2000		
	Oficial	Livre	Li/Of	Oficial	Paralelo	Livre	Pa/Of	Li/Of	Livre	Nom.	Real	
	(Of)	(Li)	(%)	(Of)	(Pa)	(Li)	(%)	(%)				
2000	13 979,9	14 044,8	0,46	15 140,9	15 995,9	15 254,1	5,65	0,75	2187,1	100,00	100,00	
2001	18 293,7	18 515,4	1,21	20 455,5	21 145,4	20 706,5	3,37	1,23	2537,1	82,03	87,03	
2002	21 896,4	22 370,7	2,17	23 180,4	24 281,3	23 665,4	4,75	2,09	2373,7	76,88	90,51	
2003	26 360,4	26 874,1	1,95	23 340,9	24 248,7	23 782,3	3,89	1,89	3187,7	60,26	76,18	
2004	27 457,0	27 782,7	1,19	22 130,9	23 165,5	22 581,3	4,67	2,04	3523,4	56,51	78,36	
2005	28 337,5	28 576,1	0,84	22 936,3	23 614,4	23 068,4	2,96	0,58	3617,1	54,19	78,38	
2006 ^(b)	32,18	31,38	-2,47	24,98	26,93	26,03	7,82	4,18	3,77	50,60	80,72	
2007	35,57	35,02	-1,55	25,56	26,64	25,84	4,24	1,09	3,67	47,95	80,30	
2008	35,72	35,49	-0,65	24,17	25,15	24,30	4,05	0,52	2,98	52,18	94,03	
2009	38,95	37,25	-4,37	26,71	29,24	27,52	9,47	3,03	3,33	47,33	85,83	
2010	45,44	43,63	-3,99	32,99	35,65	33,96	8,09	2,95	4,65	37,13	73,77	
2011	40,28	40,46	0,45	29,06	31,04	29,07	6,81	0,03	4,04	42,58	89,93	
2012	36,49	36,29	-0,56	28,23	29,45	28,40	4,34	0,61	3,47	48,00	99,52	
2013	39,71	39,97	0,65	29,91	31,50	30,10	5,31	0,65	3,13	48,13	100,06	
2012	Janeiro	35,74	35,08	-1,85	27,18	29,50	27,26	8,54	0,29	3,41	48,57	103,76
	Fevereiro	35,99	35,94	-0,14	27,17	29,05	27,27	6,90	0,38	3,57	47,78	100,96
	Março	36,85	36,25	-1,63	27,46	28,73	27,64	4,62	0,64	3,64	46,50	97,42
	Abril	36,53	36,51	-0,05	27,76	29,05	27,98	4,65	0,80	3,58	47,43	98,79
	Mai	34,98	35,33	1,00	27,63	28,63	27,88	3,63	0,92	3,42	49,82	103,37
	Junho	34,82	34,95	0,37	27,89	28,60	28,09	2,56	0,70	3,36	50,25	103,80
	Julho	34,68	34,44	-0,69	28,03	28,97	28,21	3,35	0,66	3,42	49,66	101,98
	Agosto	35,91	35,37	-1,50	28,53	29,47	28,80	3,29	0,96	3,49	48,15	98,61
	Setembro	36,92	36,94	0,05	28,72	29,79	28,79	3,73	0,24	3,49	47,69	97,14
	Outubro	37,68	37,51	-0,45	28,91	29,86	29,09	3,29	0,61	3,37	47,75	96,99
	Novembro	38,53	38,23	-0,78	29,80	30,45	29,97	2,19	0,56	3,41	46,85	96,60
	Dezembro	39,24	38,88	-0,92	29,66	31,32	29,81	5,60	0,51	3,46	46,08	95,97
2013	Janeiro	39,54	39,88	0,85	29,76	30,98	30,01	4,10	0,84	3,42	46,41	97,55
	Fevereiro	40,06	40,73	1,67	30,00	31,48	30,50	4,93	1,67	3,43	46,15	97,59
	Março	38,95	39,62	1,71	30,06	31,90	30,57	6,12	1,70	3,33	47,47	99,58
	Abril	39,11	39,70	1,50	30,05	31,78	30,55	5,76	1,66	3,35	47,20	99,36
	Mai	38,91	39,03	0,31	29,98	31,74	30,07	5,87	0,30	3,21	47,94	100,61
	Junho	39,38	39,29	-0,23	29,87	30,84	29,75	3,25	-0,40	2,98	49,18	102,76
	Julho	39,00	39,15	0,37	29,84	31,35	29,95	5,06	0,37	3,02	49,33	101,77
	Agosto	39,72	39,85	0,34	29,84	31,51	29,94	5,60	0,34	2,98	49,24	100,97
	Setembro	39,84	40,00	0,40	29,86	31,66	29,98	6,03	0,40	3,01	49,00	100,03
	Outubro	40,70	40,74	0,09	29,84	31,68	29,87	6,17	0,09	3,02	48,22	98,74
	Novembro	40,33	40,50	0,41	29,89	31,49	30,00	5,35	0,38	2,95	49,02	101,15
	Dezembro	40,99	41,18	0,46	29,92	31,56	30,06	5,48	0,46	2,90	48,93	101,50
2014	Janeiro	41,06	41,42	0,88	30,17	32,17	30,44	6,63	0,89	2,79	49,75	104,29
	Fevereiro	41,86	43,21	3,23	30,62	33,14	31,60	8,23	3,21	2,89	48,92	102,54
	Março	42,15	43,43	3,03	30,50	32,68	31,45	7,15	3,12	2,93	48,44	102,01
	Abril	42,25	43,30	2,48	30,58	32,50	31,34	6,27	2,47	2,97	47,94	100,64
	Mai	42,06	43,05	2,35	30,64	32,55	31,35	6,23	2,33	3,01	47,71	99,85
	Junho	41,62	42,61	2,39	30,63	32,48	31,36	6,04	2,37	2,94	48,54	101,04

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2005-2009 (apreciação: +; depreciação: -); (b) Em julho de 2006 foi efetuada uma reforma monetária com uma taxa de conversão de 1 para 1000.

5. SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Área: 997 Km²

Capital: Cidade de São Tomé

População: 195 milhares
(2013; fonte: ONU)

Moeda: Dobra

A economia santomense terá continuado a crescer abaixo do programado em 2013 (embora a um ritmo ainda robusto), refletindo largamente a persistência de dificuldades com a captação de financiamento externo. Em contrapartida, acentuou-se a correção dos desequilíbrios macroeconómicos, com a inflação em novos mínimos históricos (beneficiando, em especial, do regime cambial de ancoragem ao euro), a consolidação orçamental intensificada e a posição externa novamente fortalecida – culminando na redução do peso relativo da dívida externa e no reforço das reservas cambiais.

5.1. Síntese

O prolongamento da tendência para a redução dos desequilíbrios macroeconómicos – globalmente prevalente nos últimos anos e especialmente patente ao nível da inflação, das finanças públicas e das contas externas – é um dos principais elementos a realçar no desempenho da economia santomense em 2013 e princípios de 2014. Essa evolução virtuosa continuou, todavia, a desenrolar-se num enquadramento marcado pela persistência de pressões e riscos significativos, com destaque para a dificuldade em assegurar a captação de financiamento externo (sobretudo público mas também privado), que terá sido determinante para a manutenção de um ritmo de crescimento económico inferior ao esperado.

A escassez de financiamento externo refletiu-se de forma particularmente notória na esfera das contas públicas, com os donativos e os empréstimos a não irem além de 59,1 e 18,5 por cento do orçamentado para 2013, respetivamente. As despesas de investimento seriam, em consequência, muito afetadas (apenas 41,2 por cento do orçamentado) – embora daí também resultasse um efeito decisivo para a redução substancial do défice global. Esta só foi, porém, possível graças à contenção no perímetro orçamental mais diretamente controlado pelas autoridades santomenses – apesar de um aumento acentuado das despesas com o pessoal, que exigiu um esforço acrescido nas outras despesas correntes (complementado pela boa arrecadação de impostos diretos).

O avanço da consolidação orçamental teve um impacto positivo ao nível das contas monetárias, contribuindo para a expansão mais moderada da liquidez – que refletiu também uma ligeira contração do crédito à economia (afetado pelos processos de desalavancagem e reestruturação em curso no sistema bancário). Por seu turno, a contenção orçamental e monetária, a ausência de choques significativos do lado da oferta, a descida da inflação nos principais parceiros e o efeito de âncora cambial proporcionado pelo regime de taxa fixa entre a dobra e o euro (assente, por parte das autoridades santomenses, no Acordo de Cooperação Económica com Portugal – ACE) terão sido os principais fatores que determinaram o prolongamento da tendência descendente evidenciada pela inflação nos últimos anos – com um novo mínimo histórico em abril de 2014.

A sustentabilidade do regime cambial vigente depende, essencialmente, de uma condução rigorosa da política económica por parte das autoridades santomenses, mas pode ser aferida através de indicadores como a preservação das reservas cambiais em patamares adequados. É, assim, especialmente relevante o reforço tendencial que estas últimas registam desde meados de 2012 – ficando em abril de 2014 perto dos máximos constituídos (por precaução) quando arrancou o regime cambial, em 2010. Esse reforço e a redução do fardo da dívida externa são, aliás, corolários da melhoria que a posição externa santomense evidenciou em 2013 – bem refletida em mais uma redução (consecutiva) dos principais défices.

Quadro 57 • Principais indicadores económicos

	2010	2011	2012	2013		2014
	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
PIB real (t.v. anual)	4,5	4,9	4,0	4,5	4,0	5,0
Inflação (t.v.a. homóloga)	12,9	11,9	10,4	8,0	7,1	6,0
Massa monetária (t.v.anual)	25,1	10,5	20,3	12,6	14,0	10,3
Balança corrente e de capital (% do PIB)	-23,1	-25,4	-23,0	-20,4	-19,0	-18,9
Saldo orçamental global (% do PIB)	-10,5	-12,6	-10,8	-13,1	-2,0	-14,6
Saldo primário interno (% do PIB)	-4,1	-3,0	-3,3	-3,1	-2,7	-3,0
Dívida pública externa (% do PIB)	78,6	74,2	66,1		70,2	

Fontes: BCSTP, Ministério do Plano e Finanças (STP) e FMI.

5.2. Procura, produção e preços

O ritmo de crescimento da economia santomense permaneceu relativamente robusto em 2013, mas não se terão concretizado as expectativas iniciais, que apontavam para uma aceleração. De acordo com as melhores estimativas disponíveis (preparadas pelas autoridades santomenses e pelo FMI), a economia terá crescido a uma taxa real de 4,0 por cento no ano em causa, repetindo assim o resultado observado em 2012. Tal como neste último ano, verificou-se novamente que o desempenho estimado ficou aquém do objetivo programado à partida, confirmando-se também que não teve continuidade a intensificação do ritmo de crescimento registada entre 2009 e 2011 (na sequência da queda induzida pelo impacto da crise internacional) – cf. Gráfico 46.

A expansão da atividade económica em 2013 continuou particularmente condicionada pelas dificuldades com a captação de financiamento externo – sobretudo na esfera pública (afetando a capacidade de execução dos projetos de investimento), mas também na privada (embora a este nível se constate já uma recuperação parcial do investimento direto, depois da retração ocorrida em 2011-2012). As condições de financiamento no plano interno mantiveram-se igualmente pouco propícias, com os processos de desalavancagem e reestruturação em curso no sistema bancário a penalizarem a concessão de crédito à economia.

Confirmou-se ainda, por outro lado, um novo adiamento das perspetivas de início da produção petrolífera, após a desistência de uma das principais empresas internacionais com direitos de prospeção na Zona Conjunta entre São Tomé e Príncipe e a Nigéria. Embora tenha já gerado receitas significativas para a economia santomense (sob a forma de “bónus de assinatura”, ou seja contrapartidas pelos direitos de prospeção), a atividade petrolífera tarda em passar à fase de extração efetiva – perspetivada e recorrentemente adiada desde há mais de uma década.

Em contrapartida, continuaram a registar-se outras indicações positivas a nível setorial, refletindo estimativas de expansão da atividade em domínios como a agricultura (tanto nas culturas tradicionais como em algumas outras, inovadoras), as telecomunicações (beneficiando do salto tecnológico permitido pelo novo cabo submarino) ou o turismo (com o lançamento de novos empreendimentos e a expansão de alguns já existentes).

Relativamente à evolução geral dos preços até maio de 2014, continuou patente a tendência para o abrandamento da inflação que tem predominado, com oscilações ocasionais, nos últimos cinco anos. Esse fenómeno consolidou-se ao longo de 2013 e traduziu-se na ultrapassagem repetida dos mínimos históricos antes registados (com base na atual série do índice de preços no consumidor, lançada em 1993).

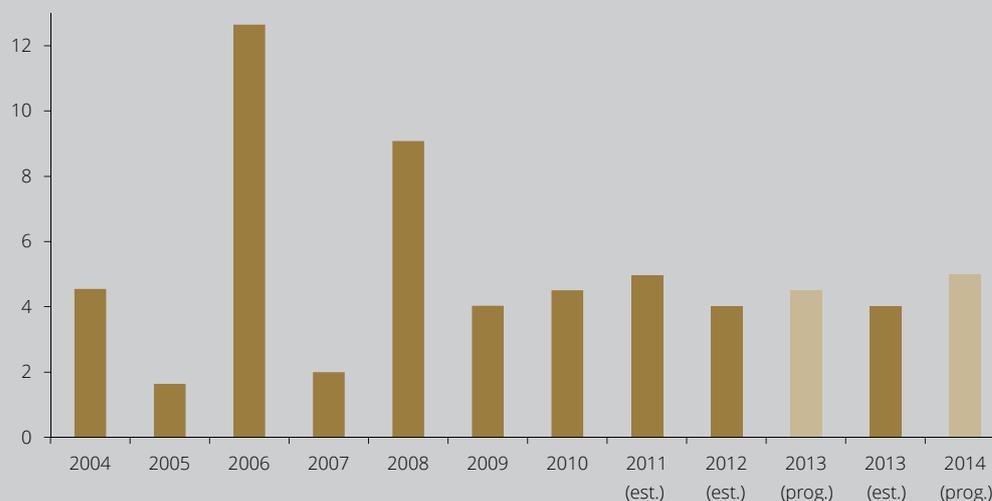


Gráfico 46 •
PIB real

Taxas de variação
anual, em
percentagem

Fontes: BCSTP,
Ministério do Plano
e Finanças (STP)
e FMI.

De facto, em termos de variações mensais acumuladas, o perfil de evolução do IPC foi o mais moderado de sempre quer em 2013 quer nos primeiros cinco meses de 2014 (em comparação com períodos homólogos) – cf. Gráfico 47. Considerando a taxa de variação média anual do IPC, constata-se também que o respetivo mínimo (6,8 por cento) foi atingido em maio de 2014, na sequência de doze quedas mensais consecutivas – cf. Gráfico 48. Por fim, a taxa de variação homóloga anual do IPC (indicador-padrão para aferir a inflação) chegou ao final de 2013 cifrada em 7,1 por cento – confortavelmente abaixo da meta. Vinha, aliás, de uma ligeira subida, induzida sobretudo pela quadra festiva, mas voltou depois a cair até ao mínimo histórico de 6,3 por cento apurado em abril de 2014 (após o que subiu de novo um pouco, refletindo alguma pressão nos bens alimentares de produção local).

Terá, assim, persistido a influência do conjunto de fatores que vem sustentando o processo de desinflação gradual em São Tomé e Príncipe – com substanciais efeitos positivos a nível económico e social. Entre tais fatores continuam a contar-se a manutenção genérica do rigor na condução das políticas orçamental e monetária (conforme está sinteticamente refletido na preservação do défice primário interno a níveis apropriados e na sustentação das reservas cambiais em patamares adequados), o abrandamento da cadência inflacionária nos principais parceiros comerciais (ou seja, uma menor

“inflação importada”), a ausência de choques significativos na esfera da produção e/ou distribuição locais (que têm, por vezes, assumido dimensão significativa no contexto santomense) e ainda o ritmo de expansão mais moderado que a economia vem evidenciando.

Por fim, merece destaque um último fator favorável, que tem sido determinante para a conjuntura macroeconómica desde o início de 2010 (e mesmo antes, na fase de preparação). Trata-se do efeito de âncora cambial associado à taxa fixa entre a dobra e o euro, adotada nessa altura – para cuja sustentação as autoridades contam com o ACE luso-santomense, que se orienta no sentido de favorecer a estabilidade macroeconómica em São Tomé e Príncipe e o reforço das suas relações económicas e financeiras com Portugal, a área do euro e o conjunto dos países cujas moedas estão ligadas ao euro.

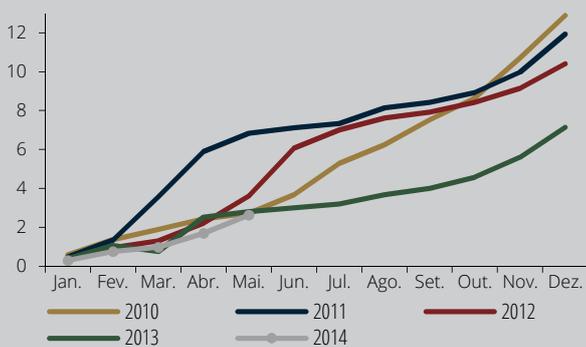
5.3. Contas externas

Os principais desequilíbrios externos da economia santomense voltaram a diminuir em 2013, persistindo porém as dificuldades para assegurar a captação de financiamento.

Este último fenómeno tem condicionado a expansão da atividade económica nos últimos anos e manifesta-se sobretudo ao nível das fontes tradicionais de financiamento externo, público e privado – refletindo, em alguma medida, as alterações globais na perceção do risco que têm caracterizado o período posterior à crise financeira internacional de 2008.

Gráfico 47 • Inflação

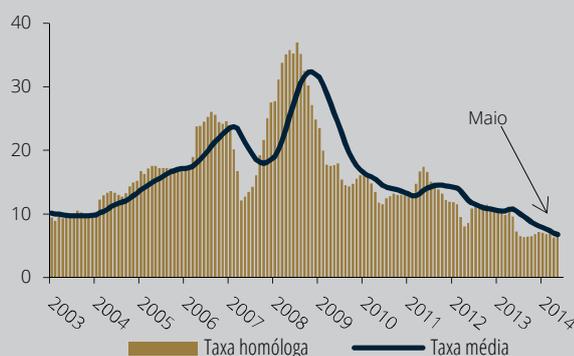
Variação acumulada do IPC (no respetivo ano), em percentagem



Fontes: BCSTP e Ministério do Plano e Finanças (STP).

Gráfico 48 • Inflação

Variação anual do IPC, em percentagem



Quadro 58 • Balança de pagamentos

Em percentagem do PIB

	2010	2011	2012	2013		2014
		Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Balança corrente	-43,7	-42,9	-37,8	-33,4	-28,3	-31,3
Balança comercial	-42,6	-42,5	-39,8	-33,6	-37,5	-31,4
Exportações	5,5	4,5	5,8	4,9	4,2	4,5
Importações	-48,0	-46,9	-45,6	-38,5	-41,7	-35,9
Serviços e rendimentos	-5,6	-5,4	-3,4	-3,6	-2,4	-3,7
dq: Receitas do turismo	5,5	6,3	4,8	4,7	4,3	4,0
Transferências correntes	4,5	5,0	5,4	3,8	11,6	3,8
Balança de capital e financeira	35,1	45,0	39,6	36,4	33,0	30,7
dq: Invest. direto estrangeiro	25,2	13,7	8,4	9,1	9,6	2,7
dq: Bónus petrolíferos	0,0	0,8	0,8	1,6	1,6	0,0
Transferências de capital	20,6	17,5	14,8	13,0	9,3	12,4

Fontes: BCSTP e FMI.

Em 2013 e nos primeiros meses de 2014, o impacto dessas dificuldades foi parcialmente mitigado pela emergência de outras fontes de financiamento oficial, não-tradicionais (em sentido lato, ou seja, quer sob a forma de donativos quer de empréstimos), bem como, na esfera privada, por uma recuperação do investimento direto. Este terá aumentado 34 por cento face a 2012 (com destaque para a entrada de mais um bónus petrolífero relativo à Zona Económica Exclusiva), embora continue distante dos valores atingidos em 2005-2008 e mesmo dos contabilizados em 2010-2011.

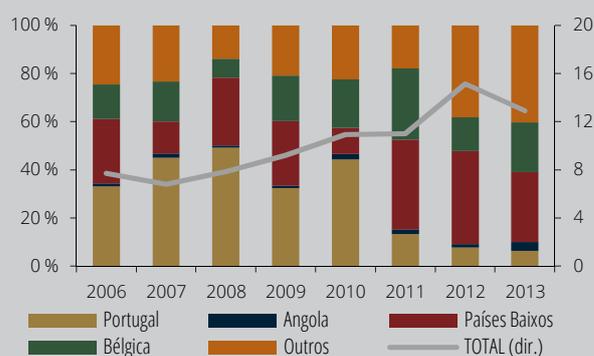
Ainda assim, predominou globalmente uma escassez relativa de financiamento que ficaria bem evidente na quebra dos desembolsos de

empréstimos oficiais (com uma redução de 63 por cento face a 2012) e das transferências de capital (onde se contabiliza a fatia principal dos donativos oficiais – cf. Quadro 58).

Em parte como consequência dessa restrição de financiamento mais aguda, mas refletindo também o dinamismo de diversas categorias de receitas correntes, observou-se no período em análise uma melhoria global da posição externa, patente a vários níveis. Este fenómeno terá sido mesmo o elemento mais marcante de 2013 na esfera da balança de pagamentos e ficou, desde logo, evidente na evolução favorável dos seus principais saldos – nomeadamente o comercial e o corrente, pelo terceiro ano consecutivo (cf. Quadro 58). A referida melhoria veio

Gráfico 49 • Exportações de mercadorias

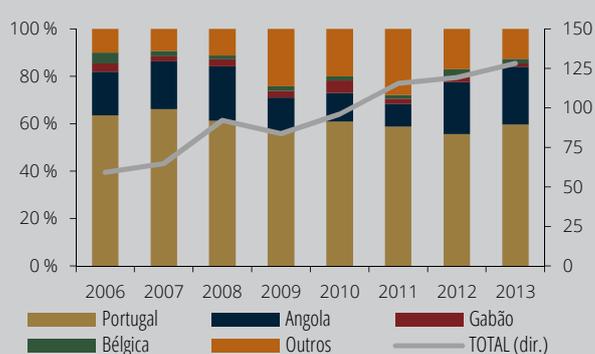
Destinos em percentagem; Total em milhões de USD



Fonte: BCSTP.

Gráfico 50 • Importações de mercadorias

Origens em percentagem; Total em milhões de USD



ainda claramente expressa em dois corolários: o reforço das reservas cambiais e a redução do peso relativo assumido pela dívida externa (em percentagem do PIB).

Esta última beneficiou de um substancial alívio em 2007-2008, mas tendia desde então a aumentar, em termos absolutos e relativos (cf. Gráfico 51) – devendo, porém, ressaltar-se que os novos créditos têm sido concessionais. Quanto às reservas cambiais, a sua preservação em níveis adequados é fundamental para a sustentabilidade do regime cambial, pelo que merece destaque a tendência de recuperação evidenciada entre meados de 2012 (quando caíram para um nível equivalente a três meses das importações programadas – o mínimo desde que arrancou o novo regime, em 2010) e abril de 2014 (quando atingiram um patamar correspondente a seis meses das importações programadas para o ano em curso).

A evolução favorável que a balança de pagamentos santomense evidenciou ao longo dos últimos anos assentou também no bom desempenho de diversas categorias de receitas ao nível das transações correntes. É o caso das exportações de bens, quer tradicionais quer inovadoras – impulsionando, aliás, uma alteração gradual no padrão geográfico (cf. Gráfico 49). Mas também das exportações de serviços, cujo valor nominal aumentou 171 por cento desde 2007, não obstante o impacto da crise europeia sobre o afluxo de turistas.

É igualmente o caso das transferências oficiais, compostas sobretudo por donativos como a ajuda alimentar. É, finalmente, o caso das remessas de emigrantes, mesmo com a ressalva de que o valor excecional contabilizado em 2013 corresponde a uma quebra de série, devido à alteração de procedimentos para a respetiva compilação. Em contrapartida, embora as importações de bens e serviços continuem largamente dominantes, têm todavia crescido mais devagar desde 2008, perdendo peso face ao PIB – mas mantendo o respetivo perfil de fornecedores (cf. Gráfico 50).

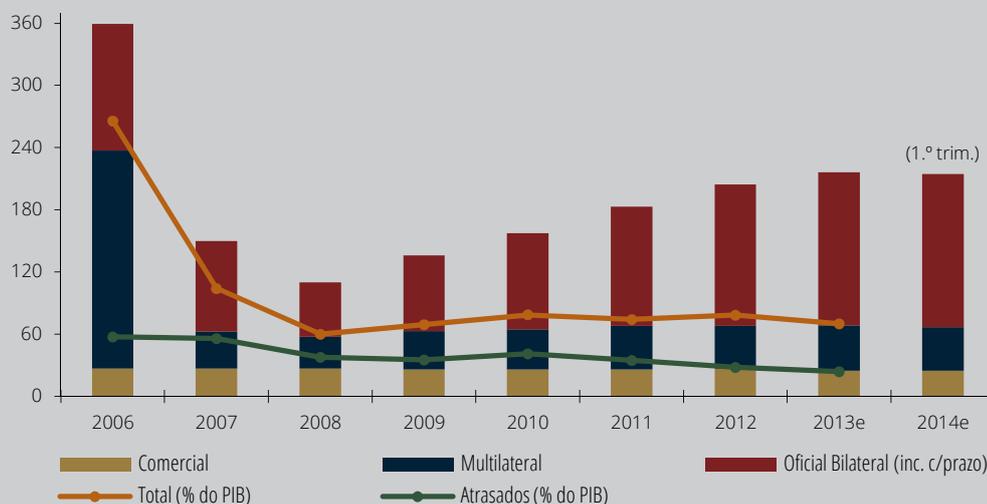
5.4. Finanças públicas

A consolidação das contas públicas santomenses acentuou-se em 2013, refletindo a contenção adotada no perímetro orçamental interno, mas também a relativa escassez de financiamento externo. Este último funciona tradicionalmente como o sustentáculo principal do investimento público (tendo assegurado 93 por cento do mesmo no período 2009-2013), pelo que as dificuldades sentidas pelas autoridades santomenses para assegurar a captação de financiamento externo em 2013 tiveram um impacto profundo sobre o perfil da execução orçamental. Esse impacto está, desde logo, patente no baixo grau de concretização das despesas de investimento, que não foram além de 41,2 por cento do orçamentado (cf. Gráfico 53). Está, porém, igualmente evidente ao nível do

Gráfico 51 •
Dívida pública externa

Em milhões de USD:
Total em percentagem do PIB

Fontes: BCSTP, Ministério do Plano e Finanças (STP) e FMI



saldo global, dada a estrutura tradicional do financiamento externo (entendido em sentido

lato) – ou seja, a sua decomposição em donativos e empréstimos.

Quadro 59 • Execução orçamental

Em percentagem do PIB

	2010	2011	2012	2013		2014
		Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Receitas totais	39,2	40,3	33,6	38,4	30,5	30,5
Receitas correntes	19,0	18,0	15,3	16,5	16,6	16,5
Donativos (incl. Alívio da dívida)	20,2	21,5	17,4	20,6	12,3	14,0
Despesas totais	49,7	52,9	44,3	51,5	32,5	45,1
dq: Despesas com o pessoal	9,1	8,4	8,4	7,8	9,1	8,3
Despesas de investimento	28,5	32,8	26,6	33,2	13,8	26,7
Saldo global (base compromissos)	-10,5	-12,6	-10,8	-13,1	-2,0	-14,6
Saldo primário interno	-4,1	-3,0	-3,3	-3,1	-2,7	-3,0

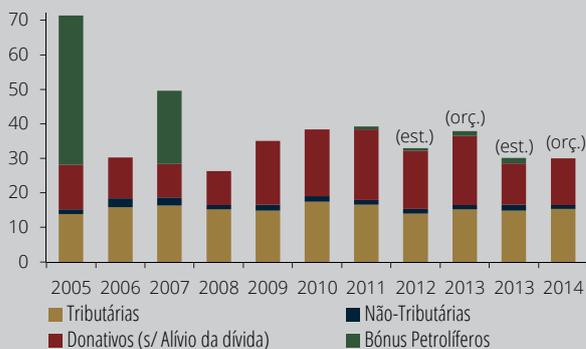
Fontes: BCSTP, Ministério do Plano e Finanças (STP) e FMI.

A componente de donativos – que é classificada como receita orçamental, afetando assim o valor do saldo global – registou em 2013 uma execução de 59,1 por cento relativamente ao orçamentado (ou 52,7 por cento, no caso da fatia de donativos para projetos). Já a componente de empréstimos – tradicionalmente menor que a anterior mas, ainda assim, responsável pelo financiamento de 37 por cento das despesas de investimento totais contabilizadas no período 2009-2012 – acabaria por evidenciar um grau de execução particularmente baixo em 2013, com os desembolsos de empréstimos a não irem além de 18,5 por cento da orçamentação inicial.

Essa escassez aguda de empréstimos externos esteve, em parte, associada ao termo da linha de crédito para investimento apoiada por Portugal (bastante relevante em 2010-2012) – embora se antecipe já uma recuperação em 2014, sobretudo graças a uma nova linha de crédito angolana. O desempenho dos empréstimos em 2013 seria, assim, determinante (pela restrição imposta às despesas de investimento) para que se apurasse um défice global equivalente a apenas 2,0 por cento do PIB (cf. Quadro 59) – ou seja, um dos mais baixos de que há registo (em especial se for retirado o efeito de receitas extraordinárias como o alívio da dívida e os bónus petrolíferos).

Gráfico 49 • Exportações de mercadorias

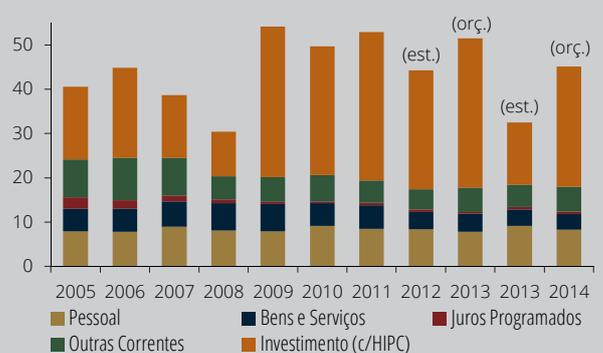
Destinos em percentagem; Total em milhões de USD



Fontes: BCSTP, Ministério do Plano e Finanças (STP) e FMI.

Gráfico 50 • Importações de mercadorias

Origens em percentagem; Total em milhões de USD



A restrição mais acentuada de financiamento externo revelou-se decisiva para a melhoria do saldo global em 2013, mas este resultado só foi possível porque a vertente dita interna do orçamento permaneceu controlada. De facto, ao nível do perímetro orçamental sob a alçada mais direta das autoridades santomenses (ou seja, excluindo rubricas de despesa como os juros da dívida pública e as despesas de investimento financiadas pelo exterior, juntamente com rubricas de receita como os donativos e os bónus petrolíferos), constata-se que o défice primário interno ficou em 2,7 por cento do PIB (cf. Quadro 59) – abaixo do orçamentado para 2013 e do apurado nos anos anteriores, acentuando assim a trajetória de consolidação prevalecente desde 2007 (quando esse indicador atingia ainda 8,6 por cento do PIB).

Importa, todavia, assinalar que também na vertente interna houve fenómenos que pressionaram fortemente a execução orçamental, com destaque para a evolução das despesas com o pessoal. Estas terão ultrapassado em 16,2 por cento o valor orçamentado para 2013 (e em 24,3 por cento o apurado no ano anterior, cf. Gráfico 53), refletindo sobretudo a alteração das carreiras e os aumentos salariais de certas classes profissionais (professores, médicos e forças de segurança), assim como a expansão do trabalho extraordinário.

Para compensar o desempenho das despesas com o pessoal, as autoridades santomenses aplicaram um forte esforço de contenção das restantes

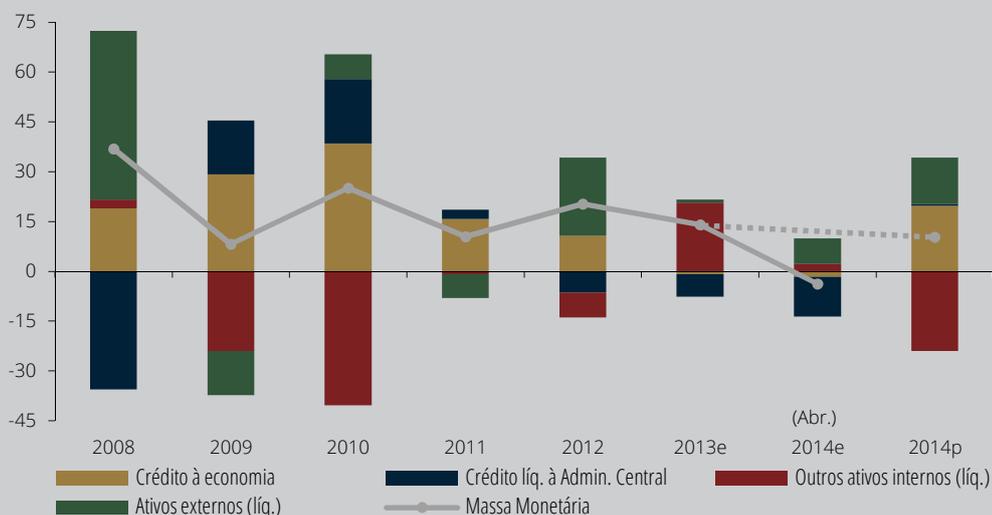
despesas primárias internas, determinando assim que estas últimas, no seu conjunto, fossem executadas a 97,6 por cento do orçamentado para 2013. As receitas correntes, por seu turno, evoluíram de forma globalmente satisfatória, com as dificuldades na esfera das receitas aduaneiras (refletindo o crescimento económico inferior ao programado) a serem compensadas pela boa arrecadação de impostos diretos (graças à recuperação de atrasados e ao aumento da massa salarial na função pública).

5.5. Situação monetária e cambial

A expansão mais moderada da liquidez, a confiança acrescida na moeda nacional, o reforço das reservas cambiais e o impacto da reestruturação em curso no sistema bancário assumiram especial destaque no período em análise. A massa monetária voltou, de facto, a expandir-se mais moderadamente em 2013 (depois de ter acelerado um pouco no ano precedente), acabando por registar uma variação anual em linha com a estimativa do PIB nominal (14,0 e 14,2 por cento, respetivamente) – e acusando depois uma contração, em boa medida sazonal, até abril de 2014 (cf. Gráfico 54).

Essa evolução global dos meios de pagamento foi acompanhada por uma alteração significativa na sua composição, prolongando a tendência de reforço da moeda nacional que tem estado patente nos últimos anos. Em finais de 2009,

Gráfico 54 •
Fatores de variação da liquidez
Variação em percentagem do valor inicial da Massa Monetária
Fontes: BCSTP e FMI.



imediatamente antes de ser introduzido o regime cambial de taxa fixa entre a dobra e o euro, os depósitos em moeda nacional representavam 40,0 por cento do total de depósitos à ordem (43,7 por cento no caso dos depósitos a prazo). Depois de uma fase inicial algo cautelosa, a referida parcela foi, de facto, aumentando gradualmente, até aos 62,1 por cento registados no final de 2013 (54,5 por cento no tocante aos depósitos a prazo).

Tal fenómeno poderá ser encarado como uma das manifestações de crescente confiança na sustentabilidade do regime cambial – para cuja consolidação é crucial o fortalecimento das reservas cambiais (conforme tem sucedido recentemente e foi já assinalado a propósito da melhoria na posição externa). Ao nível do sistema bancário, no seu conjunto, os ativos externos líquidos registaram, com efeito, uma expansão anual equivalente a 0,9 por cento da massa monetária inicial (com a quebra da parcela comercial a ser largamente compensada pelo reforço da fatia oficial) – expansão essa que se acentuou depois até abril de 2014.

Em contrapartida, o principal contributo para moderar o ritmo de expansão da liquidez na economia em 2013 veio do crédito interno, com uma contração equivalente a 7,6 por cento da massa monetária inicial (e mais 13,6 por cento nos primeiros quatro meses de 2014). Tal evolução foi determinada sobretudo pelo crédito líquido à Administração Central – refletindo os

progressos na consolidação orçamental – mas também por uma contração do crédito à economia. As taxas de juro praticadas pela banca parecem evidenciar uma ligeira tendência de descida desde 2012 (embora eventualmente atribuível a melhorias na compilação estatística), mas essa trajetória não se tem traduzido numa recuperação do crédito à economia. Este continua, de facto, a ressentir-se do processo de desalavancagem em curso (depois do crescimento acelerado que evidenciou até 2010) e, mais genericamente, da reestruturação por que vem passando o sistema bancário santomense (sob acompanhamento estreito do BCSTP).

O regime de taxa fixa entre a dobra e o euro tem sido eficaz a contribuir para o abrandamento da cadência inflacionária santomense, mas o ritmo a que se vem desenrolando esse processo não tem evitado a apreciação real da taxa de câmbio efetiva da dobra. Refletindo a descida simultânea da inflação nos principais parceiros comerciais e a apreciação nominal do euro face ao dólar, aquele indicador apreciou-se 6,6 por cento em 2013 (e mais 2,2 por cento até maio de 2014 – cf. Gráfico 55). Importa, porém, sublinhar que a perda de competitividade preço iniciada por este fenómeno não se tem refletido ao nível da balança de pagamentos (cujos desequilíbrios tendem a reduzir-se, como ficou visto), sugerindo a insuficiência do indicador ou a existência de outros fatores que o compensam.



Gráfico 55 •
Taxa de câmbio efetiva

Índices; base 100:
Janeiro de 1999;
Médias mensais

Fonte: BCSTP.

Quadro 60 • Principais indicadores económicos

		2009	2010	2011	2012	2013		2014	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.	Est.
Produto e preços									
PIB nominal	mil milhões Dobras	3185	3719	4376	5021	5780	5732	6524	
	milhões de EUR	141,5	151,8	178,6	204,9	235,9	234,0	266,3	
	milhões de USD	196,5	200,2	246,5	261,4	309,2	307,9	359,1	
PIB real	tx. variação anual	4,0	4,5	4,9	4,0	4,5	4,0	5,0	
Inflação (Índice de Preços Consum.)	t.v. homóloga anual	16,1	12,9	11,9	10,4	8,0	7,1	6,0	6,9 mai.
	t.v. média anual	17,0	13,3	14,3	10,6	9,0	8,1	7,1	6,8 mai.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB	36,1	39,2	40,3	33,6	38,4	30,5	30,5	
Receitas correntes	% do PIB	16,6	19,0	18,0	15,3	16,5	16,6	16,5	
Donativos	% do PIB	19,5	20,2	21,5	17,4	20,6	12,3	14,0	
dos quais: Alívio da dívida	% do PIB	1,0	0,9	1,1	0,5	0,6	0,4	0,5	
Bónus petrolíferos	% do PIB	0,0	0,0	0,8	0,8	1,3	1,6	0,0	
Despesas totais	% do PIB	54,1	49,7	52,9	44,3	51,5	32,5	45,1	
dq: Despesas correntes	% do PIB	20,2	20,6	19,4	17,4	17,8	18,4	17,9	
Desp. de investimento	% do PIB	32,9	28,5	32,8	26,6	33,2	13,8	26,7	
Saldo primário interno ^(a)	% do PIB	-8,1	-4,1	-3,0	-3,3	-3,1	-2,7	-3,0	
Saldo global (base compromissos)	% do PIB	-18,0	-10,5	-12,6	-10,8	-13,1	-2,0	-14,6	
Excl. Alívio div. e Bónus petrol.	% do PIB	-19,0	-11,3	-14,5	-12,1	-15,0	-4,0	-15,1	
Saldo global (base caixa)	% do PIB	-18,1	-12,5	-11,2	-9,1	-13,1	-1,5	-14,6	
Moeda e crédito									
Crédito líq. ao Governo Central	taxa var. anual	37,7	78,4	63,5	-459,2	-39,6	-102,7	5,3	-142,3 abr.
Crédito à economia	taxa var. anual	39,1	40,0	14,7	9,6	7,6	-0,9	22,3	-6,8 abr.
Massa monetária	taxa var. anual	8,2	25,1	10,5	20,3	12,6	14,0	10,3	7,7 abr.
Taxa de juro de ref. do BCSTP	taxa anual	16,0	15,0	15,0	14,0		14,0		12,0 jun.
Balança de pagamentos									
Exportações f.o.b.	taxa var. anual	17,6	18,7	0,5	37,6	-0,2	-14,8	25,9	
Importações f.o.b.	taxa var. anual	-9,1	14,8	20,3	3,0	0,0	7,7	0,6	
Balança comercial	% do PIB	-37,9	-42,6	-42,5	-39,8	-33,6	-37,5	-31,4	
Balança de serviços	% do PIB	-4,4	-5,5	-5,3	-2,6	-2,7	-2,7	-3,2	
Balança corrente	% do PIB	-40,1	-43,7	-42,9	-37,8	-33,4	-28,3	-31,3	
Excl. Transferências oficiais	% do PIB	-42,9	-46,7	-46,8	-41,3	-34,3	-32,7	-31,9	
Balança corrente e de capital	% do PIB	3,3	-23,1	-25,4	-23,0	-20,4	-19,0	-18,9	
Ativos externos líq. do BCSTP	milhões de EUR	50,9	40,7	36,4	43,3	39,8	52,7	55,0	58,0 abr.
	milhões de USD	73,1	53,7	46,5	56,7		72,1		79,6 abr.
Dívida pública externa									
Dívida pública externa total	milhões de USD	136	157	183	204		216		215 mar.
	% do PIB	69,2	78,6	74,2	78,2		70,2		
Serviço da dívida externa	% das exportações	30,4	30,0	27,2	26,8		31,2		
Taxas de câmbio									
Taxa bil. EUR/STD (merc.oficial)	taxa média	22 510	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500	24 500 jun.
Taxa bil. USD/STD (merc.oficial)	taxa média	16 208	18 574	17 754	19 211		18 618		17 951 mai.
ITCE ^(b) nominal [apreciação: +]	tx. variação anual	-4,0	-6,1	1,5	-1,4		1,0		1,6 mai.
ITCE ^(b) real [apreciação: +]	tx. variação anual	9,8	2,1	9,8	4,6		6,8		7,4 mai.

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos. (b) Índice da taxa de câmbio efetiva (ITCE) calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais no período 2005-2009.

Quadro 61 • Produto interno bruto

Preços correntes, em mil milhões de Dobras

	2009	2010	2011	2012	2013		2014
	Est.	Est.	Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
Setor Primário	584	716	892				
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	371	456	576				
Pescas	194	237	290				
Indústrias extrativas	19	22	26				
Setor Secundário	550	607	671				
Indústrias transformadoras	215	246	281				
Eletricidade, gás e água	69	73	74				
Construção	266	288	316				
Setor Terciário	2058	2414	2843				
Comércio	750	888	1 052				
Alojamento e restauração	43	52	63				
Transportes, armazenagem e comunicações	454	488	525				
Atividades financeiras	394	462	542				
Ativ. imobiliárias, alugueres e serviços a empresas	135	155	179				
Administração pública, defesa e segurança social	109	128	151				
Educação	15	18	21				
Saúde e ação social	9	11	15				
Outras atividades	149	210	295				
SIFIM ^(a)	-281	-366	-478				
Impostos Indiretos	273	349	447				
Produto interno bruto p.m.	3185	3719	4376	5021	5780	5732	6524
Consumo	2985	3859	4253		5449		
Privado	2476	3313	3579		4630		
Público	508	546	674		819		
Investimento	1548	1802	2173		2652		
Privado	606	710	872		1116		
Público	941	1092	1301		1537		
Procura Interna	4532	5661	6426		8101		
Exportações de bens e serviços	318	450	512	634	681	602	643
Procura Global	4850	6111	6938		8782		
Importações de bens e serviços	1665	2392	2563	2762	3002	2903	2903
Para memória:							
PIBpm (taxa de variação real, em %)	4,0	4,5	4,9	4,0	4,5	4,0	5,0
PIBpm (taxa de variação nominal, em %)	18,1	16,8	17,7	14,8	15,1	14,2	13,8
PIB nominal (milhões de EUR; pr. correntes)	141,5	151,8	178,6	204,9	235,9	234,0	266,3
PIB nominal (milhões de USD; pr. correntes)	196,5	200,2	246,5	261,4	309,2	307,9	359,1

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos.

Quadro 62 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. acumulada	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]	[4]
2000	Dezembro		9,6	9,6	12,2
2001	Dezembro		9,4	9,4	9,2
2002	Dezembro		9,0	9,0	10,1
2003	Dezembro		10,0	10,0	9,8
2004	Dezembro		15,2	15,2	13,3
2005	Dezembro		17,2	17,2	17,2
2006	Dezembro		24,6	24,6	23,1
2007	Dezembro		27,6	27,6	18,5
2008	Dezembro		24,8	24,8	32,0
2009	Dezembro		16,1	16,1	17,0
2010	Dezembro		12,9	12,9	13,3
2011	Dezembro		11,9	11,9	14,3
2012	Dezembro		10,4	10,4	10,6
2013	Dezembro		7,1	7,1	8,1
2012	Janeiro	0,4	0,4	11,8	14,2
	Fevereiro	0,6	1,0	11,5	14,1
	Março	0,3	1,3	9,5	13,6
	Abril	0,9	2,2	8,0	12,9
	Mai	1,4	3,6	8,6	12,1
	Junho	2,4	6,1	10,9	11,7
	Julho	0,9	7,0	11,6	11,4
	Agosto	0,6	7,6	11,4	11,2
	Setembro	0,3	7,9	11,4	11,0
	Outubro	0,5	8,4	11,4	10,8
	Novembro	0,7	9,1	11,1	10,8
	Dezembro	1,2	10,4	10,4	10,6
	Dezembro (prog.)			8,3	9,0
2013	Janeiro	0,4	0,4	10,4	10,5
	Fevereiro	0,7	1,1	10,5	10,4
	Março	-0,3	0,8	9,8	10,5
	Abril	1,7	2,5	10,7	10,7
	Mai	0,3	2,8	9,6	10,8
	Junho	0,2	3,0	7,2	10,4
	Julho	0,2	3,2	6,5	10,0
	Agosto	0,5	3,7	6,4	9,6
	Setembro	0,3	4,0	6,4	9,1
	Outubro	0,6	4,6	6,5	8,7
	Novembro	1,0	5,6	6,8	8,4
	Dezembro	1,5	7,1	7,1	8,1
	Dezembro (prog.)			8,0	9,0
2014	Janeiro	0,3	0,3	7,0	7,8
	Fevereiro	0,5	0,8	6,8	7,5
	Março	0,2	1,0	7,4	7,3
	Abril	0,7	1,7	6,3	7,0
	Mai	0,9	2,6	6,9	6,8
	Dezembro (prog.)			6,0	7,1

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1). [2] mês (n) / Dezembro anterior. [3] mês (n) / mês (n) do ano anterior. [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 63 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013		2014
			Est.	Est.	Prog.	Est.	Prog.
1. Balança corrente	-78,8	-87,6	-105,7	-98,8	-103,1	-87,2	-112,3
1.1. Balança comercial	-74,6	-85,3	-104,7	-104,0	-104,0	-115,4	-112,8
Exportações (f.o.b.)	9,2	10,9	11,0	15,1	15,1	12,9	16,2
das quais: Cacau	5,4	4,3	5,3	5,3	5,6	5,4	5,1
Reexportações	3,0	5,2	5,1	8,8	9,4	5,9	9,6
Importações (f.o.b.)	-83,8	-96,2	-115,7	-119,1	-119,1	-128,3	-129,0
das quais: Bens alimentares	-29,0	-25,5	-33,6	-34,7	-34,1	-38,4	-35,6
Bens de investimento	-30,0	-36,0	-40,2	-36,4	-35,5	-38,5	-41,1
Combustíveis	-14,7	-15,2	-26,6	-28,7	-25,9	-33,2	-30,9
1.2. Balança de serviços	-8,6	-10,9	-13,0	-6,7	-8,5	-8,2	-11,6
Exportações	10,4	13,4	18,4	17,9	19,0	19,5	19,1
das quais: Viagens e turismo	8,3	11,1	15,6	12,6	14,4	13,3	14,2
Importações	-19,0	-24,3	-31,4	-24,6	-27,5	-27,6	-30,8
das quais: Fretes e seguros	-15,4	-19,2	-23,1	-19,3		-20,9	-22,1
1.3. Balança de rendimentos	-0,3	-0,4	-0,4	-2,2	-2,5	0,7	-1,5
Crédito	1,6	1,9	1,9	1,0		4,2	2,1
Débito	-1,9	-2,3	-2,3	-3,2		-3,5	-3,6
do qual: Juros da dívida programados	-1,4	-1,6	-1,7	-1,9		-2,3	-1,9
1.4. Transferências correntes	4,6	9,0	12,4	14,1	11,9	35,7	13,6
Transferências privadas	-0,9	3,0	2,8	4,9	9,0	22,2	11,5
das quais: Remessas de emigrantes	2,0	6,4	6,9	6,4		23,1	13,2
Transferências oficiais	5,6	6,0	9,6	9,2	2,9	13,5	2,2
2. Balança de capital e financeira	71,4	70,3	110,8	103,6	112,5	101,7	110,3
2.1. Balança de capital	85,2	41,3	43,0	38,7	40,1	28,7	44,6
Transferências de capital	85,2	41,3	43,0	38,7	40,1	28,7	44,6
das quais: Alívio da dívida	52,8	0,0	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0
2.2. Balança financeira	-13,7	29,0	67,8	64,9	72,4	72,9	65,7
Admin. pública – Empréstimos de m/l prazo	-28,8	12,6	19,9	19,2	27,7	1,9	43,2
dos quais: Desembolsos	28,6	18,2	29,2	26,1	36,3	9,7	47,9
Amortizações	-57,4	-5,7	-9,4	-6,9	-8,6	-7,7	-4,7
Outros ativos (líq.)	32,6	45,0	40,7	51,2	41,9	46,2	24,7
dos quais: Investimento direto estrangeiro	15,3	50,5	33,9	22,1	28,0	29,5	9,7
do qual: Bónus (contratos petrolíferos)	0,0	0,0	2,0	2,0	4,9	5,0	0,0
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-17,6	-28,6	7,2	-5,5	2,8	24,8	-2,2
3. Balança Global: (1) + (2)	-7,3	-17,2	5,1	4,7	9,4	14,5	-2,1
4. Financiamento	7,3	17,2	-5,1	-4,7	-9,4	-14,5	2,1
Variação das reservas cambiais, excl. CNP ^(a) (aumento: -)	4,4	14,7	-4,6	-4,5	-6,7	-12,4	0,9
Conta Nacional do Petróleo (aumento: -)	2,4	1,9	-0,5	-0,8	-3,2	-3,2	0,7
Utilização de recursos do FMI (líq.)	0,5	0,6	0,0	0,6	0,5	1,1	0,5
5. Diferencial de financiamento ^(b) : (4) + (5)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Para memória:							
Balança Corrente (em percentagem do PIB)	-40,1	-43,7	-42,9	-37,8	-33,4	-28,3	-31,3
Balança Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	3,3	-23,1	-25,4	-23,0	-20,4	-19,0	-18,9

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: Em 2014, foram introduzidas alterações metodológicas que modificaram a estrutura e alguns valores da balança de pagamentos, incluindo a adoção pelo BCSTP de novos procedimentos para a compilação das remessas de emigrantes junto da banca (por enquanto, com impacto apenas sobre o valor de 2013). (a) Conta Nacional do Petróleo. (b) Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro 64 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 1.ºtrim.	2004 a 2013
Angola	1,8	4,1	1,1	1,8	0,9	1,1	2,2	2,1	1,4	3,7	2,1	2,0
Bélgica	9,5	11,0	14,2	16,8	7,9	18,9	20,2	29,5	13,9	20,7	35,8	17,0
Países Baixos	51,7	39,1	26,9	13,3	28,2	26,8	10,9	37,4	38,8	29,1	30,2	29,7
Portugal	25,5	38,0	33,1	44,9	49,2	32,3	44,4	13,2	7,7	6,2	1,6	27,7
Outros	11,5	7,7	24,6	23,2	13,8	20,8	22,3	17,9	38,2	40,3	30,4	23,6
Exportações totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 65 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 1.ºtrim.	2004 a 2013
Angola	16,0	20,3	18,3	20,1	22,9	14,8	12,1	9,6	21,9	24,3	22,5	18,1
Bélgica	8,8	6,1	4,6	2,3	1,7	1,9	1,8	1,7	3,3	1,9	1,2	2,8
China	0,1	0,2	0,3	1,7	0,9	1,4	2,4	2,0	1,4	1,6	2,6	1,4
França	0,5	0,3	1,1	0,3	0,2	0,7	5,0	2,4	0,6	0,7	0,5	1,3
Gabão	1,4	0,6	3,5	2,2	3,0	2,7	5,3	2,0	2,1	1,4	1,2	2,5
Japão	6,0	7,4	0,7	0,2	0,8	4,4	1,2	2,5	1,5	1,4	1,8	2,1
Países Baixos	1,0	0,3	0,8	1,4	0,1	0,4	0,5	0,3	0,4	0,3	0,2	0,5
Portugal	60,4	57,1	63,6	66,2	61,3	56,4	60,9	58,9	55,7	59,8	60,3	59,7
Outros	5,8	7,7	7,1	5,6	9,2	17,4	10,8	20,6	13,1	8,6	9,6	11,5
Importações totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 66 • Dívida pública externa

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013	2014
				Est.	Est.	Est. 1.º trim.
1. Dívida de Médio e Longo Prazo	122,6	139,7	155,2	166,7	176,2	174,9
da qual: Atrasados	65,7	69,1	67,7	68,7	70,3	70,6
1.1 Dívida Multilateral	37,0	38,6	42,1	41,0	43,7	42,1
da qual: Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
BADEA	4,2	5,1	5,8	5,9	5,8	5,7
BAD/FAD	2,2	3,2	2,2	2,1	5,5	5,3
BEI	2,1	1,4	0,9	0,9	0,6	0,3
FIDA	5,7	6,5	7,9	8,0	7,7	7,5
FMI	4,4	5,0	4,9	5,5	6,0	6,0
IDA	13,7	13,4	14,9	14,1	14,0	14,0
OPEP	4,7	4,0	5,5	4,5	4,1	3,3
1.2 Dívida Oficial Bilateral	59,8	75,3	87,3	98,9	107,7	108,0
da qual: Atrasados	39,9	43,3	41,9	41,9	45,5	45,8
1.2.1 Membros do Clube de Paris	0,2	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1
da qual: Atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Alemanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bélgica	0,2	0,9	0,9	0,9	1,0	1,1
Espanha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
França	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rússia	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
1.2.2 Outros credores oficiais	59,6	74,4	86,4	98,0	106,7	107,0
da qual: Atrasados	39,9	43,3	41,9	41,9	45,5	45,8
Angola	32,0	32,0	32,0	32,0	32,0	32,0
Argélia	1,3	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0
China	17,0	17,0	17,3	17,3	18,6	18,8
ex-Jugoslávia	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
Portugal	0,4	13,4	28,2	39,8	47,3	47,3
1.3 Dívida Comercial	25,8	25,8	25,8	26,8	24,8	24,8
da qual: Atrasados	25,8	25,8	25,8	26,8	24,8	24,8
Itália	25,8	25,8	25,8	25,8	24,3	24,3
MSF				1,0	0,5	0,5
2. Dívida de Curto Prazo	13,4	17,7	27,7	37,7	39,8	39,8
da qual: Atrasados	3,4	13,4	17,7	17,7	3,4	13,4
Angola	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Brasil	0,0	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3
Guiné Equatorial	0,0	0,0	0,0	0,0	2,1	2,1
Nigéria	10,0	10,0	20,0	30,0	30,0	30,0
Dívida Pública Externa Total [1 + 2]	136,0	157,4	182,9	204,4	216,0	214,7
da qual: Atrasados	69,1	82,5	85,4	86,4	73,7	84,0
Para memória:						
Serviço da dívida externa programado (em % das exportações de bens e serviços)	30,4	30,0	27,2	26,8	31,2	
Dívida pública externa total (em % do PIB)	69,2	78,6	74,2	78,2	70,2	
Atrasados totais (em % do PIB)	35,2	41,2	34,7	27,9	23,9	

Fontes: BCSTP, Ministério do Plano e Finanças (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 67 • Operações financeiras do Estado

Em mil milhões de Dobras

	2009	2010	2011	2012		2013		2014
				Est.	Orç.	Est.	g.e. ^(a)	
1. Receitas Totais	1149	1459	1765	1685	2222	1746	78,6	1988
1.1. Receitas correntes	528	707	787	771	954	953	99,8	1076
Receitas tributárias	472	647	726	704	878	851	97,0	999
Impostos diretos	150	181	235	222	250	280	111,9	300
Impostos indiretos	247	374	355	388	499	460	92,3	569
dos quais: Receitas aduaneiras	168	312	299	334	438	398	90,9	496
Outras receitas tributárias	75	91	136	93	129	111	86,0	130
Receitas não-tributárias	56	60	61	67	77	102	132,4	77
1.2. Donativos	621	752	942	876	1190	704	59,1	912
Donativos para projetos	576	699	817	706	964	509	52,7	0
Outros donativos	13	20	77	142	193	173	89,4	881
Donativos associados ao alívio da dívida	31	33	49	28	32	22	69,7	31
1.3. Bónus de assinatura (contratos petrol.)	0	0	35	39	78	90	115,6	0
2. Despesas Totais	1724	1847	2317	2226	2978	1864	62,6	2943
2.1. Despesas correntes	642	767	851	875	1030	1056	102,5	1171
Despesas com o pessoal	252	338	369	419	449	521	116,2	542
Bens e serviços	195	191	234	198	236	216	91,6	229
Subsídios e transferências	144	193	181	190	287	256	89,0	304
Juros da dívida pública	16	16	24	30	24	28	119,4	37
Outras despesas correntes	35	29	43	39	34	34	99,1	58
2.2. Despesas de investimento	1048	1060	1437	1336	1920	791	41,2	1741
Com financiamento interno	126	87	65	74	99	60	61,3	108
Com financiamento externo	922	972	1373	1262	1821	730	40,1	1634
2.3. Despesas sociais relacionadas c/ Inic. HIPC	33	21	29	14	28	17	62,3	31
3. Saldo global (base de compromissos) [1] - [2]	-575	-389	-552	-540	-756	-117		-955
4. Variação de Atrasados [redução: -]	0	0	59	33	0	-22		0
Atrasados externos (juros)	0	0	0	0	0	0		0
Atrasados internos	0	0	59	33	0	-22		0
5. Valores em trânsito, erros e omissões	-2	-77	5	51	0	51		0
6. Saldo global (base de caixa) [3] + [4] + [5]	-577	-466	-488	-456	-756	-89		-955
7. Financiamento	577	466	488	456	756	89		955
7.1. Financiamento interno	182	184	11	-86	0	52		0
Crédito bancário líquido (excl. CNP ^(b))	149	166	11	-86	0	-69		0
Financiamento não bancário	33	17	0	0		121		
7.2. Financiamento externo	356	246	450	558	800	94		909
Desembolsos para apoio ao OGE	9	1	1	75	0	0		0
Desembolsos para projetos	388	293	528	532	857	159	18,5	974
Amortizações programadas (incl. Alívio)	-43	-48	-79	-49	-58	-64		-65
Reescalamento bilateral	2	0	0	0	0	0		0
Variação de atrasados (capital)	0	0	0	0	0	0		0
7.3. Transf. de/para CNP ^(b) [entradas p/ OGE: +]	39	36	27	-15	-44	-58		45
8. Diferencial de financiamento [6] + [7]	0	0	0	0	0	0		0
Para memória:								
Saldo Global, base de compromissos (% do PIB)	-18,0	-10,5	-12,6	-10,8	-13,1	-2,0		-14,6
excl. Alívio da dívida (% do PIB)	-19,0	-11,3	-13,7	-11,3	-13,6	-2,4		-15,1
excl. Alívio dív. e Bónus petrol. (% do PIB)	-19,0	-11,3	-14,5	-12,1	-15,0	-4,0		-15,1
Saldo Primário Interno ^(c) (% do PIB)	-257	-152	-133	-163	-178	-153		-197
	-8,1	-4,1	-3,0	-3,3	-3,1	-2,7		-3,0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Ministério do Plano e Finanças (STP), FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem. (b) Conta Nacional do Petróleo (CNP). (c) Saldo global (base de compromissos), excluindo donativos, receitas petrolíferas (bónus de assinatura e outras), juros da dívida e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

Quadro 68 • Síntese monetária

Valores finais, em mil milhões de Dobras

	2009	2010	2011	2012	2013		2013 / 2012		2014	Abr. 2014 / Dez. 2013		2014
					Prog.	Est.	(A)	(B)	Est.	(A)	(B)	Prog.
1. Ativos externos líquidos	1279	1364	1263	1630	1409	1648	1,1	0,9	1812	10,0	7,7	1947
1.1. Banco Central	1228	998	891	1062	975	1292	21,7	12,2	1420	10,0	6,0	1347
1.2. Bancos comerciais	50	367	372	568	434	356	-37,4	-11,3	392	10,1	1,7	600
2. Ativos internos líquidos	-145	53	303	254	712	500	96,7	13,0	255	-48,9	-11,4	422
2.1. Crédito interno líquido	810	1466	1728	1795	1893	1651	-8,0	-7,6	1358	-17,7	-13,6	2088
2.1.1. Créd. líq. Admin. Cent.	-280	-60	-22	-123	-172	-250	-102,7	-6,7	-508	-103,0	-12,0	-237
2.1.1.1. Crédito bruto	158	261	267	236	236	246	4,5	0,6	241	-2,1	-0,2	229
2.1.1.2. Depósitos	-438	-321	-290	-359	-408	-496	38,2	-7,3	-749	50,9	-11,8	-466
2.1.2. Crédito à economia	1090	1526	1750	1918	2065	1902	-0,9	-0,9	1866	-1,8	-1,6	2325
2.2. Outros ativos e passivos	-955	-1412	-1424	-1541	-1181	-1152	25,3	20,7	-1103	4,2	2,2	-1666
3. Massa monetária	1133	1417	1566	1884	2121	2147	14,0	14,0	2067	-3,7	-3,7	2369
3.1. Circulação monetária	149	163	177	173	192	187	8,2		162	-13,3		170
3.2. Depósitos à ordem	718	922	955	1070		1404	31,2		1352	-3,7		823
3.2.1. Em moeda nacional	288	399	493	561	644	872	55,5		757	-13,2		823
3.2.2. Em moeda estrang.	431	524	462	510		532	4,5		595	11,8		
3.3. Outros depósitos	266	331	434	641		556	-13,2		553	-0,5		
3.3.1. Em moeda nacional	116	23	53	184	143	303	64,9		351	15,7		435
3.3.2. Em moeda estrang.	150	308	381	457		253	-44,7		202	-19,9		

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (A) Taxa de variação percentual face a Dezembro anterior. (B) Taxa de variação em percentagem da massa monetária de dezembro anterior (fatores de variação da liquidez).

Quadro 69 • Taxas de juro

Taxas anuais, em percentagem

	2009	2010	2011	2012	2013			2014		
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Abr.
1. Taxa de Referência do BCSTP	16,0	15,0	15,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	14,0	12,0
2. Taxas Ativas										
2.1. Créditos de 91 a 180 dias	31,2	26,8	26,0	26,0	23,8	23,7	23,3	23,0	22,5	22,6
2.2. Créditos de 181 dias a 1 ano	28,7	27,0	26,0	26,0	23,1	23,3	23,4	23,3	22,2	21,8
2.3. Créditos a mais de 1 ano	28,0	26,7	26,5	26,5	26,5	25,1	25,1	25,1	24,9	24,6
3. Taxas Passivas										
3.1. Depósitos até 90 dias	10,2	11,6	12,2	12,2	7,7	7,7	6,3	7,6	7,8	6,7
3.2. Depósitos de 91 dias a 1 ano	11,3	13,2	13,7	13,7	8,2	8,1	7,2	8,0	6,9	6,2
3.3. Depósitos a mais de 1 ano	Negociável	13,9	12,8	12,8	8,0	8,0	8,0	6,3	9,0	
Para memória:										
Inflação (t. v. homóloga anual)	16,1	12,9	11,9	10,4	9,8	7,2	6,4	7,1	7,4	6,3

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Nota: Taxas indicativas (apuradas com base na informação bruta disponibilizada pelos bancos). As séries posteriores a 2012 não são comparáveis com os dados históricos, devido a melhorias na compilação.

Quadro 70 • Taxas de câmbio

Taxas médias

	Euro / Dobra		USD / Dobra		ITCE ^{(a)(b)}		
	Tx. Câmbio	Var. anual	Tx. Câmbio	Var. anual	Nominal	Real	
2000	7367	-3,7	7978	12,0	197,8	140,0	
2001	7901	7,2	8842	10,8	218,6	133,4	
2002	8586	8,7	9088	2,8	236,9	131,8	
2003	10 568	23,1	9348	2,9	225,1	115,5	
2004	12 306	16,4	9902	5,9	202,4	106,8	
2005	13 123	6,6	10 519	6,2	191,9	111,4	
2006	15 630	19,1	12 445	18,3	158,4	107,6	
2007	18 558	18,7	13 537	8,8	134,6	103,8	
2008	21 602	16,4	14 685	8,5	116,9	113,5	
2009	22 510	4,2	16 208	10,4	112,3	124,7	
2010	24 500	8,8	18 574	14,6	105,4	127,3	
2011	24 500	0,0	17 754	-4,4	107,0	139,8	
2012	24 500	0,0	19 211	8,2	105,5	146,1	
2013	24 500	0,0	18 618	-3,1	106,5	156,1	
2012	Janeiro	24 500	0,0	19 153	3,5	105,5	141,6
	Fevereiro	24 500	0,0	18 682	3,2	106,1	142,8
	Março	24 500	0,0	18 694	5,9	106,1	141,8
	Abril	24 500	0,0	18 758	9,5	106,0	142,5
	Maio	24 500	0,0	19 251	12,0	105,4	143,7
	Junho	24 500	0,0	19 705	14,8	104,9	146,5
	Julho	24 500	0,0	20 048	16,0	104,5	147,1
	Agosto	24 500	0,0	19 931	15,7	104,6	147,9
	Setembro	24 500	0,0	19 212	7,4	105,5	148,7
	Outubro	24 500	0,0	19 030	5,5	105,7	149,0
	Novembro	24 500	0,0	19 243	5,9	105,5	149,8
	Dezembro	24 500	0,0	18 831	0,6	106,0	151,9
2013	Janeiro	24 500	0,0	18 858	-1,5	106,4	154,3
	Fevereiro	24 500	0,0	18 451	-1,2	106,6	155,3
	Março	24 500	0,0	19 030	1,8	105,8	151,7
	Abril	24 500	0,0	18 983	1,2	105,9	154,3
	Maio	24 500	0,0	19 011	-1,3	105,9	154,2
	Junho	24 500	0,0	18 723	-5,0	106,3	154,8
	Julho	24 500	0,0	18 883	-5,8	106,1	155,0
	Agosto	24 500	0,0	18 544	-7,0	106,5	156,9
	Setembro	24 500	0,0	18 511	-3,6	106,7	156,8
	Outubro	24 500	0,0	18 110	-4,8	107,4	158,6
	Novembro	24 500	0,0	18 292	-4,9	107,1	159,8
	Dezembro	24 500	0,0	18 026	-4,3	107,5	162,0
2014	Janeiro	24 500	0,0	18 120	-3,9	107,4	163,8
	Fevereiro	24 500	0,0	18 082	-2,0	107,4	164,6
	Março	24 500	0,0	17 852	-6,2	107,7	163,6
	Abril	24 500	0,0	17 872	-5,9	107,7	164,3
	Maio	24 500	0,0	17 951	-5,6	107,6	165,6

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Índice da taxa de câmbio efetiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2005-2009; (b) Um aumento / diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação / depreciação da Dobra. (Base 100: janeiro de 1999).

6. TIMOR-LESTE

Área: 14 954 Km²

Capital: Dili

População: 1212 milhares

(2014; fonte: D. N. de Estatística)

Moeda: Dólar norte-americano

A atividade económica em Timor-Leste desacelerou face aos elevados níveis de crescimento registados entre 2007 e 2011. Esta desaceleração, que teve consequências positivas no que respeita à inflação, que é agora virtualmente nula, é essencialmente o resultado de uma política orçamental menos expansionista. A exploração de recursos energéticos entrou numa trajetória descendente, provocando uma redução das receitas petrolíferas; estas são no entanto ainda significativas, pelo que o valor do Fundo do Petróleo tem continuado a aumentar.

6.1. Síntese

A evolução da economia timorense no período em análise apresenta uma forte inflexão face ao seu padrão dos anos anteriores: o produto interno não petrolífero desacelerou significativamente face aos níveis de crescimento registados até 2011 e a inflação, que ainda em meados de 2013 se expressava a dois dígitos, é atualmente nula.

O nível de atividade económica (avaliado pela taxa de variação real do PIB não-petrolífero) apresentou um crescimento de 7,8 por cento em 2012 e as estimativas para 2013 e 2014 são mais baixas (5,4 e 6,6 por cento respetivamente), marcando um forte contraste com as taxas entre 10 e 15 por cento verificadas entre 2007 a 2011¹.

Esta desaceleração reflete essencialmente a redução do estímulo orçamental, após uma fase

de elevado investimento público (nomeadamente em infraestruturas de produção e distribuição de eletricidade em 2011 e 2012). Este novo entendimento por sua vez decorre da conjugação de dois fatores: por um lado a redução que já se vem registando das receitas petrolíferas; por outro, a constatação que os elevados níveis de despesas públicas dos anos anteriores haviam induzido (face às limitações de capacidade de resposta da economia doméstica) níveis de inflação e de importações insustentáveis.

A redução na produção petrolífera (responsável por cerca de três quartos do produto total) é aliás já bem evidente nas taxas de variação negativas do PIB total nos anos de 2012 e 2013 (e previsivelmente nos anos seguintes).

Quadro 71 • Principais indicadores económicos

	2011	2012	2013	2014
			Est.	Prev.
PIB total real (t.v.a.)	7,9	-10,4	-10,7	-10,2
PIB real não-petrolífero (t.v.a.)	14,7	7,8	5,4	6,6
Inflação (t.v. homóloga) ^(a)	17,4	11,7	4,0	0,0
Massa monetária (t.v.a.) ^(a)	10,6	26,2	23,1	-11,5
Balança corrente (% PIB não-petrol.)	209	210	160	68
Saldo orçamental (% PIB n.p.)	220	228	141	55
Receitas petrolíferas (% PIB n.p.)	308	312	246	137
Fundo Petrolífero (% PIB n.p.)	829	927	1077	972

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Minist. Finanças de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional.

Notas: (a) O valor de 2014 corresponde à variação observada no final de julho.

Refira-se no entanto que apesar do decréscimo das receitas petrolíferas (já registado em 2013 e que se deverá acentuar em 2014 e nos anos seguintes) o seu montante é ainda superior às necessidades de financiamento do orçamento, pelo que o valor dos ativos do Fundo de Petróleo vem mantendo a sua trajetória de crescimento, tendo ultrapassado USD 16,6 mil milhões no passado mês de junho.

Os fluxos de comércio externo mantêm-se fortemente desequilibrados: as importações continuaram a crescer (embora de forma não tão intensa quanto nos anos anteriores), enquanto as exportações, essencialmente de café, registaram um declínio, fruto da diminuição do preço

internacional deste bem agrícola, bem como da ausência de renovação destas plantações. Este desequilíbrio da balança comercial decorre do facto das vendas de petróleo não serem contabilizadas em tempo útil como exportações mas como rendimento proveniente do exterior, situação que só é corrigida com a publicação das Contas Nacionais, o que sucede com cerca de dois anos de atraso.

As características do sistema monetário são fortemente condicionadas pelo regime de dolarização e pela diminuta expressão do sistema bancário. O crédito tem um papel relativamente reduzido (cerca de 3 por cento do rendimento nacional; 10 por cento do PIB não petrolífero),

dada a escassez de oportunidades de investimento produtivo e as insuficiências do seu enquadramento legal (nomeadamente a nível do registo de propriedade e da concessão e execução de garantias). Apesar disso, nos últimos anos tem-se registado algum crescimento do crédito, ao contrário do que se passou na segunda metade da década anterior.

A dolarização marca obviamente o relacionamento cambial de Timor-Leste com os seus parceiros económicos, o que nos anos mais recentes se tem traduzido por uma continuada apreciação cambial face às moedas dos seus principais parceiros comerciais.

6.2. Procura, produção e preços

A evolução do PIB não-petrolífero em 2012 e 2013 terá sido significativamente inferior às expectativas iniciais, situação que se deve acentuar em 2014. A inflação apresentou um notável decréscimo nos últimos meses, situando-se atualmente próxima de zero (em termos homólogos). A componente não-petrolífera do produto interno bruto (aquela que mais diretamente reflete a atividade económica timorense, já que a produção petrolífera decorre num enquadramento off-shore) terá apresentado em 2013 um crescimento real de 5,4 por cento (estimativa preliminar), acentuando a redução que já se havia verificado em 2012 (quando apresentou um valor de 7,8 por cento, segundo os últimos dados das Contas Nacionais).

Nos anos anteriores (2007 a 2011) esse crescimento havia sido mais relevante (entre 10 e 15 por cento) resultado de uma política de acentuados investimentos públicos, de expansão da massa salarial da administração pública e de implementação de novos programas de transferências e subsídios de natureza social.

De acordo com os valores recentemente divulgados das Contas Nacionais, relativos ao ano de 2012, a indústria transformadora tem ainda um papel extremamente reduzido na estrutura económica de Timor-Leste (cerca de 1 por cento), enquanto a agricultura e a construção apresentam uma dimensão idêntica, cada um correspondendo a cerca de 20 por cento do produto (a construção registou um crescimento acentuado, sobretudo em 2011, o ano de maior expressão dos investimentos públicos). O peso da administração pública na produção é ligeiramente superior ao daqueles dois setores, enquanto o comércio e serviços correspondem ao setor com maior peso relativo, representando cerca de 40 por cento do produto não petrolífero.

O consumo privado, que havia beneficiado fortemente do aumento da massa salarial da função pública e da expansão dos programas de natureza social, parece ter entrado numa fase de mais reduzido crescimento, dado o modesto comportamento do emprego no setor privado² e a desaceleração do crescimento salarial no setor público. A marcada inversão do comportamento da inflação parece corroborar esta hipótese.

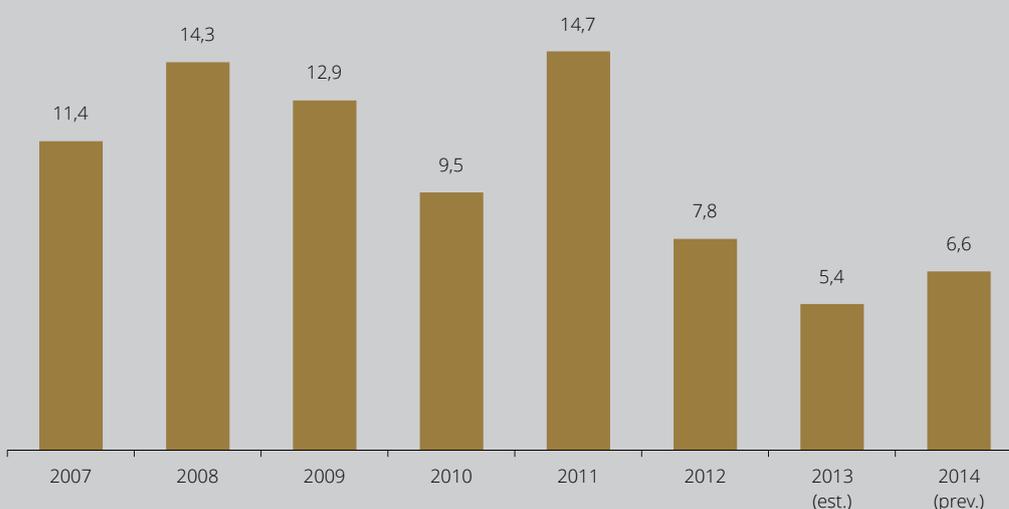


Gráfico 56 •
PIB não-petrolífero
Taxa de variação anual real, em percentagem

Fontes: BCTL, Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional.

O investimento (sobretudo a componente pública), que havia crescido fortemente entre 2007 e 2011, terá estabilizado em 2012 e mesmo diminuído em 2013 (fruto da conclusão dos grandes projetos de investimento nas centrais elétricas de Hera e Betano). Para 2014 o orçamento contempla uma verba para investimento público inferior à efetivamente verificada em 2013, o que, adicionado ao tradicional baixo grau de execução destas despesas, é provável que dê origem a uma nova redução deste agregado.

Como se referiu anteriormente, a forte moderação da evolução dos preços dos bens de consumo surpreendeu pela sua rápida dinâmica.

O persistente comportamento inflacionário que se vinha registando desde 2010 e que se caracterizava por taxas de inflação significativamente acima dos 10 por cento, passou a apresentar desde o terceiro trimestre de 2013 uma tendência de marcado decréscimo, tendo-se mesmo traduzido por uma taxa de variação homóloga negativa no passado mês de junho (cf. gráficos 57 e 58).

6.3. Contas externas

Apesar da redução em cerca de 15 por cento face ao ano anterior, os rendimentos petrolíferos continuaram a ser determinantes no comportamento das contas externas. As receitas petrolíferas atingiram em 2013 cerca de USD 3 mil milhões, tendo diminuído cerca de USD 510 milhões face

ao ano anterior. Apesar disso, o seu valor foi mais do que suficiente para suprir o défice da balança de bens e serviços (cerca de USD 1,2 mil milhões) e ainda para permitir um significativo acréscimo das aplicações financeiras (em ativos externos) do Fundo do Petróleo.

O défice da balança comercial é consequência do facto das receitas da exploração do petróleo e do gás natural não serem registadas como exportação mas antes contabilizadas na balança de rendimentos, pelo que o valor registado como exportações de Timor-Leste (USD 18 milhões, sendo cerca de 90 por cento correspondente a café) é manifestamente diminuto face aos quase USD 700 milhões de dólares de importações registados em 2013 (um aumento de cerca de 4 por cento).

Tem sido frequente os EUA e a Alemanha alternarem na posição de principal comprador do café timorense, tendo esse papel cabido à Alemanha em 2013, ao adquirir cerca de 48 por cento do café timorense (cf. gráfico 59). Ocasionalmente Singapura intromete-se nesta situação de duopólio, embora o seu papel seja essencialmente de intermediário e não de consumidor final deste produto. As exportações deste bem reduziram-se fortemente em 2013, fruto da continuada queda do seu preço internacional (que só em 2014 começou a recuperar). Esta prolongada queda dos preços do café terá desincentivado a necessária renovação das plantações, que, não obstante a sua qualidade, apresentam rendimentos baixos.

Gráfico 57 • Inflação

Variação anual do IPC, em percentagem

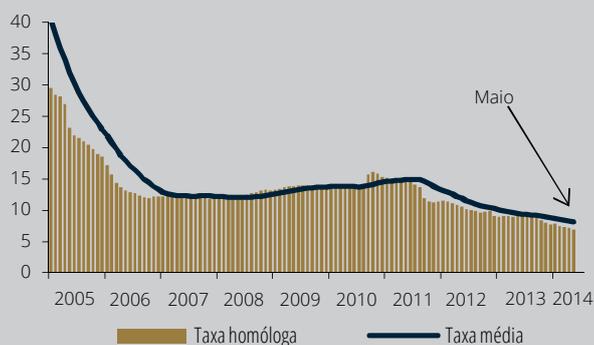
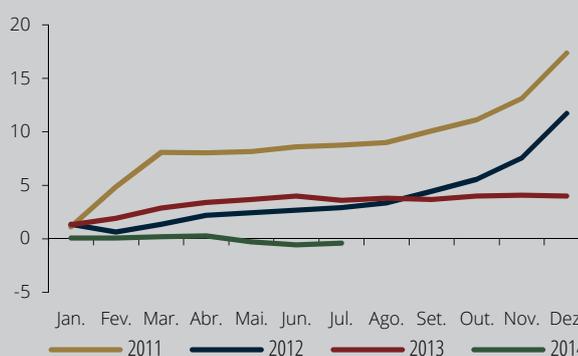


Gráfico 58 • Inflação

Variação acumulada do IPC (no ano), em percentagem



Fontes: Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e Banco Central de Timor-Leste.

No que diz respeito às importações, apesar da conclusão em 2102 das centrais elétricas de Hera e Betano, manteve-se o elevado nível das importações de bens de capital,

verificando-se simultaneamente um aumento (ligeiro) nas importações dos bens de consumo e intermédios.

Quadro 72 • Balança de pagamentos

Em percentagem do PIB não-petrolífero

	2011	2012	2013	2014
			Est.	Prev.
Balança corrente	209	210	160	68
Balança comercial	-33	-50	-49	-45
Exportações	3	3	1	1
Importações	-36	-53	-50	-47
Serviços (líq.)	-123	-79	-42	-34
Rendimentos (líq.)	319	305	237	136
dos quais: Rend. petrolíferos	308	312	246	137
Transferências correntes (líq.)	47	34	13	12
Balança de capital e financeira	-200	-177	-185	-69
Balança global	5	33	-14	-1

Fonte: Banco Central de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional.

A conclusão dos referidos projetos de investimento contribuiu para a redução do elevado peso relativo registado em 2011 e 2012 das importações provenientes da Finlândia (país da empresa responsável pela construção destas centrais); esta redução permitiu a recuperação do peso dos mais “tradicionais” parceiros regionais (Indonésia, Singapura e Malásia). A China, que em 2011 também sobressaía nas importações, no contexto da participação de

empresas deste país em projetos de construção civil (investimento público), perdeu importância nos dois últimos anos, o mesmo se verificando com a Austrália, um parceiro com marcada relevância até 2009, mas que perdeu destaque, em parte devido à forte apreciação da sua moeda nos dois anos seguintes, situação que não mostra indícios de ser revertida, apesar da mais recente depreciação desta moeda (cf. gráfico 60).

Gráfico 60 • Exportações de mercadorias

Destinos em percentagem, total em milhões de USD

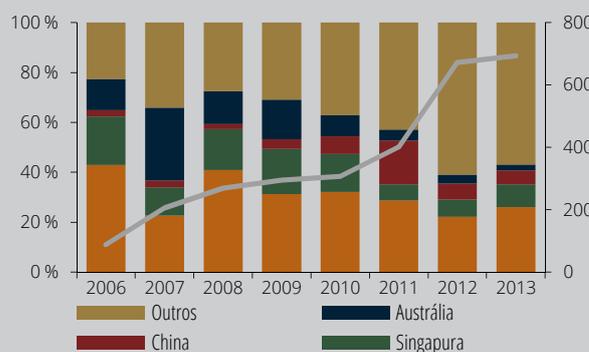
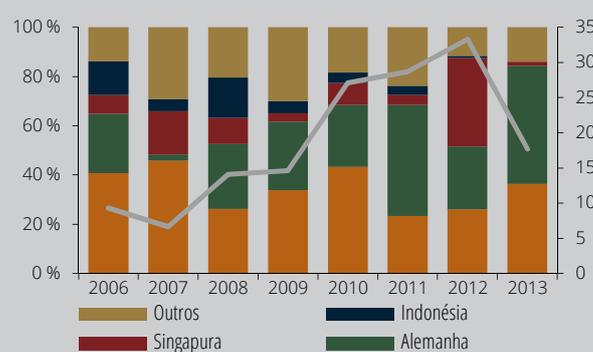


Gráfico 61 • Importações de mercadorias

Origens em percentagem, total em milhões de USD



Fontes: Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e Banco Central de Timor-Leste.

A balança de pagamentos, em termos globais (incluindo portanto as aplicações no exterior do Fundo do Petróleo), apresentou em 2013 um défice equivalente a cerca de 14,1 por cento do PIB não-petrolífero, cerca de USD 200 milhões, a que correspondeu uma redução equivalente das disponibilidades líquidas do Banco Central sobre o exterior (DLX). Esta redução das disponibilidades durante 2013 deve ser vista no contexto do significativo aumento do seu valor no final do ano anterior, resultante dum desencontro temporal entre um aumento dos depósitos do Governo naquela instituição (com o consequente aumento das disponibilidades sobre o exterior) e o pagamento (que ocorreu já em 2013) de compromissos da Administração perante fornecedores, pelo que o valor das DLX no final de 2013 corresponde a uma situação mais próxima da normalidade.

Refira-se que já durante o primeiro semestre de 2014 se verificou uma nova e acentuada diminuição das disponibilidades líquidas do Banco Central sobre o exterior, acompanhada de uma concomitante redução do saldo dos depósitos do Governo junto daquela instituição; fruto dessa redução das disponibilidades sobre o exterior, o nível de cobertura das importações baixou para 3,8 meses. Na interpretação deste valor deve no entanto ser tido em conta que, para além destas disponibilidades, Timor-Leste regista uma confortável posição credora

perante o exterior (expressa essencialmente pelos ativos do Fundo do Petróleo).

À semelhança do que sucedeu pela primeira vez em 2012, Timor-Leste voltou a recorrer em 2013 a empréstimos de agências de cooperação e instituições financeiras internacionais (bancos multilaterais de desenvolvimento) para o financiamento de obras públicas, sobretudo na recuperação da rede viária. O recurso a esta opção foi no entanto diminuto (USD 43 milhões) e teve como principal motivação a vantagem destes empréstimos serem acompanhados de assistência técnica em áreas chave para Timor-Leste. A dívida externa (pública) corresponde a menos de 5 por cento do PIB não-petrolífero.

6.4. Finanças públicas

O ano de 2014 poderá marcar um ponto de viragem na condução da política orçamental e das finanças públicas em Timor-Leste.

Na sequência das discussões ocorridas no contexto da elaboração do orçamento para 2014, as autoridades timorenses reconheceram que na condução da política orçamental deveria ser tida em conta a dinâmica inflacionista gerada pelo crescimento da despesa pública registado nos últimos anos, a qual era acentuada pelos estrangulamentos resultantes de uma estrutura produtiva (incluindo os canais de distribuição) ainda muito incipiente.

Quadro 73 • Execução orçamental

Em % do PIB não-petrolífero

	2011	2012	2013		2014
			Est.	g.e. ^(b)	Prev.
Receitas Totais ^(a)	343	343	248	110	159
Receitas internas	10	11	10	96	10
Receitas petrolíferas	308	312	221	110	138
Donativos (infraestruturas)	25	22	14	120	7
Despesas totais	123	114	107	81	105
Despesas correntes	45	54	51	88	57
Despesas de investimento	52	39	26	75	27
Saldo Global	220	228	141	151	55

Fontes: Ministério das Finanças de Timor-Leste, Banco Central de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional.

Notas: (a) Grau de execução face ao valor orçamentado (em percentagem)

Por outro lado, um novo elemento veio dar uma particular ênfase às próprias limitações financeiras dessa política: pela primeira vez desde 2009, as receitas fiscais da exploração petrolífera caíram em valor absoluto em 2013 face ao ano anterior. Ao contrário do passado, este decréscimo não foi ditado pela evolução desfavorável dos preços internacionais do petróleo mas sim por já se ter atingido o pico da produção da atual exploração, estimando-se que a sua produção entre em acelerado declínio e se venha a extinguir em 2021 (e não quatro anos mais tarde, como anteriormente se previa).

Foi em parte por esse motivo (e pelas dificuldades de execução orçamental) que o montante total das despesas públicas em 2013 (cerca de USD 1,5 mil milhões) acabou por ser essencialmente idêntico ao do ano anterior, ao contrário das intenções iniciais, que, de acordo com o orçamento, apontavam para um crescimento superior a 27 por cento. A componente de investimento foi, tal como nos anos anteriores, aquela em que o grau de execução foi mais baixo (75 por cento), tendo o valor destas despesas sido inferior ao registado em 2012.

Fruto destas novas preocupações, o orçamento aprovado para 2014 apresenta pela primeira vez uma marcada redução das despesas (USD 1,7 mil milhões face a USD 1,9 mil milhões contemplados no orçamento de 2013). Esta diminuição é especialmente significativa nas

despesas de investimento, em que o valor orçamentado para 2014 é mesmo inferior ao executado em 2013 (e muito inferior ao orçamentado para o mesmo ano) e pode indiciar um maior realismo face às reais capacidades de execução neste domínio.

O maior aumento relativo nas despesas públicas previsto para 2014 verifica-se na rubrica de “transferências” (que assim passariam a corresponder ao dobro das despesas com pessoal). Esta categoria de despesas tem uma forte componente social, procurando assegurar um caráter inclusivo do crescimento económico (cf. gráfico 62).

A nível das receitas fiscais internas espera-se para 2014 um crescimento modesto (de 140 para 166 milhões de dólares, cerca de 10 por cento do PIB não petrolífero). Dentro destas receitas, os impostos indiretos continuarão a ser algo superiores aos impostos diretos e às outras receitas fiscais (nomeadamente taxas).

As grandes fontes de financiamento público continuarão a ser os saques sobre o Fundo do Petróleo (USD 903 milhões) e a utilização de saldos da conta do Tesouro no Banco Central (USD 400 milhões). O valor conjunto destas duas rubricas fica ainda assim abaixo da verba estimada como rendimentos petrolíferos em 2014.

Neste domínio deve ser referenciado o facto de o agregado designado por receitas petrolíferas ter duas componentes distintas: por um lado,

Gráfico 62 • Receitas públicas

Em percentagem do PIB não-petrolífero

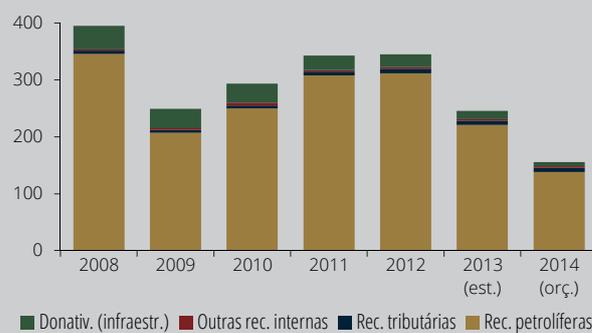
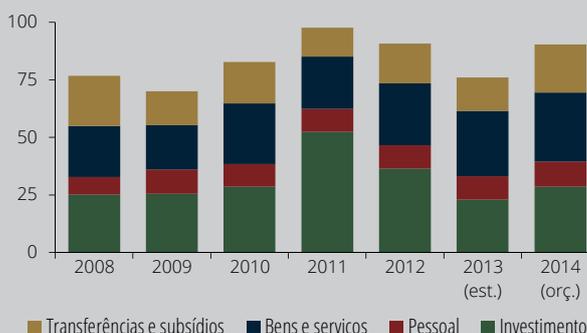


Gráfico 63 • Despesas públicas

Em percentagem do PIB não-petrolífero



Fontes: BCTL, Ministério das Finanças de Timor-Leste e Fundo Monetário Internacional.

as receitas fiscais decorrentes dos pagamentos contratuais das empresas que operam no setor petrolífero (que o documento orçamental prevê que se cifre em USD 1,4 mil milhões, uma quebra de 54 por cento face ao valor de 2013) e, por outro, os rendimentos das aplicações financeiras do Fundo do Petróleo (que se estima poderem atingir USD 770 milhões em 2014).

Enquanto as primeiras deverão ter nos anos mais próximos uma evolução rapidamente decrescente (a não ser que novas explorações entrem em atividade ou que o preço do petróleo volte a subir significativamente), os rendimentos das aplicações do Fundo do Petróleo tenderão a estabilizar, em sintonia com a estabilização do valor do Fundo (admitindo que, na ausência de novas receitas, os levantamentos anuais para financiamento orçamental respeitem o limiar do “rendimento sustentável”).

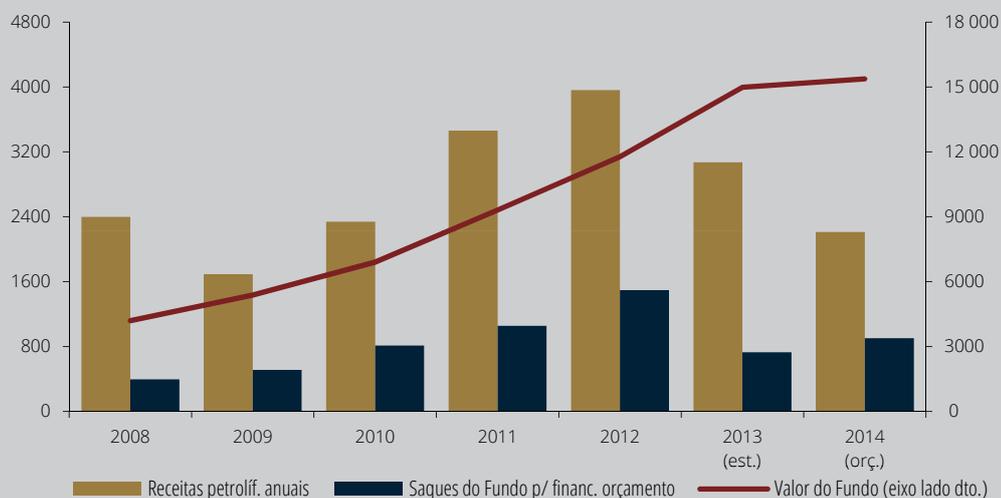
6.5. Situação monetária e cambial

Em Timor-Leste o comportamento de algumas das mais relevantes variáveis do domínio monetário reflete de forma acentuada fatores associados à gestão das finanças públicas. Esta situação reflete-se mais claramente no nível das disponibilidades sobre o exterior do Banco Central e na evolução dos saldos dos depósitos públicos na mesma instituição.

O Governo recorre aos saques sobre o Fundo do Petróleo (autorizados no quadro do processo legislativo de aprovação do orçamento) para reforçar os seus depósitos correntes naquela instituição a fim de proceder a pagamentos a agentes económicos internos (o que dá origem a um aumento da massa monetária) ou externos (o que provoca uma redução das disponibilidades sobre o exterior). Estes saques diminuem o valor do Fundo mas em contrapartida aumentam, numa fase transitória, o nível das disponibilidades do BCTL sobre o exterior (e das suas responsabilidades internas perante o Governo).

A tendencial simultaneidade destes movimentos (saques sobre o Fundo e concretização dos pagamentos) no entanto não se verifica, registando-se períodos em que ocorrem situações prolongadas de significativos aumentos dos depósitos do Governo e paralelamente das disponibilidades do BCTL sobre o exterior (como no final de 2012), a que se sucedem marcadas reduções (como em junho deste ano). Esses movimentos, apesar da sua elevada dimensão, por serem de sentido inverso em termos de criação de liquidez, tendem a não ter uma forte correspondência no que diz respeito a alterações significativas na sua situação global (cf. gráfico 65).

Gráfico 64 •
Fundo do Petróleo
Valor acumulado e fluxos anuais, em milhões de USD
Fontes: Banco Central de Timor-Leste e Ministério das Finanças de Timor-Leste.



Já o crédito ao setor privado da economia (com muito menor expressão quantitativa) tem apresentado um comportamento mais estável, tendo crescido 13,6 por cento em 2013 e 3,8 por cento no primeiro semestre deste ano.

O valor da massa monetária³ cresceu cerca de 23 por cento em 2013, enquanto no primeiro semestre de 2014 apresenta uma variação negativa de cerca de 11,5 por cento, contração que neste último período surge associada a um aumento das responsabilidades perante o exterior dos bancos comerciais. Esta evolução recente não impede no entanto que estes bancos mantenham uma forte posição credora líquida face ao exterior, decorrente da aplicação dos seus excedentes fora de Timor-Leste, resultado das limitadas oportunidades de concessão de crédito a entidades residentes.

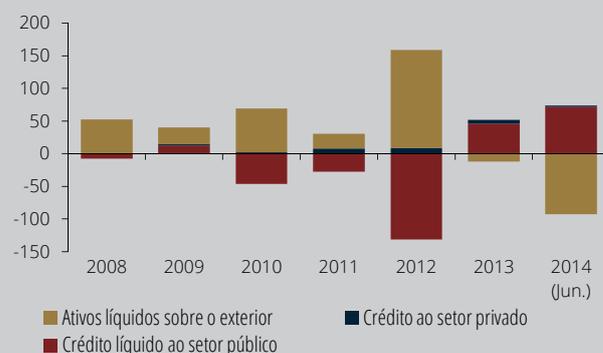
A dolarização implica que Timor-Leste seja afetado pelas flutuações da moeda americana face às moedas dos seus principais parceiros económicos, como a Indonésia e a Austrália. Desde 2011 que as moedas destes dois países se têm depreciado significativamente face ao dólar norte-americano, provocando uma inerente apreciação do índice de taxa de câmbio efetiva de Timor-Leste.

Essa apreciação foi ainda mais acentuada em termos reais até ao início do presente ano, já que a inflação em Timor-Leste era até então

marcadamente superior à registada na generalidade dos seus parceiros comerciais, situação que só recentemente se deixou de verificar (cf. gráfico 66).

Gráfico 65 • Fatores de variação da liquidez

Em % do valor inicial da massa monetária



Fontes: Banco Central de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.

Gráfico 66 • Taxa de câmbio efetiva

Índices base 100: Janeiro de 2001; médias mensais



Quadro 74 • Principais indicadores económicos

		2009	2010	2011	2012	2013		2014	
						Prev.	Est.	Prev.	Est.
Produto e preços									
Rendim. nacional bruto	milhões de USD	2556	3295	4732	4690	6305	4175	3737	
PIB total	milhões de USD	3299	4215	5726	5579	6129	4941	4510	
PIB total	t. var. anual real	-6,7	-1,4	7,9	-10,4	-3,2	-10,7	-10,2	
PIB não petrolífero	milhões de USD	818	935	1123	1270	1791	1392	1609	
PIB não petrolífero	t. var. anual real	12,9	9,4	14,7	7,8	8,1	5,4	6,6	
Inflação	t. var. homóloga	1,8	9,2	17,4	11,7	11,0	4,0	1,0	0,0 jul.
Inflação	t. var. média anual	0,7	6,8	17,4	11,8	11,4	10,8	2,5	4,0 jul.
Finanças públicas									
Receitas totais	% do PIB não-petr.	249	293	343	343	176	248	159	
Receitas internas	% do PIB não-petr.	8	10	10	11	8	10	10	
Receitas petrolíferas	% do PIB não-petr.	207	250	308	312	156	221	138	
Outras receitas	% do PIB não-petr.	34	33	25	22	14	15	8	
Despesas totais	% do PIB não-petr.	70	114	123	114	103	107	105	
Despesas correntes	% do PIB não-petr.	27	54	45	54	47	53	62	
Despesas de investimento	% do PIB não-petr.	43	60	78	60	56	54	43	
Saldo global	% do PIB não-petr.	179	179	220	228	72	141	55	
Fundo Petrolífero	% do PIB não-petr.	657	738	829	927	793	1077	1028	1034 jun.
Moeda e crédito									
Ativos externos líquidos ^(b)	milhões de USD	443	622	689	1179	986	1130	1108	661 jun.
	taxa de variação ^(b)	15,7	40,4	10,8	71,1	-16,4	14,6	-1,9	-40,3 jun.
	meses de importaç.	4,8	5,9	4,6	8,3	6,4	7,3	6,3	3,8 jun.
Crédito à economia (s. priv.)	milhões de USD	104	110	133	160	194	182	236	189 jun.
	taxa de variação ^(b)	5,1	5,8	20,9	20,3	21,3	-6,2	29,7	-19,9 jun.
Depós. líq. setor público	milhões de USD	206	331	413	841	648	651	770	286 jun.
	taxa de variação ^(b)	-10,4	60,7	24,8	103,6	-22,9	0,5	18,3	-62,9 jun.
Massa monetária	milhões de USD	268	296	326	412	493	507	600	449 jun.
	taxa de variação ^(b)	40,3	10,4	10,1	26,4	19,7	2,8	18,3	-25,2 jun.
Balança de pagamentos									
Exportação de mercadorias ^(c)	milhões de USD	15	27	29	33	37	18	20	
Importações de mercadorias	milhões de USD	-337	-307	-402	-672	-769	-694	-753	
Rendimentos petrolíferos ^(d)	milhões de USD	1660	2331	3461	3960	3273	3427	2199	
Balança corrente	milhões de USD	1285	1678	2352	2668	2105	2224	1098	
	% do PIB não-petr.	157	179	209	210	118	160	68	
Balança de cap. e financeira	milhões de USD	-1243	-1505	-2249	-2242	-2299	-2574	-1113	
	% do PIB não-petr.	-152	-161	-200	-177	-128	-185	-69	
Balança global	milhões de USD	39	156	55	422	-194	-197	-15	
	% do PIB não-petr.	4,8	16,7	4,9	33,2	-10,8	-14,1	-0,9	
Taxas de câmbio									
USD / IDR (Indonésia)	taxa média	10 412	9085	8777	9384		10 463	11 689 jul.	
USD / AUD (Austrália)	taxa média	1,28	1,09	0,97	0,97		1,04	1,06 jul.	
ITCE nominal (base 100: 2001) ^(e)	taxa de variação ^(b)	-13,5	-5,3	-0,2	1,3		18,4	-3,1 jul.	
ITCE real (base 100: 2001) ^(e)	taxa de variação ^(b)	-13,3	-1,0	13,1	6,6		20,9	-3,7 jun.	

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Banco Indonésia, Banco de Reserva da Austrália, Autoridade Monetária de Singapura, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Não inclui os ativos do Fundo do Petróleo; (b) Taxa de variação face a dezembro anterior; (c) Não inclui as exportações de petróleo / gás; (d) Inclui os pagamentos ao Estado efetuado pelas empresas energéticas e os rendimentos das aplicações do Fundo do Petróleo; (e) Índice da taxa de câmbio efetiva calculado a partir das taxas de câmbio dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste (apreciação: +; depreciação: -)

Quadro 75 • Produto interno bruto

Preços correntes, em milhões de USD

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
						Est.	Prev.
Agricultura, pescas e silvicultura	171	173	191	193	236		
Indústria extrativa	3746	2473	3281	4605	4310		
dq: Extração de petróleo e gás natural	3745	2472	3281	4604	4309		
Indústria transformadora	12	12	11	11	12		
Construção	91	139	155	248	239		
Comércio e serviços	325	364	410	436	479		
Comércio (grosso e retalho)	164	183	187	203	222		
Informação e comunicações	30	38	45	56	62		
Atividade financeira	4	4	3	8	9		
Imobiliário	71	74	84	92	113		
Serviços profiss., cient., técnicos e administr.	5	7	25	30	34		
Outros serviços	51	58	66	47	39		
Administração Pública	94	148	175	216	279		
PIB não petrolífero (a custo de fatores)	694	837	942	1105	1246		
PIB não petrolífero (a preços de mercado)	694	818	934	1123	1270	1392	1609
PIB total (incl. produção petrolífera)	4438	3290	4215	5707	5545	4941	4510
Consumo	1239	1416	1551	1707	1995		
Consumo privado	511	569	637	723	906		
Consumo público	728	847	914	984	1089		
Investimento bruto	203	490	550	829	831		
Formação bruta capital fixo	202	489	549	828	798		
Variação de Existências	1	1	1	1	33		
Procura Interna	1442	1906	2101	2536	2826		
Exportações de bens e serviços (incl. bens energ.)	4259	3066	3960	5283	5187		
Procura Global	5700	4972	6061	7819	8013		
Importações de bens e serviços	932	1316	1461	1629	1598		
Para memória:							
PIB não-petrolífero (em percentagem do PIB total)	16,0	25,0	22,2	19,6	22,8	28,2	35,7
PIB não-petrolífero (variação real, em percentagem)	14,3	12,9	9,5	14,7	7,8	5,4	6,6

Fontes: Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste (Contas Nacionais 2000-2012), Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 76 • Índice de preços no consumidor

Em percentagem

		Var. mensal	Var. homóloga	Var. média
		[1]	[2]	[3]
2002	Dezembro		9,5	
2003	Dezembro		4,2	7,2
2004	Dezembro		1,8	3,2
2005	Dezembro		0,9	1,1
2006	Dezembro		7,3	3,9
2007	Dezembro		8,6	10,3
2008	Dezembro		7,5	9,0
2009	Dezembro		1,8	0,7
2010	Dezembro		9,2	6,8
2011	Dezembro		17,4	13,5
2012	Dezembro		11,7	11,8
2013	Dezembro		4,0	10,8
2012	Janeiro	1,4	17,7	14,3
	Fevereiro	-0,7	12,6	14,4
	Março	0,7	10,1	14,0
	Abril	0,8	11,0	13,8
	Maio	0,3	11,2	13,6
	Junho	0,2	11,0	13,3
	Julho	0,3	11,1	13,1
	Agosto	0,4	11,3	13,0
	Setembro	1,1	11,4	12,8
	Outubro	1,1	11,5	12,5
	Novembro	1,9	11,6	12,2
	Dezembro	3,8	11,7	11,8
2013	Janeiro	1,3	11,2	11,3
	Fevereiro	0,6	12,7	11,3
	Março	1,0	12,2	11,4
	Abril	0,5	12,6	11,6
	Maio	0,3	12,6	11,7
	Junho	0,3	13,0	11,9
	Julho	-0,4	12,0	12,0
	Agosto	0,2	11,8	12,0
	Setembro	-0,1	10,5	11,9
	Outubro	0,3	9,7	11,8
	Novembro	0,1	7,7	11,4
	Dezembro	-0,1	4,0	10,8
2014	Janeiro	0,1	2,8	10,0
	Fevereiro	0,0	2,2	9,1
	Março	0,1	1,3	8,2
	Abril	0,1	0,9	7,2
	Maio	-0,6	0,0	6,1
	Junho	-0,3	-0,6	5,0
	Julho	0,2	0,0	4,0

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Direção Nacional de Estatística de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] mês (n) / mês (n-1); [2] mês (n) / mês (n) do ano anterior; [3] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro 77 • Balança de pagamentos

Em milhões de USD

	2009	2010	2011	2012	2013		2014
					Prev.	Est.	Prev.
Balança corrente	1285	1678	2352	2668	2105	2224	1098
Balança comercial	-323	-280	-373	-638	-731	-676	-732
Exportações ^(a)	15	27	29	33	37	18	20
dq: Café	8	17	12	19	33	16	19
Importações	-337	-307	-402	-672	-769	-694	-753
dq: Bens de consumo e intermédios	-279	-257	-303	-506	-628	-522	-563
Bens de capital	-56	-50	-99	-166	-141	-171	-189
Balança de serviços	-776	-961	-1385	-998	-1004	-581	-547
Exportações	52	75	79	69	86	45	51
dq: Viagens	16	31	24	21	26	29	33
Importações	-828	-1036	-1464	-1068	-1090	-627	-598
dq: serviços relacionados com construção	1933	2435	3577	3873	3394	3304	2191
Balança de rendimentos							
dq: Rendimentos petrolíferos ^(b)	1660	2331	3461	3960	3273	3427	2199
Balança de transferências correntes	451	484	533	432	447	177	186
dq: Donativos oficiais	444	445	457	395	290	152	...
Balança de capital e financeira	-1243	-1505	-2249	-2242	-2299	-2574	-1113
Balança de capitais	27	31	26	23	28	20	28
Transferências de capital oficiais	-1273	-1536	-2275	-2265	-2326	-2594	-1141
Balança financeira	-1330	-1509	-2424	-2465	-2431	-2283	-1492
dp: Aplicação de poupanças petrolíferas							
Investim. direto estrangeiro	50	55	14	31	53	31	109
Fluxos de dívida externa	0	0	0	22	44	44	31
Valores em trânsito, erros e omissões	2	-17	-48	-4	0	154	0
Balança global	39	156	55	422	-194	-197	-15
Financiamento	-39	-156	-55	-422	194	197	15
Variação ativos externos líq. (aumento: -)	-39	-156	-55	-422	194	197	15
Para memória:							
					(em percentagem do PIB não petrolífero)		
Rendimentos petrolíferos ^(b)	203	249	308	312	183	246	137
Balança corrente	157	179	209	210	118	160	68
Balança de capital e financeira	-152	-161	-200	-177	-128	-185	-69
Balança global	4,8	16,7	4,9	33,2	-10,8	-14,1	-0,9

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Notas: (a) Não inclui o valor das receitas das exportações petrolíferas, o qual está contabilizado como rendimento (b) Inclui o rendimento das aplicações do Fundo do Petróleo; a previsão apresentada para 2014 é da autoria do FMI, a qual difere do valor do OGE 2014.

Quadro 78 • Distribuição geográfica das exportações

Em percentagem do total

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
E.U.A.	47,5	49,1	40,8	45,9	26,2	33,8	43,2	23,3	26,1	36,3
Alemanha	5,9	20,7	24,2	2,4	26,3	27,9	25,3	45,1	25,4	48,0
Singapura	2,2	1,1	7,6	17,6	10,8	3,4	9,0	4,2	36,0	1,7
Indonésia	17,1	5,0	13,6	5,0	16,4	4,9	4,2	3,7	0,9	0,0
Portugal	7,8	11,9	2,1	2,6	6,3	8,9	4,3	0,9	0,6	0,9
Austrália	12,5	5,5	3,6	7,8	2,1	3,0	4,1	2,3	0,3	3,4
Japão	1,2	1,2	1,4	0,0	5,0	4,7	3,7	5,4	3,8	6,4
Outros	5,9	5,4	6,7	18,7	6,9	13,4	6,1	15,1	6,9	3,2
Valor das Exportações ^(a)	8,0	9,0	9,3	6,6	14,1	14,6	27,1	28,7	33,3	17,7

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Em milhões de USD.

Quadro 79 • Distribuição geográfica das importações

Em percentagem do total

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Indonésia	53,0	47,0	43,0	22,7	40,9	31,2	32,2	28,8	22,2	26,1
Singapura	13,4	14,6	19,4	11,3	16,4	18,1	15,1	6,3	6,8	9,0
China	1,0	1,7	2,5	2,7	2,0	3,9	7,2	17,6	6,5	5,7
Malásia	0,6	0,8	0,9	0,0	4,4	2,7	1,7	4,0	7,7	11,5
Vietname	4,6	4,5	5,0	1,7	6,7	11,7	4,7	2,2	4,6	5,9
Austrália	17,7	13,9	12,5	29,2	13,3	16,0	8,4	4,5	3,5	2,3
Japão	1,1	10,4	2,5	7,4	2,2	2,6	3,4	1,7	3,5	1,6
Portugal	1,5	1,6	2,2	0,7	1,2	3,2	2,4	1,4	1,6	1,8
Tailândia	1,2	1,1	3,5	0,0	2,0	1,1	1,1	2,4	1,7	1,0
Outros	5,9	4,5	8,5	24,3	11,0	9,3	23,8	30,9	41,9	35,2
Valor das Importações ^(a)	113,5	101,6	87,7	206,1	268,6	295,1	307,4	401,9	671,6	693,5

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Ministério das Finanças de Timor-Leste e cálculos do Banco de Portugal.

Nota: (a) Em milhões de USD.

Quadro 80 • Operações financeiras do Estado

Em milhões de USD

	2010	2011	2012	2013			2014
				Orç.	Est.	g.e. ^(a)	Orç.
Receitas totais	2744	3854	4351	3148	3455	110	2564
Receitas internas	96	109	138	146	140	96	166
Impostos diretos	18	28	37	42	40	95	45
Impostos indiretos	32	51	61	64	61	95	75
Outras receitas internas	46	30	39	41	39	97	46
Receitas petrolíferas ^(b)	2338	3461	3960	2798	3070	110	2213
Receitas fiscais da exploração petrolíf.	2117	3240	3559	2309	2693	117	1443
Rendim. aplicaç. do Fundo do Petróleo	221	221	401	489	377	77	770
Donativos (para infraestruturas)	309	284	254	203	245	120	185
Despesas totais	1070	1381	1451	1851	1492	81	1685
Despesas correntes	506	509	691	841	739	88	993
Despesas com o pessoal	92	112	131	161	142	88	177
Despesas em bens e serviços	246	254	342	442	395	89	480
Transferências correntes	169	143	219	239	203	85	336
Despesas de investimento ^(c)	564	872	760	1010	753	75	692
Saldo global	1675	2473	2900	1297	1963	151	879
Saldo global (excl. receitas petrolíferas)	-664	-989	-1060	-1501	-1107	74	-1334
Financiamento	664	989	1060	1501	1107		1334
Var. saldos de caixa (aumento: -)	-147	-70	-478	671	190		400
Saques s/ Fundo Petróleo (rend. sust.)	650	657	654	787	730		632
Saques s/ F. Petróleo (acima rend. sust.)	161	399	841	0	0		271
Endividamento (desembolsos)	0	0	22	44	43		31
Outros (inclui erros e omissões)	0	4	21	-1	144		0
Para memória:							
PIB não petrolífero (em milhões de USD)	935	1123	1270	1791	1392		1609
Saldo global (em % do PIB não-petrolíf.)	179	220	228	72	141		55
Saldo global, excl. rec. petr. (em % do PIB np)	-71	-88	-83	-84	-80		-83
Fundo do Petróleo (valor acumul., em milh. USD)	6904	9310	11 775	14 206	14 986		15 639
Fundo do Petróleo (em % do PIB não-petrolíf.)	738	829	927	793	1077		972

Fontes: BCTL, Ministério das Finanças de Timor-Leste, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: (a) Grau de execução face ao orçamentado, em percentagem; (b) Inclui receitas fiscais relacionadas com a atividade de exploração petrolífera e os rendimentos das aplicações financeiras do Fundo do Petróleo; (c) Inclui projetos de investimento em infraestruturas financiados por donativos de parceiros de desenvolvimento.

Quadro 81 • Síntese monetária
Em milhões de USD

	2009		2010		2011		2012		2013		2013 / 2012		2014		2014 jun. / 2013	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	[1]	[2]	Jun.	[1]	[2]	
Ativos externos líquidos	443	622	689	1179	1130	1130	1130	1130	1130	1130	-4,1	-11,8	661	-41,5	-92,7	
Disponibilidades sobre o exterior	469	650	756	1251	1148	1148	1148	1148	1148	1148	-8,2	-25,0	763	-33,5	-76,0	
Banco Central de Timor-Leste	250	406	498	884	687	687	687	687	687	687	-20,2	-47,7	294	-57,2	-77,5	
Bancos comerciais	219	244	259	368	462	462	368	368	462	462	25,4	22,7	469	1,6	1,5	
Responsabilidades perante o exterior	-26	-28	-68	-72	-18	-18	-72	-72	-18	-18	-75,1	13,2	-103	469,7	-16,7	
Banco Central de Timor-Leste	-12	-12	-14	-12	-12	-12	-12	-12	-12	-12	-0,3	0,0	-12	0,4	0,0	
Bancos comerciais	-14	-16	-53	-60	-6,1	-6,1	-60	-60	-6,1	-6,1	-89,9	13,2	-91	1 385,2	-16,7	
Ativos internos líquidos	-174	-327	-362	-767	-623	-623	-767	-767	-623	-623	-18,7	34,9	-212	-66,0	81,2	
Crédito líquido ao Estado	-206	-331	-413	-841	-651	-651	-841	-841	-651	-651	-22,6	46,3	-286	-56,1	72,0	
Crédito bruto	1	22	6	0	0	0	0	0	0	0			0			
Depósitos do Estado	-207	-353	-419	-841	-651	-651	-841	-841	-651	-651	-22,6	46,3	-286	-56,1	72,0	
Crédito ao setor privado	104	110	133	160	182	182	160	160	182	182	13,6	5,3	189	3,8	1,5	
Outros ativos (líquidos)	-72	-105	-83	-86	-155	-155	-86	-86	-155	-155	79,3	-16,6	-116	-25,2	7,7	
Total do ativo	268	295	326	412	507	507	412	412	507	507	23,1	23,1	449	-11,5		
Massa monetária (M3)	268	295	326	412	507	507	412	412	507	507	23,1	23,1	449	-11,5		
Circulação monetária ^(a)	2,8	3,4	3,9	4,8	6,7	6,7	4,8	4,8	6,7	6,7	41,3	8,3	8,3	23,9		
Depósitos à ordem	155	138	163	206	279	279	206	206	279	279	35,8	35,8	247	-11,5		
Depósitos a prazo e outros depósitos	111	154	160	201	221	221	201	201	221	221	9,7	9,7	194	-12,2		
Para memória:																
Ativos do Fundo Petrolífero (em milhões de USD)	5377	6904	9310	11 775	14 986	14 986	11 775	11 775	14 986	14 986	27,3	27,3	16 634	11,0		
Ativos externos líquidos (em meses de importações)	4,8	5,9	4,6	8,5	7,3	7,3	8,5	8,5	7,3	7,3			3,8			

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Notas: [1] Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (fatores de expansão/contração da liquidez).

[2] Variação percentual relativamente ao período anterior. [2] Variação percentual relativamente ao período anterior, excluindo-se as notas de USD emitidas pelo BCTL, excluindo-se as notas de USD dado que não correspondem a passivos do sistema bancário de Timor-Leste

(a) Circulação: este agregado inclui somente as moedas metálicas de centavos (sub-denominações do USD) emitidas pelo BCTL, excluindo-se as notas de USD dado que não correspondem a passivos do sistema bancário de Timor-Leste

Quadro 82 • Taxas de câmbio

Taxas médias

		USD / AUD	USD / IDR	EUR / USD	ITCE ^(a)	
					Nominal	Real
2002		1,84	9319	0,94	92,92	87,27
2003		1,54	8574	1,13	84,35	81,25
2004		1,36	8938	1,24	83,43	79,46
2005		1,31	9709	1,24	86,59	78,70
2006		1,33	9167	1,26	82,53	72,17
2007		1,20	9140	1,37	71,26	69,96
2008		1,20	9690	1,47	71,42	71,22
2009		1,28	10 412	1,39	75,10	73,75
2010		1,09	9085	1,33	67,61	68,45
2011		0,97	8777	1,39	63,93	70,53
2012		0,97	9384	1,29	65,95	78,81
2013		1,04	10 463	1,33	71,46	91,10
2012	Janeiro	0,96	9109	1,29	65,14	76,87
	Fevereiro	0,93	9026	1,32	64,27	75,37
	Março	0,95	9165	1,32	46,11	54,30
	Abril	0,97	9176	1,32	46,27	54,80
	Mai	1,00	9290	1,28	46,91	55,66
	Junho	1,00	9451	1,25	66,96	79,42
	Julho	0,97	9442	1,23	66,44	78,50
	Agosto	0,95	9490	1,25	66,20	78,02
	Setembro	0,96	9556	1,29	66,21	78,83
	Outubro	0,97	9598	1,30	66,43	81,82
	Novembro	0,96	9627	1,28	66,38	81,75
	Dezembro	0,95	9679	1,31	66,44	81,83
2013	Janeiro	0,95	9723	1,33	67,03	85,29
	Fevereiro	0,97	9684	1,34	67,70	86,16
	Março	0,97	9710	1,30	67,70	87,13
	Abril	0,96	9723	1,30	67,66	87,68
	Mai	1,01	9760	1,30	68,56	89,04
	Junho	1,06	9882	1,32	69,76	90,41
	Julho	1,10	10 073	1,31	70,91	90,12
	Agosto	1,11	10 589	1,33	73,07	92,29
	Setembro	1,08	11 346	1,33	75,45	95,30
	Outubro	1,05	11 367	1,36	74,87	94,61
	Novembro	1,07	11 613	1,35	76,15	96,16
	Dezembro	1,11	12 087	1,37	78,69	98,96
2014	Janeiro	1,13	12 180	1,36	79,45	99,46
	Fevereiro	1,12	11 935	1,37	78,27	97,75
	Março	1,10	11 427	1,38	76,18	94,99
	Abril	1,07	11 436	1,38	75,62	94,51
	Mai	1,07	11 526	1,37	75,92	94,17
	Junho	1,07	11 893	1,36	77,18	95,32
	Julho	1,06	11 689	1,35	76,27	

Fontes: Banco Central de Timor-Leste, Banco Central Europeu, Banco da Indonésia, Banco de Reserva da Austrália, Autoridade Monetária de Singapura e cálculos do Banco de Portugal.

Notas:(a) Índice de Taxa de Câmbio Efetiva (ITCE) baseado nas taxas de câmbio das moedas dos principais parceiros comerciais de Timor-Leste (apreciação: +; depreciação: -). Base: 2001 = 100.





RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DE PORTUGAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE

Em 2013, o comércio de bens entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste manteve-se em crescimento, representando 7,9 por cento das exportações e 4,9 por cento das importações totais portuguesas, enquanto o investimento bruto português naqueles países registou uma redução de 78 por cento.

O maior volume de desembolsos de linhas de crédito concessionais impulsionou a dívida oficial dos PALOP a Portugal, aumentando 3,5 por cento. Angola mantém-se como o principal parceiro deste conjunto de países, tanto nas exportações, como importações, investimento bruto e dívida (83, 97, 53 e 41 por cento do total, respetivamente).

1. Relações comerciais e balanças de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

As relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste evidenciaram novo crescimento em 2013, prosseguindo a trajetória anterior. Tal como em 2012, essa subida foi sobretudo patente nas importações daquele conjunto de países, que aumentaram 50 por cento (mantendo um ritmo similar ao do ano anterior), tendo as exportações de produtos nacionais para aqueles destinos crescido 4 por cento (24 por cento em 2012).

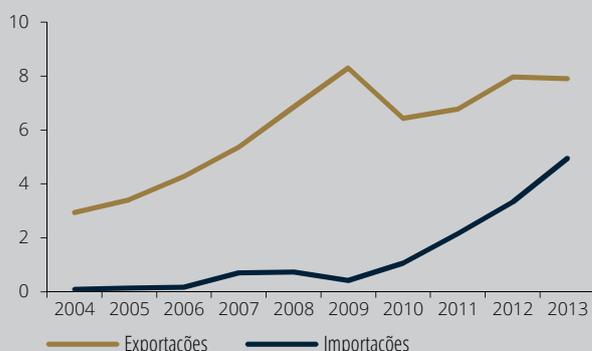
O peso deste grupo de países no total das relações comerciais portuguesas com o resto do mundo reforçou-se relativamente às importações, passando a representar 4,9 por cento

(+1,9 p.p. que em 2012), tendo evidenciado uma ligeira redução quanto às exportações, para 7,9 por cento (-0,1 p.p.).

Em 2013, Portugal exportou mercadorias para os países em apreço num montante total de EUR 3770 milhões, um aumento de EUR 151 milhões relativamente a 2012, que resultou de maiores valores de produtos destinados a Angola (que cresceram EUR 121 milhões), Moçambique (EUR 40 milhões) e São Tomé e Príncipe (EUR 4 milhões). A procura de produtos portugueses por parte dos restantes países diminuiu no ano passado, em EUR 13 milhões relativamente a Cabo Verde e em cerca de EUR 1 milhão tanto da Guiné-Bissau como de Timor-Leste.

Gráfico 67 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

Em percentagem do total



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Gráfico 68 • Relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

Em 2013, milhões de EUR

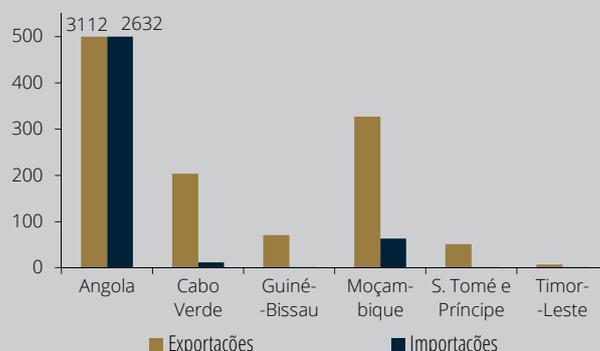
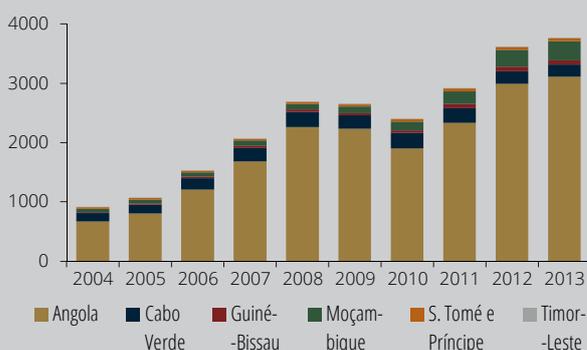


Gráfico 69 • Exportações para os PALOP e Timor-Leste

Por destinos, milhões de EUR



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Gráfico 70 • Importações dos PALOP e de Timor-Leste

Por origens, milhões de EUR



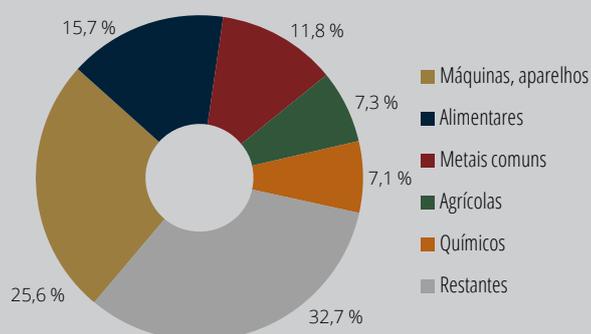
As importações portuguesas de mercadorias, neste universo, ascenderam a EUR 2707 milhões em 2013, um crescimento de EUR 901 milhões face a 2012, principalmente decorrente da maior procura de produtos angolanos (em EUR 851 milhões, sobretudo **combustíveis minerais**, onde se inclui o petróleo) e moçambicanos (em EUR 46 milhões, especialmente bens **alimentares**).

Desde 2006 que Angola se mantém como o principal mercado para as trocas comerciais portuguesas com os PALOP e Timor-Leste, sendo responsável por 97 por cento das importações e absorvendo 83 por cento das exportações. A grande distância surge Moçambique, com 9 por cento dos produtos portugueses exportados para estes países e 2 por cento das importações.

Os grupos de produtos mais significativos das exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste em 2013 foram novamente as **máquinas e aparelhos**, os **alimentares** e os **metais comuns**, ainda que no seu conjunto tenham visto reduzir o seu peso para 53,0 por cento (54,2 em 2012), face à redução daqueles últimos. Ainda que continuando largamente dominantes, os **combustíveis minerais** viram reduzir-se o seu peso nas importações portuguesas destes países para 97,1 por cento (98,3 por cento em 2012) como resultado do crescimento dos bens **alimentares** moçambicanos que passaram a 1,8 por cento (0,4 por cento em 2012).

A maior dinâmica das importações de mercadorias resultou numa redução do excedente comercial de Portugal com os PALOP e

Gráfico 71 • Exportações para os PALOP e Timor-Leste
Em 2013, por grupos de produtos



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Gráfico 72 • Importações dos PALOP e de Timor-Leste
Em 2013, por grupos de produtos

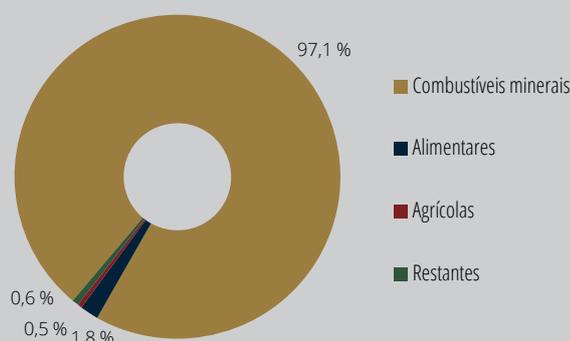
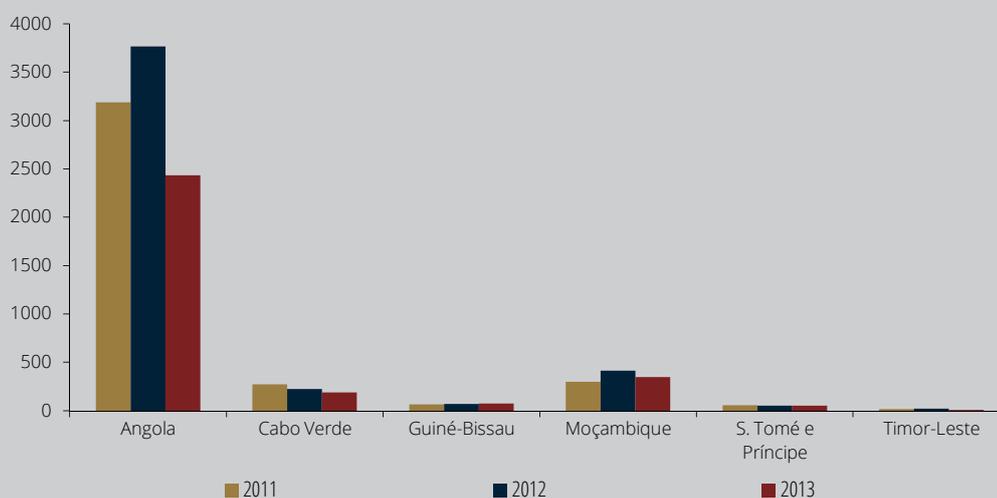


Gráfico 73 • Balanças correntes com os PALOP e Timor-Leste
SalDOS, milhões de EUR

Fonte: Banco de Portugal.



Timor-Leste em 2013, para EUR 1166 milhões. Contando ainda com a diminuição do saldo da balança de rendimentos (em 75 por cento), o saldo agregado das balanças correntes bilaterais de Portugal com estes países registou um decréscimo de 32 por cento, para EUR 3101 milhões.

Manteve-se, no entanto, a tendência de crescimento das remessas de emigrantes portugueses, sobretudo em Angola mas também em Moçambique, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, aumentando 14 por cento em termos líquidos em 2013.

Quadro 83 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Importação e exportação de mercadorias (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		Total	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1996	10	305	8	97	4	22	24	40	0	13			45	476
1997	39	394	9	109	2	25	27	43	0	13			79	584
1998	22	368	9	118	2	16	28	61	1	17			62	580
1999	10	277	10	138	0	17	39	67	4	19			64	517
2000	58	371	10	170	1	28	45	69	9	19			123	657
2001	127	504	9	135	3	23	40	63	3	21			182	745
2002	70	570	9	148	3	21	37	54	0	30	1	1	121	823
2003	2	652	9	137	2	17	38	54	0	25	1	5	52	890
2004	2	671	11	140	1	18	26	55	0	24	1	1	41	909
2005	25	803	7	149	1	24	32	65	0	22	1	1	67	1064
2006	53	1210	7	190	1	27	29	73	1	28	1	2	92	1530
2007	369	1682	7	228	1	35	26	89	0	33	0	1	403	2067
2008	408	2260	9	257	1	40	34	91	0	36	1	2	452	2687
2009	151	2236	7	223	1	33	43	120	0	36	1	9	204	2656
2010	563	1901	7	262	0	43	29	149	0	43	1	7	602	2404
2011	1178	2330	10	254	0	64	42	217	0	47	1	5	1231	2916
2012	1781	2991	9	216	0	71	16	287	0	46	0	8	1807	3619
2013	2632	3112	11	203	0	70	63	327	0	50	1	7	2707	3770

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro 84 • Peso do comércio com os PALOP e Timor-Leste no comércio português

Em percentagem

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		Total	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1996	0,0	1,6	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1			0,2	2,5
1997	0,1	1,8	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1			0,3	2,7
1998	0,1	1,6	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1			0,2	2,5
1999	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1			0,2	2,2
2000	0,1	1,4	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,3	0,0	0,1			0,3	2,4
2001	0,3	1,8	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1			0,4	2,7
2002	0,2	2,0	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3	2,9
2003	0,0	2,2	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,0
2004	0,0	2,2	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	2,9
2005	0,1	2,6	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	3,4
2006	0,1	3,4	0,0	0,5	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2	4,3
2007	0,6	4,4	0,0	0,6	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,7	5,4
2008	0,7	5,8	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,7	6,9
2009	0,3	7,0	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,4	8,3
2010	1,0	5,1	0,0	0,7	0,0	0,1	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	1,1	6,4
2011	2,1	5,4	0,0	0,6	0,0	0,1	0,1	0,5	0,0	0,1	0,0	0,0	2,1	6,8
2012	3,3	6,6	0,0	0,5	0,0	0,2	0,0	0,6	0,0	0,1	0,0	0,0	3,3	8,0
2013	4,8	6,5	0,0	0,4	0,0	0,1	0,1	0,7	0,0	0,1	0,0	0,0	4,9	7,9

Fontes: Instituto Nacional de Estatística – Portugal e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro 85 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Exportações por grupos de produtos (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

	2012										2013																		
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S.Tomé	Timor-L.	Total								
Agrícolas	194,07	30,54	2,65	8,63	7,95	0,54	244,38	217,82	31,57	3,26	9,80	10,36	0,76	273,56	480,97	29,46	12,27	21,85	10,77	1,17	556,49	510,14	29,17	12,50	25,41	12,11	1,65	590,98	
Alimentares	34,75	4,59	34,85	3,17	1,22	0,02	78,60	30,00	2,18	31,70	2,21	0,81	0,06	66,91	206,65	18,87	1,18	15,75	3,49	0,04	245,99	223,55	19,16	1,36	20,15	3,68	0,06	267,95	
Combustíveis minerais	144,29	11,36	1,16	12,97	2,11	0,06	171,95	148,55	10,60	0,85	14,30	2,14	0,05	176,49	6,71	1,92	0,02	0,83	0,10	0,00	9,58	11,33	2,84	0,02	0,98	0,11	0,07	15,34	
Químicos	28,13	4,00	0,26	3,20	0,21	0,02	35,83	34,19	4,19	0,19	3,62	0,18	0,01	42,38	94,70	7,10	0,43	16,30	0,67	1,50	120,71	99,28	6,44	0,46	15,81	0,91	1,21	124,11	
Plásticos, borracha	36,23	2,97	0,51	4,24	0,42	0,12	44,49	42,01	3,34	0,59	3,35	0,49	0,00	49,80	42,37	2,63	0,67	3,21	0,72	0,01	49,61	47,57	1,98	0,19	4,05	0,37	0,01	54,18	
Peles, couros	14,74	0,36	0,27	1,83	0,32	0,00	17,52	27,01	0,30	0,04	2,03	0,32	0,00	29,71	109,94	19,45	4,53	8,68	2,52	0,03	145,14	116,88	17,57	6,39	9,52	2,52	0,10	152,98	
Madeira, cortiça	439,76	22,33	2,17	32,62	3,60	0,62	501,10	374,37	21,83	2,06	40,65	3,73	0,37	443,02	740,10	40,48	5,50	108,78	6,67	3,26	904,80	792,26	34,30	6,24	120,25	8,04	2,38	963,47	
Pastas celulósicas, papel	147,09	7,04	3,23	23,22	2,60	0,10	183,27	141,08	5,54	2,05	28,43	2,31	0,04	179,45	62,51	3,16	0,10	4,40	0,80	0,01	70,98	78,63	3,15	0,18	5,24	0,40	0,01	87,63	
Matérias têxteis	207,80	9,48	1,68	16,94	2,05	0,57	238,53	217,43	9,03	2,18	21,04	1,95	0,51	252,14	2990,80	215,75	71,47	286,62	46,24	8,07	3618,96	3112,11	203,19	70,27	326,84	50,45	7,24	3770,09	
Vestuário																													
Calçado																													
Minerais, minérios																													
Metais comuns																													
Máquinas, aparelhos																													
Veículos e outro material de transporte																													
Ótica, precisão																													
Outros produtos																													
Total	2990,80	215,75	71,47	286,62	46,24	8,07	3618,96	3112,11	203,19	70,27	326,84	50,45	7,24	3770,09															

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro 86 • Portugal / PALOP e Timor-Leste: Importações por grupos de produtos (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

	2012					2013					Total			
	Angola	C. Verde	G. Bissau	Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.	Total	Angola	C. Verde	G. Bissau		Moçamb.	S. Tomé	Timor-L.
Agrícolas	0,76	0,99	0,02	7,52	0,05	0,22	9,56	0,29	1,38	0,02	10,22	0,01	0,70	12,62
Alimentares	0,07	0,30	0,00	7,63	0,04	0,00	8,04	0,15	0,29	0,00	49,14	0,02		49,60
Combustíveis minerais	1 776,08	0,00	0,00	0,00		0,00	1 776,08	2 627,84	0,01	0,00	0,00	0,00		2 627,85
Químicos	0,00	0,01	0,00	0,03	0,00	0,05	0,05	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00		0,02
Plásticos, borracha	0,01	0,03		0,01		0,05	0,05	0,02	0,10	0,00	0,04	0,00		0,16
Peles, couros	0,02	0,03			0,02	0,08	0,08	0,00	0,01		0,00	0,00		0,02
Madeira, cortiça	0,34	0,01	0,00	0,02		0,37	0,37	0,74	0,00	0,04	0,01			0,78
Pastas celulósicas, papel	0,01	0,02	0,00	0,01		0,03	0,03	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00		0,03
Matérias têxteis	0,05	0,04	0,00	0,82		0,91	0,91	0,01	0,16	0,00	1,54	0,00	0,07	1,79
Vestuário	0,01	1,74	0,00	0,01	0,01	1,76	1,76	0,01	3,15	0,00				3,15
Calçado	0,00	3,60				3,60	3,60	0,00	3,98	0,00				3,99
Minerais, minérios	0,24	0,02	0,00	0,02		0,28	0,28	0,39	0,07	0,00	0,00	0,00		0,46
Metais comuns	0,09	0,22	0,01	0,01	0,00	0,33	0,33	0,04	0,29	0,08	1,03	0,00		1,43
Máquinas, aparelhos	1,42	1,74	0,01	0,05	0,01	3,23	3,23	1,08	1,38	0,03	0,64	0,01	0,02	3,16
Veículos e outro material de transporte	0,40	0,23	0,00	0,07	0,09	0,79	0,79	0,61	0,42	0,01	0,00			1,04
Ótica, precisão	1,35	0,04	0,00	0,03	0,02	1,44	1,44	0,94	0,12	0,00	0,03	0,00		1,10
Outros produtos	0,03	0,08	0,00	0,20		0,31	0,31	0,22	0,01	0,00	0,05	0,00		0,28
Total	1 780,88	9,11	0,04	16,43	0,25	1 806,93	1 806,93	2 632,36	11,38	0,18	62,72	0,04	0,79	2 707,48

Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal.

Quadro 87 • Balanças corrente e de capital com os PALOP e Timor-Leste (ótica de Portugal)

Em milhões de EUR

		Balança Corrente										Balança de Capital
		Mercadorias			Serviços	Rendim.	Transferências Correntes				Saldo	
		Exp	Imp.	Saldo			Total	dq: Remessas de				
						Emig.	Imig.					
Angola	2009	2241,4	151,7	2089,7	549,1	359,9	112,1	103,5	12,3	3110,9	-4,5	
	2010	1904,1	552,8	1351,3	689,1	510,3	154,8	134,9	13,5	2705,5	-2,8	
	2011	2331,4	1139,3	1192,1	951,3	874,9	169,6	147,3	12,9	3187,8	3,8	
	2012	2994,7	1723,9	1270,8	1183,1	1019,7	291,1	270,7	15,4	3764,7	4,5	
	2013	3119,6	2517,7	601,9	1240,5	236,7	355,3	304,3	18,8	2434,5	2,1	
Cabo Verde	2009	222,6	7,5	215,1	29,2	5,2	-35,9	2,5	20,9	213,7	-1,3	
	2010	262,4	8,0	254,4	10,0	22,1	-25,9	3,1	12,9	260,6	-1,7	
	2011	254,1	11,1	243,0	5,5	30,7	-6,6	2,8	13,3	272,6	-1,0	
	2012	215,8	14,4	201,4	-8,4	42,9	-10,0	2,4	14,1	226,0	2,7	
	2013	203,3	15,9	187,4	-3,6	12,8	-6,8	3,4	13,1	189,8	-0,2	
Guiné-Bissau	2009	33,4	1,4	32,1	3,7	-1,1	-4,5	0,3	5,1	30,2	-1,5	
	2010	42,7	0,7	42,1	4,3	6,5	-5,5	0,3	4,8	47,4	-2,5	
	2011	64,3	2,1	62,2	5,5	3,0	-5,3	0,2	4,3	65,3	-1,0	
	2012	71,5	2,7	68,8	3,4	1,2	-3,9	0,2	2,5	69,5	-0,5	
	2013	70,3	1,4	68,8	2,8	0,5	0,3	0,5	2,6	72,5	0,0	
Moçambique	2009	120,8	46,6	74,2	19,8	46,5	-3,2	2,4	3,2	137,3	-14,2	
	2010	150,6	32,7	117,9	33,9	60,8	-3,8	2,7	4,5	208,8	-14,6	
	2011	217,0	45,7	171,3	49,6	72,4	7,3	4,7	5,7	300,6	-14,8	
	2012	286,7	27,8	258,9	45,2	109,9	-1,5	5,0	8,8	412,4	-17,3	
	2013	327,2	74,8	252,5	50,5	47,2	-3,5	7,6	10,0	346,7	-18,3	
S. Tomé e Príncipe	2009	35,5	2,0	33,5	6,0	0,8	0,4	0,2	0,4	40,7	-1,4	
	2010	42,6	1,8	40,8	7,2	0,9	-1,3	0,1	1,3	47,6	-1,3	
	2011	46,5	1,2	45,3	9,0	1,0	0,0	0,3	0,8	55,3	-1,1	
	2012	46,2	1,9	44,3	6,8	0,1	-1,3	0,3	1,3	50,0	-1,0	
	2013	50,4	1,4	49,0	0,7	0,6	0,3	0,7	1,0	50,6	-0,8	
Timor- Leste	2009	9,3	1,0	8,3	0,7	7,9	-0,9	0,3	0,1	16,0	-1,0	
	2010	6,7	1,2	5,5	-3,8	16,2	0,1	0,3	0,1	17,9	-0,2	
	2011	5,2	1,1	4,1	1,1	18,5	-5,0	0,4	0,1	18,7	-0,6	
	2012	8,1	0,3	7,8	3,1	15,9	-5,3	0,8	0,1	21,5	-0,5	
	2013	7,3	1,0	6,3	3,2	-2,8	0,7	0,3	0,1	7,4	-0,1	
Total PALOP e Timor-Leste	2009	2663,1	210,2	2452,9	608,6	419,3	67,9	109,1	42,0	3548,7	-23,9	
	2010	2409,1	597,2	1811,9	740,8	617,0	118,4	141,5	37,1	3287,9	-23,1	
	2011	2918,4	1200,4	1718,0	1021,9	1000,4	160,0	155,8	37,0	3900,2	-14,7	
	2012	3623,0	1770,9	1852,1	1233,2	1189,8	269,1	279,4	42,0	4544,1	-12,1	
	2013	3778,2	2612,2	1166,0	1294,0	295,1	346,3	316,9	45,7	3101,4	-17,3	

Fonte: Banco de Portugal.

2. Investimento direto bilateral com os PALOP e Timor-Leste

Os dados existentes apontam para que se tenha registado uma redução significativa do investimento direto bruto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste em 2013, passando a representar 1,8 por cento do total do investimento direto bruto português no exterior (7,0 por cento em 2012). No ano findo, o montante aplicado pelos investidores portugueses nestes países atingiu EUR 246 milhões, menos 78 por cento que em 2012, reduzindo-se relativamente a todos os países com exceção de São Tomé e Príncipe.

A distribuição geográfica do investimento direto bruto português manteve a estrutura que tem vigorado desde 2002, sendo Angola o principal recetor, seguido de Moçambique e Cabo Verde (53, 38 e 7 por cento do total, respetivamente). O restante investimento repartiu-se quase exclusivamente por São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, com a Guiné-Bissau a assumir um papel bastante reduzido.

A descida do investimento direto bruto foi transversal a todos os setores de atividade, continuando contudo a ser principalmente canalizado para as atividades financeiras (52 por cento do total), construção (25 por cento, ganhando

peso relativamente ao ano anterior) e comércio (20 por cento, incluindo alojamento e restauração e transportes, armazenagem e comunicações). Note-se que este conjunto de países recebeu 24 por cento do investimento direto bruto português no setor da construção.

O desinvestimento português nos PALOP e em Timor-Leste também se reduziu em 2013 (quase 40 por cento face a 2012). A construção foi predominante (81 por cento do total) com valores significativos em termos relativos em todos os países, com exceção da Guiné-Bissau e de Timor-Leste (onde não se registou qualquer desinvestimento). Estes países representaram 43 por cento do total de desinvestimento português na construção.

Por países, Angola evidenciou a maior redução de investimento direto bruto de Portugal em 2013, com uma quebra de 85 por cento. As atividades financeiras (intermediação monetária e outras atividades financeiras e de seguros), o comércio e a construção foram as principais responsáveis mas mantêm-se como os mais representativos do investimento português naquele país, reunindo a quase totalidade dos montantes ali investidos.

Quadro 88 • Bancos portugueses representados nos PALOP e em Timor-Leste

Situação em Julho de 2014

País / Banco	Forma de representação	País / Banco	Forma de representação
Angola		Moçambique	
Banco BPI	Banco de Fomento Angola	Banco BPI ^(a)	Banco Comercial e Investimentos
Banco Comercial Português	Banco Millenium Angola	Banco Comercial Português	Banco Internacional de Moçambique
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Angola	Banco Espírito Santo ^(a)	Moza Banco
Banco Santander Totta ^(a)	Banco Caixa Geral Totta de Angola	Caixa Geral Depósitos	Banco Comercial e Investimentos
Caixa Geral de Depósitos ^(a)	Banco Caixa Geral Totta de Angola		
Montepio Geral	Finibanco Angola		
Cabo Verde^(b)		São Tomé e Príncipe	
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Cabo Verde	Caixa Geral Depósitos ^(a)	Banco Internac. S. Tomé e Príncipe
BANIF, SGPS	Banco Cabo-Verdiano de Negócios		
Caixa Geral Depósitos	Banco Interatlântico	Timor-Leste	
Caixa Geral Depósitos ^(a)	Banco Comercial do Atlântico	Caixa Geral Depósitos	Sucursal

Fonte: Banco de Portugal.

Notas: (a) Participações minoritárias; (b) Estão ainda representados em *off-shore*: Banco Espírito Santo (Sucursal), Caixa Central CAM (Sucursal e CA Finance-Gestão de Ativos) e Montepio Geral (Banco Montepio Geral Cabo Verde).

Para Moçambique foram canalizados EUR 93 milhões em 2013, um decréscimo de 39 por cento relativamente a 2012, sobretudo com menor investimento bruto português em **atividades financeiras**. Contudo, esse setor e a **construção** mantiveram-se como os mais importantes, representando 93 por cento do total de investimento bruto português aplicado em território moçambicano em 2013.

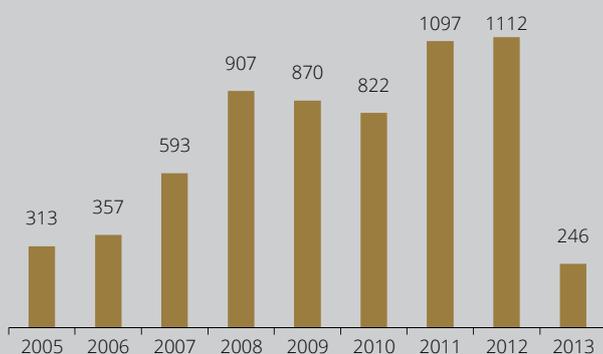
Cabo Verde recebeu no ano passado um volume de investimento português inferior em 66 por cento em relação a 2012, registando cerca de EUR 17 milhões, repercutindo em grande parte menores aplicações na **construção**. Tal como no caso moçambicano, a **construção** e as **atividades financeiras** são claramente dominantes no investimento português em Cabo Verde, somando 84 por cento do total destinado àquele arquipélago.

Os montantes de investimento direto bruto português em 2013 foram menos expressivos nos restantes países em análise: para São Tomé e Príncipe seguiram EUR 4,2 milhões (sobretudo **construção**), em Timor-Leste foram aplicados EUR 2,6 milhões (maioritariamente atividades financeiras) e na Guiné-Bissau EUR 0,2 milhões.

Em 2013, o investimento direto bruto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal atingiu EUR 87 milhões, uma redução de 62 por cento face a 2012. Este teve principalmente origem em Angola (95 por cento do total) e esteve concentrado em **atividades financeiras** e na **construção** (64 por cento do investimento angolano em Portugal). O investimento deste conjunto de países representou apenas 0,3 por cento do investimento direto bruto do exterior em Portugal em 2013.

Gráfico 74 • Investimento bruto português nos PALOP e em Timor-Leste

Total anual, em milhões de EUR



Fonte: Banco de Portugal.

Gráfico 75 • Investimento bruto português nos PALOP e em Timor-Leste

Em 2013, em milhões de EUR

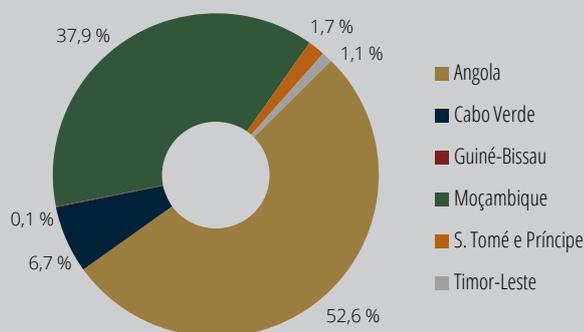
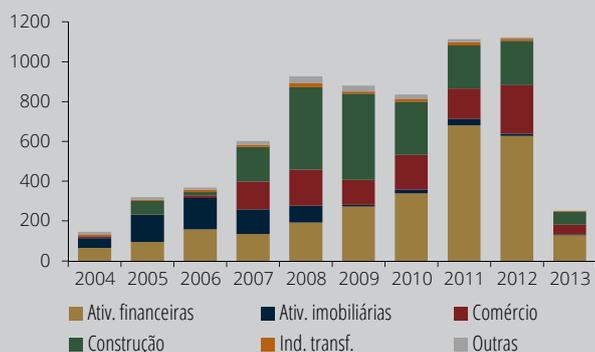


Gráfico 76 • Investimento bruto português nos PALOP e em Timor-Leste

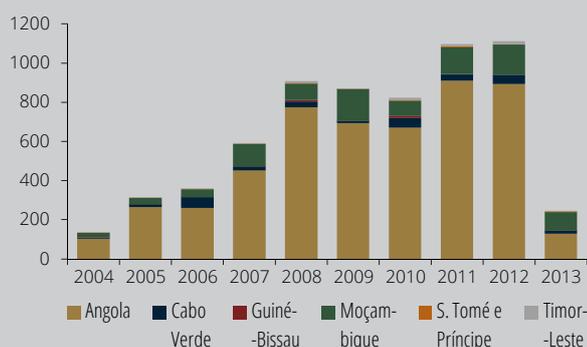
Por setores de atividade, em milhões de EUR



Fonte: Banco de Portugal.

Gráfico 77 • Investimento bruto português nos PALOP e em Timor-Leste

Por país, em milhões de EUR



Quadro 89 • Investimento direto de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste

Por setores de atividade, em milhões de EUR

		2012		2013	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	1,8	9,1	2,7	31,8
	Atividades de informação e de comunicação	0,5	0,8	0,0	
	Atividades imobiliárias	-0,1	2,5	0,2	2,6
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas	0,4	6,3	-0,1	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	230,0	25,0	44,2	24,6
	Construção	148,1	362,0	23,4	191,6
	Eletricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	3,3	0,8	0,2	0,4
	Indústrias transformadoras	0,6	8,4	-0,3	7,3
	Intermediação monetária	507,7	60,1	57,5	5,2
	Outras atividades financeiras e de seguros	3,0		3,3	
	Outras atividades	-3,2	4,8	-1,3	2,3
	Total	892,1	479,7	129,6	265,8
Cabo Verde	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0,3	0,3	0,5	0,3
	Atividades de informação e de comunicação	0,2		0,3	
	Atividades imobiliárias	0,0	2,1	0,0	
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas		1,2		
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	0,0	1,5	0,6	
	Construção	31,5	40,9	7,9	41,5
	Eletricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,1	0,1	0,0	
	Indústrias transformadoras	2,9	0,2	0,6	
	Intermediação monetária	10,8	0,5	6,0	0,3
	Outras atividades financeiras e de seguros			0,0	
	Outras atividades	2,1		0,7	
	Total	47,9	46,7	16,5	42,0
Guiné-Bissau	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0,1		0,1	0,3
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	0,0		0,0	
	Construção	0,1	10,1	-0,3	
	Indústrias transformadoras	0,5		0,3	
	Intermediação monetária			0,0	
	Outras atividades	0,0	0,0	0,2	
	Total	0,7	10,1	0,2	0,3
Moçambique	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	3,2	12,1	1,0	6,9
	Atividades de informação e de comunicação	0,8		0,8	0,4
	Atividades imobiliárias	3,9		1,5	1,6
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas	-0,1		0,0	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	15,2	29,6	2,1	1,1
	Construção	38,2	117,6	27,7	135,9
	Eletricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,0		0,0	
	Indústrias transformadoras	7,1		4,3	0,8
	Intermediação monetária	89,0	60,3	58,4	
	Outras atividades financeiras e de seguros	2,7		0,1	
	Outras atividades	-6,8	-3,2	-2,6	1,6
	Total	153,1	216,4	93,3	148,2
S. Tomé e Príncipe	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0,9	0,0	0,0	
	Atividades de informação e de comunicação			0,0	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armazen.; aloj., restauração	-2,0		0,4	
	Construção	4,4	5,6	3,6	0,4
	Indústrias transformadoras			0,0	
	Intermediação monetária	0,6		0,2	
	Outras atividades	0,0		0,0	
	Total	3,9	5,6	4,2	0,4
Timor-Leste	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0,0		0,0	
	Atividades de informação e de comunicação			0,0	
	Construção			0,0	
	Indústrias transformadoras			0,0	
	Intermediação monetária	13,4		2,5	
	Outras atividades	0,5		0,1	
	Total	14,0	0,0	2,6	0,0
Total PALOP e Timor-Leste		1111,6	758,5	246,5	456,7

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

Quadro 90 • Investimento direto dos PALOP e de Timor-Leste em Portugal

Por setores de atividade, em milhões de EUR

		2011		2012	
		Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	5,3	0,1	9,2	0,7
	Atividades de informação e de comunicação	0,1		2,2	
	Atividades imobiliárias	5,3	0,6	7,6	0,0
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas	6,3		1,7	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração	10,2	4,1	2,6	1,0
	Construção	11,1	1,7	11,3	0,1
	Electricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição			0,4	
	Indústrias transformadoras	2,7		0,2	0,0
	Intermediação monetária	180,3	16,2	42,0	1,2
	Outras atividades	5,2	0,2	5,8	0,6
Total	226,5	22,8	83,1	3,7	
Cabo Verde	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0,1		0,2	0,6
	Atividades de informação e de comunicação	0,2		0,4	
	Atividades imobiliárias	0,8		1,7	
	Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas			0,2	
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração				0,1
	Construção	0,6			0,0
	Electricidade, gás, vapor, água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição				0,0
	Intermediação monetária	0,2			
	Outras atividades	0,1	0,1	0,7	0,0
Total	2,0	0,1	3,2	0,7	
Guiné-Bissau	Outras atividades	0,1			
	Total	0,1	0,0	0,0	0,0
Moçambique	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0,0	0,0	0,0	0,0
	Atividades de informação e de comunicação				0,0
	Atividades imobiliárias	0,3		0,2	0,2
	Comércio; repara. veículos auto.; transp. e armaz.; aloj., restauração	0,0		0,1	0,1
	Construção	0,0	0,0	0,5	3,1
	Indústrias transformadoras	0,0	0,0	0,0	0,0
	Intermediação monetária	0,0	1,6	0,2	0,3
	Outras atividades	0,0	0,1	0,1	0,1
	Total	0,4	1,6	1,1	3,7
S. Tomé e Príncipe	Atividades imobiliárias		0,9		
	Construção		0,1		0,8
	Intermediação monetária				0,1
	Total	0,0	1,1	0,0	0,8
Timor-Leste	Ativ. consultoria, científicas e técnicas e ativ. admin. e dos serviços de apoio	0,0		0,0	
	Outras atividades	0,0		0,0	
	Total	0,0	0,0	0,0	0,0
Total PALOP e Timor-Leste		229,0	25,6	87,4	8,9

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

3. Dívida dos PALOP a Portugal

A dívida oficial dos PALOP a Portugal ascendeu, no final de 2013, a USD 3508 milhões, continuando a trajetória ascendente que evidencia desde 2005. O conjunto das dívidas direta ao Estado português e por este garantida aumentou USD 122 milhões no ano findo (+3,5 por cento), ainda que em abrandamento relativamente aos acréscimos de USD 808 milhões e USD 243 milhões registados em 2011 e 2012, respetivamente.

O crescimento da dívida oficial deste conjunto de países para com Portugal resultou da subida da dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado, a qual registou um incremento de USD 123 milhões relativamente a 2012. A dívida direta ao Estado evidenciou uma redução de USD 1 milhão em 2013, retomando a tendência de decréscimo interrompida no ano anterior.

Ainda que em evidente e continuada redução desde 2011, a dívida de Angola é claramente dominante neste conjunto de países, perfazendo USD 1456 milhões no final de 2013, o que correspondia a quase 41 por cento do total. A dívida oficial de Angola reduziu-se em USD 115 milhões em 2013, conjugando a amortização contratualizada da dívida direta vincenda, dando seguimento ao estipulado no acordo de reescalonamento assinado com as autoridades portuguesas em 2004, e a redução da dívida garantida, com o menor volume de seguros sobre as exportações para aquele país. A dívida oficial de Moçambique a Portugal manteve

a trajetória ascendente em 2013, elevando-se a USD 1245 milhões, passando a representar perto de 35 por cento do universo considerado. O aumento registado relativamente a 2012, de USD 66 milhões, decorreu uma vez mais da utilização de linhas de crédito concessionais acordadas com Portugal em 2008 e 2009, para financiamento de projetos de investimento em infraestruturas, e do incremento do volume de exportações com garantia do Estado. À semelhança do que acontece com Angola, a dívida direta moçambicana evidencia amortizações consecutivas desde 2009, na sequência do acordo de reestruturação e cancelamento progressivo assinado em julho de 2008 com Portugal, no âmbito da Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*).

Pelo segundo ano consecutivo, a dívida oficial de Cabo Verde a Portugal registou no ano findo a maior subida no conjunto dos PALOP, acentuando a tendência de crescimento que prossegue desde 1998. Em 2013, a dívida direta cabo-verdiana face a Portugal aumentou 30 por cento relativamente ao ano anterior, ascendendo a USD 659 milhões. O maior volume de responsabilidades reflete os desembolsos sucessivos para financiamento de infraestruturas, nomeadamente rodoviárias, e a continuação da utilização de linhas de crédito garantidas para projetos de infraestruturas portuárias, de energias renováveis e ambiente e de habitação social.

Quadro 91 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal

Situação em 31-12-2013

	Em milhões de USD	Em %
Angola	1456	40,7
Moçambique	1245	34,8
Cabo Verde	659	18,4
Guiné-Bissau	138	3,8
S. Tomé e Príncipe	83	2,3
Total	3580	100,0

Fontes: Ministério das Finanças – GPEARI.

Tal como acontece há alguns anos, em 2013 não se registou qualquer movimento na dívida oficial da Guiné-Bissau a Portugal. A acumulação de juros em atraso e a valorização do euro face

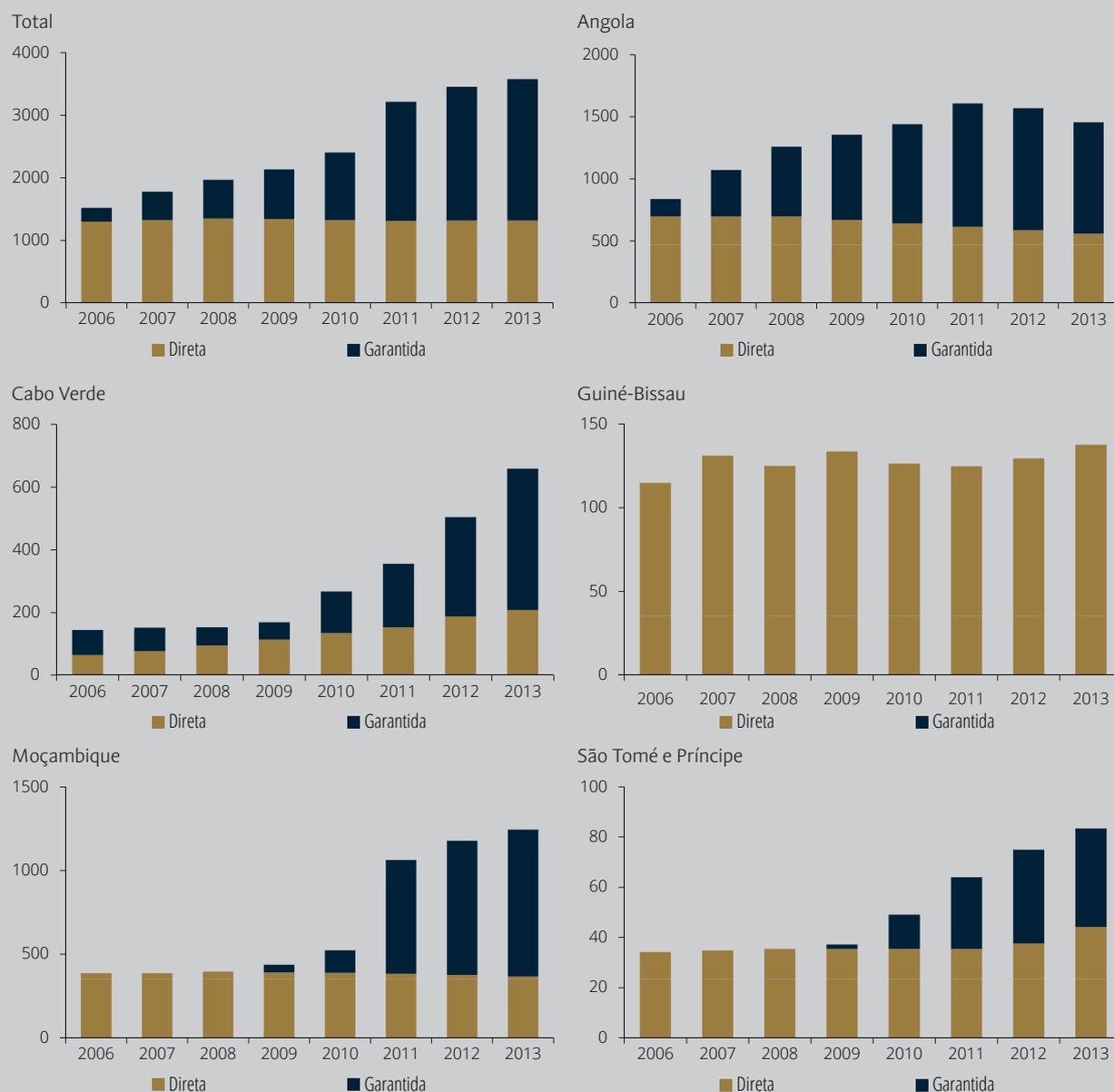
ao dólar redundaram num aumento de USD 8 milhões da dívida oficial daquele país a Portugal em 2013, uma vez que os créditos deste país estão denominados na moeda europeia.

Recorde-se que, no final de 2010, a Guiné-Bissau garantiu a diminuição da sua dívida multilateral com a obtenção do Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC e, simultaneamente, do acesso à Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral do FMI/Banco Mundial. O Clube de Paris acordou então a concessão de um perdão da quase totalidade das dívidas do país aos seus membros em maio de 2011, competindo às autoridades guineenses procurar assegurar tratamento idêntico por parte dos restantes credores.

Novos desembolsos do empréstimo direto contratado em 2012, destinado a cobrir despesas relativas à finalização de alguns projetos de infraestruturas, e da linha de crédito concessional assinada em Fevereiro de 2009, para o financiamento de infraestruturas rodoviárias e da rede de distribuição de energia, elevaram a dívida oficial de São Tomé e Príncipe a Portugal a USD 83 milhões em 2013, prosseguindo a tendência de crescimento.

Gráfico 78 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal

Em milhões de USD



Fontes: Ministério das Finanças - GPEARL.

Quadro 92 • Dívida oficial dos PALOP a Portugal

Em milhões de USD

		Dívida direta ao Estado (1)			Dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado (2)			Dívida oficial (1.)+(2.)		
		Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	2009	670		670	686		686	1356		1356
	2010	642		642	799		799	1441		1441
	2011	614		614	994		994	1608		1608
	2012	586		586	984		984	1570		1570
	2013	558		558	897		897	1456		1456
Cabo Verde	2009	114		114	55		55	169		169
	2010	134		134	133		133	268		268
	2011	154		154	202		202	355		355
	2012	187		187	318		318	505		505
	2013	208		208	451		451	659		659
Guiné-Bissau	2009	81	53	134				81	53	134
	2010	74	53	126				74	53	126
	2011	70	55	125				70	55	125
	2012	70	60	129				70	60	129
	2013	71	66	138				71	66	138
Moçambique	2009	391		391	45		45	436		436
	2010	388		388	135		135	523		523
	2011	383		383	680		680	1063		1063
	2012	376		376	803		803	1178		1178
	2013	367		367	878		878	1245		1245
S. Tomé e Príncipe	2009	35		35	2		2	37		37
	2010	35		35	14		14	49		49
	2011	35		35	29		29	64		64
	2012	38		38	37		37	75		75
	2013	44		44	39		39	83		83
Total dos PALOP	2009	1291	53	1344	788		788	2079	53	2132
	2010	1273	53	1326	1081		1081	2354	53	2407
	2011	1256	55	1310	1905		1905	3161	55	3215
	2012	1256	60	1316	2142		2142	3398	60	3458
	2013	1248	66	1315	2265		2265	3514	66	3580

Fonte: Ministério das Finanças – GPEARI.

Notas

1. O Banco Central de Timor-Leste, num estudo recente baseado na utilização de indicadores de conjuntura, apresenta uma perspetiva menos otimista para esta variável: crescimentos de 2,5 por cento em 2013 e de 4,0 por cento em 2014.
2. O recente Inquérito ao Emprego em Timor-Leste (2013), desenvolvido sob os auspícios da Organização Internacional do Trabalho, permitiu suprir parcialmente algumas das grandes lacunas anteriormente existentes em termos de conhecimento da realidade timorense neste domínio.
3. O montante da circulação, componente da massa monetária, em Timor-Leste só integra o valor das moedas metálicas emitidas pelo BCTL, não contemplando o valor das notas de dólar na posse de residentes (que naturalmente constituem um muito relevante meio de pagamento), uma vez que, sendo estas notas emitidas por uma instituição externa (o sistema federal norte-americano), não são responsabilidade do sistema bancário timorense e portanto não assumem uma característica fundamental dos agregados que constituem a massa monetária: serem componentes do passivo desse sistema. Adicionalmente o conhecimento do valor efetivo destas notas seria difícil já que embora seja conhecido o montante das notas colocadas em circulação em Timor-Leste através do seu sistema bancário, muitas delas saem para o exterior (pagamento de importações do setor informal e remessas em numérico), sem que tal seja registado pelo sistema estatístico timorense.

